

SOCIOLOGIA

VOL. XXIX | JANEIRO-JUNHO 2015

Luís Vicente Baptista

Luísa Veloso

Telmo Costa Clamote

Joana Lucas

Vítor Rosa

Luciana Teixeira de Andrade

Natália Azevedo

Pedro dos Santos Boia

Filipa Pinho

Ricardo Sá Ferreira

Paula Rocha

Joaquim Fialho

UNIVERSIDADE DO PORTO

FACULDADE DE LETRAS

SOCIOLOGIA



**REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO**

VOL. XXIX • PORTO • 2015

DIRETOR:

Carlos Manuel Gonçalves, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

CONSELHO DE REDAÇÃO:

Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA.

CONSELHO EDITORIAL:

Alice Duarte, FLUP/IS-UP; Álvaro Domingues, FAUP/CEAU; Ana Maria Brandão, ICS-UM; Ana Nunes de Almeida, ICS-UL; Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; Antonio Álvarez Sousa, Universidade da Coruña, Espanha; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Augusto Santos Silva, FEP/IS-UP; Benjamin Tejerina, Universidad del País Vasco (UPV)/Centro de Estudios sobre la Identidad Colectiva (CEIC), Espanha; Bernard Lahire, École Normale Supérieure de Lyon (ENSL)/“Dispositions, pouvoirs, cultures, socialisations” (Centre Max Weber), França; Chiara Saraceno, Università degli Studi di Torino, Itália/Social Science Research Center Berlin, Alemanha; Claudino Ferreira, FEUC/CES-UC; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Elena Zdravomyslova, European University at St Petersburg (EUSP)/Center for Independent Social Research (CISR), Rússia; Elisa Reis, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Frank Welz, Universität Innsbruck, Áustria; Hans-Peter Blossfeld, Otto-Friedrich-Universität Bamberg/Staatsinstitut für Familienforschung an der Universität Bamberg, Alemanha; Heitor Frugoli, Universidade de São Paulo (USP)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Hustana Vargas, Universidade Federal Fluminense (UFF)/Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES), Brasil; Immanuel Wallerstein, Yale University, Estados Unidos da América; Inês Pereira, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; Jean Kellerhals, Université de Genève, Suíça; João Bilhim, ISCSP-UTL; João Sedas Nunes, FCSH-UNL/CESNOVA; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; José Resende, FCSH-UNL/CESNOVA/Observatório Permanente de Escolas (ICS-UL); José Soares Neves, ISCTE-IUL/OAC; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA; Luísa Neto, FDUP/CENCIFOR; Margaret Archer, College of Humanities-École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Suíça; Maria Manuel Vieira, ICS-UL; Maria Manuela Mendes, FA-UTL/CIES-IUL; Mariano Enguita, Universidad de Salamanca/Centro de Análisis Sociales de la Universidad de Salamanca (CASUS), Espanha; Massimo Introvigne, Center for Studies on New Religions (CESNUR), Itália; Michael Burawoy, University of California, Berkeley, Estados Unidos da América; Michel Wieviorka, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, França; Patrícia Ávila, CIES-IUL; Pedro Abrantes, Universidade Aberta/CIES-IUL; Pertti Alasuutari, University of Tampere/Tampere Research Group for Cultural and Political Sociology (TCuPS), Finlândia; Piotr Sztompka, Jagiellonian University, Polónia; Ricca Edmondson, National University of Ireland, Irlanda; Rui Gomes, FCDEF-UC/CIDAF; Tally Katz-Gerro, University of Haifa, Israel/ University of Turku, Finlândia; Tina Uys, University of Johannesburg/Centre for Sociological Research, África do Sul; Vera Borges, ICS-UL; Victor Kajibanga, Universidade Agostinho Neto, Angola/Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto/Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL; Vitor Ferreira, ICS-UL; Walter Rodrigues, ISCTE-IUL/DINÂMIA' CET-IUL.

COORDENAÇÃO E REVISÃO EDITORIAL:

Marta Lima, Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto é indexada em SciELO, Latindex, EBSCO (Open Science Directory e Fonte Académica), Sherpa/Romeo, DOAJ – Directory of Open Access Journals, Newjour, CAPES e EZB – Electronic Journals Library.

TIRAGEM - 150 EXEMPLARES

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

EXECUÇÃO GRÁFICA - Clássica, Artes Gráficas.

Rua Joaquim Ferreiro, 70 - Arm. G/H
4435-297 Rio Tinto

DEPÓSITO LEGAL N.º 92384/95

ISSN: 0872-3419

**OS ARTIGOS SÃO DA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES
OS ARTIGOS FORAM SUBMETIDOS A PEER REVIEW.**

SUMÁRIO

EDITORIAL	7
ARTIGOS	
Uma etnografia das práticas e dos processos de produção de conhecimento em empresas e laboratórios Luísa Veloso, Joana Lucas e Paula Rocha	11
Reverberações da medicalização: paisagens e trajetórias informacionais em consumos de performance Telmo Costa Clamote	35
Pressupostos para a construção de uma sociologia das redes sociais Joaquim Fialho	59
Redes sociais no recrutamento de imigrantes: fundamentos teóricos de uma proposta de explicação Filipa Pinho	81
Das tensões entre desmistificar e reconhecer os discursos ao repensar o “social”: manifesto por uma sociologia eclética Pedro dos Santos Boia	105
Espaços públicos: interações, apropriações e conflitos Luciana Teixeira de Andrade e Luís Vicente Baptista	129
RSI, tolerância zero: o embrutecimento do estado Ricardo Sá Ferreira	147
Os menores estrangeiros isolados ou não acompanhados em França e Portugal: a “batata quente” Vítor Rosa	171

RECENSÃO

Recensão crítica da obra <i>De l'artification. Enquêtes sur le passage à l'art</i> Natália Azevedo	201
ESTATUTO EDITORIAL.....	207
SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES.....	209
NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINALS.....	211

Editorial

A *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* traz à estampa, no presente número XXIX de 2015, um conjunto de textos que, não obstante apresentarem objetos e paradigmas analíticos disjuntos, concorrem para um conhecimento sociológico denso e sustentado.

O primeiro artigo de Luísa Veloso, Joana Lucas e Paula Rocha explana, demonstra e discute a utilização do método de pesquisa etnográfica a um campo específico de atividade como é o da criação e transformação de conhecimento científico e tecnológico. Em termos empíricos as autoras tomam por objeto de análise diversos laboratórios e empresas, concluindo, entre outros aspetos relevantes, da heurística daquele método para a análise das práticas dos atores em contextos de desenvolvimento de projetos de ciência e tecnologia.

O consumo de medicamentos e de outros produtos para obtenção de melhores performances em termos de desempenho físico ou cognitivo é o tema do artigo de Telmo Clemote, que ganha relevância no quadro mais global da “farmacologização” da ação humana nas suas múltiplas vertentes. São analisados os resultados de um estudo sobre os jovens portugueses, apontando-se para uma imbricação entre as disposições e as práticas de consumo ao nível desta categorial populacional.

Joaquim Fialho apresenta-nos um contributo para uma análise sociológica das redes sociais. São revistas as propostas conceituais de alguns dos cientistas sociais. A pergunta primeira que atualmente subsiste - “Será a análise de redes sociais realmente um novo paradigma sociológico? – é equacionada pelo autor no sentido de explorar os limites e virtualidades das possíveis respostas para a compreensão das sociedades.

No espaço da problemática do artigo anterior, encontra-se o texto de Filipa Pinho focalizado nos fluxos migratórios laborais. Especificamente procura debater-se, num registo teórico, a importância das redes sociais e do capital social nos processos de recrutamento da mão de obra migrante para os mercados de trabalho dos países recetores com disponibilidade de empregos.

Pedro dos Santos Boia aborda os usos do corpo, técnicas instrumentais e materialidade dos instrumentos musicais. Fá-lo num duplo registo como “sujeito e objeto de conhecimento”, desenvolvendo uma leitura sociológica teoricamente eclética sobre o tema.

O artigo de Luciana Teixeira de Andrade e Luís Vicente Baptista apresenta o debate sobre a crise dos espaços públicos. Mobilizando principalmente os contributos de Simmel, realiza-se uma reflexão sobre as cidades de Lisboa e de Belo Horizonte no sentido de compreender as mudanças existentes, em particular no que respeita às apropriações e conflitos na vida quotidiana.

Ricardo Sá Ferreira centra-se no rendimento social de inserção. Com base numa análise da imprensa escrita diária, entre os anos 2007 e 2011, o autor envereda por uma análise do processo social de construção daquela política pública e as consequências, no plano simbólico, para a “transformação do Estado-Providência em Estado-Penitência”.

Vítor Rosa centra-se no tema dos menores estrangeiros numa situação particular de isolamento. O estudo empírico apresentado realizou-se em França e Portugal.

Por fim, Natália Azevedo apresenta uma recensão crítica da obra *De l'artification. Enquêtes sur le passage à l'art*, uma coletânea organizada por Nathalie Heinich e Roberta Shapiro. São percorridos os contributos dos textos para vários aspetos do denominado *mundo da(s) arte(s)*.

Uma boa leitura.

Carlos Manuel Gonçalves

Junho de 2015

Uma etnografia das práticas e dos processos de produção de conhecimento em empresas e laboratórios

Luísa Veloso

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – Instituto Universitário de Lisboa

Joana Lucas

Centro em Rede de Investigação em Antropologia – Universidade Nova de Lisboa

Paula Rocha

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – Instituto Universitário de Lisboa

Resumo

Pretende-se discutir neste texto a aplicação dos métodos de pesquisa etnográfica ao estudo dos processos de criação e transformação de conhecimento científico e tecnológico em contextos empresariais e laboratoriais. Discute-se a metodologia e as ferramentas utilizadas colocando em confronto organizações com naturezas e objetivos distintos e enfatizando os seguintes aspetos: i) o uso do método etnográfico no estudo de atividades de produção de conhecimento; ii) a aplicação do método etnográfico a atividades económicas com um certo grau de invisibilidade para aqueles que as estudam.

Palavras-chave: método etnográfico; empresas; laboratórios de investigação.

Abstract

An ethnography of the practices and processes of knowledge production in companies and laboratories

This article aims at discussing how the ethnographic research method was applied in the study of the processes of creation and transformation of scientific and technological knowledge in contexts of business and laboratory work. It discusses the methodology and tools used in organisations with different natures and goals and emphasizing the following aspects: i) the use of ethnographic method in the study of knowledge production; ii) the application of ethnographic methods to economic activities with a certain degree of invisibility, as is the case of software production.

Keywords: ethnographic method; enterprises; research laboratories.

Résumé

Une ethnographie des pratiques et des processus de production de connaissances dans les entreprises et les laboratoires

Cet article discute l'application des méthodes de recherche ethnographique à l'étude des processus de création et de transformation des connaissances scientifiques et technologiques dans des contextes des entreprises et des laboratoires. Il porte sur la méthodologie et les outils utilisés dans organisations de différentes natures et objectifs, en mettant l'accent sur les aspects suivants: i) l'utilisation de la méthode ethnographique dans l'étude de la production de connaissance; ii) l'application des méthodes ethnographiques à des activités économiques avec un certain degré d'invisibilité.

Mots-clés: méthode ethnographique; entreprises; laboratoires de recherche.

Resumen

Una etnografía de las prácticas y procesos de producción de conocimiento en las empresas y laboratorios

Este artículo tiene por objetivo discutir la aplicación del método de investigación etnográfica en el estudio de los procesos de creación y transformación de los conocimientos científicos y tecnológicos en contextos empresariales y laboratorios. Se discute la metodología y las herramientas utilizadas en la confrontación con organizaciones de naturalezas y objetivos distintos, haciendo hincapié en los siguientes aspectos: i) el uso de métodos etnográficos en el estudio de actividades de producción de conocimiento; ii) la aplicación de métodos etnográficos a actividades económicas invisibles.

Palabras clave: método etnográfico; empresas; laboratorios de pesquisa.

Introdução

Este artigo tem como objetivo discutir de que forma o método de pesquisa etnográfica foi aplicado no estudo dos processos de criação e transformação de conhecimento científico e tecnológico em contextos de trabalho empresariais e laboratoriais. Nele procurar-se-á discutir a metodologia e respetivas ferramentas utilizadas no âmbito de uma pesquisa sobre redes de produção de conhecimento, colocando em confronto organizações com naturezas e objetivos distintos e enfatizando os seguintes aspetos: i) o uso do método etnográfico no estudo de atividades de produção de conhecimento e, logo, de investigação; ii) a aplicação do método etnográfico a atividades económicas com um certo grau de invisibilidade para quem as estuda, como é o caso da produção de *software*; iii) a possibilidade do uso de

ferramentas comuns de análise da produção de conhecimento em contextos aparentemente tão distintos como são os laboratórios e as empresas.

As atividades de investigação serão analisadas em dois contextos bastante diferenciados. A análise destas dinâmicas é já bastante profícua ao nível dos laboratórios de investigação científica (Latour e Woolgar, 1979; Knorr-Cetina, 1981; Lynch, 1985; Traweek, 1988; entre outros). O que se propõe neste artigo é, atendendo à sua natureza, confrontar o que é etnografar a produção de novo e renovado conhecimento nos contextos referidos, atendendo ao facto de as empresas integrem, nas suas atividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D), a investigação.

A pesquisa tomou como unidade de análise projetos de Ciência e Tecnologia (C&T) desenvolvidos em empresas e laboratórios, tendo na sua base a aceção de Hoholm (2011), para quem o estudo dos processos de inovação implica “(...) estudar um objeto ou prática emergente desde o início de uma ideia até à sua realização (ou fracasso)” (Hoholm, 2011: 38).

A possibilidade de confrontar contextos empresariais e laboratoriais tem subjacente a assunção dos projetos de C&T como unidades de análise. Permite-nos refletir sobre a adoção e a adequação de novas pistas metodológicas que poderão conduzir a diferentes propostas de análise dos referidos contextos, apostando no estudo das micro-práticas (Hoholm, 2011) que combinem análises etnográficas e históricas sobre projetos específicos de C&T e a partir das quais seja possível debater a natureza dos processos de produção de conhecimento.

Invocando a natureza contingente dos processos de inovação (Pavitt, 2005), a atenção prestada às particularidades e dinâmicas do projeto enquanto unidade de observação, conduziu-nos à perceção das densidades sociais inerentes ao *work in progress* da inovação, bem como às suas articulações em diferentes escalas, micro (ao nível do projeto) e macro (ao nível da unidade de investigação ou das instituições que as enquadram).

A análise centrar-se-á aqui essencialmente sobre dois eixos: i) as questões metodológicas, no âmbito das quais tratará de situar e descrever os contextos de trabalho que serviram de terreno a esta pesquisa, bem como as especificidades de uma etnografia em contextos onde trabalho, inovação, conhecimento, ciência e tecnologia se intersejam quotidianamente; ii) a caracterização das dinâmicas e os contextos de observação a partir da perspetiva etnográfica, que deverá ter em conta que quer as

empresas, quer os laboratórios, não são espaços unidimensionais, contribuindo desta forma para evidenciar o caráter estratificado e a multiplicidade de interesses no interior destas organizações (Durão e Marques, 2001).

1. O projeto como objeto de estudo

A assunção do projeto como unidade de análise permitiu o estudo e a reflexão sobre as práticas de produção de conhecimento. Desta forma, nas empresas e nos laboratórios observados, a tentativa foi a de identificar os projetos em curso e no âmbito destes problematizar as práticas dos seus agentes, com vista à análise da construção social da criação de novo e/ou renovado conhecimento.

A definição do que se entende por um projeto é uma questão teórico-metodológica complexa. É possível optar por uma definição ampla e sem grande variação no tempo (Boutinet, 1990) ou uma mais restrita, que remete para uma aceção de projeto como um instrumento de gestão característico do denominado “Novo Espírito do Capitalismo” (Boltanski e Chiapello, 1999).

Os projetos de C&T estudados nas empresas e nos laboratórios têm características distintas. Se no caso das primeiras estão delimitados no tempo, alcançam determinados patamares e objetivos (produtos, aplicações, etc.), podendo depois ter continuidade no âmbito das linhas estratégicas das empresas, nos segundos estamos perante projetos de longo prazo que se estruturam em linhas e grupos de investigação que vão adicionando e revendo conhecimento e fazendo, eventualmente, as apelidadas descobertas científicas.

Em qualquer um dos casos, cada projeto enquadra-se na respetiva área de investigação, tem uma afetação de recursos humanos e materiais, caracteriza-se por uma temporalidade e tem um enquadramento social. Esta opção de cariz metodológico não retira à produção de novo conhecimento o seu caráter socialmente contextualizado e relativamente ao qual é difícil definir um momento fundacional (Fleck, 1979). Assim, assume-se que os projetos de C&T se enquadram numa trajetória técnico-científica e social longa (Kopytoff, 1999) e que contemplam redes sociotécnicas (Callon, 1989) e processos heterogéneos (Callon e Law, 1995).

2. As metodologias e os materiais da etnografia

2.1. A etnografia aplicada à análise de contextos empresariais e laboratoriais

Desde o fim da década de 1970 que a abordagem etnográfica se tornou comum nas pesquisas relativas à produção de conhecimento no âmbito dos estudos sociais de ciência e tecnologia. A partir da etnografia inaugural de Latour e Woolgar (1979), vários estudos se lhes seguiram tomando como unidades de análise contextos laborais e de produção de conhecimento, contribuindo para a construção e consolidação de uma genealogia de pesquisas nesta área (e. g. Knorr-Cetina, 1981).

Também nas empresas se desenvolveram estudos de cariz etnográfico, dos quais são exemplo o estudo que Garsten (1994) levou a cabo nos escritórios da *Apple* ou o estudo de Moeran (2007) numa agência publicitária no Japão. Em ambos os casos estamos perante terrenos de natureza tendencialmente descontínua e multisituada, o que exige adequar as práticas etnográficas a estas realidades, de forma a contribuir para a dessacralização do “lugar” científico (Latour e Woolgar, 1979).

No seu texto de 1995, Marcus propõe novas metodologias para a prática da etnografia no contexto do novo sistema mundial, que passariam pela adequação a objetos de estudo mais complexos, entre os quais “o estudo social e cultural da ciência e da tecnologia” (Marcus, 1995: 103). É neste sentido que é formulada a proposta com vista a uma etnografia multisituada (Marcus, 1995), que possa monitorizar as práticas e os discursos dos objetos de estudo a partir de múltiplos lugares de observação.

Os “modos de construção” desta etnografia multisituada passam pela monitorização dos vários agentes – humanos e não humanos¹ – procurando acompanhar “correntes, caminhos, linhas, conjunções ou justaposições (...)” (Marcus, 1995: 105), através do estabelecimento de uma presença física do etnógrafo que permita ou possibilite a compreensão de fenómenos culturais complexos, tal como o é o da produção de conhecimento novo ou renovado em ciência e tecnologia.

A natureza dos contextos laborais leva-nos muitas vezes a caracterizá-los enquanto espaços descontínuos, de interação, de coexistência e de negociação de identidades múltiplas. Como referem Durão e Marques (2001):

“Que as organizações, os contextos sociais (sócio-técnicos) da atividade de trabalho (na sua modalidade de trabalho assalariado) são espaços descontínuos, onde se recortam

¹ Ver as formulações de Callon (1986) e Latour (1987, 2005) no âmbito da “Ator-Network Theory” (ANT).

grupos, subgrupos, indivíduos em relação desigual, é uma velha aquisição da sociologia e da antropologia do trabalho.” (Durão e Marques, 2001: 53).

O carácter simultaneamente descontínuo e multisituado dos contextos de trabalho tende a acentuar-se nos laboratórios e nas empresas, dada a sua natureza crescentemente global e fragmentada. Como tal, impõe-se uma análise dos atores sociais e das suas práticas (Latour e Woolgar, 1979), transformando-as (bem como os discursos a elas associados) nas principais fontes de informação para o etnógrafo.

Haverá então de ter em conta as dimensões sociais da produção de conhecimento como objeto de estudo, o que deverá passar por uma compreensão e um mapeamento das redes de relações sociais (institucionais e individuais) a ele associadas. Assim, a atenção prestada “(...) às teias de relação e significado (dos grupos, das identidades, dos espaços de autonomia...) que fazem (e extravasam) as organizações de trabalho” (Marques, 2009: 57) é essencial para a consolidação de uma etnografia das práticas e dos processos de produção de conhecimento.

Se as práticas de investigação em empresas e laboratórios são olhadas por muitos autores enquanto resultado da produção social (e.g. Latour e Woolgar, 1979) e da interação entre os diversos agentes em ação, então o recurso à etnografia constitui uma ferramenta privilegiada para observar as múltiplas interações que decorrem dessas sociabilidades, pela importância que atribui aos quotidianos e ao trabalho em ato (Marques, 2009), impondo-se como instrumento por excelência para o estudo da produção do conhecimento em ação (Latour, 1987).

Ao assumirmos que entendemos a produção de conhecimento como algo que acontece entre setores, áreas de conhecimento, organizações e redes (Hoholm, 2011), a tarefa do etnógrafo passa, em grande medida, pela transformação de um terreno que lhe é estranho em algo familiar, com vista à “tradução” das interseções aí produzidas, bem como da linguagem e das práticas do contexto social do qual emerge o conhecimento. Tal como nos refere Thomas Hoholm (2011):

“Os processos de inovação que abrangem diferentes configurações (setores, empresas, redes, mercados) envolvem operações complexas de transferência de materiais, tecnologias, conhecimentos, práticas de trabalho, ideias e interesses. Isto não está apenas relacionado com o desenvolvimento técnico de inovações, mas também com a criação de mercados ou utilizadores, da inovação.” (Hoholm, 2011: 3).

O trabalho etnográfico realizado assentou na realização de observação presencial (Marques, 2009) em duas empresas e dois laboratórios.

Assumindo que é pelo trabalho de terreno que se chega às subjetividades e às dimensões reservadas mas absolutamente relevantes dos objetos de estudo (Durão e Marques, 2001), a realização de uma etnografia centrada na produção de conhecimento passa por investigar as estratégias de associação e dissociação que ligam “os *instrumentos* (computadores, sistemas operacionais, linguagens de programação), os *colegas* (analistas de sistema, programadores, engenheiros), os *aliados* (Estado, revistas especializadas) e o *público* (usuários, consumidores)” (Spiess e Mattedi, 2010: 466)², tentando ao mesmo tempo não perder de vista a “heterogeneidade interna das organizações e contextos de trabalho, as tensões e os espaços de poder, negociação e autonomia que aí se intersectam” (Durão e Marques, 2001: 57).

2.2 Os materiais da etnografia

A realização da etnografia construiu-se com recurso a diferentes ferramentas e práticas de investigação, o que levou à produção de diversos materiais gerados no âmbito de processos de interação social entre os atores envolvidos, “sejam eles cientistas, engenheiros, gerentes, marketing ou produção, funcionários ou clientes, governos e instituições financeiras, para não mencionar os atores não-humanos, tais como as tecnologias, textos e edifícios” (Hoholm, 2011: 38).

O trabalho de campo nos laboratórios decorreu entre julho e novembro de 2011 e o trabalho de campo nas empresas decorreu entre novembro de 2011 e dezembro de 2012.

A concretização desta estratégia metodológica exigiu o acionamento das seguintes técnicas de investigação:

- a) observação presencial de rotinas diárias, com a realização, sempre que possível, de tarefas administrativas ou técnicas de apoio à atividade quotidiana, entrevistas/conversas informais, reuniões de trabalho, eventos promovidos pelas empresas e laboratórios de apresentação de produtos, de resultados, de projetos, sessões de formação, sessões públicas de

² Itálicos no original. Os autores referem-se às empresas, mas um paralelismo pode ser facilmente efetuado, com alguns ajustamentos, para os laboratórios.

apresentação dos projeto de C&T e dos seus resultados; durante a observação foram produzidos diários e notas de campo;

- b) recolha e análise de documentação sobre as atividades, os membros implicados e os respetivos projetos de C&T em fontes diversas: documentos sobre os projetos, as empresas e os laboratórios; informação *online* (inter e intranet), informação da imprensa, informação organizacional, eventos públicos, informação sobre estratégias de I&D, etc.; entre estes materiais encontram-se folhetos, relatórios de progresso e relatórios finais de projetos, bem como *websites*, que aqui podem ser lidos enquanto ferramentas para o estabelecimento das redes sociotécnicas (Callon, 1989); realização de entrevistas semidiretivas a vários atores sociais, tais como dirigentes de topo, investigadores, profissionais, gestores de projeto, membros de consórcios, responsáveis pela gestão dos recursos humanos, responsáveis pela investigação e algumas pessoas do apoio logístico das empresas e laboratórios; foram realizadas 81 entrevistas.

A prática etnográfica foi levada a cabo por cinco investigadoras: uma em cada um dos laboratórios, uma numa empresa e duas numa outra empresa.

3. Os terrenos da investigação: empresas e laboratórios

A partir de um primeiro estudo exploratório foram selecionados dois laboratórios com o estatuto de Laboratório Associado (LA)³ e duas empresas com relações com LA e outros centros de investigação no âmbito de projetos de C&T.

O Laboratório 1, situado geograficamente na região de Lisboa e Vale do Tejo, foi criado em 2001, inicialmente agregando três institutos que já desenvolviam atividade científica, de forma individualizada e independente; mais tarde, em 2011, agregou um quarto instituto, contando com 983 trabalhadores no total das unidades neste último ano. Desenvolve investigação com ênfase na química e na biologia, trabalhando temas desde a molécula ao caso clínico.

³ O estatuto de Laboratório Associado foi atribuído, a partir de 1999, a instituições de investigação científica selecionadas pelas suas características para colaborar na prossecução de objetivos específicos de política científica e tecnológica do Governo, sendo consultados para a definição dos programas e instrumentos desta mesma política. O estatuto de Laboratório Associado é concedido a instituições de investigação científica de mérito reconhecido em avaliações externas segundo parâmetros internacionais.

O Laboratório 2, também localizado na região de Lisboa e Vale do Tejo, foi criado no final de 2001, mas só começou a funcionar como uma instituição de investigação conjunta em 2004, resultando da associação de cinco centros de investigação das áreas da biologia celular e molecular, biologia do desenvolvimento, bioquímica, imunologia, nutrição e neurociências. Em 2011 contava com 435 trabalhadores.

A Empresa A desenvolve as suas atividades nas áreas da energia, engenharia, ambiente e serviços, transportes e logística. O grupo económico onde se integra a Empresa A, no final de 2012, contava com 4676 trabalhadores, com sede em Matosinhos, cidade localizada no Norte de Portugal. No interior da empresa, os projetos de C&T selecionados enquadram-se nas áreas da automação e transportes.

A Empresa B é especializada na produção de *software* (produtos e serviços) em áreas como a aeronáutica, espaço, defesa, transporte, produção, energia, serviços financeiros e saúde. Com 314 trabalhadores em 2014, tem sede em Coimbra, zona Centro do país, mas possui também unidades em Lisboa e no Porto. Cria e implementa soluções de *software* que garantem o suporte de funções operacionais em áreas como a proteção pessoal, de monitorização da segurança do equipamento e procura garantir que os processos sejam conduzidos de forma segura e eficiente. A investigação debruçou-se sobre alguns dos projetos de C&T em que esta empresa criou tecnologia de *software*.

4. Desafios metodológicos de uma análise da produção de conhecimento em contextos empresariais e laboratoriais

Tomando como sustentação a discussão até ao momento desenvolvida sobre a metodologia adotada, procuraremos discutir de que forma o trabalho de terreno em contextos empresariais e laboratoriais se relaciona com o(s) seu(s) objeto(s), reflexão para a qual invocamos não só as dinâmicas de observação nas empresas e nos laboratórios, mas também a natureza das relações entre observadores e observados, e dos atores sociais com as suas “matérias”.

4.1. O trabalho etnográfico como metodologia de investigação partilhada

Apesar de alguns autores admitirem a possibilidade de partilha dos diários de campo (Sanjek, 1990), eles são geralmente pensados para serem lidos pelo etnógrafo

que os produz, para que estes possam “(...) produzir sentido através da interação com as notas mentais do etnógrafo” (Sanjek, 1990: 92). Nesta pesquisa, o terreno foi abordado coletivamente, o que implicou não só uma partilha do material produzido por cada investigadora sobre o seu terreno, mas também uma forma comum de organizar o material recolhido a partir de processos comuns de codificação e análise. Foram elaborados em conjunto grelhas e critérios de observação, guiões de entrevista e critérios de recolha de documentação sem prejuízo do trabalho realizado por cada investigadora na recolha, análise e questionamento da informação. A reflexão sobre a experiência da etnografia partilhada não é particularmente abundante, apesar de não constituir uma prática inovadora na disciplina (veja-se por exemplo os estudos etnográficos em equipa conduzidos por Franz Boas nas duas primeiras décadas do século XX). Contudo, alguns autores têm recentemente insistido na divulgação do seu *modus operandi*, apontando-a como a forma mais adequada de abordar terrenos etnográficos em constante reconfiguração:

“O trabalho de campo foi coletivo, mesmo que um investigador tenha feito uma incursão individual no terreno, porque as notas e fotografias de campo foram partilhadas e muitas vezes discutidas com o grupo de pesquisa como um todo. Desenvolvemos um conjunto comum de práticas para transcrever e catalogar notas de campo e entrevistas, de modo a torná-los mutuamente acessíveis, e a fazerem sugestões das nossas próprias observações que complementassem ou, por vezes, contradissem a experiência de um colega do campo.” (Fornäs *et al.*, 2007: 22).

Os diários de campo constituem a fonte principal de interpelação direta deste texto. Foi através da sua análise que pudemos identificar a grande maioria das questões que aqui debatemos e perceber até que ponto a experiência etnográfica levada a cabo nas empresas difere ou não daquela ocorrida nos laboratórios, assim como o reconhecimento dos paralelismos e antagonismos entre um e outro contexto.

Para além dos diários de campo, juntámos aos elementos de investigação uma “meta-análise” baseada na realização de entrevistas às cinco investigadoras que realizaram trabalho de terreno nas empresas e nos laboratórios sobre as respetivas experiências etnográficas⁴. Dado o seu caráter eminentemente reflexivo sobre a prática etnográfica, o conteúdo destas entrevistas constitui um precioso acervo etnográfico.

⁴ As entrevistas foram realizadas por Filipe Reis, tendo como base um guião da sua autoria.

4.2. Negociações, inclusões e exclusões do investigador no terreno

Etnografar processos de produção de conhecimento em ação implica seguir os atores (Latour, 1987) e perceber como as ideias, o conhecimento e o significado são gradualmente metamorfoseados e incorporados – em produtos, descobertas, artigos, soluções tecnológicas que transformam a inovação em algo real (Hoholm, 2011). A integração do etnógrafo no terreno passa sobretudo pela sua capacidade para seguir os atores sociais. Esta tarefa implica, por sua vez, identificar as suas intenções, estratégias e compromissos, e a forma como estes inscrevem significado nos seus materiais e nas suas atividades (Hoholm, 2011), nos seus gestos, nas suas interações. Assim, a análise da produção de conhecimento exige perceber como este circula, é transmitido e é construído.

4.2.1. Formalidade e informalidade no trabalho de terreno em contextos laborais

Na grande maioria das etnografias, o processo de entrada no terreno requer ou obedece a um processo de negociação da presença do etnógrafo. Ele opera-se, regra geral, através de uma crescente familiaridade com o objeto de estudo, levada a cabo de forma informal e descerimoniosa.

No caso das etnografias em contextos empresariais, o processo de entrada do etnógrafo no terreno obedeceu a um procedimento formal de aceitação deste no terreno, prévio à realização do trabalho de campo, e que se concretizou na assinatura de um acordo de confidencialidade.

Haverá então aqui que distinguir dois momentos distintos de etnografias em contextos de trabalho: i) a entrada do etnógrafo na unidade de pesquisa, que obedece a um processo formal e institucional: um horário de trabalho, autorização de entrada e circulação no terreno etnográfico, procedimento através do qual o trabalho de observação fica restringido à duração da vida profissional das pessoas (Caria, 1997); ii) a integração propriamente dita do etnógrafo no terreno, após a sua entrada. Se para o trabalho de terreno não sujeito a horário laboral, admissão e integração são concomitantes, para a etnografia em contextos de trabalho esses processos são dissociados e a integração é conseguida através da informalidade que se espera que suceda a um procedimento protocolar inicial.

A prática etnográfica marcada por um horário de trabalho pode levar a que o grupo de atores sociais seja tomado como uma comunidade fechada e circunscrita ao

contexto laboral. A esse respeito, Althabe (1991) alerta para o perigo de tomar empresas e laboratórios como se se tratassem de micro-sociedades (“a grande tentação etnológica”, Althabe, 1991: 19), e refere que:

“Os interlocutores que nós encontramos não se reduziram à condição que lhes é conferida na empresa. Cada um deles produz a sua identidade pessoal através da unificação singular de uma pluralidade de pertenças e, muitas vezes, a profissão já não é o centro da produção, é apenas uma referência organizacional.” (Althabe, 1991: 19).

A etnografia de que aqui damos conta procurou acompanhar não apenas as dinâmicas formais do trabalho em empresas e em laboratórios, isto é, a forma como os atores desempenham uma função ou tarefa, individualmente ou em equipa, mas também a dimensão informal das práticas quotidianas e interações entre os vários atores sociais, não menosprezando os atores não humanos, tendo em conta que “o social é socio-materialmente constituído” (Hoholm, 2011: 39). As dimensões “formal” e “informal” foram ambas mapeadas e apreendidas através da multiplicidade de pontos de observação no contexto do trabalho de terreno. Contemplam quer momentos de interação coletiva como reuniões e apresentação de produtos, quer as práticas quotidianas dos atores sociais.

A importância de uma “etnografia da informalidade” em contextos de trabalho tem-se revelado fulcral em diversos estudos sobre inovação e conhecimento em ciência e tecnologia. Tal como refere Hoholm:

“Como acontece com muitos outros etnógrafos, as conversas informais à mesa, junto à máquina do café e durante o almoço deram-me informações valiosas e com uma compreensão aprofundada das práticas da organização.” (Hoholm, 2011: 48)

Desta forma, se a negociação formal do processo de entrada das etnógrafas nas empresas e nos laboratórios obedeceu a pro formas institucionais, a negociação informal da sua presença entre os atores sociais foi um *continuum* de inclusões e exclusões quotidianas.

4.2.2. Da “observação distanciada e simultaneamente próxima”: *avanços e recuos* da análise

A entrada no terreno foi inicialmente pensada como podendo contemplar a prática da observação participante, e como tal foi equacionada a possibilidade de as investigadoras poderem realizar algumas tarefas no âmbito das práticas quotidianas de trabalho em cada um dos contextos laborais:

“Sim, até acho que foi a Cátia que sugeriu que uma boa maneira de entrar e de as pessoas terem confiança em mim seria executar tarefas, porque era uma coisa que se fazia todos os dias, várias vezes ao dia, e era uma maneira de ajudar o próprio trabalho do laboratório, e então ficou definido que eu iria executar algumas tarefas.”

(entrevista à investigadora que realizou trabalho de terreno no Laboratório 2)

Mas no caso específico dos laboratórios, a realização de certas tarefas especializadas eram vistas com apreensão por parte das etnógrafas que receavam comprometer o normal decorrer da atividade científica e o seu rigor:

“Tenho receio de participar pois é tudo muito metucioso e melindroso e mais do que milimétrico e eu não tenho treino nenhum; fico nervosa e penso logo que vou falhar e que isso porá em causa o procedimento que estão a fazer o favor de me deixarem ver e no qual me confiaram uma tarefa por mais pequena que seja.”

(Excerto do diário de campo – Laboratório 1)

Assim, e na maioria das situações relatadas pelas etnógrafas nos laboratórios, as tarefas que realizaram concentraram-se essencialmente em tarefas administrativas ou de apoio logístico ao trabalho em curso. A possibilidade da prática efetiva da observação participante foi em ambos os contextos limitada pela impossibilidade de incorporação instantânea de um *habitus* (Bourdieu, 1976) profissional necessário à *praxis* laboral dos contextos observados.

Situação semelhante verificou-se nas empresas. No caso de uma das investigadoras que estive na empresa B, por exemplo, também foi sugerido que participasse e traduzisse um manual de instruções de um produto, mas depressa se compreendeu da dificuldade em participar numa tarefa de uma exigência extrema em termos do domínio de conhecimentos e da linguagem utilizada.

A partir deste tipo de imperativos próprios do trabalho de terreno em contextos de ciência e tecnologia, Latour e Woolgar (1979) referem que apesar da sua presença quotidiana no laboratório, o fato de não replicarem as tarefas dos cientistas tornava a sua observação distanciada, o que constituiu um fator proporcionador de uma presença reflexiva nos contextos empresariais e laboratoriais e permitiu às investigadoras desenvolver uma atividade constante de observação e de reflexão sobre as prioridades e rumos do seu trabalho. Por exemplo, na empresa B, o facto de a investigadora estar sentada numa mesa com os seus “observados” permitiu não só desenvolver mecanismos de observação reproduzindo um *modus operandi* (sentada em frente a um ecrã de computador, tal como os profissionais em análise) que era simultaneamente de

afastamento (porque não estava em diálogo constante com os atores sociais) e de aproximação (pois estava a trabalhar “como eles”), mas também permitiu ir tomando decisões relativamente às ações a empreender, já que os atores sociais também desenvolviam mecanismos de expectativa relativamente ao que estaria a ser observado.

Efetivamente, a coexistência da distância e da proximidade na prática etnográfica é operativa e tem especial eficácia para os contextos de observação em questão. A descontinuidade intrínseca do terreno bem como o tipo de atividades que nele se produzem acentuam a necessidade da adoção de metodologias plásticas: o trabalho de campo fez-se tanto *online* como *offline*, na observação distanciada como na proximidade do diálogo e da convivialidade.

Vejamos alguns excertos dos diários de campo e das entrevistas e a forma como estes ilustram os processos de negociação quotidiana da presença das etnógrafas no terreno. Entre os principais obstáculos, há que referir a estranheza com que as metodologias das etnógrafas eram percecionadas pelos seus “objetos de estudo”:

“Cátia Manguera recebeu-me e apresentou-me às várias pessoas presentes nas diferentes salas do laboratório. As pessoas já sabiam da minha presença e foi frequente o comentário ‘vem observar-nos’ mas dito com algum humor. Percebi nos restantes dias que ao humor se juntou alguma apreensão, que deve ser entendida como ‘natural’.”

(Excerto do diário de campo – Laboratório 2)

Se as etnógrafas tiveram de solicitar constantemente uma “tradução” da linguagem empresarial e laboratorial, o mesmo sucedia no sentido inverso – os atores sociais também necessitavam de uma “tradução” daquilo que era a linguagem da etnografia:

“Está a fazer-lhe confusão o que é que eu ia ver ali no laboratório e tive que explicar-lhe através de exemplos o que ia ali à procura (como vocês transferem conhecimento, etc.). Ao Carlos faz-lhe muita confusão o que eu vou analisar, tem muita curiosidade...”

(Excerto do diário de campo – Laboratório 1)

Ao mesmo tempo, e tal como no imaginário coletivo está presente uma imagem recorrente sobre a figura do cientista (a bata branca, os tubos de ensaio,...), e do engenheiro informático (em frente a um ecrã), também existia, por parte dos atores sociais, projeções e construções quanto ao *modus operandi* da etnografia e à imagem do etnógrafo:

“Fazia-lhes alguma confusão o que é que eu exatamente andava à procura, o que é que eu exatamente andava a ver. Uma vez fizeram-me um comentário de que julgavam que eu ia andar com um caderninho atrás deles sempre a anotar tudo.”

(entrevista à investigadora que realizou trabalho de terreno no Laboratório 1)

Também a gestão das presenças e das ausências das etnógrafas no terreno foi alvo de escrutínio entre os atores sociais. Efetivamente, os processos de integração nos contextos estudados conduzem muitas vezes a uma incorporação ou adoção do investigador no contexto dos “observados” que se pode traduzir através de um mimetismo fiel das suas práticas e das suas performances. A lembrança de que afinal o etnógrafo não é parte daquela “comunidade” obriga a recorrentes negociações da sua presença no terreno:

“Percebo que o facto de não estar cá alguns dias seguidos (quinta e sexta, em que tive reuniões, e sábado e domingo que foi fim-de-semana) não faz muito bem à minha relação com eles. Ouço piadas como ‘Então essas férias foram boas?’ e sinto que tenho que reconquistar a distância que me separa deles, sempre que isto acontece.”

(Excerto do diário de campo – Laboratório 1)

As etnógrafas observaram profissionais e cientistas de ciências que lhes eram estranhos e os atores sociais reagiram e explicaram a sua ciência à luz daquilo que foram as suas interpretações sobre as etnógrafas. Deste modo, foi num ambiente de linguagem incomum entre as partes que decorreu o trabalho etnográfico, tendo sido, portanto, necessário e importante, ao longo do trabalho empírico, encontrar um lugar-comum de conversação.

Mas para além da estranheza provocada pela presença e pelos objetivos do trabalho do etnógrafo, comum a todos os terrenos, os contextos laborais comportam uma outra questão de carácter metodológico: a observação e a interação com os atores sociais ocorrem durante o seu período de trabalho, e não é raro que a presença do etnógrafo seja entendida como um entrave à produtividade pelas chefias, em particular nas empresas. Alguns excertos dos diários de campo dão-nos conta de algumas destas situações:

“(…) sublinhou que preferia que viesse somente uma tarde por semana, e sempre o mesmo dia da semana para não desestabilizar, e pediu que não questionasse muito os funcionários nem solicitasse documentação.”

(excerto de diário de campo – Empresa A)

E ainda:

“Quando cheguei ao portátil tinha uma mensagem do X a dizer para ocupar o mínimo tempo possível com as pessoas. Significa que por detrás deste funcionamento informal há uma pressão enorme para não se desperdiçar tempo. Aparentemente, o que preocupou foi as entrevistas terem uma ‘duração significativa’. Estava a pensar ir para o lado do Y vê-lo trabalhar, mas penso que será melhor deixar para amanhã de manhã.”

(excerto de diário de campo – Empresa B)

Um dos principais desafios do trabalho etnográfico constitui-se na transformação de um terreno inicialmente desconhecido num terreno familiar. Esta missão, que é comum a toda a prática etnográfica, tem no caso das empresas e dos laboratórios uma tarefa paralela: a desconstrução das práticas das ciências “duras” e/ou “puras”, não raramente mistificadas e misteriosas para leigos, bem como da linguagem tida como encriptada dos engenheiros, o que exigiu um trabalho de descodificação da linguagem, dos discursos formais e informais, e das práticas dos atores sociais nos contextos analisados.

No entanto, e seguindo Latour e Woolgar (1979), mais do que o estudo da “metalinguagem” dos informantes, o centro da análise reside nos atores e nas suas práticas. Procurou-se não sobrevalorizar os discursos produzidos de forma ordenada, isto é, os discursos de carácter institucionalizado e formal, e dar atenção aos discursos “desordenados” produzidos por jovens investigadores (cientistas e engenheiros) no seu trabalho de produção de conhecimento.

A afirmação dos terrenos em causa como descontínuos levou-nos a optar por estar presente no quotidiano de trabalho, mas também *online* noutros momentos, fora dos espaços de trabalho e em reuniões e apresentações internas e externas às organizações. A comunicação *online* via *skype*, particularmente usada por uma das investigadoras na empresa B, foi fundamental, quer para a criação de um espaço virtual informal de sociabilidade que cada ator social ocupa com muita facilidade já que é um espaço “privado” e que permite uma liberdade acrescida de expressão, quer para o esclarecimento de questões e de dúvidas e a troca de informações (solicitação de documentos, marcação de entrevistas, informação sobre a agenda de trabalho, etc.), quer para conversas várias acerca do trabalho. Se o universo laboral das empresas é distante do das investigadoras no que diz respeito à sua orgânica e às características das relações de emprego dos atores sociais que analisam – relativa estabilidade e segurança no trabalho, existência de contratos e de vínculos laborais efetivos, financiamento não dependente do Estado, etc. – a realidade dos laboratórios é bem mais próxima da das investigadoras, quer em termos da natureza do trabalho, quer da situação profissional –

precarização da investigação científica, financiamentos dependentes maioritariamente do Estado.

Tal como referem Selim e Sugita (1991), a empatia ou proximidade pode funcionar numa perspetiva dialética e deve ser levada em conta e constituída enquanto material etnográfico:

“A consciência que certos etnógrafos têm da sua precariedade assim que estão imersos na empresa pode ser interpretada como um material etnográfico.” (Selim e Sugita, 1991: 10).

Mas se os laboratórios compreendem, enquanto terrenos etnográficos, uma aparente proximidade causada pelas características do seu tecido social, algo que poderá conduzir a uma identificação das etnógrafas com o contexto em análise, as práticas e os discursos aí presentes não se apresentaram inteligíveis para as investigadoras.

4.3. Espaços de trabalho e dinâmicas de interação como ferramentas de trabalho

Os contextos de observação das duas empresas são espaços onde decorrem múltiplas atividades e onde interagem diferentes atores desempenhando tarefas distintas. Nas empresas, a maior parte do tempo de trabalho decorre em salas *open-space*, nas quais cada posto de trabalho corresponde a um ou mais computadores.

As características da atividade laboral desenvolvida nas empresas, bem como os espaços criados para o efeito, contribuem para a manutenção de uma certa informalidade, que é, em muitos casos, incentivada pelas próprias chefias:

“É um espaço bastante dinâmico, em que apesar de maior parte do tempo estarem sentados na secretária em frente ao computador, conversam muito, quer para os colegas do lado, quer da frente, sobretudo de questões de trabalho, mas de forma bastante descontraída. É comum juntarem-se aos pares para esclarecer dúvidas e saírem das suas secretárias para ajudar algum colega.”

(excerto do diário de campo – Empresa A)

As características dos espaços de trabalho prendem-se, naturalmente, com a natureza da atividade desenvolvida e que se traduz numa atividade de permanente manipulação e utilização de ferramentas disponíveis em terminais de computador:

“Sento-me e preparo o meu ‘local de trabalho’. O ambiente é: as pessoas estão todas sentadas, permanentemente ao computador. Têm todos computadores fixos ou portáteis. Levantam-se e sentam-se dos seus lugares sempre e conversam de forma

informal, ainda que a maior parte do tempo estejam em silêncio. Alguns deles usam phones, talvez para ouvir música. Para atender os telefones saem da sala.”

(excerto do diário de campo – Empresa B)

A criação de um *software* ou de um algoritmo, por exemplo, exige uma atividade de construção permanente de códigos que é acompanhada por uma consulta de documentação vária na internet e na intranet. Por sua vez, na medida em que estamos perante, na esmagadora maioria dos casos, de engenheiros, a paridade do título académico potencia uma acrescida horizontalidade das relações de trabalho e o modelo de organização do trabalho em equipa, que caracteriza as equipas responsáveis por projetos de C&T, o que acaba por se traduzir numa estrutura relacional de cariz matricial.

Persistem, no entanto, diferenças entre as duas empresas. Se em ambas há uma informalidade manifesta a vários níveis, nomeadamente através da indumentária dos trabalhadores ou pelas formas de tratamento entre pares que se pautam por uma transversalidade e horizontalidade das relações, que não distingue, numa primeira leitura, hierarquias, a formalização das relações hierárquicas na empresa B é claramente mais visível do que na Empresa A. A informalidade no ambiente de trabalho e nas relações de sociabilidade é construída e alimentada pelas chefias de ambas as empresas, pela promoção, entre outras coisas, de formas de lazer coletivas que fomentem o sentido de unidade e de “espírito de corpo” (Bourdieu, 1989) da empresa. Um exemplo é o da organização das equipas de trabalho. Se na Empresa A as equipas de trabalho se estruturam de forma orgânica, sendo destacável, essencialmente, a existência de um coordenador, já na Empresa B, e adotando uma metodologia de trabalho adaptada à criação de uma tecnologia de *software*, a estrutura é bem mais complexa. Por exemplo, num dos projetos de C&T estudados, que tem como objetivo central a criação de uma tecnologia de *software* de gestão e otimização de informação, identificamos as seguintes posições na equipa de trabalho, numa lógica de dependência hierárquica: o *project owner*, que gere a relação entre a equipa e os clientes e vai fazendo os devidos ajustamentos ao que está a ser realizado; é “a personificação do cliente” e “é quem coloca a pressão para que as coisas aconteçam todas a um certo ritmo”, “o ‘*project owner*’ personifica o mercado. É também um ‘*business developer*’ (excertos da entrevista ao *product owner* do projeto); o *project manager*, que gere o projeto; o *technical manager*, que criou o projeto com o *product owner* e que gere as questões técnicas do projeto; os *project developers*, que são quem cria e desenvolve a tecnologia,

incluindo, quer os engenheiros responsáveis pela criação e desenvolvimento da tecnologia, que o *designer* de comunicação, que cria a plataforma tecnológica de ligação com o utilizador. Mesmo entre os *project developers* há um responsável pela coordenação do trabalho. Esta divisão do trabalho é efetiva, visível no quotidiano de trabalho e coexiste com a informalidade das relações e do tratamento por “tu”. É também notória nas reuniões, em que, usando uma linguagem bastante informal, o *project owner* e o *project manager* exercem sobre a equipa um efetivo papel de autoridade.

Nas empresas predomina uma lógica de comunicação fluida e integrada numa lógica de trabalho em equipa, e a organização física dos espaços está igualmente pensada de forma a facilitar essa comunicação entre pares.

A fluidez da comunicação é acentuada através do recurso às tecnologias de diálogo *online*, regra geral utilizando *chats* coletivos, onde elementos que trabalham num mesmo projeto trocam impressões sobre o mesmo. No entanto, este *chat*, essencialmente realizado em grupos criados no programa *skype*, é também utilizado para conversas mais mundanas, nomeadamente para combinações relativas às refeições e aos momentos de lazer no interior e no exterior da empresa.

Relativamente aos laboratórios, os espaços de trabalho apresentam-se mais compartimentados, dada a diversidade de tarefas que aí são realizadas e a sua maior individualização. Cada investigador tende a dedicar-se a um projeto individual, o que leva a que a comunicação durante o tempo de trabalho não seja muito intensa. A multiplicação de espaços, cada um com as suas especificidades, prende-se com os tipos de experiências que são realizadas em cada laboratório.

Os laboratórios são também lugares mais “densos” do ponto de vista dos sentidos, já que para além dos sons há também que contar com a ativação do olfato, com maior incidência nos laboratórios onde se realizam experiências com recurso a animais (essencialmente peixes e moscas):

“O cheiro foi a primeira coisa em que reparei, com leve desagrado. “Cheira a peixe”, foi o que pensei, nariz torcido.”

(excerto do diário de campo – Laboratório 2)

Para além de espaços com equipamento específico (estufas, incubadoras, etc.) para a realização das experiências, estas decorrem regra geral nas bancadas, espaço partilhado entre técnicos e investigadores. Esta partilha não corresponde a uma

horizontalidade das relações de trabalho, já que os técnicos não desenvolvem atividades de investigação, mas de apoio. Mas se os instrumentos de trabalho característicos dos laboratórios são aqueles que associamos ao “ofício da ciência”, há que referir que os computadores constituem um utensílio indispensável no quotidiano dos laboratórios, podendo eventualmente substituir o trabalho de bancada:

“Muitos investigadores muitas das vezes estão a fazer coisas como o alimento das moscas, ou ao computador, não estão às bancadas”, diz Cátia. ‘Ai sim?’, perguntamos. ‘Sim, hoje em dia cada vez menos tempo se passa à bancada’, refere C. ‘Por exemplo, temos aqui a trabalhar muita gente das engenharias, das informáticas’, explica, pois com os avanços tecnológicos ao nível da imagem sentiu-se a necessidade de ‘recrutar’ gente dessas áreas (ex. aumentar tamanho de x imagem, imagem tridimensional, etc., etc.).”

(excerto do diário de campo – Laboratório 2)

Contudo, o “trabalho de bancada” continua a ser, nos laboratórios observados, uma das principais atividades da investigação científica. Desta forma, nestes laboratórios, o trabalho desenvolvido implica muitas vezes a adoção de procedimentos e indumentária específicos que têm de ser criteriosamente cumpridos, pois o seu não cumprimento poderá inviabilizar a experiência em curso. Assim, a utilização de batas e/ou luvas, bem como de instrumentos técnicos, faz parte do quotidiano de investigação dos laboratórios:

“O trabalho de bancada pode não implicar vestir uma bata, mas implica sempre estar de luvas, utilizar substâncias, utilizar amostras (sementes, arroz, arábido, DNA, RNA, etc.), utilizar a pinça ou a pipeta, a pompete ou qualquer outro instrumento que mede o trabalho do investigador e dos não-humanos seu objecto de estudo.”

(excerto do diário de campo – Laboratório 1)

Tal como nas empresas, também nos laboratórios o ambiente é de grande informalidade, algo que contribui para a diluição das hierarquias e para a criação de um sentido de horizontalidade, ainda que com as especificidades organizacionais referidas. Em ambos os laboratórios observados existe, de forma bastante consolidada, uma rotina formal de discussão do trabalho individual dos investigadores, através da promoção de sessões periódicas onde rotativamente cada investigador apresenta e convida à discussão sobre o estado atual da sua pesquisa.

Estes momentos combinam, no entanto, a informalidade com uma grande exigência em relação ao trabalho dos pares e o fomento da competição entre eles (tal como é referido para o Laboratório 2), mas que não deixa de contribuir para a coesão e

para o “espírito de corpo” (Bourdieu, 1989) dos investigadores pertencentes a determinada unidade de investigação.

Nos laboratórios, tal como nas empresas, a convivência entre pares é alimentada por rotinas de socialização que atravessam o quotidiano do trabalho, como, por exemplo, a celebração dos aniversários de todos os elementos do laboratório, e da comensalidade associada a estas ocasiões, bem como a apresentação semanal de *papers*. Quer nos aniversários, quer na apresentação de *papers*, alguém fica encarregue de providenciar um bolo para ser partilhado na ocasião:

“É prática do Journal Club: quem fizer a apresentação seguinte, cozinha e traz bolo. Calhou à Y.”

(excerto do diário de campo – Laboratório 2)

A importância destes momentos de comensalidade é várias vezes referida pelas investigadoras que realizaram trabalho de terreno nos laboratórios. Se, por um lado, estas ocasiões se constituem como excecionais do ponto de vista da integração no contexto laboral observado, elas são também reveladoras da informalidade e da naturalização de certas práticas que se assumem como intrínsecas à atividade científica:

“Pessoas com canecas, leite e café, bebem, outras lavam, Bia e Magda, lavam no lava-loiça. Eu acho isto importante pois caracteriza a vida profissional dos cientistas ali, fazem tarefas mundanas – como lavar a loiça no local de trabalho - e mostra o à vontade, a partilha do comum... Até vemos ali pessoas a lavar os dentes, como está descrito à frente...”

(excerto do diário de campo – Laboratório 2)

A integração das investigadoras nesta diversidade de espaços de trabalho e a compreensão da sua relação com a organização do trabalho, o conteúdo do trabalho e as formas de interação exigiu uma reflexão sobre estes elementos, no sentido, não apenas da integração no terreno, mas também de potenciar o uso e a análise dos espaços físico e social para a compreensão dos processos de produção de conhecimento. Interação *online* e presencial, formas de organização e de ocupação do espaço, tempos formais e informais de interação foram aspetos essenciais para a investigação, atendendo à invisibilidade dos processos de trabalho e à fluidez das respetivas atividades.

Conclusão

O objetivo deste texto prende-se com uma reflexão sobre a aplicação da metodologia etnográfica na análise de atividades de produção de conhecimento em contextos de trabalho, e muito concretamente a empresas e laboratórios enquanto terrenos distintos e diferenciados entre si. Efetivamente, e como cremos que fica patente após a sua leitura, o trabalho de terreno etnográfico realizado nas empresas e nos laboratórios aqui caracterizados revelou-se como elemento fundamental para a compreensão não apenas da natureza do trabalho realizado em ambos os contextos, mas também das relações de trabalho e da sua organização. Estas duas últimas dimensões foram retidas como eixos fundamentais de discussão do conteúdo do trabalho, já que é em dinâmicas permanentes de interação entre humanos e não humanos (virtual e presencial, isoladamente ou em discussão coletiva) que o conhecimento é produzido. Às particularidades do objeto de estudo acrescem também as especificidades do objeto empírico, marcado por uma aparente invisibilidade imediata, mas que, por via de estratégias metodológicas várias acionadas, potenciou a sua visibilidade. Assim, os momentos de interação social revelaram-se momentos fundamentais de análise, quer na sua dimensão formal (reuniões, debates, apresentações), quer informal (comensalidade, momentos de lazer), bem como a interação virtual – que oscila entre a formalidade e a informalidade, adequando-se e servindo como ferramenta em ambos os casos. A possibilidade aberta pela etnografia da observação a partir de vários lugares (os físicos e os virtuais) adapta-se positivamente à natureza de contextos de trabalho descontínuos e multisituado, tal como o é o caso destes aqui observados.

O acompanhamento dos projetos de C&T como unidades de análise, e, logo, das equipas que os desenvolvem, constitui uma nova abordagem à produção de conhecimento em contextos empresariais e laboratoriais, que se pauta, entre outras características, por uma atenção às micro-práticas dos atores sociais, bem como às dimensões humanas e não-humanas dos processos de produção de conhecimento. A assunção dos projetos de C&T como unidade de análise potenciou igualmente o uso de procedimentos metodológicos idênticos em ambos os contextos, permitindo um confronto entre dois mundos que produzem, de forma distinta, conhecimento e, logo, inovação. Importa, assim, desmistificar a ideia dos laboratórios como espaços únicos de produção de novo conhecimento, ou, se quisermos, de realização de descobertas, bem como das empresas como os agentes exclusivos da inovação.

Referências bibliográficas

- ALTHABE, Gérard (1991), “‘Désacraliser l’entreprise; un terrain ethnologique banal’ entretien réalisé par Monique Selim”, *Journal des Anthropologues*, 43-44, pp. 17-23.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve (1999), *Le nouvel esprit du capitalisme*, Paris, Gallimard.
- BOURDIEU, Pierre (1976), “Le champ scientifique”, *Actes de la Recherche en sciences sociales*, 2 (2-3), pp. 88-104.
- (1989), *La noblesse d’État. Grandes écoles et esprit de corps*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- BOUTINET, Jean-Pierre (1990), *Anthropologie du projet*, Paris, PUF.
- CALLON, Michel (1986), “Some Elements of a Sociology of Translation: Domestication of the Scallops and the Fishermen of St Brieuc Bay”, in John Law (ed.), *Power, Action and Belief: A New Sociology of Knowledge*, London, Routledge & Kegan Paul, pp. 196-223.
- CALLON, Michel; LAW, John (1995), “Agency and the hybrid collective”, *The South Atlantic Quarterly*, XCIV (2), pp. 468-485.
- CARIA, Telmo H. (1997), “Leitura sociológica de uma experiência de investigação etnográfica”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, 25, pp. 125-138.
- DURÃO, Susana; MARQUES, Emília Margarida (2001), “Os vidreiros e a máquina, o tipógrafo e o designer: reflexões sobre a antropologia do trabalho”, *Etnográfica*, 5 (1), pp. 47-68.
- FLECK, Ludwik (1979), *Genesis and Development of a Scientific Fact*, Chicago, University of Chicago Press.
- FORNÅS, Johan et al. (2007), *Consuming Media, Communication, Shopping and Everyday Life*, New York, Berg.
- GARSTEN, Christina (1994), *Apple World – Core and Periphery in a Transnational Organizational Culture*, Stockholm, Gotab.
- HOHOLM, Thomas (2011), *The contrary forces of Innovation. An Ethnography of Innovation in the Food Industry*, New York, Palgrave Macmillan.
- KNORR-CETINA, Karin (1981), *The Manufacture of Knowledge: An Essay on the Constructivist and Contextual Nature of Science*, Oxford, Pergamon Press.
- KOPYTOFF, Igor (1999), “The Cultural Biography of Things: commoditization as process”, in Arjun Appadurai, *The Social Life of Things*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 64-91.
- LATOUR, Bruno (1987), *Science in Action: How to Follow Scientists and Engineers through Society*, Cambridge Mass, Harvard University Press.

- (2005), *Reassembling the Social: An introduction to Actor-Network-Theory*, Oxford, Oxford University Press.
- LATOURE, Bruno; WOOLGAR, Steve (1979), *Laboratory Life: the Construction of Scientific Facts*, Chichester, Princeton University Press.
- LYNCH, Michael (1985), *Art and artifact in laboratory science: a study of shop work and shop talk in a research laboratory*, London, Routledge & Kegan Paul.
- MARCUS, George E. (1995), “Ethnography in/off the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography”, *Annual Review of Anthropology*, 24, p. 95-117.
- MARQUES, Emília M. (2009), *Os operários e as suas máquinas. Usos sociais da técnica do trabalho vidreiro*, Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- MOERAN, Brian (2007), *Ethnography at Work*, Oxford and New York, Berg.
- PAVITT, Keith (2005), “Innovation Process”, in J. Fagerberg, D. C. Mowery and R. R. Nelson (eds.), *The Oxford Handbook of Innovation*, Oxford, Oxford University Press, pp. 86-114.
- SANJEK, Roger (1990), “A vocabulary of fieldnotes”, in Roger Sanjek (ed.), *Fieldnotes. The making of anthropology*, Ithaca and London, Cornell University Press, pp. 92-121.
- SELIM, Monique; SUGITA, Kurumi (1991), “Parcours ethnologiques dans l'entreprise”, *Journal des Anthropologues*, 43-44, pp. 9-17.
- SPIESS, Maiko R.; MATTEDI, Marcos A. (2010), “Da associação à dissolução da rede sociotécnica do processador de texto *Fácil*: subsídios para uma etnografia da tecnologia”, *MANA*, 16 (2), pp. 435-470.
- TRAWEEK, Sharon (1988), *Beam Times and Life Times: The World of Particle Physics* Cambridge, MA, Harvard University Press.

Luísa Veloso (autor de correspondência). Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – Instituto Universitário de Lisboa (CIES-ISCTE/IUL) (Lisboa, Portugal). Endereço de correspondência: CIES-IUL, Edifício ISCTE, Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal. *E-mail*: Luisa.Veloso@iscte.pt.

Joana Lucas. Centro em Rede de Investigação em Antropologia – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (CRIA-FCSH/NOVA) (Lisboa, Portugal). *E-mail*: joana.i.lucas@gmail.com.

Paula Rocha. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – Instituto Universitário de Lisboa (CIES-ISCTE/IUL) (Lisboa, Portugal). *E-mail*: paula.alex.rocha@gmail.com.

Artigo recebido a 29 de setembro de 2014. Publicação aprovada a 21 de outubro de 2014.

Reverberações da medicalização: paisagens e trajetórias informacionais em consumos de performance

Telmo Costa Clamote

Instituto Universitário de Lisboa

Resumo

Este artigo discute a relação entre fontes de informação e práticas sociais no domínio do consumo de medicamentos e outros produtos para fins de performance. Situando-a no quadro das paisagens informacionais contemporâneas, analisa como a pluralidade de fontes que as compõem vão sendo articuladas em trajetórias informacionais, na organização de práticas e disposições de consumo. Essas trajetórias permitirão explorar a diversidade de vias pelas quais se difunde esta lógica social de consumo, relevando o seu entroncamento e suas implicações nos processos de medicalização e nos contextos de ação dos indivíduos. Esta discussão tem como suporte empírico resultados de um estudo de âmbito nacional sobre consumos de performance na população jovem em Portugal.

Palavras-chave: fontes de informação; medicalização; consumos de performance.

Abstract

Reverberations of medicalization: infoscapes and informational trajectories in performance consumptions

This article discusses the relationship between information sources and social practices in the use of medicines and other products for performance purposes. Setting it against the backdrop of contemporary infoscapes, we analyze how the plurality of information sources they comprise are articulated in informational trajectories, which structure consumption practices and dispositions. These trajectories enable us to grasp the diversity of social avenues through which this social logic of consumption is advanced. Particularly, we will emphasize its articulation with processes of medicalization and individuals' contexts of action, and its implications. The empirical evidence for this discussion comes from a national study on performance consumptions among young people in Portugal.

Keywords: information sources; medicalization; performance consumptions.

Résumé

Réverbérations de la médicalisation: paysages informationnels et trajectoires autour des consommations pour la performance

Cet article traite de la relation entre sources d'information et pratiques sociales dans le domaine de la consommation de médicaments et d'autres produits avec des objectifs de performance. La situant dans le cadre des paysages informationnels contemporains, nous analysons comment la pluralité de sources d'information qui les constituent est articulée dans des trajectoires informationnelles, à travers lesquelles se structurent des pratiques et dispositions de consommation. Ces trajectoires vont permettre d'explorer la diversité de voies de diffusion de cette logique sociale de consommation, soulignant ses articulations avec les processus de médicalisation et les contextes d'action des individus, et leurs implications. Les données empiriques de cette discussion proviennent d'une étude nationale sur les consommations pour la performance parmi les jeunes au Portugal.

Mots-clés: sources d'information; médicalisation; performance.

Resumen

Reverberaciones de la medicalización: Paisajes y trayectorias informacionales en consumos para el desempeño

Este artículo discute la relación entre fuentes de información y prácticas sociales en el campo del consumo de medicamentos y otros productos con objetivos de desempeño. Teniendo como marco los paisajes informativos contemporáneos, analiza cómo la pluralidad de fuentes que los conforman es articulada en trayectorias informacionales, a través de las cuales se organizan prácticas y disposiciones de consumo. Estas trayectorias permiten la exploración de la diversidad de formas de difusión de esta lógica social de consumo, enfatizando sus articulaciones con los procesos de medicalización y los contextos de acción de los individuos, y sus implicaciones. La evidencia empírica de la discusión proviene de un estudio nacional sobre consumos para el desempeño entre los jóvenes en Portugal.

Palabras clave: fuentes de información; medicalización; desempeño.

Introdução

O consumo de medicamentos, e outros produtos, para finalidades de performance – como seja o desempenho físico ou cognitivo –, particularmente entre os jovens, constitui um tópico crescentemente promovido em agendas de pesquisa que vão renovando o nexu histórico (Foucault, 2003a) entre preocupações de saúde pública e ciências sociais, *lato sensu*. Compreendendo desde medicamentos aprovados para fins terapêuticos, consumidos com finalidades de desempenho (como o uso de psicofármacos na gestão quotidiana de situações pontuais de ansiedade), até uma crescente gama de suplementos alimentares comercializados especificamente para otimizar determinadas formas de performance (como suplementos vitamínicos para o

desempenho cognitivo ou suplementos proteicos para o desenvolvimento de massa muscular), várias dimensões podem concorrer para estruturar estas práticas de consumo – como sejam as perceções de risco (Raposo, 2010) associadas a esses recursos pelos indivíduos ou as suas orientações mais amplas face à saúde (Pegado, 2010). As fontes de informação, em particular, na sua materialidade social, tendem a tomar alguma saliência nessa discussão.

Contudo, a acumulação de evidência empírica a partir daquele nexo de pesquisa pode, ao mesmo tempo, exercer algum condicionamento normativo da problematização sociológica deste objeto, ao potenciar um fechamento analítico e empírico em torno das dinâmicas consideradas desviantes na estruturação do fenómeno. Visando este artigo analisar sociologicamente a estruturação de disposições e práticas de consumo para fins de performance, a partir do ângulo de análise das fontes de informação associadas a esse fenómeno, procurar-se-á, pois, sustentar uma abordagem que identifique e obvie os riscos metodológicos e analíticos daquele fechamento.

Em primeiro lugar, aprofundando a diversidade de papéis que as fontes de informação podem desempenhar na organização de disposições e práticas de consumo terapêutico. Esse aprofundamento será discutido como uma necessidade analítica em função da morfologia das *paisagens informacionais* contemporâneas, e operacionalizada a partir da noção de *trajetórias informacionais*.

Segundo, operando uma simetrização (Latour, 2005) de todas as fontes de informação potencialmente envolvidas na difusão e na organização dos consumos de performance, ou seja, incorporando-as de igual modo na análise independentemente do seu estatuto normativo. Por estas vias se visa captar a potencial diversidade de dinâmicas sociais presentes na estruturação deste fenómeno e a forma como se articulam, melhor discriminando o seu lugar explicativo.

Em particular, as dinâmicas de farmacologização (Lopes, 2003), traduzindo a centralidade e difusão do medicamento como ferramenta terapêutica e as possibilidades que oferece de gestão quotidiana da existência incorporada dos indivíduos, vêm constituindo um quadro indispensável para a compreensão dos consumos terapêuticos (Lopes, 2010) em geral, e aqueles especificamente dirigidos à performance. Contudo, a dialética constitutiva da farmacologização com os processos de medicalização (Conrad, 2007), pelos quais cada vez mais aspetos da vida humana são categorizados e regulados pela medicina (por via, entre outras, do medicamento), tem sido menos explorada. As fontes de informação associadas aos consumos de performance, abordadas de forma

simetrizada, constituem precisamente uma dimensão privilegiada para discutir o eventual entroncamento desse fenómeno nos próprios processos de medicalização, a sua articulação com o campo da saúde e o seu enraizamento nos contextos de ação dos indivíduos. Será com essa abertura de campo que concluiremos esta análise.

O suporte empírico desta discussão provém de um projeto de investigação sobre consumos terapêuticos de performance na população jovem em Portugal¹ e é constituído por dados de um inquérito por questionário (autoadministrado) a nível nacional (n=1483), construído – numa estratégia de métodos mistos (Rodrigues, 2010) – após a condução de dez grupos focais (n=57) como técnica exploratória. A amostra do questionário – por quotas, não proporcional – contempla estudantes universitários (de diversos cursos, nas áreas de Saúde, Artes, Engenharia e Ciências Sociais) e jovens trabalhadores sem frequência universitária (trabalhando em *call-centers* e *mega-stores*), com idade compreendida entre os 18 e os 29 anos.

1. Paisagens e trajetórias informacionais em consumos terapêuticos: uma abordagem sociológica

“it is possible for something to be both a quantum of information and a vector of meaning”

David Foster Wallace, «Deciderization 2007 – A Special Report»

Debruçando-se este texto sobre a relação entre fontes de informação e práticas sociais de consumo terapêutico – para o caso, de medicamentos e outros produtos, para fins de performance –, essa relação carece de uma problematização sociológica prévia. Carece-o tanto mais quanto sobre essa relação recai socialmente um quadro de pressupostos normativos anexados às lógicas e às estruturas de regulação social moderna do campo da saúde, decretando a primazia do conhecimento científico produzido por sistemas periciais (Giddens, 1990) na prescrição e validação das práticas dos indivíduos. Independentemente da legitimidade social que possa ser associada a

¹ Projeto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/CS-SOC/118073/2010), “Consumos terapêuticos de performance na população jovem: trajetórias e redes de informação”, realizado através do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL) do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, em parceria com o Centro de Investigação Interdisciplinar Egas Moniz (CiiEM) do Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz. A equipa de investigação foi constituída por Noémia Lopes (coordenadora), Telmo Clamote, Hélder Raposo, Elsa Pegado, Carla Rodrigues e Isabel Fernandes.

esses pressupostos, a sua reprodução em modelos de análise sociológicos tende a truncar o seu potencial explicativo. Por um lado, tende a excluir da análise os efeitos da ação pericial (e.g. médica ou farmacêutica), cuja legitimidade social a isenta de explicação. Por outro, só tende a problematizar as práticas dos indivíduos quando estas visivelmente incorrem num desvio social face ao que pericialmente se define como legítimo ou desejável.

A normatividade pericial pode assim configurar um motor da problematização social de práticas sociais, sendo ao mesmo tempo excluída como uma variável na explicação dessas práticas. Ora, dada a vasta disseminação social do conhecimento e regulação pericial nas sociedades modernas – como seja, na saúde, pelos processos de medicalização –, essa exclusão é logicamente contraditória com uma explicação sociológica cabal da generalidade dos fenómenos sociais neste campo, mais ou menos desviantes. A problematização social dos consumos de performance constitui-se precisamente como um caso exemplar daquelas potenciais limitações.

Para atestar de uma genealogia histórica de preocupações e práticas de gestão e melhoria do desempenho, do plano cognitivo ao físico, os gregos mostram-se, como habitualmente, disponíveis, contemplando desde a técnica de mnemónica visual que fazia de Simónides a testemunha ocular ideal, ao criativo emprego de um bezerro por Mílon de Crotona na conceção e execução de um princípio de sobrecarga no seu treino atlético. Contudo, a preocupação pública com essas práticas não colhe da mesma ancestralidade.

De facto, a melhoria do desempenho não se converte filosoficamente em problema social tanto de moto próprio, quanto a partir do momento em que as suas modalidades operativas, quais tecnologias do *self* (Foucault, 2003b), começam a deslocar-se para a esfera das práticas de consumo – como substitutivas ou coadjuvantes do exercício das faculdades cujo desempenho se visa otimizar – e particularmente na medida em que os recursos consumidos começam a imiscuir-se no campo regulado do medicamento, fora da prescrição médica. Casos exemplares dessa dinâmica – conquanto muito variáveis os seus níveis de disseminação social – vão sendo regularmente chamados à atenção pública, como o emprego do metilfenidato (e.g. Ritalina) para o desempenho cognitivo (Forlini e Racine, 2009) ou do modafinil na customização do sono (Williams *et al.*, 2008). É, pois, essa dinâmica particular que suscita a problematização social da questão mais ampla da gestão da performance, da qual se constituirá como sinédoque.

Tal induz um conjunto de restrições a uma análise mais lata do fenómeno. Primeiro, reduzindo a questão da gestão da performance à sua expressão em práticas de consumo, minimiza a interrogação dos processos sociais que suscitam a própria premência da figura da performance no quotidiano dos indivíduos e da disseminação de disposições para desenvolver práticas dirigidas a esses fins. Segundo, restringindo-se ao uso de medicamentos, obscurece padrões de alternativismo ou pluralismo terapêutico (Lopes, 2010; Clamote, 2008), no uso alternativo, simultâneo ou alternado, de outros recursos para os mesmos fins. Terceiro, dentro do uso de medicamentos, restringindo-se ao seu uso fora da prescrição médica, negligencia-se o papel (direto e indireto) desta na disseminação dessas práticas, exponenciando a influência de outras fontes, como as redes de sociabilidade ou a internet.

Com o propósito de abrir a análise dos consumos de performance simultaneamente à diversidade das suas manifestações, e à densidade dos seus processos de estruturação, o foco empírico desta pesquisa procurou precisamente alargar-se: a consumos para lá do medicamento, englobando outros recursos (como medicamentos naturais ou suplementos alimentares) cujas propriedades ergonómicas (Geest e Whyte, 1989), à imagem do medicamento, potenciam a sua apropriação pelos indivíduos; a consumos para diferentes finalidades de desempenho (neuro/cognitivo e físico/corporal); e a inquiridos em diferentes contextos (universitários e laborais) de potencial geração e disseminação de necessidades e preocupações relativas ao desempenho.

Na análise do papel das fontes de informação na geração de disposições e práticas de consumo de performance visa-se assim criar condições para, independentemente do seu estatuto normativo, captar a potencial diversidade de fontes associadas a diferentes tipos e circunstâncias de consumo.

Contudo, captar a diversidade de fontes associadas a estes consumos de forma simetrizada não se basta na análise da relação entre fontes de informação e práticas de consumo. O indicador mais imediato dessa relação constitui a referenciação de um consumo por uma dada fonte. Contudo, limitar-nos a esse indicador atomiza analiticamente o papel que cada fonte pode desempenhar na geração de práticas de consumo, em função apenas de as ter referenciado ou não. Tal negligencia o facto de outras fontes poderem desempenhar outros papéis na organização social desses consumos, para lá da referenciação, que podem condicionar *a priori* a sua própria existência e *a posteriori* a sua eficácia na indução do consumo, bem como a forma

como ele se efetua (por exemplo, em termos de dosagem ou de articulação com outros consumos ou práticas).

Há, pois, um risco metodológico de reavivar pressupostos hipodérmicos (Wolf, 1985) na relação entre fontes de informação e práticas sociais, atribuindo um certo automatismo social à referenciação de recursos. Esse risco é também reforçado pela preocupação normativa que aquela relação entre fontes e práticas suscitou na esfera da regulação pericial com o advento da internet, nomeadamente a da perda de uma tutela pericial da informação sobre saúde dispensada aos indivíduos. O imaginário social de ubiquidade informacional associado à internet – qual biblioteca borgesiana com melhoria algorítmica do desempenho – derivou, quase como ilação filosófica, o pressuposto de que toda a informação se passa a equivaler, na medida em que deixe de ser normativamente filtrada. Qualquer informação de qualquer fonte poderia assim produzir potencialmente os mesmos efeitos de autoridade retórica (Kroll-Smith, 2003) sobre os indivíduos. Só posteriormente estudos mais distanciados da novidade do fenómeno (Seale, 2005) matizaram esse cenário, concluindo, por exemplo, do alinhamento da maioria da informação veiculada por novos *media* com as hierarquias informacionais previamente estabelecidas, incluindo a valorização da pericialidade.

Em boa verdade, poder-se-ia argumentar que os consumos de performance seriam um objeto propício a pressupostos hipodérmicos, particularmente na população juvenil: é de pressupor que os jovens, em geral, emergentes de processos de socialização, com trajetórias terapêuticas incipientes e tuteladas pela família, e situações de alguma ou total dependência financeira, tenham margens de autonomia e de reflexividade relativamente limitadas na sua relação com consumos terapêuticos, estando a sua gestão mais delegada sobre outros agentes. Tal poderia favorecer um maior imediatismo da referenciação de consumos, particularmente para fins que escapem a uma tutela *a priori* mais adstrita ao campo da saúde. Contudo, mesmo que partíssemos dessa hipótese, para a validar é necessário criar condições analíticas e metodológicas para a infirmar, o que o reducionismo hipodérmico não permite. É nesse sentido que procuraremos explicar alguns princípios que estruturam a nossa perspectiva de análise da relação entre fontes de informação e práticas sociais, para o caso, de consumo terapêutico.

O primeiro princípio implica levar em linha de conta os efeitos das paisagens informacionais (Nettleton, 2004) contemporâneas na relação dos indivíduos com as fontes de informação que as compõem. Essas paisagens comportam, na nossa

perspetiva, três elementos cruciais na sua morfologia: a sua *pluralidade* interna, a sua *impositividade* e a sua *incomensurabilidade* (Clamote, 2010).

A emergência da internet produziu, também ela, um outro efeito de sinédoque problemático, relativo à perceção das paisagens informacionais, reduzindo simbolicamente a uma fonte de informação a *pluralidade* de fontes constitutivas dessas paisagens (que a internet veio acrescer – não substituir ou inaugurar). Tal leva a negligenciar-se o efeito sistémico – oposto de hipodérmico – dessa pluralidade, o qual torna o impacto de cada fonte nas dinâmicas sociais em que intervém contingente da sua coabitação com outras fontes na perceção dos indivíduos, bem como alarga as margens de contradição entre a informação disponível, por diferentes fontes, sobre uma qualquer temática (inclusive, dentro do campo da pericialidade).

Por sua vez, o facto de essa pluralidade resultar não apenas acessível aos interessados, mas ter em parte um carácter *impositivo* sobre as suas perceções – por exemplo, pela sua difusão mediática ou por redes de sociabilidade – independentemente de ser ativamente procurada, condiciona estruturalmente a possibilidade de os indivíduos manterem relações de confiança exclusiva numa só fonte.

No entanto, ao mesmo tempo, quanto mais não fosse, a *incomensurabilidade* da informação disponível implica que a solução desse impasse informacional não pode passar por um processo abstrato de escolha racional após recolha de toda a informação sobre dada questão, mas pelas heurísticas informacionais que as lógicas de racionalidade leiga dos indivíduos impõem às paisagens informacionais, conferindo-lhe sentido e instrumentalidade para os seus propósitos e necessidades particulares, socialmente situados.

Tal suscita um segundo princípio, de *perspetivismo leigo* (Clamote, 2009), na análise da relação entre fontes de informação e práticas sociais, que sustenta que os efeitos sociais dessas fontes são causalmente mediados por *lógicas de envolvimento* e de *validação* (Clamote, 2010: 115-117), pelas quais os indivíduos atribuem às fontes diferentes papéis na organização dos seus saberes e práticas, e validam a informação que disseminam.

Neste cenário informacional estrutural, as práticas dos indivíduos envolvem, pois, potencialmente, uma crescente diversidade de fontes, sendo as diferentes lógicas de envolvimento dos indivíduos com as mesmas que organizam a articulação social daquela diversidade nos seus quotidianos.

Daí deriva um terceiro princípio, que implica que o papel de cada fonte só pode ser compreendido no quadro de *trajetórias informacionais* onde os efeitos sociais de uma dada fonte são mediados pela sua articulação com outras fontes pelos indivíduos. Esse *bricolage* informacional é parcialmente modulado pela própria morfologia das fontes, que constitui, por exemplo, um dos limites pouco ressalvados à ação da internet: sendo uma fonte mais passiva, depende da procura dos indivíduos de dada informação, ao contrário da impositividade da mais tradicional publicidade. Contudo, essa morfologia não se basta a si mesma, pelo que ficarmo-nos por uma *channel complementarity theory* (Ruppel e Rains, 2012) na explicação dos modos de articulação de fontes pelos indivíduos poderia arriscar reiterar uma versão suave do velho determinismo tecnológico. As lógicas de envolvimento com uma mesma fonte podem ser diversas, dentro das possibilidades e constrangimentos oferecidos pela sua morfologia, pelo que continuam a configurar o fator causal crucial. É possível verificar-se lógicas de envolvimento que repliquem a evidência empírica de uma referenciação determinista de consumo: por exemplo, o envolvimento tutelar com uma só fonte, enquanto uma opção consciente para lidar com uma situação de incomensurabilidade informacional, ignorando, voluntariamente, fontes outras. Contudo, tal é analiticamente diverso de postular ou concluir de um determinismo entre informação e ação, que não passe pela mediação de lógicas de racionalidade leigas, e não é metodologicamente comprovável se não no quadro de trajetórias que estendam a implicação potencial de diversas fontes de informação em determinadas práticas.

Serão, pois, esses princípios que procuraremos operacionalizar seguidamente na análise dos dados empíricos de relação dos indivíduos com as paisagens informacionais no universo da performance e das trajetórias informacionais pelas quais se organizam disposições e práticas de consumo concretas nesse domínio.

2. Paisagens informacionais em consumos de performance

Como discutimos, uma pluralidade de fontes pode intervir nas trajetórias informacionais pelas quais se organizam as práticas dos indivíduos. Contudo, dada a sua relativa impositividade, essas fontes produzem alguns efeitos sociais independentemente de os indivíduos ativamente procurarem informação ou desenvolverem investimentos, neste caso, no domínio da performance. Como tal – antes de explorarmos as fontes presentes na organização das práticas efetivas de consumo de

performance –, para ter uma noção das vias de disseminação da própria lógica social de consumir recursos terapêuticos para fins de performance entre os jovens, importa caracterizar os modos de relação desta população em geral com as diversas fontes potencialmente intervenientes nesse domínio.

Olhando para o Quadro 1, podemos começar a mapear os recortes que o perspetivismo leigo dos indivíduos opera nas possibilidades contidas nas paisagens informacionais. Desde logo, verifica-se que, de um considerável elenco de fontes no domínio dos consumos de performance, só duas (atendimento em lojas de desporto e publicidade) ficam abaixo da média de valorização positiva de toda esta paisagem, sugerindo um quadro de crescente ecletismo na relação com a efetiva pluralidade informacional existente, o que potencia a proliferação (e diferenciação) de trajetórias informacionais na gestão de consumos para o desempenho.

Quadro 1
Importância atribuída a fontes de informação para consumos de performance

Fontes de informação	Média	Desvio-padrão
Médico	3,79	0,49
Farmacêutico	3,47	0,65
Folhetos informativos dos medicamentos/ produtos para o desempenho	3,29	0,78
As suas próprias experiências de consumo	3,06	0,79
Familiares	2,98	0,75
Treinadores/monitores em atividades físicas	2,82	0,79
Atendimento em parafarmácias	2,80	0,80
Publicidade em farmácias	2,79	0,88
Terapeutas de medicinas alternativas	2,75	0,87
Amigos	2,72	0,75
Internet	2,66	0,84
Programas televisivos ou revistas especializadas em saúde	2,63	0,92
Atendimento em lojas de produtos naturais	2,60	0,83
Colegas (de escola, trabalho ou desporto)	2,59	0,75
Atendimento em lojas especializadas em desporto	2,40	0,86
Publicidade (televisiva, em revistas, folhetos, etc.)	2,33	0,91

Legenda: Escala de 1 a 4, em que 1 corresponde a “nada importante” e 4 a “muito importante”.

Contudo, esse ecletismo não se apresenta como um quadro anárquico de informação, sendo organizado por lógicas sociais de diferenciação e de valorização das diversas fontes. Podem efetivamente identificar-se, conceptual e empiricamente, quatro

categorias de fontes de natureza diferente neste panorama, que apresentam uma valorização social variável².

Essas categorias ilustram a relativa similitude da relação dos jovens com as paisagens informacionais no domínio dos consumos de performance, com a da população em geral com as paisagens informacionais no domínio dos consumos terapêuticos (Clamote, 2010: 101-104). Desde logo, as *fontes periciais* (como o médico e o farmacêutico), baseadas em formas de conhecimento científico, são reiteradas, na relação com os consumos de performance, como as de maior importância. Também comum é o relevo dado à *referência leiga*, sustentada pelo conhecimento leigo incorporado derivado das experiências de consumo próprias ou das redes de sociabilidade dos indivíduos, como a família. A menor valorização das *fontes difusas*, de caráter mediático, como a internet ou a publicidade, também se coaduna com o quadro de relação com as paisagens informacionais em saúde.

Tal começa por sugerir que a organização social e a disseminação deste universo de disposições e consumos de performance assume algum parentesco com os recursos e as lógicas sociais que organizam as práticas de consumo terapêutico para fins de saúde, indiciando alguma procedência das dinâmicas de medicalização que o estruturam.

Onde o universo da performance se começa a demarcar do campo da saúde é no reconhecimento e relativa valorização (globalmente maior que a das fontes difusas) de *fontes proto-periciais*, constituídas por grupos ocupacionais emergentes anexos a contextos distintamente marcados por finalidades de desempenho – caso dos treinadores/monitores em atividades físicas – ou à comercialização de recursos para esses efeitos – como o atendimento em lojas de desporto.

Essas fontes enunciam uma descontinuidade na organização deste universo de consumos. A valorização das fontes periciais sugere que esta população permanece afeta a uma certa desejabilidade social em torno do ideal da regulação pericial dos consumos terapêuticos, mesmo que para fins de performance – note-se, no Quadro 1, o efeito de legitimação que a localização da publicidade no espaço social da farmácia lhe confere. Todavia, a emergência de novas fontes sugere que o tipo de recursos compreendidos neste universo e as vias de organização social do seu consumo extravasam para lá do campo estrito da saúde e de uma tutela pericial.

² Através de uma Análise de Componentes Principais (Lopes, 2014: 235-236) verificou-se uma associação estatística, nas respostas dos indivíduos, entre as fontes que compõem cada categoria: *fontes periciais*; *referência leiga*; *fontes proto-periciais*; e *fontes difusas*.

Importa, pois, passar para o plano das trajetórias informacionais para poder analisar como se organiza socialmente a coabitação daquelas diferentes fontes presentes nas paisagens informacionais neste domínio, nas disposições e nas práticas de consumo efetivas dos indivíduos.

3. Trajetórias informacionais em consumos de performance

Como vimos, há uma pluralidade de fontes valorizadas pelos indivíduos nas paisagens informacionais sobre consumos de performance. Contudo, decorrendo daí que essas várias fontes possam concorrer para a organização e disseminação desta lógica social de consumo, essa caracterização geral não nos permite captar a particularidade dos papéis que as diferentes fontes aí possam desempenhar. Para tal, é necessário conhecer as trajetórias pelas quais, a partir das possibilidades inscritas nas paisagens informacionais, se vão articulando diferentes fontes, desempenhando diferentes papéis, na organização das disposições e práticas de consumo dos indivíduos.

Para esse fim, procurar-se-á, pois, identificar a variação da presença de diferentes fontes na sequência de algumas etapas informacionais centrais na organização daquelas disposições e práticas: na indução de consumos; na referenciação dos recursos consumidos; e nas vias de acesso a esses recursos.

3.1 Indução social de consumos

Antes de qualquer referenciação de consumos terapêuticos, um primeiro papel das fontes de informação na sua organização pode ser encontrado na indução do reconhecimento da existência de determinados recursos e das categorias de finalidades a que se destinam, e de disposições para a resposta a essas finalidades através de práticas de consumo.

Nesse plano, um conjunto de indicadores possível é o reportar de pressões sociais – e das circunstâncias e agentes das mesmas – para consumos de performance. Essa via de indução revela-se pouco expressiva – 16,6% da população inquirida reporta ter sentido alguma pressão –, desde logo comparando com a proporção global de inquiridos nesta amostra que já efetuaram algum consumo para finalidades de desempenho – 71,9% (Lopes, 2014: 62).

Essa figura causal não se apresenta, pois, como condição suficiente ou necessária para o consumo. Contudo, examinar as circunstâncias e agentes dessa

pressão fornece-nos alguma informação sobre o seu desigual enraizamento social e os mecanismos pelos quais ela opera.

Primeiro, olhando para as circunstâncias em que essa pressão foi ressentida, o universo escolar destaca-se como o mais mencionado (41,1%), sendo seguido por contextos desportivos (21,6%), de convívio (17,8%) e laborais (12,1%). Essa pressão não se encontra, pois, socialmente disseminada de forma homogénea, revelando diferentes níveis de sedimentação em diferentes contextos. Não por acaso, os dois contextos mais mencionados são associados a finalidades de desempenho para as quais uma hoste de produtos está comercialmente disponível. Indicia-se aqui, pois, um efeito de naturalização dessa indução, metabolizada em dados contextos, que passa pela impositividade da perceção da existência de recursos expressamente dirigidos para a gestão dessas formas de desempenho.

Contudo, se os contextos de ação evidenciam uma marca estruturante na indução de consumos, os agentes da pressão para consumir não são tanto as figuras tutelares desses contextos, quanto a referência leiga das redes de sociabilidade dos indivíduos – amigos (23,2%), familiares e colegas (ambos 18,2%). Tal elucida mais a natureza desta pressão: ela organiza-se como uma resposta social, mediada pelas redes de sociabilidade dos indivíduos, quais sistemas de referência leigos (Freidson, 1970), a desajustamentos entre exigências contextuais e capacidades de resposta individuais, através de práticas de consumo.

Esses contextos poderão, assim, funcionar como *fontes de entrada* para certos consumos de performance: ao associarem sistemicamente certas finalidades de desempenho com níveis de exigência e modalidades de gestão afinadas com práticas de consumo; e com as redes sociais aí constituídas a organizarem dinâmicas contextuais de disseminação ou produção de informação ou saberes (Clamote, 2011) sobre esses consumos.

Contudo, tal indução pode operar a um nível mais estrutural do que o das exigências colocadas contextualmente ao desempenho individual, na medida em que tais contextos constituam ou participem de sistemas de ação social de interdependência (Boudon, 1979), onde a medida do sucesso da ação individual é sistemicamente dependente do sucesso relativo da ação dos outros indivíduos participantes do sistema. Tal induz uma pressão sistémica (não explícita) sobre o seu desempenho, resultante da mera perceção pelos indivíduos dos efeitos de práticas de consumo no desempenho de outros atores envolvidos no sistema.

A subtileza para-informacional daquele mecanismo de indução ilustra a importância de ter em conta estes efeitos contextuais na indução social de consumos de performance, apesar da limitada evidência empírica de que partimos. Estas dinâmicas não participam da visibilidade e impositividade geral das paisagens informacionais, estando os seus efeitos dependentes da integração dos indivíduos em contextos particulares. Estes introduzem, assim, pregas naquelas paisagens, exigindo uma atenção analítica particular. Se determinadas finalidades performativas podem estar mais tematizadas nessas paisagens – com os indivíduos expostos a informação (por exemplo, por fontes difusas) sobre as mesmas e tendo vias socialmente legitimadas (por exemplo, por fontes periciais) para a sua validação e para o acesso a (alguns) recursos para lhes dar resposta – outras não colherão dessa visibilidade generalizada, aparecendo mais dependentes da entrada em determinados contextos. Eventualmente alguns poderão mesmo constituir-se – parafraseando Goffman (1987) – como *contextos totais* na organização de práticas de consumo: induzindo a sua necessidade, referenciando os recursos para lhe dar resposta e providenciando o acesso aos mesmos.

Contudo, para o avaliar, é necessário abrir espaço analítico e metodológico para captar os potenciais efeitos da impositividade e pluralidade das paisagens informacionais na organização dessas práticas de consumo pelos indivíduos, articulando outras fontes nas suas trajetórias informacionais para lá das fronteiras desses contextos.

3.2 Referenciação de consumos

Ao abrir a análise para o patamar da referenciação dos consumos efetuados pelos indivíduos, vemos que a centralidade dos contextos de ação – e da referência leiga neles organizada – não se basta a si mesma para a organização dos consumos de performance, pluralizando-se as fontes que desempenham este papel específico nas trajetórias informacionais dos indivíduos.

Olhando para a fonte que indicou o último fármaco ou produto natural consumido (Quadro 2) podemos, para além disso, dar conta da diversificação dessas trajetórias – por via das diferentes fontes presentes nesta etapa – em função da diferenciação social das finalidades (neuro/cognitivas ou físico/corporais) e da natureza desses consumos (farmacológicos ou naturais).

O domínio neuro/cognitivo aparece demarcado pela presença da pericialidade, em articulação com a referência leiga familiar. Só os consumos para finalidades especificamente cognitivas constituem um nicho de mercado onde o *farmacêutico*

adquire relativa saliência, na medida em que se constitui como uma dinâmica de farmacologização que dispensa a medicalização de uma condição clínica prévia para legitimar esses consumos. Contudo, mesmo aí a figura do *médico* está presente, sendo dominante nos fármacos para dormir e descontraír/acalmar, o que indicia nessas finalidades uma forma de medicalização do desempenho por via da extensão funcional do uso de medicamentos para lá das fronteiras estritas da saúde. Por sua vez, nos produtos naturais para essas mesmas duas finalidades, assoma uma presença mais evidente dos *familiares*. Tal evidencia, pois, uma segunda linha de diversificação das trajetórias dos indivíduos em função da natureza dos recursos, com o campo menos regulado dos produtos naturais a ampliar as margens de exercício de autonomia leiga na gestão dos consumos terapêuticos.

Quadro 2
Quem indicou o último medicamento ou produto natural usado (%)

Tipo de consumos	Médico	Farmacêutico	Familiares	Amigos / colegas	Técnico de Parafarmácia / Dietética	Publicidade	Outro	Total
Fármacos para dormir	70,4	5,8	14,6	3,1	0,4	0,9	4,9	100 (n=226)
Produtos naturais para dormir	33,9	12,2	29,6	10,1	5,3	1,6	7,4	100 (n=189)
Fármacos para a concentração	34,7	29,8	15,9	8,8	3,1	3,1	4,5	100 (n=352)
Produtos naturais para a concentração	21,6	25,7	26,6	6,6	10,8	1,2	7,5	100 (n=241)
Fármacos para descontraír/acalmar	65,9	9,1	18,8	2,8	1,9	0,0	1,6	100 (n=320)
Produtos naturais para descontraír/acalmar	27,3	13,5	31,6	15,2	4,3	1,1	7,1	100 (n=282)
Fármacos para a energia física	30,5	9,9	8,5	21,3	8,5	6,4	14,9	100 (n=141)
Produtos naturais para a energia física	15,0	8,6	11,4	22,1	11,4	5,7	25,7	100 (n=140)
Fármacos para emagrecer	23,8	13,8	2,5	18,8	22,5	11,3	7,5	100 (n=80)
Produtos naturais para emagrecer	10,9	10,1	12,4	17,8	26,4	11,6	10,9	100 (n=129)
Fármacos para a massa muscular	8,3	6,3	4,2	37,5	10,4	6,3	27,1	100 (n=48)
Produtos naturais para a massa muscular	6,8	1,7	6,8	30,5	13,6	10,2	30,5	100 (n=59)

Já no domínio do desempenho físico/corporal, verificamos uma dissipação da centralidade da pericialidade. Neste domínio, é a referência leiga – mas aqui na forma de *amigos/colegas*, e já não da família, na qual tais finalidades não colherão o mesmo beneplácito – que assoma como presença mais constantemente estruturante destes consumos, mesmo que só nos fármacos e produtos naturais para a massa muscular assumam a primazia da referenciação. Primazia essa que partilham com a novidade da saliência de *outras* fontes neste domínio de consumos – que os dados das paisagens informacionais e a evidência exploratória dos grupos focais indiciam constituir-se como fontes proto-periciais associadas a contextos como ginásios ou lojas de desporto.

Tal sugere que, se as finalidades de desempenho neuro/cognitivo encontram precedência ou acolhimento em dinâmicas periciais de medicalização ou farmacologização relativamente estabilizadas, as finalidades de desempenho físico/corporal vão vendo a sua tradução em práticas de consumo organizada através de trajetórias que se afastam dos trilhos clássicos da referenciação terapêutica, mesmo nos universos leigos (assumidos pela família).

Importa, pois, prolongar a análise até às vias de acesso aos recursos consumidos, com vista a perceber em que medida esta diversificação de trajetórias se sedimenta em torno de espaços sociais e de mercado efetivamente segmentados, ou reflete uma plasticidade das fontes de informação em se adaptarem – ou serem adaptadas – à pluralização destes consumos.

3.3 Vias de acesso a recursos

À partida, os dados relativos às vias de acesso aos recursos consumidos pelos indivíduos (respeitantes às mesmas categorias de consumo constantes do Quadro 2; Lopes, 2014: 216) prolongam as divisórias na organização deste universo constituídas pela natureza dos recursos e, particularmente, as finalidades de desempenho. Contudo, ao mesmo tempo, complexificam as trajetórias informacionais dos indivíduos, ao evidenciar a articulação de outras fontes, nesta etapa, com as que marcavam o plano da referenciação dos diferentes consumos.

No universo de consumos farmacológicos para finalidades de desempenho neuro/cognitivo (fármacos para dormir, concentrar e descontraír/acalmar), a *farmácia* é o espaço central de acesso com, nos três casos, acima de 80% de respostas, potenciando, neste plano, a intervenção do farmacêutico, muito limitada no plano da referenciação. Contudo, no desdobramento dessas finalidades a partir do consumo de produtos

naturais, essa centralidade é diminuída em pouco menos de metade, com as *parafarmácias* a surgirem como via de acesso, particularmente em produtos para a concentração (30,5%), e mais subsidiariamente a *família* e *outros* em produtos para dormir e descontraír/acalmar. Ainda que o papel da referência leiga mirre como via de acesso a recursos, por contraponto à sua importância na referênciação, a sua articulação salienta os processos de socialização no âmbito da família como um possível contexto de iniciação de alguns destes consumos.

Por sua vez, no plano de consumos direcionados para o desempenho físico, a centralidade do acesso pela *farmácia* reduz para os cerca de 50% em fármacos para aumentar a energia física (55,8%) e para emagrecer (51,3%), com as *parafarmácias* a ganharem protagonismo nos seus desdobramentos naturais (27,3% e 56,5%, respetivamente), mas também nos fármacos para emagrecer (31,6%). Contudo – embora já com totais marginais –, em torno dos fármacos para aumentar a massa muscular e dos produtos naturais para o mesmo fim e para a energia física, emergem vias de acesso desalinhasdas dos circuitos de aquisição de recursos para a saúde (e mesmo, como vimos, para finalidades de desempenho neuro/cognitivo), com a categoria *outros* (como lojas de desporto) a assumir algum protagonismo, bem como a *internet* e *amigos/colegas* em fármacos e produtos naturais para a massa muscular. Tal aloca estas duas fontes apenas ao acesso residual a recursos que possivelmente transcendem as fronteiras regulatórias do que será possível adquirir nos espaços físicos de mercado para estas finalidades.

O universo de consumos para o desempenho físico/corporal espelha, pois, um quadro de acesso bastante mais fragmentário do que o de consumos para o desempenho neuro/cognitivo, à medida que se diferencia também, cada vez mais, o estatuto e a regulação dos produtos consumidos para estes fins, como seja do campo do medicamento, para o dos suplementos alimentares e alimentos funcionais. Contudo, essa segmentação não é estanque. Ainda que com pesos muito desiguais, verificam-se várias formas de acesso e referênciação, institucionais e informais, ao longo das trajetórias informacionais em torno destes diversos recursos, revelando um campo em estruturação, com vários agentes a (re)posicionarem-se em torno destes consumos, contribuindo, por diversas vias, para a sua difusão social.

Será, pois, neste ponto, útil olhar globalmente para as diferenciações e articulações operadas entre diferentes fontes nas diversas etapas destas trajetórias

informacionais, para destacar as processualidades que vêm estruturando este universo de consumos.

3.4 Das trajetórias informacionais às processualidades sociais

Como vimos, na análise destas trajetórias ressaltam duas grandes linhas organizadoras da sua diversidade: uma, a finalidade dos consumos (neuro/cognitiva ou físico/corporal); e outra – que intersesta aquelas fronteiras, e as desdobra internamente – a natureza dos recursos (fármacos ou produtos naturais). Essas linhas sugerem, pois, que o universo dos consumos de performance se organiza na convergência de dinâmicas sociais diversas, não numa processualidade social homogênea.

Primeiro, verifica-se uma continuidade com os quadros tradicionais de relação com os medicamentos, com a continuada saliência da pericialidade e da referência leiga. Essa continuidade é mais forte no campo da performance neuro/cognitiva, que indicia uma primeira dinâmica procedente dos próprios processos de medicalização. O facto de a implicação da medicina na regulação de cada vez mais aspetos da vida humana suscitar a necessidade de responder a solicitações sociais cada vez mais diversas instaura, aqui, um trânsito subtil, no uso de recursos terapêuticos, entre a esfera conceptual da saúde e a da performance.

Essa matriz medicalizada é visível mesmo numa segunda dinâmica, respeitante à apropriação leiga de recursos e orientações periciais (Lopes, 2003), exercida neste domínio por via da família, que a prolonga para o campo menos regulado dos produtos naturais. Sendo o princípio operativo da validação da referência leiga a experiência própria de consumo, a referenciação e acesso pela família a recursos para fins de desempenho – possivelmente utilizados primeiramente pelos familiares para fins de saúde –, aprofunda assim o trânsito entre essas duas esferas.

O que estas dinâmicas periciais e leigas corporizam é assim uma *lógica de consumo*, que opera pela extensão funcional do uso de recursos terapêuticos para fins de desempenho, mas mantendo uma filiação social ao campo da saúde, manifesta nos seus referentes informacionais. Filiação que, conferindo uma dupla valência funcional a estes recursos, propicia a diluição simbólica do seu consumo para fins de desempenho; explicando também a menor visibilidade destas duas dinâmicas na discussão dos consumos de performance.

O que opera o maior corte neste universo de consumos é a reverberação dessa lógica em duas outras dinâmicas que corporizam já uma *lógica de produção*, assente no

desenvolvimento de um mercado de recursos expressamente dirigidos a finalidades de performance, e que terá um efeito de ampliação das margens possíveis de exercício daquela lógica de consumo, particularmente na referência leiga.

Essa lógica de produção começa por ser desenvolvida pela extensão de dinâmicas de farmacologização para lá do quadro da medicalização, em que o medicamento ganha não só centralidade mas autonomia enquanto ferramenta terapêutica. Tal é já manifesto no domínio particular da performance cognitiva, como uma finalidade de desempenho definida a partir da existência de recursos produzidos expressamente para a otimizar.

Contudo, a matriz de pericialidade que ainda poderia organizar a produção e a distribuição de recursos nas dinâmicas de farmacologização, vê-se relativizada por uma quarta dinâmica, manifesta essencialmente no domínio da performance físico/corporal. Nesse domínio verifica-se – para os produtos naturais identificados pelos inquiridos que efetuaram consumos – uma crescente sobreposição da indústria farmacêutica e da indústria alimentar na produção de produtos para a performance; e de farmácias, parafarmácias, lojas dietéticas e lojas de desporto, como locais de venda desses recursos (Lopes, 2014: 205-207). Os consumos para o desempenho físico indiciam assim uma dinâmica de comodificação que ultrapassa a farmacologização, diluindo as figuras – metonimicamente ligadas (Geest e Whyte, 1989) – da pericialidade e do medicamento, e o elo que operavam entre esses consumos e o quadro social e cultural da saúde. Configurando um espaço de mercado de alguma orfandade regulatória, sem fechamentos sociais significativos, são as fontes proto-periciais ligadas aos contextos ou recursos associados a finalidades performativas que aí emergem como os referentes informacionais mais imediatos, juntamente com as redes de sociabilidade organizadas nesses contextos.

Se estas diversas dinâmicas não colhem todas da mesma visibilidade social ou preocupação institucional, todas reverberam, por modos diferentes, uma lógica social de expansão dos usos sociais de recursos terapêuticos na gestão dos quotidianos sociais e da existência incorporada dos indivíduos, concorrendo, articuladamente, para a estruturação do universo de consumos de performance. Dadas as suas implicações sociais na transformação dos modos de integração social dos indivíduos e da sua relação com os recursos terapêuticos, o corpo e a saúde, o seu escrutínio analítico deverá ser capaz de apreender o efeito articulado daquelas dinâmicas, independentemente da maior ou menor legitimidade social que lhes possa estar associada.

Considerações finais

No final deste percurso analítico, interessará projetar as questões que o quadro de continuidade e mudança constituído pelas diversas dinâmicas informacionais que vimos organizarem este universo de consumos coloca relativamente aos modos de relação dos indivíduos com os recursos terapêuticos e com a própria figura da performance nos seus quotidianos.

Em primeiro lugar, a ampliação do uso funcional dos recursos terapêuticos para finalidades de performance, no quadro dos próprios processos de medicalização, produziu um efeito de reverberação, pelo qual essa lógica social é prolongada por outros atores. Todavia, quando essa reverberação transita de uma lógica de consumo, que oscila entre a esfera da saúde e a da performance, para uma lógica de produção, que organiza um mercado de recursos dedicados à performance, ela aparenta atravessar para o outro lado do espelho dos processos de medicalização, onde se continua a aprofundar a gestão da vida e do corpo por via de consumos terapêuticos, mas sem os seus arranjos institucionais e regulatórios.

Não obstante, as trajetórias informacionais analisadas evidenciam igualmente uma polivalência das fontes, particularmente leigas e periciais, cujos princípios de validação – o conhecimento especializado de base científica e o conhecimento incorporado derivado das próprias experiências de consumo – lhes conferem uma saliência no desempenho de diversos papéis em diferentes consumos. Nesse sentido, este configura-se como um campo em estruturação, em que aquelas reverberações podem ecoar em diversos sentidos: diluindo a especificidade que os recursos terapêuticos e a pericialidade assumiam no próprio território da saúde; incrementando a segmentação institucional de recursos e agentes entre o campo da saúde e o da performance; ou, de retorno ao ponto inicial, suscitando reposicionamentos periciais, particularmente médicos, no campo da performance, no limite, (re-)medicalizando-a.

Em segundo lugar, a captação dos diversos níveis de reverberação da lógica social de consumo de recursos terapêuticos para fins de performance oferece igualmente dados para problematizar os processos estruturais que alavancam a saliência da própria figura do desempenho nos quotidianos dos indivíduos e a sua progressiva comodificação em bens de consumo. A maior visibilidade das dinâmicas informacionais decorrentes de uma lógica de produção de recursos para fins de performance suscita,

como primeiro instinto sociológico, o enquadramento destes consumos no domínio dos estilos de vida, no contexto de culturas de consumo (Featherstone, 1994), em que pelas práticas de consumo se diversificam as possibilidades de gerir a vida e a identidade pessoal para lá de determinismos biológicos e sociais. Contudo, por um lado, a incorporação pela medicina, no seu amplexo regulatório, de respostas terapêuticas a solicitações sociais ao nível da gestão do desempenho, confere-lhes um tom social mais estrutural que o de finalidades estritamente eletivas. Por outro, o enraizamento da indução de consumos – por via da mediação leiga das redes de sociabilidade – em alguns contextos de ação organizados em torno das finalidades que esses consumos visam otimizar, sugere que aí se potencia um efeito de escala sistémico, pelo qual a “melhoria” passaria a ser o novo “normal”: por um lado, pela exposição aos – e concorrência com os – efeitos desse consumo no desempenho dos outros indivíduos dentro desse sistema de interdependência; por outro, pelo recalibrar das próprias balizas do desempenho esperado nesses contextos, em função da disponibilidade de recursos para o otimizar.

Vistos pelo prisma destas duas dinâmicas, os consumos para o desempenho podem constituir não tanto, ou exclusivamente, uma escolha eletiva de um menu de reinvenções pós-modernas do *self*, mas uma nova modalidade de dar resposta aos constrangimentos estruturais dos contextos de ação dos indivíduos. A individualidade da escolha pode configurar, a espaços, menos a liberdade inerente à construção da identidade pessoal, do que a atomização da relação dos indivíduos com as exigências dos contextos onde se inserem. Esse ângulo de análise implica, pois, não perder de vista, neste domínio, sob a visibilidade simbólica dos estilos de vida, os seus vínculos sociais aos constrangimentos estruturais dos velhos modos de vida dos quais, em boa verdade, nunca nos teremos propriamente libertado.

Referências bibliográficas

- BOUDON, Raymond (1979), *La logique du social: introduction à l'analyse sociologique*, Paris, Hachette.
- CLAMOTE, Telmo (2008), “Entre Pluralismo Médico e Pluralismo Terapêutico: Contributos para a Revisão de uma Narrativa Sociológica”, in *Actas do VI Congresso Português de Sociologia – Mundos Sociais: Saberes e Práticas*, Lisboa, Associação Portuguesa de

- Sociologia, 25-28 Junho 2008.
- (2009), “Engaging infoscaples in health - a perspectivist outlook on the lay mapping of health and medicines information”, in *Full Papers of the 9th Conference of the European Sociological Association*, Lisbon, European Sociological Association, 2-5 September 2009.
 - (2010), “Consumos Terapêuticos e Fontes de Informação”, in Noémia Lopes (org.), *Medicamentos e Pluralismo Terapêutico*, Porto, Afrontamento, pp. 87-157.
 - (2011), “Que saberes, em que diálogo(s), nas trajetórias de representação regulatória das associações de doentes?”, *e-cadernos CES*, 11, pp. 79-103.
- CONRAD, Peter (2007), *The Medicalization of Society. On the transformation of human conditions into treatable disorders*, Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- FEATHERSTONE, Mike (1994), *Consumer Culture and Postmodernism*, London, Sage.
- FORLINI, Cynthia; RACINE, Eric (2009), “Autonomy and Coercion in Academic ‘Cognitive Enhancement’ Using Methylphenidate: Perspectives of Key Stakeholders”, *Neuroethics*, 2, pp. 163-177.
- FOUCAULT, Michel (2003a), “The Birth of Social Medicine”, in Nikolas Rose e Paul Rabinow (eds.), *The Essential Foucault*, New York, The New Press, pp. 319-337.
- (2003b), “Technologies of the self”, in Nikolas Rose and Paul Rabinow (eds.), *The Essential Foucault*, New York, The New Press, pp. 145-169.
- FREIDSON, Eliot (1970), *Profession of Medicine*, New York, Harper & Row.
- GIDDENS, Anthony (1990), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta.
- GOFFMAN, Erving (1987), *Manicômios, Prisões e Conventos*, São Paulo, Perspectiva.
- KROLL-SMITH, Steve (2003), “Popular media and ‘excessive daytime sleepiness’: a study of rhetorical authority in medical sociology”, *Sociology of Health & Illness*, 25 (6), pp. 625-643.
- LATOUR, Bruno (2005), *Reassembling the Social*, Oxford, Oxford University Press.
- LOPES, Noémia (2003), *Automedicação: Práticas e Racionalidades Sociais*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE.
- (2010), “Consumos terapêuticos e pluralismo terapêutico”, in Noémia Lopes (org.), *Medicamentos e Pluralismo Terapêutico*, Porto, Afrontamento, pp. 19-85.
- LOPES, Noémia (coord.) (2014), “Relatório Estatístico – Consumos terapêuticos de performance na população jovem”, Lisboa, CIES-IUL, [Consult. a 31.10.2014]. Disponível em: <http://www.cies.iscte.pt/Consumos_de_Performance.pdf>.
- NETTLETON, Sarah (2004), “The emergence of e-scaped medicine?”, *Sociology*, 38 (4), pp. 661-679.
- PEGADO, Elsa (2010), “Consumos terapêuticos e investimentos de saúde”, in Noémia Lopes (org.), *Medicamentos e Pluralismo Terapêutico*, Porto, Afrontamento, pp. 223-266.
- RAPOSO, Hélder (2010), “Consumos terapêuticos, percepção e gestão do risco”, in Noémia

- Lopes (org.), *Medicamentos e Pluralismo Terapêutico*, Porto, Afrontamento, pp. 159-222.
- RODRIGUES, Carla (2010), “Consumos terapêuticos: notas e reflexões metodológicas”, in Noémia Lopes (org.), *Medicamentos e Pluralismo Terapêutico*, Porto, Afrontamento, pp. 287-282.
- RUPPEL, Erin; RAINS, Stephen (2012), “Information Sources and the Health Information-Seeking Process: An Application and Extension of Channel Complementarity Theory”, *Communication Monographs*, 79 (3), pp. 385-405.
- SEALE, Clive (2005), “New directions for critical internet health studies: representing cancer experience on the web”, *Sociology of Health & Illness*, 27 (4), pp. 515-540.
- VAN DER GEEST, Sjaak; WHYTE, Susan (1989), “The Charm of Medicines: Metaphors and Metonyms”, *Medical Anthropology Quarterly*, 3 (4), pp. 345-367.
- WALLACE, David Foster (2012), “Deciderization 2007 – A Special Report”, in David Foster Wallace, *Both Flesh and Not – Essays*, London, Hamish Hamilton, pp. 299-317.
- WILLIAMS, Simon *et al.* (2008), “Waking up to sleepiness: Modafinil, the media and the pharmaceuticalisation of everyday/night life”, *Sociology of Health & Illness*, 30 (6), pp. 839-855.
- WOLF, Mauro (1985), *Teorias da Comunicação*, Lisboa, Presença.

Telmo Costa Clamote. Investigador no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL) (Lisboa, Portugal). Endereço de correspondência: CIES-IUL, Edifício ISCTE, Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal. *E-mail:* telmocostaclamote@gmail.com.

Artigo recebido a 28 de fevereiro de 2014. Publicação aprovada a 10 de novembro de 2014.

Pressupostos para a construção de uma sociologia das redes sociais

Joaquim Fialho

Universidade de Évora, Universidade Aberta e
Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa

Resumo

Este artigo, de natureza teórica, é um ensaio em que se dão a conhecer os conceitos e a linguagem da construção científica da análise de redes sociais e os seus contributos para o debate sobre uma sociologia das redes sociais. Esta reflexão procura encetar uma discussão de contexto sobre os pressupostos que podem contribuir para o desenvolvimento de uma sociologia especializada onde impere a análise das redes sociais como forma de compreender a realidade social. A abordagem das redes sociais, o olhar das redes enquanto “novo” paradigma nas ciências sociais e humanas e algumas pistas para aplicação, são outros dos enfoques que compõem esta reflexão teórica.

Palavras-chave: redes sociais; sociologia; paradigma.

Abstract

Assumptions to construct a sociology of social networks

This article, theoretical in nature, is a test in which they make known the concepts and language of scientific construction of social network analysis and their contributions to the debate on the sociology of social networks. This reflection seeks to initiate a discussion of the assumptions about the context that may contribute to the development of a specialized sociology where reigns the analysis of social networks as a way of understanding social reality. The approach of social networks, the look of the networks as "new" a paradigm in social sciences and humanities and some hints for application, are other approaches that make up this theoretical reflection.

Keywords: social networks; sociology; paradigm.

Résumé

Principes pour la construction d'une sociologie des réseaux sociaux

Cet article, de nature théorique, est un test dans lequel ils font connaître les concepts et le langage de la construction scientifique de l'analyse des réseaux sociaux et leurs contributions au débat sur la sociologie des réseaux sociaux. Cette réflexion vise à initier une discussion sur les hypothèses relatives au contexte qui peuvent contribuer au développement d'une sociologie spécialisée où règne l'analyse des réseaux sociaux comme un moyen de comprendre la réalité sociale. L'approche des réseaux sociaux, le regard des réseaux comme "nouveau" paradigme en sciences sociales et humaines et des conseils pour l'application, d'autres approches qui composent cette réflexion théorique.

Mots-clés: réseaux sociaux; sociologie; paradigme.

Resumen

Supuestos para la construcción de una sociología de las redes sociales

En este artículo, de naturaleza teórica, es un ensayo en que se dan a conocer los conceptos y el lenguaje de la construcción científica de análisis de redes sociales y sus contribuciones al debate sobre la sociología de las redes sociales. Esta reflexión pretende iniciar una discusión de los supuestos acerca del contexto que pueden contribuir al desarrollo de una sociología especializada donde reina el análisis de las redes sociales como una forma de entender la realidad social. El enfoque de las redes sociales, el aspecto de las redes como "nuevo" paradigma en ciencias sociales y humanidades y algunos consejos para su aplicación, hay otros enfoques que componen esta reflexión teórica.

Palabras clave: redes sociales; sociología; paradigma.

1. De que falamos, quando falamos de redes. Uma introdução

Falar em redes, tal como falar em campo, sistema e estrutura, vai muito para além campo das várias ciências. Das ciências experimentais, passando pelas aplicadas até às sociais e humanas, deparamo-nos com uma multiplicidade de aplicações no uso dos conceitos, quadro que complexifica qualquer tentativa de clarificação dos mesmos, gerando uma certa polissemia concetual.

A conceção de redes é também polissémica e remete-nos para uma multiplicidade de sentidos e contra sentidos, quadro que se agudiza num contexto atual em que as redes sociais atravessam uma multiplicidade de ângulos e fenómenos sociais. O conceito de redes apresenta uma dinâmica descritiva e explicativa nos diferentes fenómenos sociais, razão pela qual é fundamental diferenciar a conceção de rede da

conceção de rede social. Apesar da tradição filosófica de cerca de uma centena de anos, na década de 90 do século XX, os estudos sobre redes passaram a beneficiar de uma multiplicidade de significados associados à globalização, sociedade da informação e cibercultura. Hoje, a rede remete-nos para uma conceção ampla, que decorre do uso em vários domínios: redes organizacionais, redes informáticas, redes virtuais, redes de comunicação, entre outras, num quadro de heterogeneidade condicionado pelo marco teórico e pelas opções metodológicas que nos ajudam a compreender a rede.

A trilogia de Manuel Castells (1999, 2000) foi uma das obras que mais contribuiu para a discussão em torno do conceito de rede na teoria social, partindo da globalização como objeto de análise. O argumento de Castells consubstancia-se na tese de que o capitalismo está cada vez mais articulado em redes mundiais de circulação de capitais e produtos, e que isso tem um impacto preponderante nas pessoas e no mundo. Segundo Castells, as redes são globais e as identidades, embora possam ser estimuladas pelo processo de globalização, são locais (Castells, 1999). Igualmente a massificação das redes sociais virtuais, que estamos a presenciar, remete-nos para um quadro de complexidade em que importa compreender a arquitetura das interações sociais que daí resultam.

Quando tratamos de redes sociais é indispensável um olhar com alguma acuidade para a Teoria das Redes Sociais, a qual beneficia dos avanços teóricos e metodológicos de várias ciências sociais. Resulta igualmente da consagração de várias correntes e linhas teóricas da antropologia, da psicologia, da sociologia e da matemática dos grafos, que sustentam a sua formalização enquanto «nova forma» de olhar a realidade social.

As redes sociais são, hoje, redes de comunicação e interação que envolvem uma linguagem simbólica, limites culturais e relações de poder. Nos últimos anos surgiram como um padrão organizacional capaz de expressar, através da sua arquitetura de relações, interações sociais, políticas e económicas de carácter inovador, com a missão de ajudar a explicar alguns problemas atuais. São a manifestação de uma nova forma de conhecer, pensar e concetualizar a realidade social.

Com influências do pensamento sistémico, as redes sociais dão origem a novos valores, a novas formas de pensar e a novas atitudes. Em 1954, pela primeira vez, tomamos conhecimento do conceito de rede social (*social network*), por intermédio do antropólogo britânico Jonh Barnes (1987), que analisou a importância da amizade, do parentesco e da vizinhança como relações informais e interpessoais na estruturação e na

integração dos pescadores de uma pequena comunidade. Para Barnes a vida social era considerada um conjunto de pontos (nós) que se estruturavam em teias de relações.

O que distingue as redes sociais das redes espontâneas e naturais reside na intencionalidade dos relacionamentos e nos objetivos comuns estabelecidos entre os elementos que nelas interagem. Contudo, apesar destas características especiais, a forma de operar das redes sociais traduz princípios semelhantes aos que regem os sistemas vivos. Todavia, o conceito de redes sociais tem sido utilizado nas ciências sociais e humanas de diferentes modos e sentidos. Num sentido mais metafórico, refere-se a uma conceção da sociedade como sendo construída por redes de relações interpessoais ou intergrupais. A noção de redes é também usada como instrumento de análise de redes e conexões, sendo mapeadas e classificadas no seu número, intensidade e qualidade de nós.

Se nos reportarmos a um exame histórico sobre os desenvolvimentos empíricos, teóricos e matemáticos que se têm produzido na investigação sobre redes, deveríamos convencer o leitor de que a análise de redes sociais cobre muito mais aspetos do que um vocabulário intuitivamente sedutor, uma metáfora ou um conjunto de imagens destinadas a dar conta das relações sociais, dos comportamentos, das políticas ou das economias (Wasserman e Faust, 1998).

Para Mercklé, a análise de redes sociais “não é uma técnica que procura simplesmente proceder a uma descrição das estruturas sociais, uma espécie de ‘sociografia’ do mundo social” (2004: 93). Por outro lado, Molina (2001) defende que a análise de redes sociais é uma técnica que permite fazer um diagnóstico sobre uma determinada situação, como por exemplo um território, numa lógica macro ou micro. Assim, para o autor, a análise de redes sociais é também uma ferramenta que possibilita ao investigador localizar estruturas dentro de redes e construir novas perguntas e respostas.

A análise de redes sociais parte de um postulado clássico que define a dimensão coercitiva dos fenómenos sociais e que define uma aproximação sociológica depois de Durkheim. Este postulado procura as causas dos factos sociais nas características dos desenvolvimentos estruturais em que eles se inserem. A forma das redes pode ser tomada como um fator explicativo dos fenómenos sociais analisados porque, por exemplo, determina a acessibilidade de alguns recursos sociais, como o prestígio, a amizade, o poder, etc.

Esta lógica de rede assume-se como uma espécie de variável contextual de elevada complexidade em que, partindo do contexto (estrutura), se procuram

explicações para os fenómenos, numa espécie de rutura com as análises sociológicas ditas tradicionais.

Para Molina (2001) a análise de redes sociais centra-se no estudo das relações estabelecidas entre um conjunto definido de elementos (pessoas, grupos ou organizações), separando-se das análises sociológicas tradicionais que se centram sobretudo nos atributos destes elementos.

Mitchell, citado por Mercklé, refere que a rede se assume como um “conjunto particular de interligações (*linkages*) entre um conjunto limitado de pessoas, com a propriedade suplementar que as características dessas inter relações consideradas como uma totalidade, podem ser utilizadas para interpretar o comportamento social das pessoas implicadas” (Mercklé, 2004: 93).

Para Degenne e Forsé (1994) a análise de redes sociais distancia-se da análise sociológica tradicional, sobretudo ao nível das aproximações funcionalistas, para uma corrupção “formal” do determinismo social. O constrangimento exercido pelas estruturas sobre os indivíduos é um constrangimento débil, o qual torna o indivíduo livre dos seus atos. Porém, importa sublinhar, na linha do que defende Mercklé (2004), que a ambição da análise de redes sociais não é somente perceber os “efeitos” das estruturas sobre os comportamentos, mas também perceber os efeitos dos comportamentos sobre as estruturas sociais onde se desenvolvem as interações.

Como é que as estruturas estáveis se cristalizam de forma a produzir estruturas sociais estáveis? De uma forma quase consensual, os autores mais referenciados na análise de redes sociais partem de hipóteses sobre a racionalidade do comportamento relacional dos atores sociais, sem os quais parece não ser possível explicar a emergência das estruturas sociais (Langlois, 1977; Wippler, 1978; Coleman, 1988; Burt, 1992; Flap, 1997; Forsé e Langlois, 1997; Mercklé, 2004).

Na sociologia, particularmente na teoria dos grafos, procura-se analisar a dinâmica do grupo em função das relações que os seus membros estabelecem entre si. Esta análise estrutural fornece indicadores que permitem identificar algumas propriedades do grupo ou até mesmo caracterizar a influência que cada indivíduo ocupa no grupo. Porém, apesar da simplicidade desta equação, há ainda uma certa agitação teórico-concetual na construção de um objeto sociológico para uma denominada sociologia das redes sociais. Este artigo, de natureza teórica, procura encetar uma discussão de contexto sobre os pressupostos que podem contribuir para a construção de uma sociologia das redes sociais. Os pressupostos da abordagem das redes sociais, o

olhar enquanto “novo” paradigma nas ciências sociais e humanas e os pressupostos para a sociologia das redes sociais são alguns contributos para o encetar reflexão teórica, num contexto em que as redes sociais assumem uma função multifacetada.

2. Redes sociais. Contextos e tendências

O conceito de redes sociais abarca em si mesmo um conjunto de correntes provenientes de várias disciplinas como a antropologia, a sociologia, a psicologia e a matemática dos grafos (Fialho, 2008). A análise de redes sociais tem a sua origem em teorias antropológicas (funcionalismo estrutural britânico), psicológicas (*Gestalt*) sociológicas (sociometria e estruturalismo funcional norteamericano) e em teorias matemáticas, como a teoria dos grafos.

Os conceitos fundamentais numa rede social são os atores, os nós e as ligações que nos permitem, através da visualização gráfica, uma radiografia da estrutura social. Para Requena Santos trata-se de “uma via muito interessante de explicação da realidade social” (2003: 3). Um ator pode ser uma pessoa, um grupo, uma empresa, ou seja, qualquer unidade social, enquanto uma ligação é a conexão entre dois atores. Ao conjunto dos atores e as suas ligações chama-se grupo e são denominados subgrupos quando os atores e respetivas ligações são parte ou subconjunto do grupo. Ao conjunto de ligações de um tipo específico entre os membros de um grupo chama-se relação.

Do ponto de vista da evolução cronológica, a gênese das redes sociais remete-nos para os anos 30 do século XX, tendo sido movida pelo interesse de estudar as relações sociais em pequenos grupos sociais. Psicólogos alemães da *Gestalt* abandonaram o seu país para se instalarem nos Estados Unidos da América, onde desenvolveram várias linhas de investigação. Kurt Lewin estudou o conceito de “distância social”, bem como a sua representação gráfica e formalização matemática. Moreno desenvolveu sociometria, não como uma técnica mas como um paradigma. Fritz Heider defendeu o pressuposto de que uma rede de relações interpessoais se deve reger pelo “equilíbrio” ou “balanço” (Molina, 2001; Fialho, 2008; Silva, Fialho e Saragoça, 2013). Esta ideia foi retomada, em 1965, por Harary, Norman e Cartwright, com a aplicação da análise de grafos à análise social.

Um dos alunos australianos de Radcliffe-Brow, o antropólogo Lloyd Warner deslocou-se para Harvard, em 1929, para desenvolver um trabalho de investigação científica com o seu colega Elton Mayo, psicólogo social. Ambos participaram nos

estudos de Hawthorne, desenvolvidos na Western Electric Company de Chicago. Estes estudos tinham como principal objetivo a identificação da influência dos aspetos psicológicos e sociais no rendimento dos trabalhadores. Estes estudos foram realizados com muito rigor e durante muitos anos, com múltiplas experiências interessantes para o quadro da teoria organizacional, psicologia social, sociologia e antropologia. Destes estudos sublinha-se para a análise de redes sociais a identificação de subgrupos (cliques) no sistema de relações sociais.

Entre vários ganhos, os estudos de Hawthorne vieram possibilitar a identificação de cliques, conjuntos de pessoas com laços informais que explicam a sua conduta no quadro do seu trabalho. Mesmo sem recorrer a Moreno, foram desenvolvidos sociogramas que procuraram evidenciar claramente a existência de alguns agrupamentos de pessoas.

Warner abandonou o estudo antropológico que estava a realizar numa organização para canalizar os seus esforços para o estudo de uma pequena cidade de New England City, em Newburyport (conhecida como *Yankee City*). Regressou a Chicago para se reagrupar a Radcliffe-Brown, onde iniciaram e desenvolveram o estudo das comunidades do sul dos Estados Unidos. Estes estudos defenderam a tese de que não só existem relações entre pessoas, mas também os grupos de que estas fazem parte articulam-se entre si, numa complexa rede de relações que explica a integração global no sistema social. Por influência destes investigadores passou-se a ter em conta as matrizes que relacionam pessoas e situações, grupos e classes sociais.

Também a análise etnográfica das estruturas elementares de parentesco de Claude Lévi-Strauss, na década de 40, conduz-nos à importante noção de que “a ideia de rede social é orientada para a análise e descrição dos processos sociais que envolvem conexões que ultrapassam os limites dos grupos e categorias” (Fialho, 2008: 185).

Igualmente, em 1954, o conceito de rede social foi utilizado pela primeira vez pelo antropólogo britânico John Barnes, que através da análise das relações entre pescadores de uma pequena comunidade, considerou que a vida social era considerada um conjunto de pontos (nós) que se estruturavam numa teia de relações (Fialho, 2008; Molina, 2001).

Os anos 50 e 60 foram caracterizados por inúmeras investigações que identificam a escola de Manchester como um marco essencial para a génese das redes sociais. Entre vários investigadores destacam-se os nomes de: John Barnes, que em 1954 foi o primeiro investigador a utilizar o termo rede; Elisabeth Bott e os seus

trabalhos “Família e Rede Social”, que introduz o termo “conectividade”, em 1955; e por fim, Clyde Mitchell que, em 1969, advoga que a análise de redes sociais possibilita uma visão complementar à visão tradicionalmente instituída. Entre os contributos desta escola contam-se ainda os de Kapferer, a quem pertence o conceito de “multiplicidade”, ainda hoje utilizado em análise de redes sociais, bem como o contributo de Mayer, através da introdução dos “vínculos fortes e vínculos débeis”.

Em meados dos anos 70, Harrison White com o seu grupo de Harvard – Lorrain, Boorman, Breiger e Levine –, desenvolve modelos matemáticos das estruturas sociais. Daqui resultou a conceção de medida de equivalência estrutural, marcando decisivamente o quadro da investigação da análise de redes sociais, possibilitando também uma rutura com a sociometria clássica, isto é, a passagem da relação entre os atores para a relação entre as posições estruturais. Quase simultaneamente, Ronald Burt, na Universidade de Chicago, expandia uma nova técnica que tinha também por base o mesmo objetivo: enquadrar os atores em categorias semelhantes ou distintas, de acordo com as relações semelhantes ou distintas que mantinham na rede. Estes avanços foram decisivos: a interação dos atores conduz até à definição das posições do sistema social; a partir da relação entre essas posições à estrutura do todo. Com este passo, a análise de redes deixa de se circunscrever única e exclusivamente ao processo de análise de pequenos grupos e de redes ego-centradas em benefício da análise de situações macroestruturais. Por outro lado, assiste-se ao surgimento de um instrumento que permite identificar as posições e explicar os comportamentos em situações sociais que aparentemente tinham uma estrutura subjacente, tais como movimentos sociais, associações voluntárias e subculturas marginais.

Na linha da explicação das posições e comportamentos sociais, a teoria do ator rede (ANT)¹, de Law (1999), Latour (2005) e Callon (1999), que, apesar de alguma controvérsia no quadro da sociologia crítica, veio enfatizar a ideia de que os atores, humanos e não humanos, estão sistematicamente ligados a uma rede social de elementos materiais e imateriais. Trata-se, aqui, nas palavras de Law (1994), de uma sociologia de verbos e não de uma sociologia de nomes. Conceitos como nível, camada, território, estrutura, sistema, entre outros, recorrentemente utilizados no quadro das ciências sociais, não são compreendidos como determinações, que estariam “por trás” dos processos empíricos analisados. A teoria do ator-rede foi construída à luz de uma

¹ Do acrónimo em inglês, *Actor-Network Theory*.

perspetiva construtivista e sustentada nos conceitos de “tradução e rede” e de dois dos princípios preconizados por Bloor (1976): o “princípio de imparcialidade”, em que não devemos conceder um privilégio àquele que conseguiu a reputação de ter ganho e de ter tido razão face a uma controvérsia científica; e o “princípio de simetria”, em que os mesmos tipos de causas podem explicar as crenças verdadeiras e as crenças falsas, contribuindo para a compreensão do conceito de rede no quadro da sociologia contemporânea.

A teoria do processo e da figuração de Norbert Elias (1994) sustenta-se na relação funcional da interdependência recíproca que se estabelece entre os indivíduos que vivem em sociedade. Elias ultrapassa o campo das dicotomias já determinadas, na medida em que estabelece, *a priori*, uma relação de interdependência entre o indivíduo e a sociedade. Esta perspetiva pretende construir modelos de análise e descodificar, a longo prazo, as alterações nas estruturas sociais, de forma a que se possa visualizar o sentido do seu curso. Outro contributo deste modelo concetual, além da noção processual, é a ideia de figuração, assente na compreensão das organizações sociais (família, escolas, cidades, estratos sociais) como sendo formadas pelas relações de interdependência entre os indivíduos. No processo de figuração são analisadas as dinâmicas das inclinações individuais que levam várias pessoas a agruparem-se e formarem uma sociedade. Nesta linha, os sentimentos e os padrões de comportamento individual são tidos em consideração com a análise da macroestrutura social.

Em Elias (1994) e Latour (2005) é possível sustentar a ideia que não estamos sozinhos nem afastados do mundo e que estamos ligados por uma teia de interdependências que formam uma rede. Com esta lógica de rede de interdependências de Elias, e com a rede de associações entre humanos e não humanos de Latour, o papel que desempenham a trajetória dos sujeitos e a ambivalência e a interdeterminação no fluxo da ação desaparecem.

Esta lógica da interdependência e da rede de associações preconizadas por Elias e Latour, enquadra-se numa linha de complementaridade com a “liberdade dos atos” de Goffman (2003). Isto é, a proposta de análise dos padrões de interação de Goffman insere-se numa linha da sociologia que procura pensar a sociedade a partir dos vínculos entre espaço e vida social. Na sua obra, o autor procura estabelecer, por um lado, uma análise sociológica que visa conhecer o mundo social ainda pouco conhecido por parte da sociologia, ou seja, manicómios, prisões e conventos, os quais designou de instituições totais. Por outro lado, procurou também analisar o comportamento dos

atores sociais nos lugares públicos onde o indivíduo beneficia de uma certa “liberdade” na prática dos seus atos. Esta perspetiva analítica desvenda que, nesses locais, evoluem formas de interação entre atores sociais que procuram, de várias formas, manter a estruturação do eu (*self*), enquanto elemento inserido dentro de um contexto social.

Numa linha mais formalista das interações sociais, os analistas de redes sociais dos anos 80 sustentam um grande *boom* no desenvolvimento da análise de redes sociais. Entre estes avanços, destacam-se: o conceito de autonomia estrutural de Burt (1992) e de *embeddedness*, em Granovetter (1973); o conceito de capital social desenvolvido por Coleman (1988) e Granovetter (1973), entre outros; os trabalhos de Marsden e Lin (1992), Friedkin (1984), Burt (1992) e Valente (1995), que sustentam uma visão mais dinâmica da análise de redes, pois postulam a *Social Network Analysis* como canais que os atores utilizam para influírem nos comportamentos de outros.

A partir dos anos 80, a análise de redes sociais começou a ganhar maior protagonismo, principalmente devido aos avanços no campo da matemática e da estatística, bem como aos avanços técnicos da área da informática, com a consolidação de aplicações para mapeamento da estrutura social. A divulgação científica através de revistas *on-line*, a criação da organização profissional INSNA (*International Network for Social Network Analysis*), a realização de conferências e congressos da especialidade (*Sunbelt*), a dinamização de revistas temáticas (*Connections, Journal of Social Structure, Social Networks, Revista Redes*), a par da coleção especializada dirigida por Mark Granovetter na *Cambridge University Press*, são marcos na consolidação da análise de redes sociais enquanto metodologia científica.

Atualmente a análise de redes sociais é aplicada nas disciplinas de origem, como a sociologia, a antropologia, a psicologia e a matemática dos grafos, como também em áreas como a ciência política, a economia, a física, a biologia e a informática, entre outras.

Do ponto de vista da investigação podemos encontrar dois tipos de estudos. Por um lado, o estudo da “rede total”, no qual o investigador estuda os laços de todos os atores que compõem o universo em estudo; e, por outro lado, as redes “egocêntricas”, em que o ponto de partida é o indivíduo (ego) que se encontra no centro da rede. Este tipo de estudo assume uma maior preponderância em temas como a integração social, o acesso a recursos e a estrutura de interações de um dado indivíduo.

Em Portugal, contudo, “a investigação em análise de redes sociais ocupa ainda um lugar muito modesto o que, comparativamente com países como Espanha e França,

não assume grande expressão” (Fialho, 2008: 21). Destacam-se apenas alguns trabalhos: Varanda (2000, 2005), Portugal (2005, 2007) e os trabalhos de Silva, Fialho e Saragoça (2013), concretizados no livro *Iniciação à Análise de Redes Sociais. Casos práticos e procedimentos com Ucinet*.

3. Um novo paradigma nas ciências sociais? Ou uma metodologia de corte com as lógicas tradicionais de investigação social?

Para Kuhn (1972) o paradigma refere-se àquilo que é partilhado por uma comunidade científica, uma forma de fazer ciência, uma matriz disciplinar. Por outro lado, um paradigma é um conjunto de soluções de problemas concretos, uma realização científica estruturada que fornece os instrumentos conceptuais e instrumentais para a solução de problemas. O paradigma é uma conceção de mundo que engloba um conjunto de teorias, instrumentos, conceitos e métodos de investigação.

Pensar a análise de redes sociais como um novo paradigma nas ciências sociais é um exercício arrojado mas, simultaneamente, um enorme desafio do ponto de vista da sua sustentação teórico-metodológica. Porém, há um enorme campo de divergência de pontos de vista, apesar da interseção de alguns elementos. Todavia, desde os finais da década de 90 que diversas obras vêm defendendo a emergência de uma nova “*ciência das redes*” (Watts, 2003), que usa o conceito como forma de apreender as interconexões do mundo contemporâneo. Como já foi referido anteriormente, nas ciências sociais, a análise das redes tem sido sempre um campo, por excelência, de interdisciplinaridade. Os pioneiros dos estudos das redes sociais chegam-nos da sociologia, da psicologia social e da antropologia, os quais procuravam soluções para problemas teóricos e empíricos que os investigadores não conseguiam resolver à luz dos quadros conceptuais dominantes nas suas disciplinas.

Durante a segunda metade do século XX, o conceito de rede social tornou-se central na teoria sociológica e abriu caminho a inúmeras discussões sobre a existência de um novo paradigma nas ciências sociais. Os sinais do seu dinamismo e da sua consolidação institucional, já descritos anteriormente, em muito contribuíram para a manutenção de uma discussão em torno desta “nova” forma de compreender e de decodificar a realidade social como se de um novo paradigma se tratasse no quadro das ciências sociais e humanas.

Mitchell (1974) questiona pela primeira vez se a análise de redes sociais constitui uma nova teoria sociológica. Trinta anos depois, na sua obra *Sociologie des réseaux sociaux*, Mercklé (2004) retoma a discussão e lança a questão: “Será a análise de redes sociais realmente um novo paradigma sociológico?”. Para este sociólogo francês, a análise das redes sociais não é uma mera técnica que procura unicamente proceder a uma descrição das estruturas sociais, uma espécie de “sociografia” do mundo social. Por outro lado, Molina (2001) sustenta que a análise de redes sociais é uma técnica que permite fazer um diagnóstico sobre uma determinada situação, numa lógica macro ou micro, sendo também uma ferramenta que possibilita ao investigador localizar estruturas dentro de redes e construir novas perguntas e respostas (Fialho, 2008). Num outro extremo da discussão, Berkowitz (1982) advoga que a análise estrutural de redes sociais é um novo paradigma e que trouxe uma revolução científica, pelo facto de ter vindo a desenvolver uma nova linguagem entre especialistas, possibilitando a comunicação entre eles de forma não ambígua.

Apesar desta dicotomia entre metodologia e paradigma, creio que catalogar a análise de redes sociais como uma simples metodologia matemática e estatística ao serviço da representação das estruturas sociais é contribuir para um certo reducionismo desta categoria sociológica e, simultaneamente, restringir as potencialidades que lhe estão inerentes. Objetivamente há um corpo metodológico consolidado; há uma consolidação teórica com epicentro nos anos 70, sobretudo por ação dos trabalhos teóricos de Mark Granovetter em torno dos laços fortes e fracos nas redes sociais, bem como os de Burt (1992), Wellman (1983 e 1988), Degenne e Forsé (1994), entre outros.

Segundo Sílvia Portugal (2005), na teoria sociológica não existe um paradigma dominante, sendo visível, por outro lado, que o próprio campo interno da disciplina não é constituído por uma teoria “unificada” (Portugal, 2005).

Em suma, assumir a análise de redes sociais como mais uma metodologia no quadro das ciências sociais em geral, e da sociologia em particular, é estabelecer um certo reducionismo míope e negar os avanços (mais que recuos) em termos de consolidação teórica. Falar em teoria das redes é indiscutivelmente uma fase da discussão consolidada. Apelar ao reducionismo aqui referido é negar a evidência. Pensar na análise de redes sociais como um novo paradigma nas ciências sociais e humanas é para já abusivo, atendendo a que não se verifica uma hegemonia face a outras correntes que deambulam no quadro da ciência social. Aliás, a própria ciência social é feita de contradições, ambições e complementaridade em torno de várias

questões teóricas. Pensar o conceito de rede social como uma categoria da análise sociológica é naturalmente um pressuposto que beneficia de um relativo consenso, sobretudo quando se trata de radiografar a estrutura social com um nível de aproximação muito significativo.

4. Para uma sociologia das redes sociais

É hoje profundamente consensual o reconhecimento da sociologia como ciência. A afirmação metodológica, a consolidação do(s) objeto(s) de estudo e multiplicidade de perspetivas teóricas que fundamentam o campo social permite-nos, com alguma certeza e sem ambiguidades, o reconhecimento da sua cientificidade. Porém, toda a ciência é feita de avanços e retrocessos. Todavia, a complexidade inerente à fundamentação do rigor e da objetividade sociológica é hoje, mais do que nunca, um ponto que nos remete para uma crise feita de uma mescla de objetos sociológicos, proveniente das várias sociologias especializadas. Pensar numa sociologia das redes é uma tarefa árdua, atendendo às hesitações que encontramos na dificuldade de definir o seu objeto. É esse o desafio.

Elias (1994) sustenta que o objetivo central das ciências sociais é observar o processo de interação entre os indivíduos, na medida em que considera a interdependência entre as ações singulares e as ações plurais no círculo societário. Deste modo, para os analistas de redes sociais, a unidade de análise nos estudos de rede não se baseia unicamente na avaliação do conjunto de indivíduos autónomos, mas na possibilidade de apreensão dos elementos que os unem, que os isolam e que os interligam em torno de características que lhe são próprias. Tal como Elias, também Durkheim e Mauss pretenderam desenvolver nos seus trabalhos este conceito, ao estudar os grupos sociais como unidades interdependentes para superação da dualidade de interpretações (ação e estrutura) que tem dominado o pensamento social.

No quadro dos analistas de redes sociais ou até mesmo para os sociólogos analistas de redes sociais, o ponto de partida é complexo. Se, por um lado, Simmel é visto como o principal fundador das lógicas e fórmulas que sustentam a análise de redes sociais, enquanto processo descodificação das estruturas que emergem das interações sociais, por outro lado, há uma outra linha que coloca em Moreno e a sua sociometria, nos anos 30, como o ponto de partida para a análise de redes sociais. Este último ponto de partida é aquele que parece mais consistente e consensual entre os analistas de redes

sociais. Por um lado, ao contrário de Moreno, o trabalho de Simmel não utiliza o conceito de rede, excetuando o trabalho do seu aluno Leopold Von Wiese (1932). Por outro lado, a representação gráfica da estrutura social iniciada com Moreno, coloca-o num patamar de maior relevância na construção da teoria das redes. Contudo, este destaque não é uma refutação da lógica simmeliana no campo das redes sociais, antes pelo contrário.

Para o sociólogo Michel Forsé (2002), um dos contributos de Simmel reside num simples ponto metodológico, em que a relação entre dois elementos constitui uma forma sociológica. Na linguagem das redes, esta relação designa-se por “díade” e caracteriza-se por uma unidade relacional elementar. Porém, é meramente redutor pensar no termo de rede como uma mera ligação entre atores. Segundo Nadel (1957), se assim fosse, para nos reportarmos à ligação entre pessoas já tínhamos o termo relação. As consequências da ligação entre um par de nós (ou atores) pode afetar de forma significativa o par adjacente, muito para além da simples ausência ou existência de relação. Deste modo, a díade, tal como as tríades, constitui-se como uma escala de observação que nos permite uma compreensão das relações que vão muito para além da simples métrica. Há consequências, influência, associação e interdependência entre as relações, em detrimento da lógica aditiva da relação e em benefício de uma lógica combinatoria que nos permite estudar as estratégias de coalizão, mediação e transitividade das relações.

A construção de modelos teóricos na análise de redes sociais com o objetivo do distanciamento dos modos substancialistas de conhecimento do social já vem do século XIX, com os contributos de Durkheim, Marx, Simmel, entre outros. Para Simmel (2002), por exemplo, os grandes sistemas e organizações supraindividuais eram considerados como uma consolidação das interações imediatas produzidas ao longo da vida dos indivíduos, não possuindo existência prévia em relação aos sujeitos sociais. A sociedade não se constitui como uma substância, algo concreto em si mesmo, mas como um acontecer. São os processos de “sociação” e não a sociedade em si mesma o foco privilegiado da análise (Simmel, 2002). Esta abordagem distancia-se da lógica do substancialismo que caracteriza, e de certa forma ainda se vai perpetuando, no pensamento das ciências sociais nas múltiplas vertentes. Esta perspetiva pode ser vista em dois tipos de abordagens. Por um lado, nas abordagens individualistas como, por exemplo, a teoria da escolha racional; e, por outro, nas abordagens holistas, referenciadas em diferentes tipos de unidades pré-construídas: grupos, nações,

sociedades, estruturas ou sistemas sociais. Contudo, nestas duas abordagens, o social é considerado como sendo constituído por entidades autorreguladas e autodeterminadas, tomadas como chave explicativa dos fenómenos sociais. Uma segunda vertente do substancialismo define os agentes sociais pelas suas características intrínsecas, descritas a partir de um conjunto diferenciado de atributos ou variáveis, cuja incidência, de forma isolada ou combinada, vem decifrar o comportamento das entidades analisadas (Emirbayer, 1997).

Se, por um lado, Barnes introduziu o conceito de “rede social” na análise social, é Milgram que desenvolve o primeiro esforço para demonstrar empiricamente algumas das intuições da rede. Estas intuições vão ao encontro da sociologia formalista simmeliana que não se deve centrar exclusivamente no nível microssociológico (indivíduo), nem no macrossociológico (sociedade no seu conjunto), mas nas formas sociais que resultam das interações entre os indivíduos: nível mesosociológico. Esta sociologia das formas de ação recíproca de Simmel (2002) é, para Forsé (2002), uma ciência das estruturas das relações sociais.

Na sociologia, a análise de redes sociais está configurada pela influência de várias correntes com orientação metodológicas e epistemológicas diferenciadas. Com alguma regularidade, encontramos o conceito indexado a uma metodologia, técnica estatística e/ou matemática enquanto que, no oposto, encontramos uma utilização normativa, ética e valorativa do termo. De qualquer forma, qualquer uma destas posições extremadas, alimenta uma falta de consenso que em muito poderia contribuir para uma consolidação das redes sociais como categoria nuclear no quadro da sociologia em particular e da teoria social em geral.

Pela influência do pensamento sistémico, as redes dão origem a novos valores, novas formas de pensar e, conseqüentemente, a novos comportamentos e atitudes. Face aos vários progressos na interpretação das redes sociais, a atual emergência de novos valores e de novas formas de pensar está intimamente associada ao desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, às inovações e às novas descobertas do pensamento científico. O que distingue as redes sociais das redes espontâneas e naturais são os objetivos comuns estabelecidos entre os atores que interagem nessa rede e a intencionalidade dos relacionamentos. O conceito de rede surgiu a partir do estudo dos sistemas vivos e a forma de operar das redes sociais traduz princípios semelhantes aos que regem os sistemas vivos.

Todos os seres vivos compõem ecossistemas dinâmicos, que integram uma paisagem. Nesse ambiente, as suas vidas entrelaçam-se numa teia de relações caracterizadas por cooperação, competição, predação, simbiose ou parasitismo. Esse sistema interligado e delicadamente equilibrado fornece alimento e abrigo, bem como regulação de energia e reprodução. Cada membro da comunidade tem um papel essencial para manter essa rede em equilíbrio. Na natureza não existem hierarquias, somente redes dentro de redes; não existem partes independentes, mas uma teia inseparável de relações. A capacidade de operar sem hierarquia parece ser, assim, uma das mais importantes propriedades distintivas da rede.

O homem é um ser gregário; desde os tempos mais remotos que sente necessidade de se agrupar, de trabalhar e viver em conjunto e, portanto, de viver em relação. As redes são maneiras de apresentar, visualizar e/ou investigar relações entre esses indivíduos. Alega-se que as redes sociais são modos de representação de estruturas sociais. Esse conceito só passa a ser inteligível se admitirmos que a “estrutura” é conhecida pelas configurações recorrentes das relações entre os indivíduos. Assim, a rede é “anterior” ao grupo em termos ontológicos, portanto, o grupo é um fenómeno que ocorre na rede. Ao invés de dizer que redes são formas de representação de agrupamentos, seria adequado dizer que agrupamentos são configurações de rede. A ideia de que os atores sociais determinam o comportamento da sociedade quando se agrupam de uma determinada maneira decorre de uma incompreensão da rede, ou seja, de uma incompreensão de que o ‘ator’ é produzido pela tal estrutura social, isto é, pela rede. É importante referir que os indivíduos não são atores se não interagirem; e quando interagem já são rede.

Quando se agrupam, segundo Recuero (2006), não o fazem somente a partir de supostas escolhas individuais, baseadas nas suas características distintivas, visto que já estão sob o influxo da dinâmica de rede. Os seres humanos são seres sociais, exibem as suas qualidades intrínsecas numa encruzilhada de fluxos e identidades que se formam a partir da interação com outros indivíduos. Deste modo, a pessoa funciona como um *continuum* de experiências e de relacionamentos e comporta-se como um ator nevrálgico, por estar imersa num ambiente de constante interação, a qual influi na sua estruturação individual.

Existem diversas razões que contribuem para a composição das ligações, as quais têm origem na diversidade de papéis que o indivíduo assume, como participante de um grupo. Esta perspetiva é partilhada por Boissevain (1979), o qual defende que o

conceito sociológico de papel corresponde às normas e às expectativas que se aplicam à pessoa que ocupa uma determinada posição. Através dos papéis desempenhados, o indivíduo entra em contacto com outros para partilhar atividades de interesse comum. Boissevain (1979) sustenta ainda que a estratificação dos papéis desempenhados pelos indivíduos ajuda a categorizar o tipo de relação.

Na atualidade o debate sobre redes sociais ocupa um lugar estratégico na construção e invenção de novos instrumentos teóricos, capazes de aprender a realidade social e a construção da sociabilidade, expressando a complexidade das relações e interações presentes nos processos que estruturam as relações sociais (Fontes e Martins, 2004; Molina, 2001; Silva, Fialho e Saragoça, 2013). Defendido pelos referidos autores, o debate sobre redes sociais responde às exigências de complexidade da teoria social, na medida em que parte de múltiplas necessidades práticas ligadas ao desenvolvimento de novas metodologias de intervenção e participação social, colocadas pelas políticas públicas e movimentos sociais, configurando-se como um instrumental de análise e construção da nova ordem social.

Em suma, perante as rápidas mudanças sociais, e em especial com a transformação qualitativa nas formas de relação, o estudo das redes adquire importância e interesse acrescidos, pois poderá aportar contributos para melhor compreendermos e decodificarmos a vida em sociedade no presente. Esta metamorfose no quadro de uma perspetiva teórico-metodológica das redes permite focalizar a compreensão do “mundo da vida” (Habermas, 1981), em que as práticas sociais se deslocam do sistema formal (Estado, mercado e ciência), incorporando um fenómeno complexo que poderá abarcar múltiplos aspetos da vida social.

Notas finais

Não há consenso sobre este novo paradigma nas ciências sociais. Para Berkowitz (1982), a análise estrutural de redes sociais é um novo paradigma que veio desenvolver uma “revolução científica”, sobretudo pelo facto de ter vindo a desenvolver uma nova linguagem entre especialistas, a qual permite comunicar entre eles de forma não ambígua. Numa linha mais moderada, também Degenne e Forsé (1994) sustentam que a análise estrutural se encontra em vias de se constituir como um verdadeiro paradigma. Porém, tal como já foi referido anteriormente, considerar a análise de redes sociais como um novo paradigma nas ciências sociais é excessivo, mas falar nela apenas como

metodologia para decompor a estrutura social é limitativo. Assim sendo, a linha de Degenne e Forsé parece ser a mais adequada ao momento: está em vias de se constituir enquanto paradigma, mas a sua hegemonia enquanto corrente do pensamento social ainda carece de uma colossal consolidação.

Porém, a linguagem especializada que sustenta a análise de redes sociais e alimenta o discurso de uma “espécie de elite” de cientistas sociais que vão regularmente criando novos métodos e técnicas de análise das estruturas sociais, dá corpo a uma panóplia de novas técnicas e teorias de análise e compreensão dos fenómenos sociais. Todavia, esta linguagem especializada tem funcionado como um obstáculo a novos cientistas sociais que, numa zona de conforto, se mantêm nas análises sociológica ditas tradicionais.

Pensar na análise de redes sociais como uma simples metodologia estatística ou matemática é reduzir as suas potencialidades, no quadro de um conjunto de potencialidades que podem ser usufruídas pelos sociólogos. No caso da análise estrutural já podemos encontrar um corpo metodológico sólido e sofisticado que beneficia da acumulação de trabalhos realizados, sobretudo durante e após os anos 70.

Além das demarcações anteriores, a análise de redes sociais é indiscutivelmente uma enorme ferramenta teórico-metodológica para a sociologia, um quase paradigma nas ciências sociais, que permite, de uma forma estratégica, uma compreensão muito elaborada sobre os significados das interações sociais nos mais diversos contextos. Permite ao sociólogo uma integração na sua análise de diferentes perspetivas (individuais e coletivas) sobre as relações estabelecidas não só entre os atores, como também entre os atores e os sistemas em que estão integrados.

Outro dos méritos atribuídos à análise de redes sociais é ter colocado no centro da análise as relações sociais entre atores, as quais se constituem como unidade de análise. Com alguma frequência encontramos na sociologia atual o termo redes sociais sem que este seja diferenciado de outros, como relação social, vínculo, interação, etc. Iguamente encontramos com alguma frequência a distinção entre usos metafórico e normativo da análise de redes sociais, tornando-se um imperativo ir para além da metáfora e sustentar uma lógica de modelos explicativos das interações sociais dos atores envolvidos no sistema.

Tal como nos métodos de investigação tradicionais, a delimitação dos objetos de investigação é sempre uma tarefa complexa. Aqui há uma nota muito importante. Todos nós sabemos onde começa a rede, mas não sabemos até onde pode ir o conjunto de

interações do ator. Por esta razão, há uma necessidade meticulosa de delimitação da rede como estratégia de reduzir o grau de complexidade da delimitação.

Por último, a análise de redes sociais é uma abordagem privilegiada para compreender a existência de relações fortes entre os indivíduos, mapear a sua conectividade, coesão e densidade, bem como a frequência das interações, entre outras métricas, funcionando como uma radiografia analítica dos grupos, organizações ou atores individuais. Este formalismo (Forsé, 2002) é, inquestionavelmente, o maior contributo da análise de redes sociais para a descodificação da complexidade da estrutura social.

Referências bibliográficas

- BARNES, John (1987), “Redes Sociais e Processo Político”, in B. Feldman-Bianco (org.), *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*, São Paulo, Global, pp. 159-194.
- BERKOWITZ, David (1982), *An introduction to structural analysis*, Toronto, Butterworths.
- BLOOR, David (1976), *Knowledge and Social Imagery*, London, Routledge.
- BOISSEVAIN, Jeremy (1979), “Network analysis: a reappraisal”, *Current Anthropology*, 20 (2), pp. 392-394.
- BURT, Ronald (1992), *Structural holes*, Cambridge, Harvard University Press.
- CALLON, Michel (1999), “Actor-network theory, the market test”, in J. Law and J. Hassard (eds.), *Actor-Network Theory and After*, London, Blackwell, pp. 181-195.
- CASTELLS, Manuel (1999), *A Sociedade em Rede*, São Paulo, Paz e Terra.
- (2000), *A era da informação: economia, sociedade e cultura*, vol. 1, São Paulo, Paz e Terra.
- COLEMAN, James (1988); “Social capital in the creation of human capital”, *American Journal of Sociology*, 94 (Supplement), pp. S95-S120.
- DEGENNE, Alain; FORSÉ, Michel (1994), *Les réseaux sociaux: une analyse structurale en sociologie*, Paris, Armand Colin.
- ELIAS, Norbert (1994), *A sociedade dos indivíduos*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- EMIRBAYER, Mustafa (1997), “Manifesto for a relational sociology”, *American Journal of Sociology*, 103 (2), pp. 281-317.
- FIALHO, Joaquim (2008), *Redes de cooperação interorganizacional. O caso das entidades formadoras do Alentejo Central*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Évora, Universidade de Évora.

- FLAP, Henk (1997), “The conflicting loyalties theory”, *L’Anee Sociologique*, 47 (1), pp. 183-215.
- FONTES, Breno; MARTINS, Paulo Henrique (2004), *Redes sociais e saúde: novas possibilidades teóricas*, Recife, Editora Universitária da UFPE.
- FORSÉ, Michel, (2002), “Les réseaux sociaux chez Simmel: les fondements d’un modèle individualiste et structural”, in L. Deroche-Gurcel et P. Watier (eds.), *La Sociologie de Georg Simmel* (1908), Paris, PUF, pp. 63-109.
- FORSÉ, Michel; LANGLOIS, Simon (1997), “Réseaux, structures et rationalité”, Présentation, *L’Année sociologique*, 47 (1), pp. 27-35.
- FRIEDKIN, Noah E. (1984), “Structural Cohesion and Equivalence Explanations of Social Homogeneity”, *Sociological Methods Research*, 12, pp. 235-261.
- GOFFMAN, Erving (2003), *Manicômios, Prisões e Conventos*, Brasil, Editora Perspectivas.
- GRANOVETTER, Mark (1973), “The strength of weak ties”, *The American Journal of Sociology*, 78 (6), pp. 1360-1380.
- HABERMAS, Jürgen (1981), *Theorie des kommunikativen Handelns*, vols. 1 e 2, Frankfurt am Main, Suhrkamp.
- KUHN, Thomas (1972), *The structure of scientific revolutions*, 2nd ed., Chicago, University of Chicago Press.
- LANGLOIS, Simon (1977), “Les réseaux personnels et la diffusion des informations sur les emplois”, *Recherches sociographiques*, XVIII (2), pp. 213-246.
- LATOUR, Bruno (2005), *Reassembling the social: an introduction to actor-network-theory*, Toronto, Oxford University Press.
- LAW, John (1994), *Organizing Modernity*, Oxford, Blackwell Publishers.
- (1999), “After ANT: complexity, naming and topology”, in J. Law and J. Hassard (eds.), *Actor-Network Theory and After*, Oxford, Blackwell, pp. 1-14.
- MARSDEN, Peter; LIN, Nan, (1982), *Social Structure and Network Analysis*, California, Sage Publications.
- MERCKLÉ, Pierre (2004), *Sociologie des réseaux sociaux*, Paris, La Découverte.
- MITCHELL, Clyde (1974), “Social networks”, *Annual Review of Anthropology*, 3, pp. 279-299, [Consult. a 15.06.2011]. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0084-6570%281974%292%3A3%3C279%3ASN%3E2.0.CO%3B2-Q>>.
- MOLINA, José Luis (2001), *El análisis de redes sociales. Una Introducción*, Barcelona, Ediciones Bellaterra.
- NADEL, Siegfried (1957), *The Theory of Social Structure*, London, Cohen & West Ltd.
- PORTUGAL, Sílvia (2005), “Quem tem amigos tem saúde: o papel das redes sociais no acesso aos cuidados de saúde”, in *Simpósio Família, Redes Sociais e Saúde*, Hamburgo, Instituto de Sociologia da Universidade de Hamburgo, abril 2005.

- (2007), “Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica”, Oficina do CES, n.º 271, [Consult. a 23.11.2011]. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/271/271.pdf>>.
- RECUERO, Raquel (2006), “Dinâmicas de Redes Sociais no Orkut e Capital Social”, *UNI revista*, 1 (3), [Consult. a 31.10.2011]. Disponível em: <www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_daCunha.PDF>.
- REQUENA SANTOS, Felix (2003), *Análisis de redes sociales. Orígenes, teorías e aplicaciones*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas.
- SILVA, Carlos; FIALHO, Joaquim; SARAGOÇA, José (coord.) (2013), *Iniciação à Análise de Redes Sociais. Casos Práticos e Procedimentos com Ucinet*, Casal de Cambra, Caleidoscópio Edição e Artes Gráficas.
- SIMMEL, Georg (2002), *Cuestiones fundamentales de sociología*, Barcelona, Editorial Gedisa.
- VALENTE, Thomas (1995), *Network Models of the Diffusion of Innovation*, Cresskill, Hampton Press.
- VARANDA, Marta (2000), “A análise de redes sociais e sua aplicação ao estudo das organizações. Uma introdução”, *Organizações & Trabalho*, 23, pp. 87-106.
- (2005), “La réorganisation du petit commerce en centre-ville: L’échec d’une accion collective”, *Revue Française de Sociologie*, 46 (2), pp. 325-350.
- VON WIESE, Leopold (1932), *Systematic Sociology*, New York, Wiley.
- WASSERMAN, Stanley; FAUST, Katherine (1998), *Social Networks analysis: methods and applications*, New York, Cambridge University Press.
- WATTS, Duncan J. (2003), *Six Degrees: The Science of a Connected Age*, London, Vintage.
- WELLMAN, Barry (1983), “Network analysis: some basic concepts”, in Barry Wellman (ed.), *Sociological Theory*, vol. 1, pp. 155-200.
- (1988), *Social Structures: a network approach*, New York, Cambridge University Press.
- WIPPLER, Reinhard, (1978), “The structural-individualistic approach in Dutch sociology”, *The Netherlands Journal of Sociology*, 14, pp. 135-155.

Joaquim Fialho. Doutorado em Sociologia, Professor Auxiliar Convidado na Escola de Ciências Sociais do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora (Évora, Portugal), Tutor no Departamento de Ciências Sociais e Gestão da Universidade Aberta (Lisboa, Portugal) e Investigador do Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa (CESNOVA) (Lisboa, Portugal). Endereço de correspondência: Universidade de Évora, Largo dos Colegiais, Escola de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, 7004-516 Évora, Portugal. *E-mail:* jfialho@uevora.pt.

Artigo recebido a 29 de abril de 2014. Publicação aprovada a 20 de outubro de 2014.

Redes sociais no recrutamento de imigrantes: fundamentos teóricos de uma proposta de explicação

Filipa Pinho

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – Instituto Universitário de Lisboa

Resumo

Neste artigo reveem-se as origens dos conceitos de redes e de capital social na sociologia e no estudo de migrações. Pretende-se promover a perspetiva teórica relacional de que é plausível o surgimento de uma articulação entre as redes sociais de migrantes e de potenciais migrantes, com mobilização de capital social, no recrutamento de mão de obra em falta quando há oportunidades de trabalho no destino. As redes sociais podem ser entendidas como equivalentes funcionais de outro tipo de recrutamento, na ausência de programas governamentais com esse objetivo.

Palavras-chave: redes sociais; redes de migrantes; recrutamento.

Abstract

Social networks in the recruitment of immigrants: theoretical fundamentals of a proposed explanation

This paper reviews the origins of the concepts of networks and social capital in sociology and in explaining migration. It intends to promote the relational theoretical perspective for the plausible emergence of a strong articulation between social networks of immigrants and of potential migrants, with social capital mobilization, for recruiting labour in shortage when there are opportunities at the destination country. Social networks may exert the same function than governmental programs with recruitment goals.

Keywords: social networks; migrant networks; recruitment.

Résumé

Réseaux sociaux dans le recrutement d'immigrants : les fondements théoriques d'une explication proposée

Dans cet article nous présentons les origines des concepts de réseaux et de capital social dans la sociologie et dans l'étude des migrations. Il est destiné à promouvoir la perspective théorique relationnelle qui intègre la possibilité de l'émergence d'un lien entre les réseaux sociaux des immigrants (et de potentiels migrants), avec la mobilisation du capital social, pour le recrutement de main-d'œuvre nécessaire pour satisfaire des opportunités dans le pays de destination. Les réseaux sociaux peuvent être compris comme un équivalent fonctionnel d'autre type de recrutement en l'absence de programmes gouvernementaux munis de cet objectif.

Mots-clés: réseaux sociaux; réseaux de migrants; recrutement.

Resumen

Redes sociales en el reclutamiento de inmigrantes: fundamentos teóricos de una explicación propuesta

En este artículo se revisan los orígenes de los conceptos de redes y capital social en la sociología y en el estudio de la migración. Su objetivo es promover la perspectiva teórica relacional de que es plausible la aparición de un vínculo entre las redes sociales de los inmigrantes y de potenciales migrantes, con la movilización de capital social, en la contratación de trabajadores migrantes cuando hay oportunidades de trabajo en el país de destino. Las redes sociales pueden ser entendidas como un equivalente funcional de otro tipo de reclutamiento en la ausencia de programas de gobierno con este objetivo.

Palabras clave: redes sociales; redes de migrantes; reclutamiento.

Introdução¹

O recrutamento ativo de trabalhadores migrantes constitui o argumento central na explicação de migrações de trabalho, numa das teorias mais referenciadas sobre o tema (Piore, 1979). De acordo com Piore, as migrações de trabalho com destino a países industrializados acontecem porque empregadores ou governos (ao serviço dos empregadores), através do estabelecimento de acordos com outros países, recrutam migrantes.

As redes sociais e o capital social são, nas migrações, genericamente concetualizados como meios de obtenção de informação, pelos migrantes, acerca de destinos. Através deles, os indivíduos podem compensar situações de acesso limitado a

¹ Este artigo constitui uma adaptação de um capítulo teórico da tese de doutoramento defendida em 2012, e que teve o apoio de uma bolsa da FCT com a referência SFRH/BD/16095/2004.

recursos instrumentais para alcançarem objetivos nas suas trajetórias de vida que impliquem mudanças migratórias.

No estudo de migrações, as duas perspetivas enunciadas não têm sido complementadas no estudo do surgimento dos fluxos migratórios: não se explora o papel das redes na perspetiva do recrutamento apresentada, que é utilizada para explicar a emergência das migrações; o papel atribuído às redes na explicação das migrações é, geralmente, o de que contribuem para a reprodução dos fluxos (e não são, por si só, responsáveis pela sua emergência), e nas migrações laborais referem-se frequentemente também as “redes organizadas”.

A articulação entre o recrutamento e as redes e/ou o capital social pode ser elencada em dois eixos fundamentais, de acordo com a revisão da literatura: 1) as redes são associadas a atividades de lucro como o tráfico, contrabando e crime, e distintas do que se passa entre família e amigos, estando os (aspirantes a) migrantes numa situação vulnerável relativamente à migração; 2) as redes que se associam à migração constituem-se de relações familiares e de amizade, bem como “amigos de amigos”, e têm um desempenho muito influente no desenvolvimento das migrações. Nestas podem ou não encontrar-se atividades de lucro associadas à ajuda ao movimento, mas não é o crime que sobressai. O tráfico e o contrabando também têm ligação a atividades de recrutamento em redes organizadas, mas a reflexão sobre estas atividades não terá lugar neste texto.²

Neste artigo pretende-se promover a perspetiva de que, na ausência de programas governamentais de recrutamento de mão de obra, e num contexto favorável de oportunidades de trabalho no destino, é plausível que exista uma articulação forte entre o processo de recrutamento de trabalhadores para fluxos migratórios e as redes sociais dos migrantes e potenciais migrantes, com o capital social que mobilizam. Estas redes sociais podem ser entendidas como equivalentes funcionais de outro tipo de recrutamento, numa perspetiva relacional do estudo das migrações. O recrutamento pode ser explicado com a perspetiva da análise de redes sociais.

Para o objetivo enunciado, procede-se, nas duas primeiras secções, a uma revisão de literatura sobre as origens dos conceitos de redes sociais e de capital social,

² Neste texto pretende-se analisar a articulação entre redes e recrutamento de mão de obra relativo a migrações voluntárias e quando a coerção não faça parte do processo; no tráfico e em redes organizadas, a coerção surge, em algum momento, como um elemento definidor destas práticas e, por isso, estes temas não vão ser abordados.

bem como as suas propriedades e as relações entre eles, contribuindo para uma maior aproximação e diálogo entre a sociologia das redes sociais e os estudos das redes de migração³, neste caso com a lente do recrutamento em migrações laborais, em língua portuguesa. Na secção seguinte apresenta-se como as redes (de migrantes) têm sido concetualizadas em estudos de migração. Na penúltima seção responde-se à necessidade inevitável de refletir sobre o papel das redes sociais de configuração cibernética, e de como estas se relacionam com a estruturação das migrações. Nas reflexões finais desenha-se um enquadramento teórico que articula algumas das contribuições, para explicar como as redes de migrantes e o capital social podem ser responsáveis pelo desenvolvimento de fluxos migratórios, em particular laborais, em contextos de escassez de mão de obra e de ausência de recrutamentos estatais com objetivos de a colmatar.

1. Redes sociais: análise, conceitos e propriedades

A análise das redes sociais engloba teorias, modelos e aplicações que se expressam através de conceitos ou processos relacionais; a sua unidade de análise não é o indivíduo, mas as relações que se estabelecem entre um conjunto de indivíduos (Wasserman e Faust, 1994: 4-5).

A investigação das estruturas relacionais foi impulsionada por Radcliffe-Brown, autor que se tornou uma referência para sociólogos e antropólogos com a conceptualização da estrutura como “rede de relações realmente existentes” (Radcliffe-Brown 1940 in López e Scott, 2000: 46).

Mas é na sociologia formal de Simmel que se identifica a origem sociológica do conceito de rede e respetiva análise. O autor define a sociedade como processo, a sua existência depende das “ações recíprocas” entre indivíduos (Simmel, 1999) e assume dois significados só separáveis cientificamente: 1) um conjunto de indivíduos socializados, entendidos como o material humano com forma social que tem uma realidade histórica; 2) o conjunto de todas as possibilidades relacionais entre os indivíduos, que vêm a ser responsáveis pela forma social que surge no primeiro sentido do termo. A ciência da sociedade assim concetualizada tem por objeto as forças, as

³ Em 1992, Gurak e Caces assinalam esta lacuna. Embora já tenham passado mais de 20 anos, não parecem haver muitas aplicações da análise das redes sociais aos estudos de migrações, embora a perspetiva das redes esteja muito presente em estudos de fluxos migratórios e se considere que sejam fundamentais para a ajuda na informação e apoio para a integração.

relações e as formas pelas quais os homens se socializam. As formas são, entre outras, as hierarquias, as corporações, as concorrências, as amizades. De acordo com o autor, o conteúdo e a forma social constituem uma realidade concreta unitária em todos os fenómenos sociais (Simmel, 1999); o conteúdo das redes sociais foi o menos desenvolvido em análises posteriores.

Três tradições assinaláveis na análise contemporânea das redes sociais encontram-se na revisão dos trabalhos que a compõem (Scott, 2000):⁴ 1) a sociometria, orientada para os grupos pequenos, da qual resultaram alguns avanços técnicos com os métodos da teoria dos gráficos; 2) a investigação de Harvard nos anos 1930, através da qual foram explorados os padrões de relações interpessoais e a formação de sub-redes, ou “cliques”; 3) a investigação da estrutura das relações de “comunidade” em sociedades tribais e aldeãs, por antropólogos de Manchester, que se apoiaram nas correntes anteriores.

Na primeira tradição referida, psicólogos e psiquiatras como Jacob Moreno pretendiam explorar os modos como as relações de grupo podiam ser simultaneamente constrangimentos e oportunidades para as ações e desenvolvimento psicológico dos indivíduos. Também se pretendia a compreensão de como o bem-estar psicológico se relaciona com as “configurações sociais”, que Moreno considera produto de padrões de escolhas interpessoais. A inovação daquele autor reside na produção do sociograma, que representa graficamente as propriedades formais das configurações sociais, onde os indivíduos constam como pontos e as relações entre si como linhas. Este diagrama descreve os canais, que estabelecem laços, onde ocorrem os fluxos de comunicação (ou outros) entre os indivíduos. Trabalhos posteriores na mesma linha (Carwright e Harary, 1956, *in* Scott, 2000) acrescentaram sinais de (+) e (-) para a valoração da relação representada graficamente, ou setas a indicar a direção da relação (para distinguir, por exemplo, ausência de reciprocidade do afeto).

A segunda tradição da análise das redes sociais remete para a investigação de como as redes se decompõem em elementos, em trabalhos desenvolvidos na Universidade de Harvard, nos anos 1930 e 1940 (durante a tradição sociométrica), por académicos liderados por W. Lloyd Warner (Freeman, 2004). Foram pesquisados subgrupos das redes, como os cliques, agrupamentos ou blocos. A investigação destas relações informais em sistemas de escala macro conduziu à descoberta empírica de que

⁴ Para mais sobre tradições na análise das redes sociais, por exemplo cf. Freeman (2004), López e Scott (2000), Scott (2000), Turner (1991) e Wasserman e Faust (1994).

estes continham subagrupamentos coesos. Radcliffe-Brown e Durkheim foram influências desta tradição.

Homans conjugou estas duas correntes, entre si desconhecidas. No fim dos anos 1940, o autor começou a investigação de grupos pequenos, sobre os quais pretendia elaborar uma teoria geral (Homans, 1992) construída a partir do trabalho experimental de psicólogos sociais e da observação e análise por sociólogos e antropólogos. De acordo com o autor, a teoria social deveria ter como fundamento a compreensão da interação social à escala micro, sem a elevação ao nível mais alargado de abstração. Na síntese do autor lê-se que as atividades humanas orientam as pessoas para a interação e sentimentos assim produzidos, que varia de acordo com a frequência, duração ou direção daquelas (Homans, 1992).

O conceito de grupo pequeno aproxima-se do conceito de rede social, porque é definido pelas interações (“participar junto”), atividades e os sentimentos dos membros do grupo. As suas relações interdependentes, nas quais o grupo está ativo, constitui o sistema social; fora, encontra-se o ambiente envolvente (Homans, 1992: 84). Apesar das sinergias estabelecidas entre o grupo humano e as redes sociais, Homans não inspirou trabalhos subsequentes na segunda abordagem.

A análise das redes sociais foi renovada com os investigadores associados ao departamento de antropologia social da Universidade de Manchester, entre os quais Mitchell (1974), durante a terceira tradição da análise contemporânea das redes sociais. Mitchell transpôs a teoria dos gráficos e a sociometria para um quadro sociológico que enfatiza as características das organizações informais e interpessoais já salientadas por Homans. As configurações das relações que surgem do exercício do conflito e do poder, e a sistematização dos conceitos de teia e rede de relações sociais, foram salientadas nesta perspetiva, em detrimento dos conceitos de normas internalizadas e de instituições. Aqui privilegia-se a rede social no estudo de diferentes fenómenos e nas análises com diferentes níveis de abstração, para ultrapassar limitações das abordagens estruturais rígidas (Mitchell, 1974).

Mitchell considera que, na análise, deve ser estabelecida a diferença entre a morfologia da rede social e a interação. Características importantes da forma das redes sociais são a sua densidade, os agrupamentos que se podem distinguir no interior, a ancoragem (ponto de referência da rede social) e o alcance (número de ligações que intervêm entre a pessoa que as origina e a pessoa alvo, ou seja, o número de pessoas com quem um membro de uma rede tem ligações). Como critérios de interação das

redes sociais, identifica o conteúdo, a direção, a intensidade e a frequência (Mitchell, 1974).

Para colmatar a deficiência identificada relativamente à análise de conteúdos das redes sociais, Mitchell categoriza-os como podendo ser de comunicação, transação/troca, e normas, o que tem muita proximidade com os mecanismos do capital social. As ligações entre as pessoas representam a categoria da comunicação, as relações de troca estão representadas no comportamento dos atores e o conteúdo normativo corresponde à construção do significado que a relação tem para o ator, i.e., a sua compreensão sobre a expectativa que a outra pessoa tem do seu comportamento (Mitchell, 1974).

Passam a abordar-se as propriedades globais das redes, visando a sua aplicação a todos os campos da vida social. No seguimento desta abordagem e do surgimento de duas inovações matemáticas (a criação de modelos algébricos de grupo e o desenvolvimento de escalas multidimensionais para traduzir relações em “distâncias” sociais e para as mapear no espaço social) emerge um novo grupo de Harvard, com White e outros (citado em Scott, 2000) no início dos anos 1970, década a partir da qual pode dizer-se que a análise das redes sociais se instalou e tornou-se largamente reconhecida como um campo de investigação (Freeman, 2004).

Granovetter popularizou esta abordagem na sociologia americana e estimulou estudos posteriores. Com o trabalho de 1973, o autor teve como objetivo mostrar como a utilização da análise das redes permite relacionar a interação micro, com variados fenómenos sociais macro. Esta ligação seria feita através de um aspeto particular das redes sociais, a “força das ligações fracas” (Granovetter, 1973).

O estado da arte no que concerne à análise das redes sociais permite afirmar que não existe a presunção de construção de uma teoria específica. Mas a análise das redes sociais contribui para informar a construção de teorias específicas, ao oferecer um enquadramento compreensivo de análise da estrutura relacional e complementa outras abordagens na compreensão sociológica de fenómenos sociais (López e Scott, 2000; Scott, 2000). Estas propriedades da análise conduzem à definição da “sociologia das redes sociais” como o conjunto de métodos, conceitos, teorias e modelos de inquérito postos em prática em sociologia, para tomar como objeto de estudo as relações entre os indivíduos (e não as suas características) e as regularidades que apresentam. O objetivo é descrever estas relações, dar conta da sua formação e transformação e explicar os seus efeitos nos comportamentos individuais (Mercklé, 2004). Os modelos das redes

conceitualizam a estrutura como padrões duradouros de relações entre atores (Wasserman e Faust, 1994).

Depois das contribuições apresentadas, como se definem redes sociais e que propriedades têm? Uma rede social pode ser definida como o conjunto de unidades sociais e das relações estabelecidas direta ou indiretamente entre elas, através de cadeias de comprimento variável; pode acrescentar-se à definição a “propriedade de que as características destas ligações como um todo podem ser usadas para interpretar o comportamento social das pessoas envolvidas” (Mitchell, 1969: 2). Devido à interdisciplinaridade que caracteriza o estudo das redes⁵, as unidades que lhe estão encastradas podem ser indivíduos, posições, atores coletivos ou outras entidades.

As ligações sociais podem ter força mensurável e variável de acordo com a sua densidade emocional, a quantidade de tempo passada entre os atores sociais, o seu grau de intimidade, a confiança mútua e os serviços recíprocos. O resultado desta combinação dá origem à tipificação de laços como fortes, fracos ou ausentes (Granovetter, 1973).

Nos contributos sobre a análise das redes consultados, podem identificar-se, entre as propriedades das redes, a densidade, a multiplexidade e a latência (Portes, 1998, [1995]; Turner, 1991). A densidade remete para o número de ligações incluídas e é uma medida de coesão ou solidariedade na rede, e serve para estudar a fragmentação em componentes. Por isso, as redes podem ter a designação homónima ou, dependendo da densidade que têm, designar-se cliques ou agrupamentos (Portes, 1998 [1995]). Há alianças temporárias (Boissevain, 1974) com diversas formas (*gang*, conjuntos de ações, fações). Destacam-se, para efeitos do estudo das redes nas migrações, o “clique”, que tem subjacente uma “base de afeto e interesse comuns” (Boissevain, 1974: 174) e o “conjunto de ações”, como um “conjunto de pessoas que coordenam as suas ações para atingir um objetivo particular” (Boissevain, 1974: 186).

A multiplexidade é o grau de sobreposição de esferas institucionais nas relações existentes entre participantes na rede (ser-se familiar e colega de trabalho, por exemplo) (Portes, 1998 [1995]). A propriedade da latência significa que as redes podem ser acionadas pelos indivíduos quando estes pretendem, mesmo sem que reconheçam a sua forma.

⁵ A análise das redes é aplicada em domínios desde a antropologia à física, passando pela sociologia, psicologia, economia, estudos da comunicação, biologia, informática, entre outros.

As componentes das redes têm propriedades relevantes e com efeitos nos objetos de estudo, neste caso nas dinâmicas das migrações. Os pontos (posições ou atores) podem ser centrais ou intermediários. O intermediário social coloca pessoas em contacto direto ou indireto e estabelece pontos de comunicação entre pessoas, grupos, estruturas e até culturas (Boissevain, 1974). Nesta intermediação está sempre envolvida uma transação de serviços, informação, boa vontade ou satisfação psicológica (Boissevain, 1974). O intermediário das redes, o *broker*, é equiparado, por Boissevain, a um empresário que controla recursos e que os manipula para o seu próprio interesse. Recursos esses entendidos como contactos estratégicos com pessoas que controlam diretamente outros recursos, por exemplo, o acesso a informação sobre oportunidades de trabalho; este controlo adquire importância na consideração do intermediário para o recrutamento em migrações.

As ligações ou laços podem representar informação, sentimentos, preferências, controlo, influência, honra/prestígio, realidades materiais e ideias, que podem ser organizados em três tipos de fluxos genéricos: materiais (bens físicos e símbolos que dão acesso a tais bens físicos, como o dinheiro), símbolos (informação, ideias, valores, normas, mensagens, etc.) e emoções (aprovação, respeito, etc.) (Turner, 1991).

A análise sociológica do conteúdo e do funcionamento dos laços sociais remete para o conceito de capital social, de tal forma que chega a ser definido indistintamente de redes sociais: “de uma maneira geral, redes sociais, as reciprocidades que surgem delas, e o valor destas para os objetivos mútuos a alcançar” (Schuller, Baron e Field, 2000: 1). Interessa-nos analisar o capital social como componente ou conteúdo das redes sociais, dissociando-o de sinónimo destas.

2. Capital social

A formulação sociológica do conceito de capital social enquadra-se originalmente no conjunto da produção teórica de Pierre Bourdieu sobre outras formas de capital (o económico, o cultural e o simbólico). Define-se como “o conjunto de recursos reais ou potenciais ligados à posse de uma rede *durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento; ou, por outras palavras, *à pertença a um grupo*, como conjunto de agentes que não só são dotados de propriedades comuns (susceptíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos) mas são também unidos por ligações permanentes e

úteis” (Bourdieu, 1980: 2).⁶ O capital social exerce um efeito multiplicador sobre o capital que o agente possui.

Coleman é o responsável pela divulgação do conceito na sociologia norte-americana. Utiliza-o para desenvolver a orientação teórica do princípio da escolha racional ou propositada (Coleman, 1988).

Para este autor, o capital social define-se pela função de facilitar determinadas ações dos atores, enquanto dimensão das estruturas sociais (Coleman, 1988: s98). Ao contrário dos capitais económico ou humano, “é inerente à estrutura das relações entre dois ou mais atores” (Coleman 1988: s98) e permite alcançar objetivos que de outra forma estariam inacessíveis. Redes sociais e capital social são, nesta definição, indissociáveis.

Nesta perspetiva funcionalista do conceito, o capital social assume seis diferentes formas: i) as obrigações, expectativas e a confiança das estruturas; ii) os canais de informação; iii) as normas e sanções eficazes (Coleman, 1988); iv) relações de autoridade; v) organização social apropriável; e vi) organização intencional (Coleman, 2000 [1990]).

Deve salientar-se um aspeto do capital social que é, em Coleman, divergente de outros autores. As normas eficazes dependem de uma propriedade das relações sociais que o autor designa por fechamento, um facilitador do capital social, porque permite a proliferação das obrigações e expectativas de reciprocidade e assim a confiança das estruturas sociais (Coleman, 2000 [1990]). Esta perspetiva de “laços fechados” diverge da que atribui mais força a laços fracos para o acesso a recursos e a conhecimento novo (Granovetter, 1973).

Robert Putnam (1993, 1995a, 1995b) foi quem introduziu o conceito no discurso político (Schuller, Baron e Field, 2000). Nesta concetualização também se privilegia a consecução de objetivos comuns, pois o capital social compõe-se de “características da organização social, como redes, normas e confiança, que facilitam a coordenação e a cooperação para benefício mútuo” (Putnam, 1995a: 67).

O autor sustenta que o capital social incorporado em normas e redes de ocupações de âmbito cívico impulsiona o desenvolvimento económico. Porque, em primeiro lugar, o capital social origina normas de reciprocidade generalizada, o que resulta como uma “lubrificação da vida” (Putnam, 1993) e torna a sociedade eficiente.

⁶ Itálicos no original.

As redes de atividades cívicas facilitam a coordenação e a comunicação e amplificam a informação sobre a confiança noutros indivíduos. Por último, o sucesso da colaboração anterior é incorporado nestas redes, portanto os *stocks* de capital social tendem a ser auto reforçadores e cumulativos, ao contrário da depreciação que sofrem se não tiverem utilização (Putnam, 1993). Já Coleman também referia que, como recurso que depende das relações entre as pessoas, o capital social desvaloriza se estas não são renovadas (Coleman, 2000 [1990]).

Putnam segue a mesma linha do acesso a benefícios através de capital social, mas é o único, destes três autores, que expõe “efeitos negativos”, ao referir haver normas e redes que servem certos grupos e podem prejudicar outros, em particular se as normas são discriminatórias e as redes socialmente segregadas. Coleman refere que “uma dada forma de capital social que é valiosa para facilitar certas ações pode ser inútil ou, mesmo, prejudicial para outras” (Coleman, 1988: s98) e implicitamente assume aquela vertente menos benéfica.

Em Coleman ou Putnam, as próprias relações sociais (as redes) têm capital social encastrado, o que diferencia a conceção de Bourdieu em que o capital social se constitui de recursos para serem usados pelos indivíduos. É aquela sobreposição que origina a crítica de tautologia e a afirmação de que o tratamento sistemático do conceito deve distinguir entre possuidores, fontes e recursos de capital social propriamente ditos, todos eles confundidos na conceção de Coleman (Portes, 2000).

As investigações mais recentes apontam para as funções de controlo social, apoio familiar e de benefícios através de relações extrafamiliares do capital social (Portes, 2000). O núcleo consensual associa o capital social à “capacidade de os atores garantirem benefícios em virtude da pertença a redes sociais ou a outras estruturas sociais” (Portes, 2000: 138). Ou seja, o conceito não se refere aos recursos em si, mas à sua mobilização por parte dos indivíduos quando precisam deles. Aos recursos adquiridos através do capital social associam-se expectativas de reciprocidade.

Retomando a questão dos efeitos negativos do capital social, também Portes e Sensenbrenner os apresentam como tal, num artigo publicado no início dos anos 1990, explicitamente em desacordo com Coleman. Nele se refere que “os mesmos mecanismos sociais que dão origem a recursos apropriáveis para uso individual, também podem constringer a ação ou mesmo desviá-la dos seus objetivos iniciais” (Portes e Sensenbrenner, 1993: 1338) e associados ao exacerbamento dos sentimentos de solidariedade ou de confiança.

Ao recuperar a problemática mais tarde, Portes elenca as consequências negativas do capital social que encontra na literatura (Portes, 2000: 148-149): 1) a exclusão do acesso a recursos e benefícios por quem não partilha dos mesmos laços fortes que permitem obtê-los; 2) o reverso do primeiro, como a exigência excessiva a membros do grupo para impedir iniciativas empresariais; 3) as restrições à liberdade individual e exigência de conformidade às comunidades ou grupos; 4) as normas de nivelação descendente para manter os membros de um grupo oprimido no seu lugar (pode levar os mais ambiciosos a querer dele sair); 5) a reprodução da solidariedade resultante de uma experiência comum de subordinação. Em suma, os processos relacionados com o capital social podem significar o controlo sobre comportamentos desviantes ou o acesso favorecido a recursos, mas podem também limitar liberdades individuais e discriminar terceiros no que respeita ao acesso a esses recursos.

Os desenvolvimentos do conceito de capital social originaram uma teoria de estrutura social e ação que tem como objetivo fazer a ligação macro e micro na análise sociológica (Lin, 2002). De acordo com o autor da *teoria do capital social*, o conceito deve ser utilizado no contexto da rede social, como “recursos acessíveis através de laços sociais que ocupam localizações estratégicas na rede” (Lin, 2002: 24) e, operacionalmente, “recursos encastrados nas redes sociais, acedidos e usados pelos atores para as ações” (Lin, 2002: 25). Para este autor, o capital social contém três elementos que intersejam estrutura e ação: estrutura (o encastramento), a oportunidade (acessibilidade através das redes sociais) e a ação (uso dos recursos). Os recursos permanecem nas redes (e não nos indivíduos) e o seu acesso e utilização são apanágio dos atores individuais. Os recursos definem-se como bens valorizados através de julgamentos normativos, como a riqueza, a reputação e o poder (Lin, 2002).

No seguimento da teoria marxista do capital, Lin (2002) salienta que o capital social também é um investimento em relações sociais, com expectativa de retorno no mercado (que pode ser económico, político, de trabalho, de comunidade, etc.). O enfoque desta análise é o de perceber como o indivíduo investe e como adquire os recursos encastrados nas relações, para deles obter benefícios, ou seja, para ter sucesso numa ação intencional. Como cenário é possível pensar na procura de trabalho, uma das áreas em que se podem medir os efeitos do capital social. O capital social contém recursos (riqueza, poder e reputação, bem como redes sociais) de outros atores individuais, aos quais um ator individual pode ganhar acesso através de laços sociais diretos ou indiretos. São recursos encastrados nos laços das redes de cada um.

3. Redes de migrantes nos fluxos migratórios: benefícios e condicionantes

As redes sociais na migração têm sido estudadas em diversas dimensões e contextos, e nos fluxos migratórios é-lhes genericamente atribuído o papel de reprodução e retroalimentação (Faist, 2000; Massey *et al.*, 1993; Massey, Goldring e Durand, 1994). São explicitamente consideradas insuficientes para constituir originalmente os fluxos migratórios de grande dimensão (Faist, 2000; Krissman, 2005).

Quando se analisam as redes sociais nas migrações atribui-se a designação de redes de migração ou redes de migrantes, que se podem definir como “conjuntos de ligações interpessoais que ligam migrantes, migrantes pioneiros e não migrantes nas áreas de origem e de destino, através de laços de parentesco, amizade e de origem comum” (Massey, 1988: 396).⁷ Em migrações internacionais podemos identificar, de entre os migrantes aqui considerados: os que integram o fluxo, os que retornam do país de imigração para o de emigração e os que residem no país de imigração (Faist, 2000: 52).

A migração pode ser a mudança que ocorre nas relações sociais para facilitar outras ações, obedecendo à definição de capital social como o que é criado quando as relações entre as pessoas mudam para facilitar a ação. Isto é, “os migrantes movimentam-se não como aventureiros solitários mas como atores ligados a outros associados aqui e lá, com os laços sociais lubrificando e estruturando a sua transição de uma sociedade para a seguinte” (Waldinger e Lichter, 2003: 11). Assim, cada ato de migração produz capital social entre pessoas com quem o novo migrante se relaciona e aumenta as probabilidades da migração destas (Massey, Goldring e Durand, 1994).

A associação de redes de migração a uma forma de capital social terá sido feita pela primeira vez por Massey e colegas no fim dos anos 1980 (Massey, Alarcon, Durand e Gonzalez, 1987). A ligação entre redes e o seu conteúdo, nas migrações, é desenvolvida na teoria de Faist, que sintetiza a componente individual e coletiva do capital social remetendo para mecanismos que têm na sua base o problema da mobilização de recursos *versus* recursos encastrados: “capital social constitui-se de recursos que ajudam as pessoas ou grupos a conseguir alcançar os seus objetivos através

⁷ O conceito de *migrant network* traduz-se geralmente como “rede migratória” ou “rede de migrantes” porque “rede migrante” induz em erro ao sugerir a migração de uma rede social, quando na realidade se trata de considerar o conjunto das relações sociais entre (intra) protagonistas de migrações e quem fica (inter), assim como o conjunto das relações dentro das redes de migrantes já chegados, e as influências de ambos no desenvolvimento de fluxos migratórios particulares.

de laços e os recursos inerentes nos laços sociais e simbólicos padronizados que permitem aos atores cooperar em redes e organizações, servindo como mecanismo para integrar grupos e comunidades simbólicas” (Faist, 2000: 102).

Faist (2000) pretende explicar os enigmas das migrações internacionais: porque é que há poucos migrantes dispersos por muitas origens? E porque é que há tantos migrantes concentrados em tão poucas origens?

Um dos pontos de partida nesta teoria, e nas teorias das redes de migração, consiste em considerar que as decisões dos potenciais migrantes no lugar de origem têm de ser colocadas no contexto dos seus laços sociais, fonte do seu capital social. Retoma-se a ideia de que o capital social consiste em recursos (obrigações, reciprocidade e solidariedade) e os benefícios que deles se retiram (o acesso a recursos de outros significativos, informação e controlo sobre outras pessoas) (Faist, 2000). Esta postura contraria a perspetiva clássica do potencial migrante individualizado e calculista na decisão, *homo economicus*, e estuda o impacto das redes no comportamento dos indivíduos e a forma como o constroem ou possibilitam. Desta forma apresenta-se a possibilidade de analisar o recrutamento em fluxos migratórios laborais numa perspetiva relacional, com tanto potencial como se fosse ativada só por empregadores ou acordos governamentais, ao contrário do que Piore (1979) preconizava quando referia serem os empregadores e não os trabalhadores os elementos estratégicos da explicação de migrações de massa.

Este contexto de redes tende a ser, na literatura das migrações, a explicação de desenvolvimento das migrações, porque permite dotar os potenciais migrantes da capacidade de relacionarem fatores de repulsão e atração específicos, nomeadamente através dos fluxos de informação recebidos dos migrantes pioneiros, que fazem desencadear a avaliação negativa do seu contexto e o desejo de partir (Haberkorn, 1981). Contudo, e perante a evidência de que a maioria da população mundial é sedentária⁸, analisar os mecanismos do capital social permite perceber que a manutenção de laços de base comunitária pode ter o papel de retardar, ou favorecer, a permanência (De Jong e Fawcett, 1981; Hugo, 1981).

As redes de migrantes não explicam, sozinhas, as dinâmicas da migração internacional e é necessário analisar as funções do capital social, porque este conteúdo específico dos laços sociais não é um dado adquirido (Faist, 2000: 303). Ou seja, o

⁸ Segundo as Nações Unidas, apenas cerca de 3% da população mundial vive fora do país onde nasceu.

comportamento de um indivíduo não é determinado só pela estrutura da rede, nem só pela participação numa série de laços (Faist, 2000: 16).

Uma das particularidades dos laços e dos recursos que compõem as redes sociais é a de que não são facilmente transferíveis, em especial quando se trata de transpor fronteiras internacionais, e é esta especificidade local dos laços e dos recursos que contém a principal explicação para a generalizada imobilidade (relativa) da população (Faist, 2000). Vantagens acumuladas pelo investimento dos atores sociais em relações com outros são frequentemente impossíveis de transferir, ou a sua manutenção à distância tem custos, e a mudança leva à sua perda parcial ou completa. Ainda, recursos como a experiência ou a qualificação profissional, só têm aplicação em meios específicos.

Por isso, os custos da mudança são mais elevados para os migrantes pioneiros, que têm as tarefas acrescidas de manter os laços sociais anteriores e de criar novos laços no destino. Os que lhes seguem já podem dispor de mais informação sobre o destino, do acesso a postos de trabalho, a alojamento, a formas de aceder a empréstimos para aquisição do bilhete, entre outros recursos.

Quando as redes de migrantes se alargam e permitem que os recursos sejam mais facilmente transmissíveis através das fronteiras, e nelas flui informação sobre as condições em que a experiência profissional pode ser válida, a cadeia de migração desenvolve-se e vem a significar um leque maior de opções para a seleção por parte dos potenciais migrantes. “O crescimento das redes, que ocorre através da redução progressiva dos custos, também pode ser explicado teoricamente pela progressiva redução de riscos” (Massey *et al.*, 1998: 43). Os migrantes precisam de laços para encontrar casa, trabalho e um ambiente cultural semelhante, e apenas quando existem redes de migração é que existe migração em cadeia e de massa.

Nas migrações, o capital social é o recurso local que limita o movimento no início, mas poderá funcionar como acelerador do seu desenvolvimento. Esta energia permite que o fluxo funcione independentemente das políticas com o objetivo de o controlar (Gurak e Caces, 1992: 159).

Assim, as dimensões do capital social e seus benefícios são um suporte de qualidade ambígua, porque constituem recursos locais que explicam a imobilidade relativa por causa das ligações e dos laços múltiplos à envolvente direta e porque o capital social encastra-se nas redes de migrantes, permitindo o seu alargamento geográfico e a ligação a dois ou mais estados-nação (Faist, 2000). A análise do capital

social fornece a ligação meso da análise das migrações: as suas dimensões indicam que são recurso para os indivíduos e constituem simultaneamente um dos dispositivos que integram grupos, organizações e comunidades simbólicas (Faist, 2000). Este aspeto concilia a perspetiva individualista (de Coleman e Bourdieu) com a perspetiva coletiva (Putnam) do capital social.

Na fase inicial do fluxo migratório, enquanto as redes de migrantes ainda não estão formadas, os intermediários e outras organizações são os seus equivalentes funcionais, que podem formar o que se designa como indústria de migração (Castles e Miller, 2009). Na perspetiva do capital social, os intermediários esperam pelos benefícios do pagamento pelo movimento e ajudas para o estabelecimento ou o reconhecimento social. Na perspetiva das redes, os intermediários representam a ligação entre dois agrupamentos de rede, como a localidade da emigração e a de imigração. Os intermediários podem ser: migrantes pioneiros que aproveitam para capitalizar socialmente a experiência sendo recrutadores; os transportadores de migrantes ilegais (ou contrabandistas); e os *gatekeepers* (encaminham os migrantes para os empregadores, senhorios, outros) (Faist, 2000).

Portanto, existem genericamente dois tipos de redes de migrantes no desenvolvimento dos fluxos: as que se criam espontaneamente em relações de sociabilidade e parentesco e as de recrutamento de mão de obra estrangeira visando alguma forma de lucro. As últimas surgem porque poucos migrantes teriam os contactos pessoais necessários para a migração ser bem-sucedida quando as suas envolventes são de restrição política (Castles e Miller, 2009).

Na integração na sociedade recetora, a confiança nas redes de migrantes aumenta a possibilidade dos novos imigrantes se estabelecerem nas zonas geográficas de residência dos pioneiros (Hugo, 1981) e nos mesmos setores laborais (Waldinger e Lichter, 2003). Além de fontes de trabalho no interior da comunidade, as redes também fornecem fontes de crédito e de apoio a iniciativas empresariais (Portes, 1999).

Também é importante referir as condições objetivas limitadoras destas redes sociais que se estendem à sociedade recetora, na vertente menos benéfica, numa perspetiva que refere as manifestações menos desejáveis do capital social: 1) nivelamento descendente, sempre que os primeiros migrantes ajudam os mais recentes e lhes transmitem que não devem ter aspirações superiores ao que detêm, o que pode vir a significar uma permanência nas mesmas condições de chegada (laborais, residenciais, etc.) (Portes, 1998 [1995]: 2) por causa do enunciado, os imigrantes mais recentes

podem ter qualificações elevadas e permanecerem nas ocupações que têm, sob pena de deixarem de usufruir dos apoios fornecidos (Portes, 1999).

Um estudo sobre salvadorenses nos Estados Unidos da América (Menjívar, 2000) problematiza a mobilização mal sucedida de capital social pelas redes e salienta que a origem social, os tempos de migração (migrantes estabelecidos *versus* migrantes acabados de chegar), entre outras variáveis, deverão ser consideradas para explicar o enfraquecimento das redes sociais na sociedade recetora. Reforça-se o facto de as redes sociais de imigrantes serem sensíveis às condições materiais e físicas nas quais existem (Menjívar, 2000: 235).

É importante reforçar que têm estado a ser consideradas as redes de amizade e de parentesco que podem sustentar fluxos migratórios específicos através do capital social cuja mobilização representa entreadjudas no movimento e na receção e, eventualmente, alguma capitalização da experiência pela parte dos primeiros migrantes que auxiliam outros, visando lucro. O tráfico de migrantes e atividades de redes organizadas e associadas a atividades criminosas não é, propositadamente, o objetivo deste texto.

4. Redes, capital social, internet e migrações

Um dos domínios de mobilização de capital social e de ativação de redes pelos atores, na vida social conduz, no mundo contemporâneo, ao tema da Internet e da *world wide web* (precisamente a rede que percorre o mundo através dos computadores portáteis, cabos de ligação, estruturas de Asymmetric Digital Subscriber Line, fibra ótica, sistemas de *wireless*...). Na presente exposição importa destacar as potencialidades da Internet na disponibilização de doses massivas de informação gratuita na comunicação mediada, sem constrangimentos de espaço nem de tempo, o que assume importância quando o tema do artigo remete para migrações internacionais e para o destaque da importância do capital social e das redes no recrutamento laboral para fluxos migratórios. É uma rede que representa uma das propriedades das redes sociais, a latência, e uma das distinções relativamente aos grupos pequenos, como se referiu atrás: pode ser ativada quando necessária e não se tem um conhecimento real das suas fronteiras.⁹ À Internet associa-se a virtualidade a este desconhecimento.

⁹ O argumento de que nas redes sociais os indivíduos não têm um sentimento de pertença é, de alguma forma, colocado em causa pelas redes sociais da Internet; embora não se tenha a noção das fronteiras, “pertence-se”, ou “não se pertence”, a redes sociais como o *Facebook*.

A existência das redes cibernéticas potencia o aumento e o desenvolvimento do capital social (Hiller e Franz, 2004; Lin, 2002), devido precisamente às características enunciadas. São redes de relações entre indivíduos e grupos de indivíduos às quais se acede na Internet, através das diferentes formas permitidas por esta rede, para prosseguir objetivos comuns de obtenção de informações, defesas de causas, realização de transações económicas, entretenimento, entre outros.

Redes especialmente criadas para estabelecer contactos com pessoas novas e/ou encontrar pessoas de quem se perdeu o contacto têm-se desenvolvido nos últimos 10 anos, sendo o *Facebook* o exemplo atualmente mais popular.¹⁰ Além deste, o *Hi5*, ou o *Orkut*, são redes onde cada pessoa se inscreve com um perfil, pode convidar outras a juntar-se, e vai adicionando amizades e relações no seu espaço, assim alargando as suas fronteiras. Esta rede interetar-se-á com a(s) que se tem na vida real. Uma parte das atividades que se realizam através das redes cibernéticas envolve a criação e o uso de capital social, e os relacionamentos *online* podem, no domínio dos conceitos das redes, ser classificados pelo objetivo com que surgem e mantêm: desenvolver novos laços, solidificar laços antigos e/ou reencontrar laços perdidos (Hiller e Franz, 2004).

A comunicação assim mediada por computador pode criar pontes entre pessoas anteriormente desconhecidas entre si, transcendendo o tempo e o espaço físico, e pode sustentá-las mesmo sem contacto físico. A não ser nas salas de conversação ou, por exemplo, no programa *Skype*, em que as conversas são mantidas em simultâneo, as outras formas de comunicação permitidas pelas redes e pela Internet são assíncronas e derrubam as fronteiras geográficas, não importando de onde comunicam os elementos (indivíduos) das redes que, geralmente, se formam com base em relações criadas por interesses em comum.

Pensando na estruturação e desenvolvimento das migrações, e nas potencialidades da Internet referidas, pode dizer-se que os progressos nas novas tecnologias de comunicação permitem, de uma forma geral, diminuir custos inerentes à mudança migratória. Embora tenha que ser sempre tido em consideração cada migração particular e o desenvolvimento das novas tecnologias nos países em causa, a sua generalização em países desenvolvidos permite pensá-las como recursos disponíveis em

¹⁰ Nas vertentes social e política, as redes sociais adquiriram também muita visibilidade e sucesso através da capacidade que revelam ter como veículo de transmissão de informação com objetivos de mobilização social, de que as revoltas no mundo árabe iniciadas em 2011 foram um dos exemplos paradigmáticos e aqui representam o potencial de ativação das redes sociais.

migrações não qualificadas ou de tipo laboral entre estes. No processo de decisão, assim redefinidos os enquadramentos de tempo e de espaço, disponibilizam-se recursos que permitem a simulação de cenários de vida futuros e a apresentação de alternativas. A mudança também se realiza de forma menos impactante, uma vez que a Internet permite uma comunicação frequente entre migrantes e quem permaneceu, seja por escrito, mas também visualmente (com o advento das *webcams*) e oralmente (através da utilização de microfones para ligações telefónicas – nomeadamente através do *Skype*).

Enquanto utilizadores da Internet, os migrantes partilham o que pode constituir um critério para o estabelecimento de laços em linha: a origem comum, que pode tornar-se critério definidor da criação ou desenvolvimento de uma rede.

A utilização da Internet nas migrações será diferente consoante a fase do ciclo de migração, nomeadamente quando se é pré-migrante, migrante recente ou estabelecido (Hiller e Franz, 2004), porque em cada uma se convocam diferentes relacionamentos com os países de origem e de destino. Enquanto pré-migrantes, a Internet poderá servir propósitos de pesquisa de informações sobre o destino, por exemplo através de motores de busca ou de comunicação por correio eletrónico com pessoas que pertençam a alguma comunidade virtual que as possa fornecer; logo após a migração, a Internet servirá para manter a proximidade do migrante com a origem (e também induzir novos movimentos através da retroalimentação com informação e disponibilização de apoio ao movimento); e, como migrantes integrados, a ligação passará ou não a ser mais esporádica.

Conclusões

Pretendeu-se, neste texto, contribuir para a análise do recrutamento em fluxos migratórios laborais no âmbito das redes sociais dos migrantes e potenciais migrantes, não necessariamente redes organizadas e visando o lucro, muito menos as de âmbito criminoso, em contextos de ausência de acordos governamentais. Uma condição inicial semelhante ao cenário considerado por Piore terá de existir para que possamos pensar a articulação entre redes sociais e a atividade de recrutamento: necessidade de preenchimento de vagas no mercado de trabalho. Mas, naquela perspetiva, as migrações laborais que não são precedidas por recrutamentos estatais ou de empregadores, ficariam por explicar.

Deste modo, o recrutamento não é apanágio somente dos recrutadores, nem as redes se ocupam apenas dos aspetos mais emocionais relativos à mudança. As migrações laborais surgem, nesta perspetiva, pela articulação entre os fatores estruturais sociais de repulsão e atração (onde um mercado de trabalho com vagas abundantes existe no destino), os processos migratórios individuais baseados em escolhas de movimento, e a articulação entre estes e a maior ou menor organização da migração por redes intramigrantes e pela indústria de migração no contexto da relação migratória entre os países, na qual também intervêm as políticas de migração (assim como as possibilidades de contorno, com as redes sociais, de obstáculos por estas criados em contexto de restrição aos movimentos). Faz sentido, assim, analisar como aconteceu o recrutamento dos migrantes para o fluxo, e depois para o mercado de trabalho do destino, tentando a reconstituição das suas redes na origem e no destino (com o auxílio da análise das redes sociais), mediante a identificação dos elementos que estabeleceram a ponte entre os países – os intermediários – e de quem os migrantes em estudo poderão ter sido intermediários. Todos estes processos ocorrem, ainda, num contexto global em que um número crescente de indivíduos está envolvido e inscrito nesta nova forma de redes e relações sociais suportadas pela Internet, as quais descrevem uma multiplicação e amplificação de criação e uso de capital social.

Na abordagem relacional das migrações laborais, é central o facto de cada migração significar a ligação a um conjunto de outros indivíduos, em que cada um está, por sua vez, ligado a outros tantos (e por aí diante); não é difícil prever a exponenciação de movimentos migratórios subsequentes através da ponte que se estabelece entre dois mercados de trabalho de países diferentes quando outros fatores estruturais contribuem para que estes existam (por exemplo, desemprego na origem e oportunidades no destino).

Aos diferentes estádios de desenvolvimento histórico do fluxo migratório e respetivos canais de fluência de informação sobre o país estrangeiro, como as redes sociais (incluindo cibernéticas), será possível atribuir maior ou menor margem de manobra para a operacionalidade dos recrutadores profissionais que, ainda assim, tenderão a existir. Mas o capital social na forma de recursos (obrigações, reciprocidade e solidariedade) e os benefícios que deles se retiram (o acesso a recursos de outros significativos, informação e controlo sobre outras pessoas) é a fonte mais importante para a colocação dos migrantes no mercado de trabalho, bem como para obter informação sobre melhores oportunidades noutros setores, atividades ou postos de

trabalho, quando aqueles já se encontram no destino. Estas abordagem contraria e corrige a perspetiva clássica do potencial migrante individualizado e calculista na decisão e estuda o impacto das redes no comportamento social dos indivíduos e a forma como constroem ou possibilitam o movimento e a fixação.

Referências bibliográficas

- BOISSEVAIN, Jeremy (1974), *Friends of Friends. Networks, Manipulators and Coalitions*, Oxford, Blackwell.
- BOURDIEU, Pierre (1980), “Le capital social”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 31, pp. 2-3.
- CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J. (2009), *The Age of Migration. International Population Movements in the Modern World*, 4th ed., New York, Palgrave-McMillan.
- COLEMAN, James (1988), “Social capital in the creation of human capital”, *American Journal of Sociology*, 94 (Supplement), pp. s95-s120.
- (2000 [1990]), “Social capital”, in James S. Coleman (org.), *Foundations of Social Theory*, Cambridge, The Belknap Press of Harvard University Press, pp. 300-321.
- DE JONG, G.; FAWCETT, T. (1981), “Motivations for migration: an assessment and value expectancy research model”, in G. De Jong and R. W. Gardner (orgs.), *Migration Decision Making: Multidisciplinary Approaches to Microlevel Studies in Developed and Developing Countries*, New York, Pergamon Press, pp. 13-58.
- FAIST, Thomas (2000), *The Volume and Dynamics of International Migration and Transnational Social Spaces*, Oxford, Oxford University Press.
- FREEMAN, Linton, C. (2004), *The Development of Social Network Analysis: a Study in the Sociology of Science*, Vancouver, Empirical Press.
- GRANOVETTER, Mark (1973), “The strength of weak ties”, *American Journal of Sociology*, 78 (6), pp. 1360-1380.
- GURAK, Douglas T.; CACES, Fe (1992), “Migration, networks and the shaping of migration systems”, in M. M. Kritz, Lin Lean Lim and H. Zlotnik (orgs.), *International Migration Systems. A Global Approach*, Oxford, Clarendon Press, pp. 150-176.
- HABERKORN, G. (1981), “The migration decision-making process: some social-psychological considerations”, in G. De Jong and R. W. Gardner (orgs.), *Migration Decision Making: Multidisciplinary Approaches to Microlevel Studies in Developed and Developing Countries*, New York, Pergamon Press, pp. 252-278.

- HILLER, Harry H.; FRANZ, Tara M. (2004), “New ties, old ties and lost ties: the use of the internet in diaspora”, *New Media & Society*, 6 (6), pp. 731-752.
- HOMANS, George C. (1992), *The Human Group*, New Jersey, Transaction Publishers.
- HUGO, Graeme J. (1981), “Village-community ties, village norms and ethnic and social networks: a review of evidence from the Third Worlds”, in G. De Jong and R. W. Gardner (orgs.), *Migration Decision Making. Multidisciplinary Approaches to Microlevel Studies in Developed and Developing Countries*, New York, Pergamon Press, pp. 186-224.
- KRISSMAN, Fred (2005), “Sin coyote nin pátron: why the ‘migrant network’ fails to explain the international migration”, *International Migration Review*, 39 (1), pp. 4-44.
- LIN, Nan (2002), *Social Capital. A Theory of Social Structure and Action*, Cambridge, Cambridge University Press.
- LÓPEZ, José; SCOTT, John (2000), *Social Structure*, Buckingham, Open University Press.
- MASSEY, Douglas (1988), “Economic development and international migration in comparative perspective”, *Population Development Review*, 14 (3), pp. 383-413.
- MASSEY, Douglas *et al.* (1993), “Theories of international migration: a review and appraisal”, *Population and Development Review*, 19 (3), pp. 431-466.
- (1998), *Worlds in Motion. Understanding International Migration at the End of the Millennium*, Oxford, Oxford University Press.
- MASSEY, Douglas; ALARCON R.; DURAND, Jorge; GONZALEZ, H. (1987), *Return to Aztlan. The Social Process of International Migration from Western Mexico*, Berkeley, University of California Press.
- MASSEY, Douglas; GOLDRING, Luin; DURAND, Jorge (1994), “Continuities in transnational migration: an analysis of nineteen Mexican communities”, *American Journal of Sociology*, 99 (6), pp. 1492-1533.
- MENJÍVAR, Cecilia (2000), *Fragmented Ties. Salvadoran Immigrant Networks in America*, California, University of California Press.
- MERCKLE, Pierre (2004), *Sociologie des Réseaux Sociaux*, Paris, La Découverte & Syros.
- MITCHELL, J. Clyde (1969), *Social Networks in Urban Situations: Analysis of Personal Relationships in Central African Towns*, Manchester, Manchester University Press.
- (1974), “Social networks”, *Annual Review of Anthropology*, 3, pp. 279-299.
- PIORE, Michael (1979), *Birds of Passage. Migrant Workers and Industrial Society*, New York, Cambridge University Press.
- PORTES, Alejandro (1998 [1995]), “Economic sociology and the sociology of immigration: a conceptual overview”, in Alejandro Portes (org.), *The Economic Sociology of Immigration. Essays on Networks, Ethnicity and Entrepreneurship*, New York, Russel Sage Foundation, pp. 1-41.
- (1999), *Migrações Internacionais. Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras, Celta.

- (2000), “Capital social: as suas origens e aplicações na sociologia contemporânea”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33, pp. 133-158.
- PORTES, Alejandro; SENSENBRENNER, Julia (1993), “Embeddedness and immigration: notes on the social determinants of economic action”, *The American Journal of Sociology*, 98 (6), pp. 1320-1350.
- PUTNAM, Robert D. (1993), “The prosperous community: social capital and public life”, *The American Prospect*, 4 (13), pp. 11-18.
- (1995a), “Bowling alone: America's declining social capital”, *Journal of Democracy*, 61, pp. 65-78.
- (1995b), “Tuning in, tuning out: the strange disappearance of social capital in America”, *PS: Political Science and Politics*, 28 (4), pp. 664-683.
- SCHULLER, Tom; BARON, Stephen; FIELD, John (2000), “Social capital: a review and critique”, in Stephen Baron, John Field and Tom Schuller (orgs.), *Social Capital. Critical Perspectives*, Oxford, Oxford University Press, pp. 1-38.
- SCOTT, John (2000 [1991]), *Social Network Analysis. A Handbook*, 2th ed., London, Sage.
- SIMMEL, George (1999 [1908]), *Sociologie. Études sur les formes de la socialisation*, Paris, Puf.
- TURNER, Jonathan H. (1991), *The Structure of Sociological Theory*, 5th ed., Belmont, Wadsworth Publishing Company.
- WALDINGER, Roger; LICHTER, Michael I. (2003), *How the Other Half Works: Immigration and the Social Organization of Labor*, Berkeley, University of California Press.
- WASSERMAN, Stanley; FAUST, Katherine (1994), *Social Network Analysis: Methods and Applications*, Cambridge, Cambridge University Press.

Filipa Pinho. Investigadora no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL) (Lisboa, Portugal). Doutoramento em Sociologia em 2012. Endereço de correspondência: CIES-IUL, Edifício ISCTE, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa. *E-mail:* ana_filipa_pinho@iscte.pt.

Artigo recebido a 14 de maio de 2014. Publicação aprovada a 22 de setembro de 2014.

Das tensões entre desmistificar e reconhecer os discursos ao repensar o “social”: manifesto por uma sociologia ecléctica

Pedro dos Santos Boia
Universidade do Porto e Universidade de Exeter

Resumo

Esta reflexão deriva de uma prática sociológica e etnográfica em que o investigador tem um duplo estatuto como sujeito e objecto de conhecimento. Discutem-se tensões e dilemas entre a *ethos* que desmistifica e a que reconhece os discursos dos actores sociais, entre outros aspectos da prática de investigação. A importância dos usos do corpo, das técnicas instrumentais e da materialidade dos instrumentos musicais incita-nos a considerar dimensões da realidade tradicionalmente excluídas da sociologia, a repensar o “social” e o âmbito da própria sociologia. Desafiando fronteiras entre “escolas” no campo académico, proponho um manifesto por uma sociologia tão ecléctica e híbrida quanto exigido pelas especificidades de cada realidade.

Palavras-chave: teoria e prática sociológica; epistemologia; metodologia qualitativa.

Abstract

From tensions between demystifying and recognizing discourses to rethinking the “social”: manifesto for an eclectic sociology

This reflection derives from a sociological and ethnographic practice in which the researcher has a double status as subject and object of knowledge. Tensions and dilemmas between an *ethos* that demystifies and one that recognizes the social actors' discourses, among other aspects of research practice, are discussed. The importance of the body, playing techniques and the materiality of musical instruments leads us to consider realms of reality traditionally excluded from sociology, to rethink the “social” and the scope of sociology itself. Challenging borders between “schools” within the academic field, I propose a manifesto for a sociology as eclectic and hybrid as demanded by the specificities of each reality.

Keywords: sociological theory and practice; epistemology; qualitative methodology.

Résumé

Des tensions entre démystifier et reconnaître les discours à la nécessité de repenser le "social": manifeste pour une sociologie éclectique

Cette réflexion résulte d'une pratique sociologique et ethnographique dans laquelle le chercheur a un double statut comme sujet et objet de connaissance. Des tensions et les dilemmes entre l'*ethos* qui démystifie et celle qui reconnaît les discours des acteurs sociaux sont discutés, ainsi comme d'autres aspects de la pratique de recherche. L'importance du corps, des techniques instrumentales et de la matérialité des instruments musicales nous incite à considérer des dimensions de la réalité traditionnellement exclues de la sociologie, à repenser le "social" et le contour de la sociologie elle-même. En défiant des frontières conventionnelles entre "écoles" au sein du champ académique, je propose un manifeste pour une sociologie si éclectique et si hybride que nécessaire, selon soit-il demandé par les spécificités de chaque réalité.

Mots-clés: théorie et pratique sociologique; épistémologie, méthodologie qualitative.

Resumen

De las tensiones entre desmitificar y reconocer los discursos al repensar el "social": manifiesto por una sociología ecléctica

Esta reflexión resulta de una práctica sociológica y etnográfica donde el investigador tiene una doble condición como sujeto y objeto de conocimiento. Se discuten las tensiones y dilemas entre un *ethos* que reconoce y otro que desmitifica los discursos de los actores sociales, entre otros aspectos de la práctica de investigación. La importancia del cuerpo, de las técnicas instrumentales y de la materialidad de los instrumentos musicales nos incita a considerar dimensiones de la realidad tradicionalmente excluidas de la sociología, a re-pensar lo "social" y el ámbito de la propia sociología. Desafiando fronteras convencionales entre "escuelas" en el interior del campo académico, propongo un manifiesto para una sociología tan ecléctica e híbrida cuanto necesario, conforme sea exigido por las particularidades empíricas de cada realidad.

Palabras clave: teoría y práctica sociológica; epistemología; metodología cualitativa.

Introdução: reflexões induzidas por um duplo estatuto do investigador

Este artigo propõe uma reflexão sobre a teoria e a prática sociológicas motivada pelo duplo estatuto do autor como sociólogo e músico, discutindo diversas correntes da sociologia, desde as suas referências fundacionais até perspectivas mais recentes. Fazendo parte do seu próprio objecto de pesquisa, o autor tem estudado etnograficamente os modos como um instrumento específico (viola d'arco) é visto e usado pelos músicos. Devo salientar que este não é um texto empiricamente orientado ou destinado a reportar resultados de pesquisa. Antes, tem um carácter epistemológico,

teórico e metodológico de âmbito global. Assim, apenas me referirei a exemplos empíricos específicos quando estritamente necessário.

Inicialmente enquadrado pelo construtivismo social e pela intenção de seguir os discursos dos actores sociais (aqui, músicos), cedo se tornou evidente que a clássica desmistificação sociológica fazia também parte da minha abordagem. As tensões e dilemas entre reconhecer *versus* desmistificar (e potencialmente desqualificar) discursos dos actores sociais observados suscitaram uma reflexão constante e o desenvolvimento de estratégias adequadas. As práticas e as materialidades implicadas no acto de tocar um instrumento musical (tecnologias e propriedades sonoras dos instrumentos e da música, usos do corpo e “modos de fazer” corporalizados, etc.) fizeram-me questionar a suficiência de seguir e analisar somente representações e discursos. Progressivamente, apercebi-me da necessidade de considerar partes da realidade tradicionalmente excluídas da abordagem sociológica, porque consideradas “extra-sociais”.

Globalmente, este artigo focaliza-se em dois aspectos: (i) as tensões e dilemas entre seguir e desmistificar os discursos¹ e (ii) a necessidade de discutir a relação da sociologia com o “extra-social” e consequentemente de repensar o próprio “social”, a regra durkheimiana de que a sociologia se deve restringir a explicar o social pelo social e, no fundo, o âmbito da própria sociologia. As reflexões finais propõem uma sociologia ecléctica e híbrida, sendo ainda relevantes como notas pragmáticas de uma sociologia da sociologia e da prática científica e académica.

1. Seguir/reconhecer *versus* desmistificar/desqualificar os discursos

Na sua concepção clássica, de certo modo classificável como moderna, a sociologia é concebida como revelação e desmistificação, como um olhar que permite ver para além das aparências, pretendendo clarificar e compreender mecanismos e

¹ “Discurso” implica bem mais do que aquilo que as pessoas dizem. Marvasti explica que a linguagem e o discurso não só descrevem mas também produzem a realidade, sendo em si mesmos um tipo de acção social. Os discursos têm também funções retóricas, podendo ser usados para promover um dos lados de um conflito (Marvasti, 2004:107-108). Marvasti propõe a definição de “discurso” como “*a way of writing or speaking that constructs a particular type of knowledge with practical and rhetorical implications*” (Marvasti, 2004: 108). Um discurso, pois, constrói uma “versão particular da realidade” (Marvasti, 2004: 109). Refira-se ainda a conotação pós-moderna deste conceito, a propósito da qual Jorgensen escreve: “*The notion of discourse draws on postmodern ideas in education and the social sciences about the frames of reference in which individuals and institutions construct realities that encompass ways of conceptualizing and talking about ideas and the variety of practices that exemplify, flow from, and reinforce them.*” (Jorgensen, 2002: 56).

processos considerados invisíveis aos olhos dos próprios actores sociais (ou por eles escondidos) e, por isso, de certa forma objectivos. A conhecida expressão de Berger “‘ver através’ ou ‘por detrás’ das fachadas das estruturas sociais”, reflectindo uma visão da sociologia como uma “forma de consciência” (Berger, 1963: 10-11)², é altamente representativa deste modo de entender a prática sociológica.

Sob a égide do positivismo, Durkheim, visto unanimemente como um dos fundadores da sociologia, definiu, n’*As Regras do Método Sociológico*, os “factos sociais” como “coisas” independentes das suas manifestações individuais (e daí colectivas), exteriores aos indivíduos e exercendo uma coerção sobre eles (Durkheim, 1998 [1894]) – caps. 1 e 2: 29-68). Posteriormente, Bachelard (1986 [1938]) serviria de referência para a emergência de uma sociologia racionalista, particularmente a noção de que uma “ruptura epistemológica” com o “senso comum” é condição necessária para a produção de conhecimento científico válido³. A ideia de que tal nos obriga a cultivar distância em relação ao objecto de estudo e àqueles que estudamos fundamenta a noção de “objectivação”, cara a Bourdieu⁴.

A “objectivação” opõe-se ao “senso comum”, sendo os discursos dos actores sociais alvo de desconfiança – para Bourdieu o que as pessoas dizem é visto como mera *doxa*⁵, uma falsa consciência ou conhecimento que, resultando dos seus interesses, “crença” no “jogo” (*illusio*)⁶ ou de “razões práticas” (Bourdieu, 1994), não é, pois, fiável. Os discursos são vistos como um reflexo da presumida incapacidade reflexiva⁷

² “*To ask sociological questions, presupposes that one is interested in looking some distance beyond the commonly accepted or officially defined goals of human actions*” (Berger, 1963: 10).

³ Esta é uma ideia presente em Durkheim, se bem que ainda num âmbito positivista (cf. 1998: 55-68).

⁴ “Objectivação”, no sentido que Bourdieu dá ao termo (cf. Bourdieu, Chamboredon e Passeron, 1968; Bourdieu, 2003; Hamel, 2008), consiste num distanciamento face às ideias e à linguagem do senso comum (Hamel, 2008 – parág. 4) de modo a revelar que o que as pessoas tomam como adquirido é, na realidade, socialmente produzido. Em linha com a ideia da necessidade de uma ruptura epistemológica bachelardiana, a prática da “objectivação” pretende produzir “conhecimento objectivo sobre os princípios de categorização, classificação e de acção que determinam o modo como o ‘mundo social’ se apresenta como natural” aos seus membros (Hamel, 2008 – parág. 3).

⁵ “(...) *l’expérience doxique dans laquelle on accorde au monde une croyance plus profonde que toutes les croyances (au sens ordinaire) puisqu’elle ne se pense pas en tant que croyance*” (Bourdieu, 1994: 156).

⁶ “*L’illusio, c’est le fait d’être prise au jeu, d’être pris par le jeu, de le croire que le jeu en vaut la chandelle, ou, pour dire les choses simplement, que ça vaut la peine de jouer*” (Bourdieu, 1994: 151).

⁷ Tenha-se em atenção o princípio da não-consciência das práticas postulado por Bourdieu (2002 [1972], 1990 [1980]). Lahire tem, a este respeito, uma posição diferente de Bourdieu ao reconhecer capacidade reflexiva aos actores (cf. Caetano, 2012).

dos actores sociais para compreenderem as implicações objectivas do mundo social que os rodeia e que condiciona ou determina as suas acções⁸.

Facilmente se detecta aqui a tendência para desqualificar os discursos dos actores sociais. Depois de comentar o conceito de “ideal-tipo” de Weber (a quem, no entanto, devemos a tradição da sociologia compreensiva contrastante com o positivismo seguido por Durkheim⁹), Aron despoja as pessoas da capacidade de perceberem a verdadeira significância da sua condição ao escrever que a sociologia é mais capaz do que os próprios actores de aceder ao verdadeiro significado das suas vivências¹⁰, o que para muitos é uma afirmação altamente problemática e controversa.

Contrastando com estas tradições, há uma tendência oposta na sociologia, representada por várias correntes que apontam para o reconhecimento dos discursos dos actores sociais – desde o método “interpretativo” para compreender a acção não-racional de Weber (1978), passando pela fenomenologia social de Schutz (1967 [1932]) (com a sua insistência na subjetividade e nas “realidades múltiplas” – Schutz, 1945), pelo interaccionismo social de Goffman e de Becker¹¹, ou pela etnometodologia de Garfinkel. Esta última procura compreender como o sentido é activamente produzido e elaborado discursivamente pelos actores sociais em situações específicas, estudando pois os “etno-métodos” que as pessoas comuns usam no quotidiano para esse efeito¹² e dando particular importância à linguagem¹³. Longe de desqualificarem os discursos dos actores, estas correntes vêem-nos antes como recursos heurísticos válidos e essenciais para se compreender a realidade social.

⁸ Lahire argumenta que “objectivação” não é o mesmo que, nem implica necessariamente, desqualificação. Tal mal-entendido (como o próprio Bourdieu refere, segundo Lahire) deriva do uso errado da “objectivação” como “arma crítica” (Lahire, 2005: 128-137). No entanto, é negável que a desconfiança face aos discursos nativos implicada na “objectivação” gera uma forte predisposição à desqualificação.

⁹ No entanto, a ideia da neutralidade axiológica ou ética (Weber, 1949) está, de certo modo, em linha com esta *ethos* sociológica.

¹⁰ “(...) *the purpose of sociology is to make intelligible what was not so – to reveal the meaning of what was lived without its meaning being perceived by those who lived it*” (Aron, 1999: 245).

¹¹ A postura patente na seguinte afirmação de Becker é, como ele próprio assume, diametralmente oposta à abordagem racionalista de Bourdieu: “*To quote my mentor Hughes (...), he often said that sociologists did not know anything that nobody knew. Whatever sociologists knew about social life, they had learned from someone who was part of and fully engaged in that area of life*” (Becker e Pessin, 2006: 285).

¹² “Etno-métodos”, ou seja, “*everyday activities as members’ methods for making those same activities (...) ‘accountable’*” (Garfinkel, 1967: vii).

¹³ A noção de “prática interpretativa constitutiva da realidade” (*reality-constitutive interpretive practice*) (Holstein e Gubrium, 1994) é relevante para a questão das “realidades múltiplas” (Schutz, 1945), em contraponto com a ideia de que há uma única realidade objectiva.

O pós-modernismo de Lyotard, Baudrillard, Jameson, Deleuze e Guattari, Foucault e Derrida, entre outros, procedeu a uma crítica e desconstrução do pensamento fundacional e totalizante, das grandes narrativas e das pretensões objectivistas e imperialistas da ciência moderna¹⁴. Refira-se a perspectiva pós-moderna e pós-colonialista, interessada em recuperar e dar voz a epistemologias indígenas e minoritárias (Denzin, Lincoln e Smith, 2008), e a proposta de uma segunda ruptura epistemológica (após uma primeira ruptura bachelardiana) e regresso ao senso comum (Santos, 1989)¹⁵, que enfatiza o potencial emancipatório do conhecimento, deixando este último de ser visto como tendo uma função de regulação associada à ambição de neutralidade e descomprometimento (Habermas, 1971 [1968]; Santos, 1995).

Perante estes dois modos contrastantes de conceber a prática sociológica, é fundamental questionarmo-nos sobre o estatuto epistemológico que, como cientistas sociais, atribuímos aos discursos, às explicações e aos relatos (*accounts*) dos actores sociais. Deveremos restringir-nos a considerá-los mera *doxa*, como propõe Bourdieu? – o que inevitavelmente os desqualifica por lhes negar a capacidade de serem uma fonte de conhecimento válido. Ou poderão eles merecer um estatuto epistemológico superior?

A arte é um caso particularmente interessante devido às fricções entre os discursos artístico e científico (Monteiro, 1996). Tradicionalmente, a sociologia abordou a arte desqualificando dimensões importantes das práticas artísticas e da própria experiência estética, ao conceber o “artístico” como uma espécie de marioneta determinada por forças “sociais” como as relações de poder, o capital, ou o interesse (concebendo o social e o artístico, respectivamente, como variáveis independente e dependente) (Hennion, 1993). Como alternativa à “sociologização da música como máscara em jogos de identidade social” (Hennion, 1993: 21), Hennion propõe uma sociologia da mediação que “re-habite” a música com os seus discursos e artefactos (partituras, instrumentos, gravações,...). É essencial evitar quer uma reificação quer uma desqualificação sistemática dos discursos dos públicos amadores de música, por exemplo, em resultado de uma *ethos* unívoca e rigidamente definida *a priori* que obrigaria a escolher entre “estetização” e “sociologização” (Hennion, 1993: 21). Antes,

¹⁴ Por exemplo, cf. Lyotard, 1979.

¹⁵ Refira-se a validação do senso comum subjacente ao trabalho de Bruner no âmbito da psicologia e das ciências da educação (Bruner, 1993, 1997).

é preciso capturar empírica e analiticamente todos os mediadores que, em acção e em situações específicas, produzem arte¹⁶.

“Temos de seguir os próprios actores” era, de acordo com Latour, um autêntico “slogan da ANT” [*actor-network-theory*] (Latour, 2005: 12) – no entanto, há que seguir não só os discursos mas também as práticas dos actores e a relação destes com as materialidades do mundo “natural”, dos artefactos e dos seus próprios corpos; e fazê-lo poderá justificar tanto o reconhecimento como, eventualmente, uma desqualificação de discursos em função de um certo critério de objectividade.

2. O que permite ou induz o sociólogo a legitimar ou desqualificar os discursos?

Se, reconhecendo aquilo que os discursos dos actores sociais que estudamos nos podem ensinar, pretendemos ir para além da sua desqualificação sistemática (respeitando assim as epistemologias desses actores e grupos sociais), será que a única alternativa é aceitar, legitimar, reproduzir acriticamente ou até reificar esses mesmos discursos como acontece em algum jornalismo (algo a que a rejeição absoluta de quaisquer possibilidades de “objectivação” pode levar)?

Uma resposta torna necessário ir-se para além dos discursos, concebidos como fenómenos representacionais, cognitivos e linguísticos. Questiono aqui tanto o construtivismo social extremo, como a ideia – a que um pós-modernismo radical pode levar – de que tudo o que há é apenas diferentes discursos/ficções igualmente válidos a todos os níveis¹⁷. Pelo contrário, há algo de certo modo objectivo na realidade social e no mundo. Todos os discursos são obviamente válidos em si mesmos como interpretações e vivências específicas da realidade (configurando universos de sentido múltiplos e sendo uma forma de acção social), mas nem sempre equivalentes se avaliados em função de um certo critério da objectividade (não o único, mas um dos possíveis).

O que justifica – ou poderá induzir a – legitimar certos discursos e a desmistificar (e potencialmente desqualificar) outros em função de uma definição pragmática de “objectividade”? Uma das respostas possíveis: distinguindo entre discursos que, de acordo com a observação empírica e a análise, reflectem directamente certos aspectos relativamente objectivos da realidade, ou “como as coisas são realmente

¹⁶ Mediadores “não são intermediários passivos, mas produtores activos” (Hennion, 1997: 416) – cf. definição do conceito por Latour (1999: 307).

¹⁷ Implicando, pois, a rejeição de qualquer possibilidade de objectividade.

ou aconteceram de facto” (ex. estar num certo sítio num certo momento, tocar um instrumento usando certos modos de fazer) e aqueles que dão pistas ilusórias quando pretendemos aceder a tais dimensões. Esta questão será aprofundada em seguida.

3. Da triangulação à inclusão do “extra-social” e ao repensar do “social”

A vivência etnográfica e a investigação da *performance* musical gerou em mim consciência da necessidade de especificar empiricamente dimensões da realidade tradicionalmente excluídas da sociologia porque vistas como “extra-sociais”. A impossibilidade de as subestimar ou negligenciar, dado serem inerentes e constitutivas das práticas e fenómenos tidos como “musicais”, estimula-nos a repensar o “social”/“extra-social” e a reflectir sobre o que é a própria sociologia.

3.1. A especificação empírica das práticas e a triangulação

Voltando à questão de o que permite legitimar ou desmistificar discursos em função do critério da objectividade saliente, em primeiro lugar, a importância de recorrermos a técnicas de observação que permitam capturar empiricamente as vivências e as práticas no sentido mais mundano do termo e as materialidades em acção em tempo real (DeNora, 2000 e 2011)¹⁸, bem como à triangulação rigorosa durante a observação e análise de dados empíricos possibilitada pela combinação entre diferentes técnicas de investigação¹⁹. Estes procedimentos poderão levar o investigador a atribuir diferentes estatutos epistemológicos a discursos concorrentes.

Apesar de os diferentes discursos poderem não ser equivalentes em função do critério da objectividade, tal não significa que os que parecem menos “verdadeiros” ou fiáveis em relação ao que nos podem ensinar sobre eventos de certo modo objectivos devam ser simplesmente desclassificados e descartados como *doxa* ou restringidos no seu interesse a mero tópico de investigação em si mesmo (o discurso como mero

¹⁸ Tais técnicas (observação directa, recolha etnográfica de dados sobre experiências e práticas concretas, etc.) permitem aceder a níveis que transcendem representações e discursos.

¹⁹ A importância da triangulação é salientada em vários manuais de investigação (cf. a distinção entre diferentes tipos de triangulação proposta por Denzin, 1978; cf. também Denzin e Lincoln, 1994; Konecki, 2008). Segundo Stake, “*Triangulation has been generally considered a process of using multiple perceptions to clarify meaning, verifying the repeatability of an observation or interpretation*” (Stake, 2005: 454). A triangulação metodológica deve também ser exercida sobre dados relativos a práticas e não só sobre discursos, podendo consistir na comparação entre o que diferentes pessoas dizem, mas igualmente entre o que dizem e o que efectivamente fazem.

discurso) – embora não reflectam directamente “as coisas tal como realmente são ou se passa(ra)m”²⁰, por assim dizer, podem ser indirectamente reveladores a esse nível depois de serem analisados em contraste com outros dados e sujeitos a triangulação. Na vida social, os sujeitos produzem discursos contrastantes que podem competir entre si, por vezes desconstruindo ou até desqualificando, intencional e explicitamente, discursos de outros actores em virtude de lutas pela imposição de versões legítimas da realidade ou da busca de reconhecimento. Apesar do “ruído” que geram, estes processos podem ser um recurso que ajuda o sociólogo a proceder à triangulação e à “objectivação”.

Consideremos discursos alternativos sobre o que um instrumento musical, neste caso a viola d’arco, consegue ou não consegue fazer – especificamente passagens em *staccato*²¹, comumente vistas como “difíceis” de executar e um sinal de domínio virtuosístico, pelos instrumentistas, da “técnica” dos instrumentos de arco modernos. Ao longo da minha vivência etnográfica recolhi evidência empírica de que certos músicos afirmam que, na situação de concerto, é virtualmente impossível executar tais passagens com sucesso neste Instrumento²², em virtude das suas supostas propriedades físico-acústicas (vistas como “limitações” – “resposta sonora lenta”, “peso do arco”). No entanto, outro discurso sugere (e as respectivas práticas demonstram) que tal técnica pode ser executada com sucesso.

Eis uma possível controvérsia entre dois discursos alternativos e concorrentes a propósito das capacidades atribuídas a um instrumento. O que fazer agora? A necessidade de ir além do nível discursivo é óbvia – uma percepção facilitada quando se verifica o critério etnometodológico da “adequação única” (*unique adequacy*)

²⁰ Esta ideia tornar-se-á mais clara no decorrer deste texto.

²¹ Trata-se de uma sucessão rápida de notas curtas e separadas entre si, executadas ao longo de uma só arcada.

²² A letra em maiúscula sublinhada na palavra “Instrumento” significa que este discurso se refere a ele em termos substantivos, ou seja, definindo um presumível resultado (“não ser possível executar *staccato*”) como inerente às propriedades físico-acústicas da Viola d’arco (ou seja, todas as violas) e não como resultante de violas d’arco tocadas com certos “modos de fazer”. Pelo facto de universalizar e reificar indevidamente um certa visão e identidade do instrumento (conforme evidenciado pela triangulação), tal discurso poderá ser, até certo ponto, considerado – se avaliado em função de um determinado critério – como *doxa* (no sentido bourdieusiano do termo). Este é especialmente o caso se esse discurso for usado conscientemente como recurso para a manutenção de reputações profissionais (por “razões práticas”, como diria Bourdieu).

(Garfinkel, 2002) (quando o investigador detém o conhecimento especializado que lhe permite aceder mais profundamente a certas dimensões do seu objecto de estudo²³).

A observação em tempo real dos usos do instrumento em situações específicas – do que diferentes instrumentistas fazem o instrumento fazer – invalida o primeiro dos discursos referidos acima e valida o segundo em função de um certo critério de objectividade. As práticas fundamentam os discursos: se um número considerável de instrumentistas é bem-sucedido a executar passagens *staccato* na viola d’arco, tal permite desqualificar o discurso que aponta esta presumida “limitação” ao instrumento como uma universalização e naturalização indevidas, resultantes de uma atribuição causal enviesada para aquilo que é visto como sendo (ou dependendo só) (d)as propriedades materiais e sonoras do instrumento em si.

Em função do critério de objectividade, um destes discursos pode ser visto como “certo” e o outro como “errado” – mas tal é válido apenas em certa medida, saliento! Os discursos são qualitativamente irredutíveis ao seu grau de correspondência a tal critério – cada modo de ver e experienciar a vida social e o mundo é único, devendo ser reconhecido e respeitado como tal. Nada de errado em descrever uma determinada experiência e visão de um instrumento musical decorrentes de se ter aprendido a tocá-lo de uma certa maneira em vez de outra – seria simplista reduzir o interesse sociológico de tal discurso à sua (des)classificação como mera *doxa*, “crença” ou conhecimento “errado”.

Discursos aparentemente enganadores a certos níveis não devem ser subestimados também porque, para além de reflectirem e construírem experiências da realidade múltiplas e qualitativamente irredutíveis e de orientarem a própria acção social (sendo, pois, parte da realidade), podem – ao objectificarem-se – construir a realidade, até em termos materiais²⁴. Representações, suposições e discursos sobre as possibilidades e as limitações de um instrumento musical ou outro artefacto poderão ainda funcionar como “profecias auto-concretizadas” (*self-fulfilling prophecies*) (Merton, 1968: 473-493), ao orientarem as acções dos instrumentistas e os modos como usam e exploram os seus instrumentos de uma maneira que acaba por produzir de facto

²³ Lahire critica o uso exagerado dos conceitos de “campo” e de “interesse” por parte dos sociólogos, salientando que é importante que se passe mais tempo a aprender mais sobre as actividades dos agentes sociais estudados (Lahire, 2005: 128-137).

²⁴ “(...) *objectification* (...) is the concrete embodiment of an idea” (Tilley, 2006: 60); “the qualities of artefacts may objectify the persons who have made and used them” (Tilley, 2006: 62). A propósito de como representações e perfis dos instrumentistas moldam o design e as características físicas e sonoras de um instrumento musical veja-se Boia (2010).

as suposições iniciais²⁵. Tais representações e mecanismos cognitivos, combinados com disposições e *habitus* previamente internalizados (matrizes geradoras de julgamentos e de acções, de “modos de fazer” e de sentir corporalizados) (Bourdieu, 2002 e 1990) são, pois, activos, ao se materializarem nos modos de tocar um instrumento, moldando como este e a música soam em performance.

A atribuição de diferentes estatutos a discursos concorrentes não é um processo simples mas antes cheio de tensões e dilemas, entre os quais a ponderação dos riscos de imposição da autoridade (e subjectividade?) do investigador sobre as epistemologias dos sujeitos observados, potencialmente indevida se fundada em suposições ilegítimas sobre presumíveis “factos” tomados como “objectivos” *versus* a reificação, a reprodução e a legitimação acríticas de tais discursos. As duas *ethoi* de seguir/legitimar *versus* objectivar/desmistificar os discursos (classificáveis como pós-moderna e moderna, respectivamente) devem, pois, coexistir numa tensão saudável e ser activadas conforme os dados empíricos e a análise tornem relevante. Tais tensões e dilemas são algo de positivo e as necessárias decisões exigem uma enorme responsabilidade da parte do sociólogo – a ausência de tais questionamentos durante a prática sociológica podem indiciar inconsciência ou até despreocupação, o que é infinitamente pior.

3.2. A necessidade de abordar o “extra-social” e repensar o “social”

Acima tinha salientado a importância de combinar diferentes técnicas de pesquisa de modo a possibilitar a triangulação e a consequente atribuição de diferentes estatutos epistemológicos aos discursos. Esta discussão leva-nos agora à segunda parte de uma possível resposta sobre o que poderá permitir ou induzir o sociólogo a legitimar ou, pelo contrário, desmistificar (e eventualmente desqualificar) discursos: a consideração de partes da realidade convencionalmente vistas como “extra-sociais” – uma questão com a qual a sociologia deve lidar.

Em articulação com a observação empírica das práticas (relações entre humanos e entre estes e artefactos), representações e discursos não são necessariamente válidos só como meros “tópicos” de investigação, mas também como “recursos” explicativos²⁶, heurísticos para acedermos a dimensões relativamente objectivas do mundo e da acção.

²⁵ Estes aspectos, no entanto, mereceriam um estudo empírico mais aprofundado.

²⁶ Cf. a distinção entre “tópico” e “recurso” em DeNora e Mehan (1993).

Isso acontece porque os discursos implicam e remetem-nos para práticas e materialidades com as quais estão dialecticamente imbricados. Tal torna-se óbvio aquando do estudo de actividades tais como a performance musical, em que a materialidade dos corpos, artefactos e sons, e a dimensão corporalizada e sensorial das práticas – referidas pelos discursos – são por demais evidentes. Essa tomada de consciência é facilitada quando existe um duplo estatuto do investigador e uma trajectória etnográfica de participação-observação.

Há, pois, que estudar práticas quotidianas concretas²⁷, inclusivamente na sua dimensão não intelectualizada e mais tácita. A internalização e incorporação de disposições (Bourdieu, 2003 e 1990), o corpo e o chamado *embodiment* (Turner, 2008; Johnson, 2006; Shilling, 1993, 2005, 2007)²⁸, as noções de “*corporeal realism*” e de “pedagogias do corpo” (Shilling, 2005 e 2007), ou a fenomenologia da percepção de Merleau-Ponty (1962), adquirem relevância.

Há que ultrapassar o viés cognitivista da academia (Eyerman e Jamieson, 1998; DeNora, 2005: 154-156), abordando-se sociologicamente os chamados “*crafts*”, modos de fazer e conhecimentos práticos situados para lá das representações e discursos²⁹. Os estudos sobre o conhecimento corporalizado como pianista de *jazz* de Sudnow (1978) e a etnografia ou “sociologia carnal” de Wacquant como *boxer* (2004) devem ser

²⁷ Sobre as práticas artísticas cf. o volume organizado por Zembylas (2014). Sobre as práticas quotidianas e a “vida de laboratório” no âmbito dos *science studies* cf. v.g. o estudo clássico de Latour e Woolgar (1979).

²⁸ Turner define *embodiment* escrevendo: “*it is important not to reify ‘the body’, but to treat embodiment as a process, namely the social processes of embodiment*”. Primeiro, *embodiment* é o conjunto de práticas de corporalização e de incorporação, ou seja, resulta da aprendizagem de técnicas corporais (caminhar, sentar, dançar, comer, etc.) que “produzem e dão a ‘um corpo’ um lugar na vida quotidiana”. Segundo, “*embodiment requires the production of a sensuous and practical presence in the life-world. Embodiment is the lived experience of the sensual or subjective body (...) involves the sensual, live body and its effects on social relations. It is the active shaping of the lived world by embodied practices*”. A natureza social e colectiva do *embodiment* é o terceiro aspecto referido por Turner: “*embodiment is a collective project because it takes place in a life-world that is already social. Embodiment is not an isolated project of the individual; it is located within a social world of interconnected social actors*” (Turner, 2008: 245). Finalmente, como “processo de fazer e tornar-se um corpo” (“*making and becoming*”), o *embodiment* está relacionado com a construção de identidades, pois é igualmente um “projecto de fazer um *self*” (Turner, 2008: 245). Por sua vez, Johnson relaciona *embodiment* com a produção de sentido do seguinte modo: “*An embodied view of meaning looks for the origins and structures of meaning in the organic activities of embodied, social creatures in interaction with their changing environments— environments that are at once physical, social, and cultural. It sees meaning and all our higher functioning as growing out of and shaped by our abilities to perceive things, manipulate objects, move our bodies in space, interact with other people, and evaluate our situation*” (Johnson, 2006: 8).

²⁹ Cf. o estudo sobre a *craftsmanship* de Sennett (2008), Stoller (1997) a propósito de uma prática académica sensual e corporalizada, e a proposta de uma etnografia sensorial por Pink (2009).

mencionados. Urge desenvolver uma etnografia viva, que transcenda uma experiência exclusivamente cognitivista, mas que se alargue à experiência sensorial da corporalidade, às ações práticas e performativas sobre o mundo e às materialidades³⁰.

Salientei atrás como o estudo da performance musical exige técnicas de investigação que permitam aceder a níveis da realidade situadas além do nível discursivo. Subjacente a essa questão, como procurarei clarificar, está a própria conceptualização do “social” e a delimitação da fronteira entre o que – na linha das regras do método sociológico de Durkheim – é considerado “social” e o “extra-social”. Apesar de a tradição sociológica dominante ter excluído este último, a sociologia pode e deve abordá-lo, questionando tal dualismo.

Para capturarmos empiricamente a materialidade da música e dimensões desta que tendem a escapar da análise sociológica (Boia, 2008, 2010) há que considerar, como propõem Witkin e DeNora (1997), a “agência” dos próprios materiais estéticos que emerge no seio de determinadas ecologias estéticas (DeNora, 2000, 2011 e 2013). Só assim se torna possível ultrapassar uma abordagem semiótica da arte que a vê meramente como texto e tornar o “*strong program*” da *cultural sociology* (Alexander e Smith, 2001) “ainda mais forte” (Acord, 2009: 234³¹). Como salientam Hennion, Maisonneuve e Gomart na linha da chamada ANT [*actor-network-theory*], é necessário ir-se além do construtivismo social, pois este não reconhece a capacidade de acção (“agência”) dos objectos (Hennion, Maisonneuve e Gomart, 2000: 247).

³⁰ O chamado dualismo Cartesiano entre corpo e mente foi até há pouco tempo dominante na cultura Ocidental. Se bem que as suas origens remontem pelo menos à filosofia de Platão, seria o famoso *cogito ergo sum* (“penso logo existo”) postulado por Descartes (2008 [1637]) – em que o pensamento e não o corpo ou a experiência sensorial é visto por este filósofo como prova da sua existência – a simbolizar a oposição mente-corpo. Nas últimas décadas, as ciências cognitivas têm vindo a mostrar que, na verdade, o modo como o ser humano pensa é parcialmente determinado pelas características do seu corpo, tendo isso levado a um questionamento de tal dualismo. Cf. v.g. Damásio (1999) (igualmente relevante para a dissolução do dualismo razão-emoção).

³¹ O “*strong program*” da *cultural sociology* tenciona explorar o sentido inerente ao campo cultural em vez de o conceber como sendo meramente produzido por variáveis exógenas (Alexander e Smith, 2001). No entanto, a restrição a uma abordagem semiótica é uma forte limitação desta perspectiva – como Acord escreve: “*The strong program sees culture as a text that actively shapes its world, for instance through the codes in play in cultural objects themselves. (...) cultural objects are far more salient than recognized in more human-centered sociology. Actors’ grounded and relational interactions with cultural materials play a crucial role in how they are read and mobilized in meaning making. Seen in this way, members of social worlds may use objects to tinker with culture and objects may use culture to tinker with actors*” (Acord, 2009: 234).

No âmbito dos *science and technology studies*, Pickering (1995) enfatiza a necessidade de se ultrapassar um “idioma representacional” (ou semiótico) e desenvolver um “idioma performativo”. Propondo que se leve a agência material “a sério” (Pickering, 1995: 10, 12), a sua perspectiva estimula-nos a procurar capturar analiticamente dimensões da “agência” material relativamente menos mediadas social e culturalmente³². As materialidades não são completamente flexíveis como gelatina, infinitamente moldáveis e à mercê de variáveis “sociais”, como meras folhas em branco nas quais o “social” se pode inscrever sem constrangimentos e com total liberdade através de processos de construção social todo-poderosos³³.

Questionando a separação e exclusão mútuas entre as esferas do humano e da natureza e as fronteiras entre as respectivas áreas do conhecimento científico (tal como Latour, 1993), Pickering advoga uma simetria pós-humanista que considere tanto a “agência” humana como a material (1995), pois, tal como nós modelamos as máquinas, somos também modelados por elas³⁴. Tanto a sua perspectiva como a da *actor-network-theory* [ANT], afirma, “insistem no carácter entrelaçado e na inter-definição recíproca das agências material e humana” (Pickering, 1995: 25-26). Torna-se importante especificar a “dança da agência” entre o humano e o não-humano que se desenrola ao longo do tempo (descritível, do ponto de vista do ser humano, como uma dialéctica de “resistência e acomodação”) (Pickering, 1995: 25-26). Pickering sugere uma “historicidade e devir de parênteses de máquinas-humanos”, falando-se “não puramente de conjuntos de máquinas ou humanos mas de ser e devir *cyborg*”³⁵ (Pickering, 2003: 100-101³⁶). Pickering dá uma pista sobre o potencial desta abordagem no âmbito da sociologia da música, ao comentar brevemente o uso da guitarra eléctrica pelos Pink Floyd ou por Hendrix (Pickering, 2003: 108) – podemos, portanto, falar de parênteses e híbridos *cyborg* de instrumentos e instrumentistas (Boia, 2014).

³² As consequências não intencionais da acção humana sobre o mundo natural (ex. o “efeito estufa”) mostram que a “agência” material pode reagir às acções humanas com autonomia face à intencionalidade humana e, de certo modo, nos seus próprios termos e de maneiras imprevisíveis, ou seja, “*it bites back*” (Tenner, 1996; cf. Pickering, 1995).

³³ Cf. a discussão sobre a noção de “*affordance*” (inicialmente formulada por Gibson) em Boia (2010).

³⁴ “(...) *just as the becoming of machines depends upon us, so our becoming – of our goals and intentions, social roles and relations, disciplines and subject positions – depends upon machines*” (Pickering, 2003: 100).

³⁵ Um *cyborg* é um híbrido de humano e de tecnologia (v.g. um indivíduo com um *pacemaker*), cada um destes elementos adaptando-se ao outro como sistemas abertos (cf. Gray, 1995).

³⁶ Cf. também Barad (2003).

Subjacente está a ambição de se ir para além de uma sociologia humanista na qual os seres humanos são os “únicos agentes genuínos na história” (Pickering, 2013: 25) e que, sob influência do dualismo Cartesiano (englobando o dualismo pessoas-coisas) e da tradição durkheimiana, concebe tudo o que não é humano (máquinas, animais, mundo natural) como “previsível, passivo, à espera da imposição da nossa vontade” (Pickering, 2013: 25). Pickering rejeita a ideia do excepcionalismo humano que vê os “seres humanos activos e autónomos como se fossem mestres de um universo passivo” (Pickering, 2013: 25), propondo antes uma sociologia “descentrada” (Pickering, 2005), que considere simetricamente diferentes tipos de entidades e “agências”.

Compreendemos agora como a desqualificação dos discursos (e dos próprios actores sociais) pela sociologia moderna derivava parcialmente do facto de excluir ou subestimar a dimensão material da realidade, já que, considerando-a “não-social”, a via como estando situada fora do âmbito da disciplina³⁷. Refiro-me especificamente à negligência ou à desqualificação de referências feitas pelas pessoas a objectos ou processos “não-sociais”.

Essa espécie de cegueira ou rejeição de dimensões da realidade vistas como “extra-sociais” deriva obviamente da concepção durkheimiana do “social”. Durkheim conceptualiza o “social” como uma “coisa” (ontologicamente real e autónoma), ou seja, como constituindo uma parte da realidade a par de outras, tais como as que compõem o mundo “natural” (Durkheim, 1998 [1894])³⁸. Esta noção foi fundamental para a afirmação e institucionalização da sociologia, já que a proclamação da existência de uma realidade (“social”) distinta das outras permitiu justificar a existência de uma disciplina dedicada exclusivamente ao seu estudo (Latour, 2005). Tendo-se tornando dominante, tal concepção obscureceu completamente a visão alternativa de Tarde (contemporâneo de Durkheim), para quem o “social” era o processo de associação entre

³⁷ Latour escreve: “*When a famous soprano says, ‘It is my voice who tells me when to stop and when to begin’, how quickly should the sociologist jump to the conclusion that the singer offers here a ‘typical case’ of ‘false consciousness’, artists being always too ready to take what is of their own making as the fetish that makes them do things?*” (Latour, 2005: 48).

³⁸ Leia-se o início do capítulo 1 de *As Regras do Método Sociológico*, onde Durkheim explica o que é um “facto social” – é aí claro o seu esforço em distinguir fenómenos sociais de fenómenos biológicos e psicológicos. Note-se que, no prefácio à segunda edição, Durkheim salienta ainda que “a vida social [é] inteiramente feita de representações” (Durkheim, 1998: 11), o que ajuda a explicar a restrição da sociologia a um “idioma representacional”.

elementos heterogéneos (de ambos os mundos natural e material), através do qual a realidade é construída (Tarde, 1999 [1895] e 2000 [1899]; cf. Latour, 2005). Esta última perspectiva foi recentemente apropriada e reabilitada por Latour, sendo um contributo importante para se ultrapassar o dualismo moderno entre “Sociedade” e “Natureza”³⁹ e trazer a materialidade dos objectos e o mundo físico para a análise sociológica. A superação da mútua exclusão entre humanos (des-corporalizados) e coisas (actores não-humanos) – se bem que esta tenha sido sempre ilusória pois “*we have never been modern*”, como argumenta Latour (1993) – é pós-moderna, já que implica (tal como o *cyborg*) a dissolução de fronteiras entre categorias bem definidas e estanques⁴⁰.

Quais as consequências de tudo isto? A etnografia da performance musical e os contributos dos *science studies* aqui discutidos desafiam-nos a repensar as noções, as fronteiras e o dualismo entre “social” e “extra-social”, e mesmo a reequacionar o que é, pode, ou deve ser, a própria sociologia. Tudo isto nos leva, enfim, a reflectir sobre a necessidade de a sociologia abordar complexas relações de multi-causalidade entre diferentes tipos de variáveis e “agências” (incluindo as físicas, biológicas, etc.) e, no limite, a questionar a própria regra fundamental do método sociológico durkheimiana de nos restringirmos a explicar o “social” exclusivamente pelo “social”.

Tal pode ser visto como abalando os próprios fundamentos da sociologia, mas não creio que seja o caso. Proponho um alargamento da conceptualização tradicional do “social” de modo a considerar-se as multi-causalidades entre ingredientes heterogéneos – todos necessariamente *sociais* (como será discutido adiante). É possível e necessário compatibilizar aspectos das noções do “social” subjacentes às duas perspectivas atrás discutidas, resolvendo-se choques epistemológicos. A sociologia está hoje suficientemente institucionalizada para que nos permitamos proceder a esse alargamento sem recear que isso afecte a credibilidade da disciplina – pelo contrário, tal

³⁹ Latour argumenta que a realidade é co-produzida por ingredientes heterogéneos, sendo “Natureza” e “Sociedade” meros conceitos ou “colectores” (*collectors*) que realizam discursivamente uma dada “montagem” (*assemblage*) do real (Latour, 2005).

⁴⁰ A propósito do carácter construído e da artificialidade das fronteiras entre diferentes ciências – aqui sociais – considere-se a noção de “fenómeno social total” de Mauss e a ideia postulada por este e por Gurvitch de que a realidade social é una e indivisível, contraposta à ilusão de que cada ciência social estudaria uma parte da realidade social (cf. Nunes, 1991, especialmente as pp. 21-22; Silva e Pinto, 1986: 16-19). Esta questão relaciona-se com a distinção entre objecto real e objecto do conhecimento (Althusser e Blihar, *apud* Bessa, 1986: 82; Silva e Pinto, 1986). Os autores dos *science studies* aqui discutidos advogam uma ideia com consequências de certo modo idênticas, mas abrangendo tanto as ciências sociais como as ciências naturais e as tecnologias. Dir-se-ia que advogam a existência não do fenómeno *social* total mas antes do *fenómeno total*.

abre as portas a um maravilhoso novo mundo de complexidade, permitindo-lhe aproximar-se e melhor capturar os seus objectos, sem que deixe de ser sociologia.

É essencial, no entanto, salvuardarmo-nos do tom exageradamente crítico que por vezes parece sugerir que toda a tradição dominante da sociologia não passou de um mero caminho errado e que o “social”, tal como é definido por Durkheim, é algo que *não existe* (detectável em Latour, 2003⁴¹), ou da eventual tendência de se negligenciar as representações e a cognição social (o que pode desembocar numa espécie de Cartesianismo invertido em virtude da reificação do corpo, da materialidade e respectivas performances). Ingredientes correspondentes a um “social” durkheimiano (representações colectivas, processos cognitivos, convenções, regras, modos de fazer institucionalizados, coerção, etc.), bem como a intencionalidade humana, para além de serem inerentes aos processos de objectificação que (re)constróem o mundo material, são uma parte da realidade que existe de facto e, como tal, tem de ser considerada. Apesar de imateriais, fenómenos convencionalmente vistos como “sociais” são, tal como os fenómenos da natureza, “coisas reais” como afirma Durkheim (1998: 23), havendo, pois, que resistir a uma visão predominantemente materialista. Tal seria reduzir a complexidade do real no sentido oposto àquele que é criticado...

Devemos também precaver-nos do risco de cairmos num realismo ingénuo ou numa visão a-sociológica que cometa o erro de reificar discursos sobre a materialidade, aceitando-os como reflexo puro e objectivo da própria materialidade (Collins e Yearley, 1992). É importante transcender representações e discursos, mas reconhecendo que a forma como experienciamos a “agência” material como seres humanos é necessariamente mediada e constituída por factores socioculturais. O que os actores sociais referem como sendo pura “agência” dos materiais é, de facto e em grande medida, um co-produto híbrido da materialidade, cultura e sociedade. Lentes socioculturais, processos cognitivos e linguagem produzem tais mediações da experiência, bem como a sua racionalização e “*accountability*”. A linguagem permite “fazer coisas com as palavras”⁴², mas há que ter em conta que as suas potenciais consequências necessitam de ser efectivadas em situações de interacção específicas

⁴¹ Criticando o construtivismo social, Latour (2003) argumenta que na “construção social” apenas o processo (de associação entre elementos heterogéneos) deve ser entendido como “social”, não sendo o “social” um certo tipo de material constitutivo da realidade. Latour parece assim sugerir que o “social”, entendido como um certo tipo “coisa” (*stuff*), não existe.

⁴² “*Doing things with words*” (Austin, 1962); cf. também Searle (1969) a propósito dos “*speech acts*”.

(frequentemente em relação a propriedades materiais de artefactos), como mostra Streeck (1981 e 1996)⁴³.

A socialização e a internalização de disposições são também fundamentais em tais processos de mediação. Repensando a incorporação e a noção de *habitus*, Nunes mapeia pesquisas recentes que, evidenciando as intersecções (e hibridismo) entre o biológico e o social, apontam em direcção a novos e excitantes modos de abordar tais processos (Nunes, 2007: 171-178). Há que ter em atenção que a noção de *habitus* (Bourdieu, 2002 [1972] e 1990 [1980]), ou de conjuntos de disposições plurais não necessariamente coerentes entre si e activadas ou não em/por contextos de acção específicos (Lahire, 1998), – permitindo superar o dualismo entre o subjectivo e o objectivo – são úteis para compreender as relações complexas entre as “agências” humana e material. Sendo a internalização um conceito *pivot* que media entre a dimensão sociocultural e a materialidade, a sua consideração é obrigatória para não se cair num realismo exagerado que poderia “essencializar” “agências”, ao vê-las como exclusivamente materiais quando na verdade são híbridas.

Como propõe Barad (2003 e 2007), cuja perspectiva denomina de “*agential realism*” – promissora para a superação do dualismo entre realismo e construtivismo – a distinção entre epistemologia e ontologia deve ser dissolvida ou pelo menos fortemente esbatida⁴⁴. Modos de ver e sentir o mundo, por um lado, e a materialidade do mundo, por outro, não são dimensões separadas, mas antes se constituem mutuamente, pois, mais do que inter-agirem entre si, “*intra-agem*” uma na (ou, por assim dizer, dentro da) outra⁴⁵. Tal como a ideia de Latour de que a realidade é “co-produzida” por ingredientes heterogéneos, sendo “Natureza” e “Sociedade” meros “colectores” conceptuais, também o “*agential realism*” de Barad nos leva a questionar a distinção entre o que normalmente se denomina de “social” e de “extra-social” – estes são igualmente “colectores”, já que

⁴³ Cf. DeNora, 2000: 37-39.

⁴⁴ Barad propõe a noção de “*onto-epistem-ologia*”, definindo-a como “*the study of practices of 'knowing in being'*” (Barad, 2003: 829). Esta proposta leva-nos a relativizar a possibilidade de objectividade e respectivo critério discutidos atrás – devemos adoptar, pois, uma noção pragmática e relativa de objectividade.

⁴⁵ “*The notion of intra-action is a key element of my agential realist framework. The neologism 'intra-action' signifies the mutual constitution of entangled agencies. That is, in contrast to the usual 'interaction', which assumes that there are separate individual agencies that precede their interaction, the notion of intra-action recognizes that distinct agencies do not precede, but rather emerge through, their intra-action. It is important to note that the 'distinct' agencies are only distinct in a relational, not an absolute, sense, that is, agencies are only distinct in relation to their mutual entanglement; they don't exist as individual elements*” (Barad, 2007: 33).

as ordens de fenómenos a que se reportam estão na realidade dialecticamente imbricadas (Boia, 2010) e “emaranhadas” (“*entangled*” – Barad, 2007).

As materialidades, os artefactos e a natureza são inerentemente *sociais* não só porque são moldados pela acção humana, mas também porque, nos modos como emergem perceptual e fisicamente para nós seres humanos, são social e culturalmente mediados, sendo constituídos por modos de ver e de agir colectivamente produzidos – as “agências” que daí emergem são, pois, híbridas. Finalmente, o “descentramento” da sociologia deve ser apenas relativo – mantendo-se o foco sobre a condição humana, como escreve Gurvitch (*apud* Nunes, 1991: 21), sob a pena de passar a não existir qualquer distinção entre, por exemplo, a física e a sociologia.

Postas estas reservas, e como afirma Pais na sua perspicaz reflexão crítica sobre *As Regras do Método Sociológico* de Durkheim *versus* o que denomina de métodos “desregrados”, há que reconhecer que os métodos não são apenas “uma gazua para arrombar portas escancaradas” mas “estão também orientados para as descobertas, para os enigmas do desconhecido, para a resolução dos paradoxos” (Pais, 1995: 261).

4. A primazia da realidade: manifesto por uma sociologia ecléctica e híbrida

Ao longo deste artigo discuti diferentes tradições, abordagens e concepções da sociologia, propondo uma reflexão sobre a epistemologia e a prática sociológicas em função de tensões e dilemas que experienciei no âmbito da minha própria trajectória. As reflexões finais que se seguem, pretendendo ser um manifesto por uma sociologia ecléctica e híbrida, são também notas pragmáticas para uma sociologia da sociologia.

É vital que nos mantenhamos abertos ao uso reflexivo de recursos provenientes de uma multiplicidade de tradições sociológicas, bem como à prática de alternar entre *ethoi* e posturas moderna e pós-moderna, que tanto seguem como desmistificam discursos, de acordo com o que cada objecto de estudo e processo de investigação exigem a cada momento (dependendo ainda do estatuto e papel do investigador). Deve haver uma permanente selecção activa determinada pelas especificidades empíricas de cada objecto de estudo, em vez de uma aplicação automática e linear de quadros teóricos fechados e definidos rigidamente *a priori* em virtude de pertenças a “tradições”, “escolas” e outras segmentações dos campos científico e académico.

Ortodoxias a este nível (explícitas ou implícitas) – traindo a complexidade da realidade – poderão derivar mais de “razões práticas” subjacentes a lutas entre diferentes “tradições” e “escolas” em competição (de imperialismos teóricos, manutenção de afiliações institucionais, gestão de estratégias de carreira ou mesmo, até, da permanente necessidade de reconhecimento de académicos já estabelecidos) do que da ambição de compreender a realidade tão exaustivamente quanto possível. Tais riscos são reais em qualquer das “tradições” ou “escolas” discutidos neste texto ou noutras, podendo verificar-se quer em correntes já institucionalizadas quer nas emergentes.

Abordagens presas a uma conceptualização demasiado restrita do “social” e aos dualismos e fronteiras da modernidade (“Sociedade”/“Natureza”; “social”/ “extra-social”) correm o risco de se restringirem à produção de análises de certo modo redutoras, porque estritamente humanistas e representacionais. Por outro lado, não há necessariamente razões para desqualificar tradições sociológicas estabelecidas considerando-as meros caminhos errados, desperdiçando as suas virtualidades e potencial heurístico que tanto nos ensinaram ao longo de um século⁴⁶. Uma lógica de síntese deve, por vezes, predominar sobre a lógica kuhniana de sucessão entre paradigmas científicos e dualismos subjacentes às lutas entre teses e antíteses que, sendo parte essencial da vitalidade do campo científico e académico, também encerram perigos. Sem esquecermos que o processo de conhecimento é sempre uma construção (racionalistas e pós-modernos estão de acordo neste ponto), é importante aproximarmos o objecto de estudo do objecto real, reduzindo-se o carácter construído da perspectiva sociológica de modo a não deixar escapar o mundo que estudamos.

Devemos “escutar” permanentemente a realidade, activando os recursos teórico-metodológicos que esta parece “pedir” a cada momento de modo a ser compreendida o mais profundamente possível. A complexidade da realidade exige um hibridismo eclético, forçando-nos a questionar suposições e fronteiras convencionais. E a complexidade particular das práticas musicais e científicas dão à sociologia da música e aos estudos sobre ciência e tecnologia um impacto que transcende claramente estes subcampos disciplinares, alargando-se à sociologia e às ciências sociais como um todo.

⁴⁶ Na expressão anglo-saxónica, “*don't throw the baby out with the bath water*”.

Referências bibliográficas

- ACORD, S. (2009), *Beyond the Code*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Exeter, Universidade de Exeter.
- ALEXANDER, J.; SMITH, P. (2001), "The strong program in cultural sociology", in J. Turner (org.), *The Handbook of Sociological Theory*, New York, Kluwer, pp. 135-150.
- ARON, R. (1999), *Main Currents in Sociological Thought*, Vol. 2, New Brunswick, Transaction Publications.
- AUSTIN, J. (1962), *How to do Things with Words*, Oxford, Clarendon.
- BACHELARD, G. (1986 [1938]), *La Formation de l'Esprit Scientifique*, Paris, J. Vrin.
- BARAD, K. (2003), "Posthumanist performativity", *Signs*, 28 (3), pp. 801-831.
- (2007), *Meeting the Universe Halfway*, Durham/London, Duke University Press.
- BECKER, H.; PESSIN, A. (2006), "A Dialogue on the ideas of 'World' and 'Field'", *Sociological Forum*, 21 (2), pp. 275-286.
- BERGER, P. (1963), *Invitation to Sociology*, New York, Doubleday & Comp.
- BESSA, D. (1986), "O uso das estatísticas em economia", in A. S. Silva e J. M. Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, pp. 77-99.
- BOIA, P. S. (2008), "Capturando a Materialidade da Música na Análise Sociológica", in *VI Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, 25-28 de Julho de 2008, [Consult. a 19.11.2013]. Disponível em: <<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/119.pdf>>.
- (2010), "Construção social, materialidade e identidade na relação instrumento-instrumentista: explorando novos caminhos na Sociologia da Música", *Sociologia*, Vol. XX, pp. 109-136.
- (2014), *The Viola in the 21st Century (...): a socio(music)ology of imbrications*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Exeter, Universidade de Exeter.
- BOURDIEU, P. (1990 [1980]), *The Logic of Practice*, Cambridge, Polity Press.
- (1994), *Raisons Pratiques*, Paris, Editions de Seuil.
- (2002 [1972]), *Esboço de uma Teoria da Prática*, Oeiras, Celta.
- (2003), "L'Objectivation participante", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 150, pp. 43-58.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.-C.; PASSERON, J.-C. (1968), *Le Métier de Sociologue*, Paris, Mouton-Bordas.
- BRUNER, J. (1993), *Acts of Meaning*, Cambridge MA, Harvard University Press.
- (1997), *The Culture of Education*, Cambridge MA, Harvard Univ. Press.
- CAETANO, A. (2012), "A análise da reflexividade individual...", in J. T. Lopes (org.), *Registos do Actor Plural*, Porto, Afrontamento, pp. 15-29.
- COLLINS, H.; YEARLEY, S. (1992), "Epistemological chicken", in A. Pickering (org.), *Science as Practice and Culture*, Chicago, University of Chicago Press, pp. 301-326.
- DAMÁSIO, A. (1999), *The Feeling of What Happens*, New York, H. M. Harcourt.
- DENORA, T. (2000), *Music in Everyday Life*, Cambridge, Cambridge University Press.

- (2005), “Music and Social Experience”, in M. Jacobs and N. Hanrahan (orgs.), *The Blackwell Companion to the Sociology of Culture*, Oxford, Blackwell, pp. 147-159.
- (2011), *Music-in-Action: Selected essays in sonic ecology*, Farnham, Ashgate.
- (2013), *Musical Asylums: Wellbeing through music in everyday life*, Farnham, Ashgate.
- DENORA, T.; MEHAN, H. (1993), “Genius: a social construction”, in J. Kitsuse and T. Sarbin (orgs.), *Constructing the Social*, London, Sage, pp. 157-173.
- DENZIN, N. (1978), *The Research Act*, New York, McGraw-Hill.
- DENZIN, N.; LINCOLN, Y. (orgs.) (1994), *Handbook of Qualitative Research*, Thousand Oaks, Sage.
- DENZIN, N.; LINCOLN Y.; SMITH L. (orgs.) (2008), *Handbook of Critical and Indigenous Methodologies*, Thousand Oaks, Sage.
- DESCARTES, R. (2008 [1637]), *Discourse on the Method...*, [Consult. a 12.01.2013]. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/files/59/59-h/59-h.htm>>.
- DURKHEIM, E. (1998 [1894]), *As Regras do Método Sociológico*, Lisboa, Editorial Presença.
- EYERMAN, R.; JAMIESON, A. (1998), *Music and Social Movements*, Cambridge, Cambridge U. Press.
- GARFINKEL, H. (1967), *Studies in Ethnomethodology*, Englewood Cliffs, Prentice-Hall.
- (2002), *Ethnomethodology's Program*, Lanham, Rowman & Littlefield.
- GRAY, C. (org.) (1995), *The Cyborg Handbook*, New York, Routledge.
- HABERMAS, J. (1971 [1968]), *Knowledge and Human Interests*, Boston, Beacon.
- HAMEL, J. (2008), “Qu'est-ce que l'objectivation participante?”, *Socio-logos*, 3, [Consult. a 15.12.2012]. Disponível em: <<http://socio-logos.revues.org/1482>>.
- HENNION, A. (1993), *La Passion Musicale*, Paris, Métailié.
- (1997), “Baroque and rock”, *Poetics*, 24, pp. 415-435.
- HENNION, A.; MAISONNEUVE, S.; GOMART, E. (2000), *Figures de l'Amateur*, Paris, La Documentation Française.
- HOLSTEIN, J.; GUBRIUM, J. (1994), “Phenomenology, Ethnomethodology and Interpretive Practice”, in N. Denzin and Y. Lincoln (orgs.), *Handbook of Qualitative Research*, Thousand Oaks, Sage, pp. 262-272.
- JOHNSON, M. (2006), “Merleau-Ponty's embodied semantics...”, *EurAmerica*, 36 (1), pp. 1-27.
- JORGENSEN, E. (2002), “Philosophical issues in curriculum”, in R. Colwell and C. Richardson (orgs.), *The New Handbook of Research on Music Teaching and Learning*, Oxford, Oxford University Press, pp. 48-62.
- KONECKI, K. (2008), “Triangulation and dealing with the realness of Qualitative Research”, *Qualitative Sociology Review*, IV (3), pp. 7-28, [Consult. a 12.05.2013]. Disponível em: <http://www.qualitativesociologyreview.org/ENG/archive_eng.php>.

- LAHIRE, B. (1998), *L'Homme Pluriel*, Paris, Nathan.
- (2005), *L'Esprit Sociologique*, Paris, La Découverte.
- LATOUR, B. (1993 [1991]), *We Have Never Been Modern*, Cambridge MA, Harvard U. Press.
- (1999), *Pandora's Hope*, Cambridge MA/London, Harvard University Press.
- (2003), "Promises of constructivism", in D. Ihde and E. Selinger (orgs.), *Chasing Technoscience*, Bloomington, Indiana University Press, pp. 27-46.
- (2005), *Reassembling the Social*, Oxford, Oxford University Press.
- LATOUR, B.; WOOLGAR, S. (1979), *Laboratory Life*, Beverly Hills, Sage.
- LYOTARD, J-F. (1979), *La Condition Postmoderne*, Paris, Editions de Minuit.
- MARVASTI, A. B. (2004), *Qualitative Research in Sociology*, London, Sage.
- MERTON, R. (1968), *Social Theory and Social Structure*, New York, Free Press.
- MERLEAU-PONTY, M. (1962), *The Phenomenology of Perception*, London, Routledge.
- MONTEIRO, P. (1996), *Os Outros da Arte*, Oeiras, Celta.
- NUNES, A. (1991), *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*, Lisboa, Presença.
- NUNES, J. (2007), "O habitus e a incorporação, ou os (des)encontros da sociologia e da biologia", in J. M. Pinto e V. B. Pereira (orgs.), *Pierre Bourdieu: a teoria da prática e a construção da Sociologia em Portugal*, Porto, Afrontamento, pp. 171-178.
- PAIS, J. M. (1995), "Durkheim: das Regras do Método aos métodos desregrados", *Análise Social*, Vol. XXX (131-132), pp. 239-263.
- PICKERING, A. (1995), *The Mangle of Practice*, Chicago, University of Chicago Press.
- (2003), "On Becoming", in D. Ihde and E. Selinger (orgs.), *Chasing Technoscience*, Bloomington, Indiana University Press, pp. 96-116.
- (2005), "Decentering Sociology", *Perspectives on Science*, 13 (3), pp. 352-405.
- (2013), "Living in the material world", in F.-X. Vaujany; N. Mitev (orgs.), *Materiality and Space*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, pp. 25-40.
- PINK, S. (2009), *Doing Sensory Ethnography*, London, Sage.
- SANTOS, B. (1989), *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*, Porto, Afrontamento.
- (1995), *Toward a New Common Sense*, New York, Routledge.
- SCHUTZ, A. (1945), "On multiple realities", *Philosophy and Phenomenological Research*, 5 (4), pp. 533-576.
- (1967 [1932]), *Phenomenology of the Social World*, Evanston, Northwestern University Press.
- SEARLE, J. (1969), *Speech Acts*, Cambridge, Cambridge University Press.
- SENNETT, R. (2008), *The Craftsman*, London, Penguin Books.
- SHILLING, C. (1993), *The Body and Social Theory*, London, Sage.
- (2005), *The Body in Culture, Technology and Society*, London, Sage.
- SHILLING, C. (org.) (2007), *Embodying Sociology: retrospect, progress and prospects*, Malden, Wiley-Blackwell.

- SILVA, A. S.; PINTO, J. M. (1986), "Uma visão global sobre as ciências sociais", in A. S. Silva e J. M. Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, pp. 9-27.
- STAKE, R. (2005), "Qualitative case studies", in N. Denzin and Y. Lincoln (orgs.), *The Sage Handbook of Qualitative Research*, Thousand Oaks, Sage, pp. 443-466.
- STOLLER, P. (1997), *Sensuous Scholarship*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
- STREECK, J. (1981), "Speech Acts in Interaction", in *Discourse Processes*, 4, pp. 133-153.
- (1996), "How to do things with things", *Human Studies*, 19, pp. 365-384.
- SUDNOW, D. (1978), *Ways of the Hand*, Cambridge MA, Harvard University Press.
- TARDE, G. (1999 [1895]), *Monadologie et Sociologie*, Paris, Les Empechêurs de Penser en Rond.
- (2000 [1899]), *Social Laws: An outline of Sociology*, Kitchener, Batoche.
- TENNER, E. (1996), *Why Things Bite Back: Technology and the revenge of unintended consequences*, New York, Knopf.
- TILLEY, C. (2006), "Objectification", in C. Tilley et al. (orgs.), *Handbook of Material Culture*, London, Sage, pp. 60-74.
- TURNER, B. (2008), *The Body and Society*, London, Sage.
- WACQUANT, L. (2004), *Body & Soul*, Oxford, Oxford University Press.
- WEBER, M. (1949), *The Methodology of Social Sciences*, New York, The Free Press.
- (1978), *Economy and Society*, Berkeley/Los Angeles, University of California Press.
- WITKIN, R.; DENORA, T. (1997), "Aesthetic materials and aesthetic agency", *Newsletter – Sociology of Culture Section, American Sociological Association*, 12 (1), pp. 1-6.
- ZEMBYLAS, T. (org.) (2014), *Artistic Practices*, Abingdon/New York, Routledge.

Pedro dos Santos Boia. Doutorado em Sociologia pela Universidade de Exeter (Exeter, Reino Unido) (com o apoio de uma Bolsa de Doutoramento FCT/QREN-POPH/UE). Investigador Integrado no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP) (Porto, Portugal) e membro do SocArts Research Group do Departamento de Sociologia, Filosofia e Antropologia (SPA) da Universidade de Exeter (Exeter, Reino Unido). Endereço de correspondência: Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP), Via Panorâmica, s/n, 4150-564, Porto – Portugal. E-mail: psantosboia@gmail.com.

Artigo recebido a 11 de janeiro de 2013. Publicação aprovada a 15 de outubro de 2014.

Espaços públicos: interações, apropriações e conflitos

Luciana Teixeira de Andrade
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Luís Vicente Baptista
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Resumo

O artigo parte da discussão contemporânea sobre a crise dos espaços públicos e recorre a uma leitura simmeliana para se concentrar em duas dimensões desse debate. Primeiramente, sobre o sentido da tese que defende a morte dos espaços públicos das grandes cidades. Em seguida, concentra-se na pertinência da categoria *espaços públicos* e, recorrendo à diversidade de tipos de espaços e tipos de interação que se lhes associam, procura mostrar por que não podem eles ser reduzidos e representados de forma homogênea. Daí que, a partir de pesquisas realizadas no Brasil e em Portugal, se ilustrem as diversas dimensões dos espaços públicos com exemplos de apropriações e de conflitos que os seus usos cotidianos comportam.

Palavras-chave: espaço público; interações; vida urbana.

Abstract

Public spaces: interactions, appropriations and conflicts

The authors begin the article with the contemporary discussion on the crisis of public spaces and use a Simmelian regarding to focus on two dimensions of this debate. First, the meaning of the thesis that argues the death of the public areas of large cities. Then, the relevance of the category *public spaces*, using the diversity of types of spaces and types of interaction that are associated with and try to show why they cannot be reduced and homogeneously represented. Hence, from some research conducted in Brazil and Portugal, the authors illustrate the various dimensions of public spaces with examples of conflicts and appropriations from its everyday uses.

Keywords: public space; interactions; urban life.

Résumé

Espaces publics: interactions, appropriations et conflits

Cet article a comme point de départ la discussion contemporaine sur la crise des espaces publics et fait une lecture simmelienne pour se concentrer en deux dimensions de ce même débat. En premier lieu, il se concentre sur le sens de la thèse qui défend la mort des espaces publics des grandes villes. Ensuite, sur la pertinence de la catégorie espaces publics et, faisant recours de la diversité de types d'espaces et de types d'interactions qui leur sont associés, l'article cherche à montrer la raison pour laquelle ils ne peuvent être réduits et présentés comme homogènes. Ainsi, les différentes dimensions des espaces publics sont illustrées à partir de recherches réalisées au Brésil et au Portugal avec des exemples d'appropriations et conflits que les usages quotidiens suscitent.

Mots-clés: espace public; interactions; vie urbaine.

Resumen

Espacios públicos: interacciones, apropiaciones y conflictos

El artículo comienza con la discusión contemporánea sobre la crisis de los espacios públicos y recorre a una lectura simmeliana para centrarse en dos dimensiones de este debate. En primer lugar, sobre el sentido de la tesis que defiende la muerte de los espacios públicos de las grandes ciudades. Luego, se centra en la pertinencia de la categoría espacios públicos, y, recorriendo a la diversidad de los tipos de espacios y tipos de interacción que se les asocian, trata de mostrar por qué ellos no pueden ser reducidos y representados de manera homogénea. Por lo tanto, a partir de investigaciones realizadas en Brasil y Portugal, se ilustran las diversas dimensiones de los espacios públicos con ejemplos de apropiaciones y conflictos que sus usos cotidianos comportan.

Palabras clave: espacio público; interacciones; vida urbana.

Introdução

Este artigo é fruto de uma reflexão sobre os espaços públicos nas cidades contemporâneas. Parte de uma discussão sociológica mais geral sobre a natureza das interações e as mudanças observadas nos espaços públicos, para, em seguida, contemplar os resultados de pesquisas em espaços públicos no Brasil e em Portugal.

Na perspectiva das Ciências Sociais, os espaços públicos interessam na medida em que são palco de interações sociais de um tipo específico. A especificidade deve-se ao seu caráter público, ou seja, aberto a todos e pela possibilidade de interações com desconhecidos. Distinto, portanto, dos espaços privados, restritos aos familiares e aos conhecidos. Esses dois ingredientes dos espaços públicos – abertura e interações com estranhos – convergem para uma relativa imprevisibilidade das interações e, não raro,

para o conflito. Por essas razões, ainda que os espaços públicos sejam abertos a todos, há restrições sociais que emergem no processo de interação e que fazem com que os diferentes grupos sociais não frequentem todo e qualquer espaço público de um mesmo modo.

Essa constatação conduz, por vezes, à leitura de que o espaço público está em crise. O objetivo deste artigo é mostrar a importância de debater o espaço público e analisar o que há de comum nas interações que aí acontecem enquanto fonte de compreensão da dinâmica urbana, uma vez que é nesses espaços que a vida de uma cidade ganha visibilidade. Para tanto, parte-se do texto seminal de Georg Simmel – *As grandes cidades e a vida do espírito*¹ – para, em seguida, apresentar alguns trabalhos que defendem a tese da morte dos espaços públicos e, depois, retomar outras leituras contemporâneas que, na linha da reflexão simmeliana, dão pistas para interpretar a permanência da ideia de espaço público na atualidade.

1. Sobre a natureza das interações nos espaços públicos

Um dos textos inaugurais da sociologia urbana, *The metropolis and mental life*, de Georg Simmel, trata das interações sociais nos espaços públicos das grandes cidades, ainda que esse conceito não tenha sido por ele empregado. Excetuando raros trabalhos, somente décadas mais tarde a reflexão sobre os espaços públicos, enquanto lugar de interação social entre os estranhos, ganharia força no pensamento social. Trata-se do momento em que começam a rivalizar com as ruas, as praças e os parques outros tipos de espaços, fechados e privatizados, como os *shopping centers* e os condomínios. A emergência desses novos espaços influenciará o debate do que veio a ser conhecido como crise ou morte do espaço público. Três obras balizam essa discussão: *The fall of public man* (1974), de Richard Sennett; *City of quartz* (1990), de Mike Davis; e *Cidade de muros*, de Teresa Caldeira.²

Apesar de não fazer uso do conceito de espaço público, como já se referiu, Georg Simmel, no texto acima citado, buscou compreender os desafios de viver e interagir no espaço público de uma cidade grande. Excesso de estímulos, especialização, dependência, massificação, preponderância do intelecto, pontualidade, calculabilidade,

¹ Publicado em 1903. Utilizar-se-á aqui a tradução, para o português, de Leopoldo Waizbord, que veio a público em 2005.

² As duas primeiras foram traduzidas para o português. Ver na bibliografia as edições consultadas. Já o livro de Teresa Caldeira foi publicado originalmente em inglês e, depois, traduzido para o português.

reserva, atitude *blasé*, solidão e individualidade foram algumas maneiras que ele utilizou para descrever a natureza das interações do homem metropolitano no contexto de uma grande cidade. Algumas dessas características aplicam-se mais ao contexto das relações comerciais, como a especialização, a dependência, a pontualidade e a calculabilidade. Já a atitude *blasé* e a reserva relacionam-se mais diretamente ao contexto das interações entre desconhecidos, como as que ocorrem no espaço público, ainda que não exclusivamente.

Tanto a reserva quanto a atitude *blasé* são formas de interação em que há um distanciamento em relação às coisas e às pessoas. Nenhuma delas pressupõe laços fortes, interações calorosas ou próximas; ao contrário, as interações são permeadas por uma incapacidade de reação aos estímulos com a energia apropriada, tal como Georg Simmel descreve, a propósito da atitude *blasé*, e por um distanciamento como ocorre no comportamento da reserva.

Em função dos inúmeros estímulos recebidos nas suas rotinas cotidianas nas grandes cidades, o homem metropolitano circula entre pessoas e coisas desprovido de envolvimento pessoal e da capacidade de fazer grandes distinções. Para ele, as coisas (e as pessoas) não se diferenciam muito umas das outras. A reserva, que leva ao desconhecimento do vizinho, é, como o comportamento *blasé*, uma forma de autopreservação na metrópole. Se tivesse que responder a todos os contatos aos quais é submetido cotidianamente, o homem metropolitano ficaria completamente atomizado. Georg Simmel classifica ambos os comportamentos como de natureza social negativa, como dissociação, mas com a ressalva de que são as formas possíveis de interação na metrópole.³ Se a reserva advém da impossibilidade de relacionar de maneira peculiar com incontáveis pessoas com as quais cruza diariamente, situação completamente distinta da pequena cidade, na qual se conhece todo mundo, soma-se a isso o facto de, nas grandes cidades, as relações serem permeadas pela desconfiança em relação àqueles com os quais apenas temos uma relação fugaz. Portanto, na visão de Georg Simmel, as interações com desconhecidos (no contexto deste artigo, nos espaços públicos) não são necessariamente ou, de antemão, promissoras. Ao contrário, são permeadas pelo distanciamento, pela indiferença, pela desconfiança e, num contexto de um contato mais

³ “Enquanto o sujeito se ajusta inteiramente por conta própria a essa forma de existência, a sua auto-conservação frente à cidade grande exige dele um comportamento não menos negativo de natureza social” (Simmel, 2005: 6) e “o que aparece aqui imediatamente como dissociação é, na verdade, apenas uma de suas formas elementares de socialização” (Simmel, 2005: 7).

próximo, até mesmo, pela aversão e repulsa mútuas. Numa visão não determinista, Georg Simmel contempla várias outras possibilidades, ou seja, pode-se ir da indiferença e da aversão à simpatia, e das relações efêmeras às duradouras, à visão distinta, portanto, da conceção de tudo reduzir à indiferença.

“Toda a organização interior de uma vida de circulação ampliada de tal modo baseia-se em uma gradação extremamente multifacetada de simpatias, indiferenças e aversões, das mais efêmeras como das mais duradouras. A esfera da indiferença não é assim tão grande como parece superficialmente; a atividade de nossa alma responde, contudo, a quase toda impressão vinda de outro ser humano com uma sensibilidade determinada de algum modo, cujas inconsciência, fugacidade e mudança parece suprimi-la em uma indiferença” (Simmel, 2005: 7).

Contra qualquer interpretação pessimista ou niilista, o trecho a seguir é esclarecedor, ainda se referindo à reserva: “Ela garante precisamente ao indivíduo uma espécie e uma medida de liberdade pessoal, com relação à qual não há nenhuma analogia em outras situações” (Simmel, 2005: 583). Ou seja, tanto a reserva quanto a atitude *blasé* são, simultaneamente, formas de sociação e dissociação marcadas pelas possibilidades do encontro (da possibilidade do estar com o outro) e do conflito (do estar contra o outro).

2. O espaço público está morto? Como lidar com as diferenças nos espaços públicos?

Nesta parte do artigo deter-se-á em algumas obras que pregaram a morte do espaço público e foram muito influentes nas interpretações que se seguiram.

Richard Sennett, em *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*, identifica em algumas das mais importantes cidades americanas e europeias – Nova Iorque, Londres e Paris – o que ele chama de *espaços públicos mortos*. São construções nas quais as áreas públicas são de passagem e, não, de estar, e onde não há a diversidade social típica dos espaços públicos tradicionais, uma vez que o seu uso é restrito aos que trabalham e/ou vivem na região. Ele toma como exemplo a Praça da Lever House, na Park Avenue, em Nova Iorque, o Brunswick Centre, em Bloomsbury, Londres e o complexo de escritórios de La Défense, em Paris. Ele argumenta que os exemplos europeus são uma prova de que a questão não se deve apenas à criminalidade e à insegurança, como poderia parecer se tomasse apenas o que ocorre em Nova Iorque. As pessoas estão em público, não para interagir, mas para exercer o direito de estar só em

público, ou seja, para o exercício de um tipo contemporâneo de *voyeurismo*. Dessa forma, o conhecimento em público torna-se uma questão de observação e não mais de trato social, de civilidade.

Mike Davis, em *Cidade de quartzo*, mais precisamente no capítulo *Fortaleza LA*, discute o que ele chama de destruição do espaço público, consequência de uma cruzada pela segurança na cidade. Essa ação decorre de uma mudança de paradigma de controle social; de uma visão liberal que contrabalanceava repressão com reforma, para a retórica de segurança que vê como irreconciliáveis os interesses dos pobres e das classes médias urbanas. O resultado é uma cidade dividida em áreas que são verdadeiras fortalezas e subúrbios que se transformaram em lugares de terror em função da guerra da polícia contra os pobres criminalizados. Nesse contexto, o espaço público *genuinamente democrático* dá lugar a pseudo espaços públicos voltados para um público consumidor de alta renda: “suntuosos shoppings, centros de escritórios, acrópoles culturais, e assim sucessivamente – estão repletos de sinais invisíveis que impedem a entrada do ‘Outro’ da subclasse” (Davis, 1993: 207).

Mike Davis acrescenta novos elementos a essa obsessão pela segurança em detrimento da vida pública, como a privatização de espaços antes públicos, o uso do “*design* urbano sádico” que evita a permanência dos pobres nos espaços públicos e a transferência, para espaços privados comerciais, da atividade vital do centro. Esses fenômenos são, para ele, parte de um processo de contraurbanização e contrainsurreição.

Em uma interpretação próxima à de Mike Davis, Teresa Caldeira, em *Cidade de muros*, identifica, a partir dos anos 1980, o surgimento de um novo padrão de segregação em São Paulo. A origem estaria no crescimento do crime violento que gerou, entre várias outras estratégias de proteção, a construção de muros como uma das mais emblemáticas. Estes, juntamente com outros aparatos de segurança, garantem o isolamento dos grupos de mais alta renda daqueles considerados perigosos. Os *enclaves fortificados*, “ espaços privatizados, fechados e monitorados, destinados a residência, lazer, trabalho e consumo” (Caldeira, 2000: 11), vêm modificando profundamente a vida urbana, em especial a convivência nos espaços públicos, uma vez que negam os ideais de heterogeneidade, acessibilidade e igualdade que marcaram os espaços públicos modernos.

As elites, ao se retirarem para os enclaves, deixam os espaços públicos para os sem-teto e os pobres. Dessa forma, diminuem os espaços para o encontro de pessoas de

diferentes grupos sociais. Como Mike Davis, Teresa Caldeira analisa vários outros comportamentos das elites, tais como a privatização de ruas, o uso de segurança privada, de cercas elétricas nas residências e do transporte privado para todos os tipos de deslocamentos. Juntos, eles são responsáveis por promoverem “intolerância, suspeita e medo” entre os habitantes da cidade (Caldeira, 2000: 314).

Essas interpretações já foram objeto da crítica de Salcedo Hancen (2002), no que diz respeito à idealização que fazem do espaço público moderno onde os diferentes interagem sem constrangimentos. Para o autor, nunca existiu um espaço livre e aberto a todos. Os indesejáveis pelos grupos médios e altos sempre foram mantidos a distância. Nessa perspectiva, o espaço público hoje é mais aberto do que antes em relação aos grupos raciais e sexuais minoritários. Em vez de comparar espaço público moderno e atual, Salcedo Hancen propõe analisá-lo como um lugar do exercício do poder, assim como da sua resistência.

Outro aspeto dessas análises é a visão da sociedade e dos usos dos espaços públicos focada em um único estrato: os grupos de alta renda. Se, por um lado, esses autores identificam importantes processos de mudança na sociedade e nos espaços públicos, por outro, eles incorrem no erro da generalização. É ainda que os grupos de alta renda tenham o poder de definir a direção das mudanças que atingiram as cidades nas últimas décadas, eles não são tão hegemônicos a ponto de imporem uma forma única de uso dos espaços públicos presentes em distintas partes da cidade. Acompanhando a interpretação de Rodrigo Salcedo Hansen, os autores acima citados não contemplam as resistências, não contemplam também outros espaços públicos e seus usos por outros grupos sociais. Se os novos espaços públicos voltados para os grupos de alta renda são pouco convidativos ao estar e ao convívio com o diferente, eles não esgotam todos os espaços públicos das cidades contemporâneas. Pesquisas realizadas no Brasil e em Portugal mostram usos distintos dos espaços públicos por diferentes grupos sociais: sejam os *contrausos* (Leite, 2004),⁴ a invenção de novos usos e novos espaços, assim como movimentos de defesa dos mesmos. Portanto, nada disso leva à conclusão de que o espaço público esteja morto.

⁴ Leite assim define os *contrausos* dos espaços públicos: “as táticas quando associadas à dimensão espacial do lugar, que as torna vernaculares, se constituem em um *contrauso* capaz, não apenas de subverter os usos esperados de um espaço regulado, como de possibilitar que o espaço que resulta das ‘estratégias’ se cinda, para dar origem a diferentes lugares, a partir da demarcação espacial da diferença e das ressignificações que esses *contrausos* realizam” (Leite, 2004: 215).

Uma prova da vida nos espaços públicos são os conflitos mais evidentes quando os espaços reúnem grupos de diferentes classes ou etnias. Fora isso, há espaços, como os descritos pelos autores acima citados, nos quais o conflito é contido pela predominância e poder de um grupo. Nesses casos, a interação fica limitada aos iguais e a tensão expande-se para as fronteiras desses espaços. Exemplos desse tipo são os condomínios fechados, por um lado, e as praças e outros espaços públicos ocupados predominantemente por moradores de rua ou consumidores/traficantes de drogas, por outro. No primeiro caso, o conflito se manifesta nas áreas de fronteiras que impedem a entrada de não-moradores que não foram convidados. No segundo caso, quando os moradores de rua fazem do espaço público suas moradias, ou os consumidores de drogas pontos de consumo e tráfico, o uso compartilhado por outros grupos é permeado por muitas tensões, dada a dificuldade de interação.

Ainda que esses sejam exemplos extremos, as grandes distâncias sociais e culturais dificultam a interação, quando não a inviabilizam. Essa é uma das razões que explicaria a existência, em alguns espaços públicos contemporâneos, da copresença, mas não da interação. Em uma praça estudada em Belo Horizonte, localizada na fronteira de um bairro de alta renda e uma favela, os moradores dos dois espaços frequentam a praça, mas as interações, quando existem, ou são superficiais ou têm natureza comercial (Andrade, Jayme e Almeida, 2009).

Diante de constatações como essas, Van Eijk e Engbersen (2011: 35) propuseram o conceito de *light interaction*. As interações superficiais ou *light* ocorrem em função dos repetidos encontros nos espaços públicos, responsáveis por criar uma familiaridade oposta ao anonimato, assim como um senso de identidade social e de segurança. Os autores exemplificam os encontros que se repetem como aqueles que ocorrem durante as compras, no ato de pegar as crianças na escola ou quando se passeia com o cachorro. Em todos esses casos, a recorrência leva ao conhecimento categórico, mas não ao biográfico.⁵ Para os autores, essa familiaridade é importante especialmente nos espaços que reúnem pessoas diferentes. Os contatos, ainda que superficiais (até porque, no caso por eles estudado, os moradores são social e culturalmente muito diferentes), fazem com que as pessoas se sintam, aos olhos do outro, menos estranhas. Por meio dessas *light interactions* elas adquirem informações sobre o outro, de forma a

⁵ Segundo Goffman (1999), o primeiro consiste em colocar o outro dentro de uma das várias categorias sociais; no segundo, o indivíduo é associado a uma identidade única e distinta que pressupõe o conhecimento de algumas das suas características.

saber se são ou não confiáveis. Esse tipo de interação ocorre com mais frequência nos ambientes em que práticas cotidianas se repetem, ou seja, nos espaços públicos que reúnem frequentadores regulares, como são os espaços públicos das áreas residenciais. Diferentes, portanto, dos espaços públicos centrais, que apesar de contarem com um grupo fixo, ou seja, que o frequenta com regularidade, o grande número faz com que a maioria seja, para o outro, anônima. Isso sem contar os transeuntes esporádicos que só fazem aumentar essa sensação de anonimato pouco propícia às interações.

Essas observações mostram que as interações que ocorrem no espaço público têm uma natureza distinta das interações próprias da esfera privada, marcadas pela intimidade e por laços fortes. As interações entre pessoas que não se conhecem são, em geral, mais formais e mais distanciadas. O perigo dessa indistinção é desvalorizar as interações no espaço público tendo como referência as interações que ocorrem na esfera privada.

A noção de *light interactions* nos faz retornar a Georg Simmel. As atitudes de reserva e o comportamento *blasé* podem ser pensados como formas de *light interactions*, até porque a maior quantidade, assim como o maior envolvimento nas interações, pode vir a comprometer a liberdade individual. Esta pode pressupor, desde o estar em público só (o direito à solidão), como também interações mediadas pela distância formal, nas quais o indivíduo não compromete a sua individualidade. O que está em jogo nas interações com estranhos é a dimensão pública da vida, preservando, assim, o lado mais íntimo, ou seja, a liberdade individual.

3. A diversidade dos espaços públicos e seus usos no contexto urbano atual

O que se percebe em Georg Simmel a respeito das interações nos espaços públicos não é a defesa de uma visão romântica, nem uma visão catastrófica ou pessimista. Para ele, tais interações são, por natureza, abertas a muitas possibilidades. Contudo, dadas as características do homem metropolitano, não se deve esperar interações imediatamente realizadas, ou seja, sem o anteparo das distâncias sociais. O homem metropolitano, para a sua própria sobrevivência e para a preservação da sua interioridade, precisa desse afastamento dos contatos aos quais é exposto cotidianamente.

A esse afastamento subjaz um princípio de liberdade que orienta as suas decisões. Em relação à forma como o homem metropolitano desfruta do seu tempo e

como se dispõe a usufruir dos *espaços públicos*, entendem os autores que é possível identificar, na época das mobilidades em que se vive, uma diversidade de espaços e formas de interação que não deve ser reduzida e representada de maneira homogênea.

De forma a mostrar sinteticamente a diversidade de contextos de interação que a ideia de espaços públicos comporta, propõe-se apresentar um exercício de tipologia que considera, não só o grau de interação que estes estimulam, mas também a sua durabilidade. Para tal análise, recorreu-se aos tipos-ideais de espaço público identificados por Tonkiss (2005), que visam analisar o sentido de estar com os outros em público (a praça, representando o sentido da pertença coletiva; o café, representando a troca social; e a rua, representando o encontro informal). No presente caso o que interessa é a adequação dada para uso público aos espaços urbanos concebidos com diferentes objetivos, segundo a sua condição de origem (públicos/privados) e o destino para que foram concebidos (jardim, *shopping centers*, praças).

Assim, tomam-se como primeiro tipo *os espaços urbanos programados para uso público*.

No âmbito do planeamento das cidades contemporâneas, os espaços públicos destinados ao usufruto lúdico têm um lugar indiscutível, quer em cidades planeadas, como são os casos de Belo Horizonte e Brasília, quer em cidades históricas com camadas de edificação e significados que remetem a várias épocas, como Lisboa, Porto ou Rio de Janeiro. As praças e os parques foram concebidos para usos diversos e anônimos, destinados a todos, mas, ao longo dos anos, foram alvo de múltiplos usos, que se vêm modificando assim como as populações que dele usufruem, tal como se sustentou em pontos anteriores.

Exemplos dessas novas apropriações de praças e parques urbanos foram detetados por pesquisas realizadas em várias cidades. Aqui vamos nos concentrar nos exemplos de Belo Horizonte e de Lisboa, aonde vimos realizando as nossas pesquisas. No estudo sobre praças de Belo Horizonte, identificaram-se, em diferentes bairros da cidade, usos muito diversos, decorrentes dos próprios contextos em que estão localizadas. A distinção mais relevante se verificou entre as praças de bairros e as praças centrais. As primeiras cumprem a função de um espaço de lazer local; já as centrais combinam diferentes usos, frequentadores e mesmo especializações. Em algumas destas últimas são realizadas feiras; em outras são comuns os usos culturais com apresentações de teatros, músicas, danças; outras são utilizadas para atividades físicas. Em diferentes horas do dia, os usos se modificam: nas manhãs preponderam os

usos pelas crianças e pelos idosos; nos horários do almoço muitos trabalhadores usam as praças para sua sesta; à tarde e principalmente à noite, a presença maior é de jovens; no período da noite e em bairros com pouca presença policial é comum o uso das praças para consumo e tráfico de drogas. Já algumas praças centrais são muito frequentadas à noite por prostitutas e travestis. As praças centrais também desempenham um papel turístico e simbólico nas cidades, sendo constantemente utilizadas para eventos oficiais, assim como para manifestações civis, dada a visibilidade que apresentam. Essas breves considerações mostram que os espaços e os seus usos, nesse caso específico as praças, não são homogêneos.

No caso de Lisboa, as pesquisas têm trazido informações preciosas sobre as dinâmicas de tais espaços urbanos programados para usufruto lúdico e não diferem substancialmente do que foi encontrado em Belo Horizonte. É o caso do estudo sobre o Jardim da Estrela, parque no coração da cidade de Lisboa (Gomes, 2008), concebido como área verde de ligação entre zonas de instalação da burguesia lisboeta no final do século XIX (Campo de Ourique, Estrela, Rato) e perto de zonas simbólicas da cidade (da Basílica da Estrela e da atual Assembleia da República, onde tem residência oficial o Primeiro-Ministro). Pensado como área de recreio para as populações das redondezas e preservado como um dos mais característicos parques públicos da cidade, o jardim de hoje é utilizado por uma multiplicidade de populações que lhe dão distintos usos, consoante a hora do dia, o dia da semana e os indivíduos que o procuram. Maria João Gomes chega à conclusão de que há uma clara distinção entre quem usa o jardim como zona de passagem na circulação urbana e quem dele se apropria como lugar de permanência mais ou menos demorada. Conclui ainda que, em grande parte, essa distinção tem a ver com o uso mais passageiro que lhe é dado pelos que trabalham e usam a zona e por aqui passam, e o uso mais permanente que, por contraste, lhe é dado por moradores das redondezas e outros utilizadores que tomam o jardim da Estrela como lugar de lazer da cidade.

Também o significado e o uso dado à rua como lugar de encontro, de passagem ou de instalação foi alvo de investigação centrada na cidade de Lisboa (Cordeiro e Vidal, 2008) e revelou igualmente a forma distinta como os grupos sociais dele fazem uso. Os autores introduzem a temática da rua na pesquisa urbana dizendo que “as realidades concretas que são trabalhadas (...) – os espaços, as situações, os atores os processos – abrem novas perspectivas para o debate em torno de um tópico tão falado mas, paradoxalmente, tão pouco conhecido. Trata-se de revelar o sentido que a

interacção urbana quotidiana adquire para cada cidadão, nos lugares que habita e percorre, nos papéis que desempenha, nas representações que fabrica. É a rua à escala de quem a vive o que nos interessa descobrir, discutir e problematizar – a rua como lugar onde se fabricam interações, onde se produz sociedade, a rua que tantas vezes se inventa para além do enquadramento urbanístico que a envolve que assim nos surpreende” (Cordeiro e Vidal, 2008: 9).

O que esses investigadores salientam é a necessidade de conhecer essas facetas do mundo urbano, afinal tão pouco conhecidas e que têm no enquadramento urbanístico das cidades contemporâneas o seu ponto de partida. O seu desconhecimento pode precisamente ter por base as leituras feitas a partir da macroescala que, não baixando o olhar *de perto*, ignoram essas microescalas tão intensas quanto inesperadas.

Fica claro, tanto nesse caso quanto no exemplo anterior, que a questão não é a *morte dos espaços públicos*, mas uma multiplicidade de usos e de protagonistas que se apropriam de tais territórios.

Tem-se, como segundo tipo, *os novos espaços de consumo de acesso público*. Com a emergência das catedrais do consumo, a que se refere Ritzer (2010), como elemento organizador da vida nas sociedades contemporâneas, estas vão ocupando um lugar cada vez mais central na estruturação dos fluxos das metrópoles de hoje, sendo claro que não só os *shopping centers*, mas também os estádios desportivos e os parques temáticos afiguram-se como lugares de acesso público que rivalizam com as formas tradicionais de encontro e de lazer.

Em Belo Horizonte, e também na sua região metropolitana, dois espaços emblemáticos da cidade foram transformados em corredores culturais: um já implantado e outro em processo de implantação. O primeiro, em uma praça simbólica da cidade, a Praça da Liberdade, onde antes se localizavam o Palácio do Governo e as secretarias de Estado, hoje transformados em centros culturais e museus. Nesse caso assistiu-se a uma clara elitização do espaço, via sua reforma, primeiro com a retirada das feiras de artesanato e artes, e depois com a proibição do comércio ambulante. Posteriormente, o controle dos usos e do comportamento se fez presente na rotina diária dos seus frequentadores. A presença constante da Polícia Militar e da Guarda Municipal impede os usos considerados como *indesejáveis*, tais como: sentar na grama, deitar nos bancos e comercializar qualquer produto, entre outros. Soma-se a isso a sua ocupação pelos moradores do entorno, grupos de média e alta renda, que impõem, com a sua presença, um estilo próprio de frequentar a praça. Esse grupo utiliza a praça principalmente para

caminhadas. A diversidade se faz presente nos dias de festividades. Por ser uma praça central e simbólica, ali acontecem muitos eventos culturais, sobretudo nos finais de semana. De toda forma, trata-se de uma diversidade relativa em função das programações que têm como referência o gosto das classes médias. No caso do corredor da Praça da Estação, localizada numa parte comercial da cidade, com fluxo intenso de pessoas de toda a região metropolitana durante o dia e muitos moradores de rua durante a noite, a sua implantação, ainda em curso, vem enfrentando um processo tenso de negociação com os grupos culturais que ali estão instalados e que se opõem radicalmente às políticas de *gentrificação* e ao controle dos seus usos por parte do Estado. Esse coletivo, que promove diversas ocupações na praça e no seu entorno, tem como bandeira o uso livre do espaço público, e, em relação à proposta da prefeitura de implantação de um corredor cultural, argumentam que *o corredor cultural já existe*.

No caso português, o exemplo do Parque das Nações (Pereira, 2013) traz para o debate o planejamento de espaços públicos metropolitanos onde confluem os residentes, os protagonistas da vida dos negócios e os visitantes frequentes, nomeadamente da Área Metropolitana de Lisboa (o caso dos ciclistas de fim de semana é um exemplo). Sem menos importância têm presença os visitantes nacionais e internacionais que a procuram como atração metropolitana. A memória do passado industrial e portuário recente dessa zona da cidade, que só em 1998 passa a uma condição de plenitude urbana, desaparece por completo. O conceito que está por trás da edificação do atual Parque das Nações, seguro e sanitizado, remete a uma premissa com grande impacto: estimular uma experiência cotidiana menos estressante. A ideia que se constrói com a Expo'98 e depois com o Parque das Nações é a de que as sociabilidades a desenvolver nesse contexto devem, tal como a área edificada, estar programadas, de modo a não existirem alterações imprevistas nas dinâmicas cotidianas. E daí um cartaz público de atividades de rua e nos vários espaços de lazer edificados para o efeito recheado de animação, evitando os tempos mortos e uma certa espontaneidade que introduziria um fator de instabilidade nessa lógica programada.

Nessa destinação do Parque das Nações como zona para viver e para usufruir, a programação dos espaços públicos é central. Está no espírito da iniciativa desenvolver um *sensu de lazer* (Degen, 2008), ligado às glórias portuguesas passadas, e que tal como também acontece em muitas outras cidades com frentes-de-água (*waterfront*) urbanas e metropolitanas, dispõe de equipamentos culturais, de lazer e de consumo, limpos e seguros. Com uma forte carga estética que procura dar a esse território um caráter

distintivo, procura-se estimular o gosto pela arte, integrando-a numa estratégia de elitização territorial que reproduz desigualdades antigas e cria também oportunidades de acesso a consumos anteriormente vedados a muitos grupos sociais. A centralidade do *shopping center* não é um acaso nessa área planeada da metrópole, mas uma porta de entrada para o consumo cultural. Vale a pena salientar que os equipamentos culturais da zona do Parque das Nações estão dispostos fisicamente na continuidade do centro comercial, ligando práticas de consumo cultural e necessidades cotidianas de consumo.

Por fim, apresentamos como terceiro tipo os *espaços informais de origem privada integrados no circuito metropolitano*. Resultantes da iniciativa privada, tais lugares são apropriados, com maior ou menor intensidade, enquanto lugares de encontro de grupos específicos. À medida que vão ganhando alguma particularidade que os torne relevantes, entram no circuito metropolitano. Exemplos tão díspares, caros a distintos grupos de interesse, como cafés, cinemas, lojas, sedes associativas ou mesmo casas-museu, são frequentes no cotidiano das cidades como lugares de visita, de estadia e de encontro.

São lugares que partem de uma condição privada e que vão se tornando espaços de acesso público, sendo que alguns acabam se transformando em símbolos de uma geração, de uma cultura, de uma cidade.

Em Belo Horizonte, na década de 1980, ocorreu um movimento de defesa do Cine Metrópole que funcionava no prédio do antigo teatro da cidade. Essa manifestação, que não logrou sucesso em relação à manutenção do cinema, foi o ponto de partida para um movimento de defesa do patrimônio da cidade em processo de acelerada destruição, assim como a defesa dos seus espaços públicos (Andrade e Esteves, 2002). Nos anos 2000 emerge outro movimento em favor de um espaço privado, mas cujos usos são de natureza pública. Trata-se do Mercado Central, ícone da cultura local, uma vez que ali se comercializam produtos de todo o estado, algo muito distinto do que se encontra nos *shopping centers* e em outras lojas da cidade. Mais do que isso, porém, o Mercado é conhecido por facilitar as interações entre estranhos. Trata-se de um espaço muito propício ao encontro e à interação com o outro. O estopim do movimento nas redes sociais foi a instalação de uma loja de eletrodomésticos que muito se diferenciava das lojas e do comércio que se fazia no Mercado e que foi interpretada, pelos seus defensores, como a abertura para a transformação do Mercado em um *shopping center* (Andrade, 2008).

O caso da derrubada do cinema Monumental, no largo Duque de Saldanha, em Lisboa, e o movimento social que provocou, nos anos 80 do século XX, entre a elite cultural lisboeta, defendendo o tombamento do edifício para garantir a sua perpetuação e o seu uso, é um outro exemplo de defesa de espaços que, ainda que privados, desempenham uma importante função pública. Mais que uma sala de cinema, o que estava em causa era o ponto de encontro, central na cidade de então, que se perdia no circuito da metrópole (Carvalho, 2006).

Em comum nos trabalhos realizados em Belo Horizonte e em Lisboa encontram-se, entre os frequentadores desses cinemas, referências a um tipo de sociabilidade que se teria perdido com a entrada dos *cinemas de rua* para o interior dos *shopping centers*. Aglomerando-se na rua à porta do cinema, produzindo o ponto de encontro visível entre aficionados, um público massivamente escolarizado e jovem, conheceu expressão em muitas cidades nos anos 60 e 70 do século passado. Essa prática temporalmente bem situada, mas cuja durabilidade se revela limitada, é um dos exemplos de como tais espaços informais ocupam lugar de destaque na vida da cidade.

Ainda que se trate de propriedade privada, esses espaços públicos têm uma importância crucial na compreensão das nossas cidades porque correspondem ao pulsar da vida local, nas suas várias escalas, e permitem captar instantâneos dos movimentos sociais que vão se expressando em diferentes tempos da metrópole, sejam movimentos políticos, sejam culturais ou sejam de outro tipo.

Conclusões

Retomando as ideias de Tonkiss (2005: 72) diremos que “o princípio ideal do espaço público assenta na igualdade do acesso (...), mas a vida real dos espaços públicos sugere-nos que estes não são apenas constituídos em termos de acesso mas também são organizados através de formas de controlo e exclusão”.

E aqui é necessário distinguir entre o plano ideal das discussões sobre o espaço público, muito devedoras da visão habermasiana de *esfera pública*, e a dimensão prática da vivência dos espaços públicos, lugares de interesse comum para usufruto coletivo. Essa distinção de carácter operativo em nada contraria a necessidade de os articular. Assim, o debate que se propõe na parte inicial deste artigo é crucial para uma interpretação clarificadora das realidades cotidianas que, em seguida, se apresentaram por meio de alguns exemplos de pesquisas realizadas em Belo Horizonte e em Lisboa.

Isso não significa, no entanto, atribuir ao empírico valor superior ao teórico. Afinal, o risco teoricista é tão real como o risco empiricista. Daí que o trabalho central dos sociólogos seja o de criar estratégias de compreensão do real a partir dos instrumentos teóricos, metodológicos e conceptuais ao nosso dispor, de modo a melhorar a capacidade de análise de fenômenos mutantes, próprios do tempo da *sociedade das mobilidades*.

Em síntese, diremos que às teorias que pregam a morte do espaço público contrapõem-se outras teorias tributárias do legado simmeliano, ou seja, centradas na natureza das interações entre estranhos.

E daqui se pode concluir que, nesta época dos lazeres globalizados, a diversidade de experiências que se podem identificar como acontecendo em espaços públicos é tão ampla que exige do investigador um cuidado particular no entendimento e na classificação desse fenômeno (Baptista, 2005). Tal constatação levou a propor um exercício tipológico em que se considera que o uso público de espaços urbanos implica, para além do melhor conhecimento do que ocorre nos clássicos exemplos do espaço público de iniciativa governamental, conhecer também os novos espaços de consumo de acesso público e os espaços informais de origem privada. Parte desses espaços, como nos exemplos aqui citados, proporcionam diferentes graus de interação com durabilidades distintas, mas muito próprias dos espaços públicos, o que leva a priorizá-las na própria definição dos espaços públicos em detrimento da propriedade, se pública ou privada.

Tendo tomado como referência empírica a experiência de Belo Horizonte, de modo articulado com a de Lisboa, procurou-se trazer para este artigo o exemplo de pesquisas que ilustrem de modo evidente as dinâmicas mais reveladoras da transformação dos espaços públicos. Parece ser decisivo para analisar os espaços públicos, como domínio central da transformação urbana das nossas sociedades, que se tenha a capacidade para os olhar de forma abrangente e detalhada, contrariando o efeito simplificador que a tese do fim do espaço público tem produzido no campo científico e na intervenção pública.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Luciana T. (2008), “Espaços semipúblicos como patrimônios imateriais”, in *SILACC 2008 – Simpósio Latino Americano de Cidade e Cultura: Reflexões e Projatualidade Hoje*, Santa Fé, Universidad del Litoral, outubro 2008.
- ANDRADE, Luciana T.; ESTEVES, Paulo. L. (2002), “Negociações urbanas: gestão de conflitos em torno do patrimônio”, in Edésio Fernandes e Jurema Rugani (orgs.), *Cidade, memória e legislação: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico*, Belo Horizonte, IAB/MG, pp. 169-180.
- ANDRADE, Luciana T.; JAYME, Juliana G.; ALMEIDA, Rachel C. (2009), “Espaços públicos: novas sociabilidades, novos controles”, *Cadernos Metrópole*, 21, pp. 131-153.
- BAPTISTA, Luís Vicente (2005), “Territórios lúdicos (e o que torna lúdico um território): ensaiando um ponto de partida”, *Fórum Sociológico*, 2ª série, 13/14, pp. 47-58.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio (2000), *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*, São Paulo, Editora 34/Edusp.
- CARVALHO, Paula (2006), *Percursos da construção em Lisboa. Do Cine-Teatro Monumental ao Edifício Monumental: Estudo de caso*, Tese de Licenciatura em Sociologia, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- CORDEIRO, Graça; VIDAL, Frederic (orgs.) (2008), *A rua: espaço, tempo, sociabilidade*, Lisboa, Livros Horizonte.
- DAVIS, Mike (1993), *Cidade de quartzo: escavando o futuro em Los Angeles*, São Paulo, Scritta.
- DEGEN, M. M. (2008), *Sensing cities: regenerating public life in Barcelona and Manchester*, London, Routledge.
- GOFFMAN, Erving (1999), “A ordem da interação”, in Yves Winkin (org.), *Os momentos e seus homens*, Lisboa, Relógio d’ Água, pp. 99-107.
- GOMES, Maria João Monteiro (2008), *O lugar público na cidade contemporânea. O caso particular do Jardim da Estrela*, Dissertação de Mestrado em Ecologia Humana, Évora, Universidade de Évora.
- LEITE, Rogério P. (2004), *Contra-usos da cidade. Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*, Campinas, Editora da Unicamp & Aracajú, Editora UFS.
- PEREIRA, P. (2013), *O Parque das Nações em Lisboa: uma montra da metrópole à Beira-Tejo*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- RITZER, Georg (2010), *Enchanting a disenchanted world: continuity and change in the cathedrals of consumption*, Thousand Oaks, Pine Forge Press.
- SALCEDO HANSEN, Rodrigo (2002), “El espacio público en el debate actual: una reflexión crítica sobre el urbanismo post-moderno”, *EURE*, 28 (84), pp. 5-19.

SENNETT, Richard (1988), *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*, São Paulo, Companhia das Letras.

SIMMEL, Georg (2005), “As grandes cidades e a vida do espírito”, *Mana*, 11 (2), [Consult. a 12.04.2013]. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000200010>.

TONKISS, Fran (2005), *Space, the city and social theory*, Oxford, Polity Press.

VAN EIJK, Gwen; ENGBERSEN, Radboud (2011), “Facilitating ‘light’ social interactions in public space: a collaborative study in a Dutch urban renewal neighbourhood”, *Journal of Urban Regeneration and Renewal*, 5 (1), pp. 35-50.

Luciana Teixeira de Andrade. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) (Minas Gerais, Brasil). Pesquisadora da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais (Fapemig), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Observatório das Metrôpoles. Bolsista Capes Proc. n. 9452/13-3. *E-mail*: landrade@pucminas.br.

Luís Vicente Baptista (autor de correspondência). Professor do Departamento de Sociologia e Pesquisador do Centro de Estudos de Sociologia (CESNOVA), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Lisboa, Portugal). Endereço de correspondência: Avenida de Berna 26-C, 1069-061 Lisboa. *E-mail*: luisv.baptista@fcsh.unl.pt.

Artigo recebido a 11 de janeiro de 2014. Publicação aprovada a 13 de abril de 2014.

Rendimento Social de Inserção, tolerância zero: o embrutecimento do estado

Ricardo Sá Ferreira

Sociólogo

Resumo | Desde o seu surgimento, o Rendimento Social de Inserção (RSI) tem sido pretexto para o desenvolvimento de um pânico moral. No espaço público e no campo mediático, multiplicam-se discursos que difundem concepções em torno do RSI e dos seus beneficiários, caracterizando-os como “laxistas” e “fraudulentos”, e ganha terreno uma crescente política de penalização, assente na prática institucional de *workfare*. Tomando os discursos em torno do RSI como objeto de análise, analisamos o processo social da sua construção e as suas implicações em termos de dominação simbólica fulcrais para a transformação do Estado-Providência em Estado-Penitência.

Palavras-chave: Rendimento Social de Inserção; Estado-Providência; Estado Penal.

Abstract | *Social Insertion Benefit, zero tolerance: the coarsening of the state*

In the past years, we have witnessed the rise of a moral panic in turn of the Social Insertion Benefit (SIB). Clever speeches are articulated, the ink runs in newspapers and the conceptions in turn of the Social Insertion Benefit and its beneficiaries are multiplied, characterizing them as “lax” and “fraudulent”, giving rise to a growing political penalty, based on the institutional practice of *workfare*. It is with the discourses surrounding the SIB as case study that we focus our object of analysis, showing the process of social construction and its implications in terms of symbolic domination, which are central to the transformation of the welfare state into a Penal State.

Keywords: Social Insertion Benefit; Welfare state; Penal State.

Résumé

Revenu Social d'Insertion, tolérance zero: la brutalité de L'Etat

Depuis sa création, le Revenu Social d'Insertion (RSI) a servi de prétexte pour le développement d'une panique morale. Dans l'espace public et dans le champ médiatique, se multiplient les discours qui propagent conceptions sur le RSI et ses bénéficiaires, en les qualifiant de "laxistes" et "frauduleux" et une politique de sanction gagne du terrain, sur la base de la pratique institutionnelle du *workfare*. Prenant le discours sur le RSI en tant qu'objet d'analyse, nous avons analysé le processus social de leur construction et leurs implications en termes de domination symbolique, essentielle dans la transformation de l'État-providence dans l'État-pénitence.

Mots-clés: Revenu Social d'Insertion; État Providence; État Pénal.

Resumen

Rendimiento Social de Inserción, tolerancia cero: el embrutecimiento del estado

Desde hace unos años, hemos presenciado el surgimiento de un pánico moral en torno del Rendimiento Social de Inserción (RSI). Articulan-se discursos inteligentes, la tinta se agota en los periódicos y se multiplican las concesiones alrededor del RSI y sus beneficiarios, caracterizándolos como "perezoso" y "fraudulento" y una creciente penalización política, basada en la práctica institucional de *workfare*. Es con los discursos que rodean el RSI como caso de estudio, enfocamos nuestro objeto de análisis, que muestra el proceso de construcción social y sus implicaciones en términos de dominación simbólica fundamental para la transformación del Estado de Bienestar en la Estado Penitenciario.

Palabras-clave: Rendimiento Social de Inserción; Estado de Bienestar; Estado Penitenciario.

1. Rendimento Mínimo Garantido e o Estado Social: a extensão da democracia

A criação do Rendimento Social de Inserção (RSI)¹ insere-se numa "nova geração" de políticas sociais, baseada na promoção e na capacitação de cada cidadão(ã) tendo em conta as redes de relações sociais em que se inserem, a sua posição na estruturação das classes e, sobretudo, as modalidades de participação e de exercício de poder, assim superando as políticas estritamente economicistas (Fernandes, 1991: 10). Esta medida tem na base a percepção de que a pobreza é uma privação de direitos de cidadania que tanto pode ser herdada, como adquirida, e não uma doença social (Fernandes, 1991: 45). A pobreza deixa de ser uma questão individual e transfere-se para o domínio coletivo, como um problema de democracia.

¹ Antigo Rendimento Mínimo Garantido, criado em 1996.

Apesar do recorte inovador desta medida, desde há uns anos para cá temos testemunhado o ascender de um pânico moral em torno do RSI, que enche hábeis discursos políticos e faz correr tinta nos jornais, caracterizando o RSI e os seus beneficiários como “laxistas”, “fraudulentos” e “malandros”. O debate e a caracterização negativa dos beneficiários do RSI alcançou proporções diametralmente opostas ao seu encargo monetário, criando um clima de *tolerância zero*. A construção e a proliferação destas representações, reproduzidas por atores sociais e amplificadas pela imprensa, edificaram um imaginário sobre os beneficiários do RSI que se transformou numa matéria empírica e socialmente indefensável. Este processo de estigmatização do RSI tem tido um duplo efeito: primeiro, descredibiliza este mecanismo social de forma a legitimar o seu subfinanciamento, a restringir o acesso à medida e subseqüente desmantelamento; segundo, introduz nuances discursivas que retiram legitimidade às políticas sociais, visando uma transformação de um Estado Social num Estado Penitenciário (Wacquant, 2000, 2003).

O bombardeamento simbólico, ideológico e estigmatizante dos beneficiários do RSI tem legitimado, como veremos, alterações na estrutura estatal das políticas sociais, inscrevendo, de forma silenciosa, uma alteração na conceção e no papel do Estado-Providência, que, no meio da tempestade da economia global, converteu o debate da crise financeira num debate centrado numa crise de valores, erguendo uma nova *doxa* punitiva. O enfraquecimento do Estado Social não é só expresso nos cortes do financiamento, mas numa individualização dos riscos sociais, num maior controlo autoritário e num aumento da exclusão social, da pobreza e da desigualdade (Esping-Andersen, 1990: 35).

2. Do Rendimento Mínimo ao Rendimento Social de Inserção: avanço ou retrocesso?

O surgimento do Rendimento Mínimo Garantido (RMG) nos países da União Europeia (UE) deriva dos níveis intoleráveis de pobreza e de exclusão social que provocaram profundas fraturas sociais (Rodrigues, 2010b; Guerra, 1997; Lourenço, 2005: 137). A sua implementação inaugura uma “nova geração” de políticas sociais, criando um novo conceito de ação social que é baseado na ideia da promoção, apoiando o desenvolvimento de cada cidadão(ã). O RMG não só tinha como objetivo atenuar a

pobreza e inserir socialmente pessoas excluídas, mas também reforçar a coesão social ao reforçar a própria cidadania

Este novo mecanismo social caracterizava-se por três pilares que rompiam com o antigo sistema de políticas sociais, ao aplicar uma nova metodologia de intervenção e a construção de uma rede de apoio: primeiro, promovendo “um conceito de cidadania que incluísse o direito ao trabalho e o direito a um rendimento mínimo”; segundo, reconhecendo a “importância da igualdade de oportunidades como uma forma de combater as desigualdades e a fragmentação social”; e, por último, adotando “uma abordagem mobilizadora para erradicar a pobreza e a exclusão social” (Batista e Cabrita, 2009: 5)

Ao aplicar esta nova metodologia, o RMG construía uma nova modalidade de funcionamento do Estado-Providência assente na “intervenção e construção de uma rede de apoio social activo e preventivo” e, simultaneamente, “diferenciando os apoios em função das necessidades dos beneficiários” e incrementando a “participação activa de muitos dos que tenderiam a reduzir-se à condição de ‘assistidos’ (Rodrigues, 2010a: 213). Adicionalmente, a sua vertente pecuniária dava um limiar mínimo de estabilidade monetária e a possibilidade de criação de um projeto de vida minimamente sedimentado para além do programa de inserção (Rodrigues, 2010a: 213). Analisado por Batista e Cabrita (2009: 6), o RMG foi a “primeira medida a colmatar a falta de um rendimento mínimo de subsistência para quem não tem quaisquer recursos, independentemente de terem pago ou não contribuições para o sistema de segurança social, e, simultaneamente, a dar resposta a uma série de necessidades que se encontram claramente no domínio da activação social, mas não se limitam à activação laboral”.

Com a eleição da uma coligação de centro-direita nos inícios de 2002, o executivo da coligação PSD-CDS/PP preparou o caminho para um período de retrocesso ideológico em relação à filosofia originária do RMG (Batista e Cabrita, 2009: 7). Utilizando as críticas em torno da implementação da medida, o novo governo, pela mão do Ministro Bagão Félix, propôs substituir o RMG pelo RSI.

A nova filosofia estabelecida para o RSI insere-se no contexto das políticas de “ativação”, ou seja, do “*workfare*”. A introdução de novos mecanismos de controlo tem como objetivos aumentar a sua eficácia e alcançar a sua “moralização”, o que, nas palavras do Ministro do Trabalho e da Segurança Social, representa um “objetivo nobre” através da responsabilização individual (Batista e Cabrita, 2009: 7). Existe uma

mudança de um paradigma de responsabilidade coletiva para um outro de responsabilidade individual, típico da ideologia neoliberal.

As alterações efetuadas instauraram mais mecanismos de controlo, com o objetivo de não deixar que a medida se tornasse um modo de vida, reforçando a inspeção. As falhas nos processos de implementação e aplicação do RMG, nomeadamente a incapacidade de inspeção, abriram o espaço público para o debate sobre a “justiça” desta medida. (Batista e Babrita, 2009: 7)

3. Crise financeira: a austeridade no Rendimento Social de Inserção

Os primeiros contornos de restrição e austeridade aplicada ao RSI iniciaram-se com a crise financeira. A preocupação do Governo em reduzir a despesa pública norteou alterações legislativas que modificaram as condições de acesso, bem como os recursos com os quais os beneficiários podiam contar. Daí se conclui que o Decreto 70/2010 “veio claramente reduzir a eficácia desta medida de política social na redução da intensidade e severidade da pobreza” (Fernandes, 2012: 9). Em maio de 2011, o executivo do Partido Socialista anuncia, pelo seu primeiro-ministro José Sócrates, um acordo de resgate com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Central Europeu (BCE) e a Comissão Europeia (CE), que constituem a designada *Troika*. No Programa de Assistência Financeira a Portugal estão inscritas políticas fiscais e sociais de austeridade – assentes no corte da despesa e na redução do défice –, que são aplicadas de forma a Portugal continuar a receber financiamento externo. Intensifica-se a política de austeridade, assente na redução dos encargos do Estado na saúde, na educação e nas políticas sociais, que desmantela, passo a passo, o Estado Social. Após a intervenção externa, é eleito um governo, de cariz neoliberal, integrado pelo Partido Social Democrata (PSD) e pelo CDS - Partido Popular (CDS-PP), que preconizou uma maior liberalização da economia e das prestações sociais, aumentando os níveis de pobreza e de desemprego a níveis recorde e sem nunca conseguir reduzir a dívida externa, antes pelo contrário, aumentando-a. A crise financeira converte-se numa crise da própria legitimidade do contrato social entre a sociedade e o Estado, pretexto para dispensar as políticas sociais e abandonar os valores do universalismo e da solidariedade, tudo em nome da dívida (Habermas, 1976). Portugal passa a ter o segundo maior encargo fiscal no mundo, ao mesmo tempo que se reduzem as prestações

sociais (ex. subsídio de desemprego e o RSI): o Estado Social é substituído por um *Estado Penitenciário* que tira tudo e não assegura quase nada.

Assim, esta orientação tem vindo a consubstanciar as teses defendidas por Wacquant (2000) e Bauman (1998) assentes na mudança paradigmática do Estado Social para um Estado Penitenciário (Ferreira, 2011: 36). Para estes autores, o modelo norte-americano da “lei e ordem” seria induzido pela crise da legitimidade do Estado Social, que, não podendo financiar os padrões de proteção social, promoveria uma retórica assente no recalcar de expectativas em matéria social, germinando um modelo de segurança penal que ganharia legitimidade (Ferreira, 2011: 36). Com os cortes nas prestações sociais e o aumento da fiscalização das mesmas, a *mão esquerda do Estado* – educação, assistência social, saúde – é suplantada pela regulação *da mão direita do Estado*, tendo proeminência a polícia e os tribunais (Bourdieu, 1993: 219-28; Bourdieu, 1999: 9-15).

Numa sociedade dilacerada pela austeridade, o medo é um mecanismo de articulação entre estruturas sociais e indivíduos, estruturando as interações sociais e é fonte de identidades coletivas e individuais (Elias, 1994: 195). A gestão do medo é estruturante porque é o mecanismo de legitimação de alterações profundas nas políticas sociais. O medo, enquanto mecanismo emocional desencadeado por uma ameaça face à qual as pessoas se sentem sem poder, torna-se “instrumental para a prossecução dos interesses dos que procuram uma intensificação do controlo social e uma legitimação da desigual distribuição do poder e do bem-estar” (Innerarity, 2006: 176; Ferreira, 2011: 56).

Ao gerar um clima social e cultural que exprime uma tendência e organiza atitudes e expectativas em torno das funções do Estado, o medo está na base de uma legitimação induzida pela previsão de cenários catastróficos – nomeadamente associados ao descalabro financeiro –, legitimando a imposição de medidas de austeridade e de exceção (Ferreira, 2011: 56). Enquanto fonte de legitimidade, o medo está na base da construção de um regime paradoxal de causalidade, em que numa sociedade sob austeridade, é um mecanismo que traduz um problema estrutural num problema individual (Ferreira, 2011: 56; Fernandes, 1991; Somers, 2008: 3). Assim, o clima da austeridade é catalisador de profundas transformações nas políticas sociais, nomeadamente no RSI.

Na curta existência do RSI, verificamos uma mudança paulatina de políticas de inserção social do paradigma de *welfare*, para uma política social de ativação do

paradigma de *workfare*. Recentemente temos vindo a testemunhar uma crescente disponibilização de mecanismos de controlo fiscal e social, em que a prestação social em questão passa de um mecanismo de inserção para um mecanismo de regulação, de controlo e de moralização dos beneficiários. Isto é visível ao verificarmos a passagem da penalização de 12 para 24 meses, se o beneficiário recusar de forma injustificada uma oferta de emprego considerado “conveniente”, um trabalho dito “socialmente necessário” ou a frequência de uma formação profissional. Além disto, com o pretexto de “voltar a habituar (os beneficiários) às exigências do mundo do trabalho”, são acionadas políticas de disciplina laboral, uma vez que os beneficiários têm que trabalhar pelo menos 15 horas semanais. Este processo é legitimado pela *doxa* de que “não existem direitos sociais sem deveres”, o que significa que o acesso a uma prestação social acarreta um conjunto de obrigações que o Estado exige ao beneficiário. Esta perspetiva representa um marco: concebe-se os direitos e as obrigações em termos individuais, sustentando uma retração em termos de direitos porque a obrigação que é imposta não oferece possibilidade de recusa (Goodin, 1998). Para Standing (1999), o problema é que as obrigações não estão igualmente distribuídas, o que compromete o carácter igualitário e universal da cidadania. Apenas aos beneficiários são impostas obrigações e, caso não as aceitem, ficam sem a prestação financeira do RSI, o que transforma a medida num não-direito.

A própria falta de investimento das instituições públicas – nomeadamente nos Núcleos de Inserção – torna a relação entre direitos e deveres unilateral, já que o Estado e as suas instituições têm o direito de suspender a prestação mas não cumprem a sua obrigação de criar oportunidades de inserção. Da mesma maneira, a imposição de trabalho, quando não acompanhada por medidas de garantia de emprego, não permite uma igualdade de oportunidades, já que não existe emprego para toda a gente (Standing, 1999: 318).

4. Gerar pânico: os média e o Rendimento Social de Inserção

O senso comum é um produto da história (Gramsci, 1995: 14). Em todos os momentos históricos existe um senso comum, que gera um entendimento alargado e explicativo da vida social e das ideias que a rodeia, ideias estas que não vivem sem organização. No momento atual, produzem-se interpretações naturalistas, individualistas e etnocentristas da exclusão social que sustentam visões estereotipadas

de certos grupos sociais, caracterizadas pelo total desconhecimento dos processos sociais que geram a (re)produção da vulnerabilidade social (Pinto, 1985). No período sob análise, o individualismo constitui um elemento estruturador da matriz ideológica do neoliberalismo. Hoje impera a ideia de que a sociedade é constituída por um aglomerado de pessoas e que a prossecução dos seus interesses numa lógica individualizante é a única garantia para um coletivo harmonioso. Esta ideia funcionou – e funciona – como postulado central, não só do senso comum, mas da filosofia política.

Os problemas sociais não têm o mesmo impacto ou importância, não são todos igualmente mediáticos. Assim sendo, o campo jornalístico opera um verdadeiro trabalho de construção. Nesta perspetiva, uma parte dos *males* evidentes na representação pública são fabricados explicitamente por interessar aos jornalistas (Champagne, 1991). Os média são geradores e amplificadores de pânico morais e têm três papéis nos dramas do pânico moral: 1) *definir a agenda*, ao selecionar os eventos desviantes ou socialmente problemáticos como material noticioso, selecionando quais desses eventos são potenciais candidatos ao pânico moral; 2) *transmitir imagens*, dando a conhecer as reivindicações de quem incentiva ou acentua a retórica dos pânico morais; ou 3) *quebrar o silêncio*, ao divulgar e expor casos (Cohen, 2002: xxviii-xxix).

Os sucessivos cortes no Estado têm vindo a ser acompanhados com a construção de um clima de desconfiança social. O senso comum – a ideia de que um vastíssimo número de pessoas obtém o RSI de forma fraudulenta – ganha credibilidade. O Governo confirma essa representação através de práticas institucionais (através da lei e do reforço de controlo administrativo), cujo objetivo seria “separar o trigo do joio”. As mudanças legais assumem, a par com a cultura pública, a noção de que todos os beneficiários do RSI são fraudulentos. Um pânico moral não implica que algo tenha acontecido e a reação baseada na histeria, na desilusão ou na ilusão, é criada pelo exagero do problema, tanto no seu cerne como em comparação com outros problemas (Cohen, 2002: vii). Na sua abordagem dos incidentes por parte dos média, Stanley Cohen sistematiza um inventário baseado na premissa de que “as reações desenrolam-se na base dessas imagens processadas: as pessoas ficam indignadas ou importunadas, formulam teorias e planos, fazem discursos, escrevem cartas aos jornais” (Cohen, 2002: 30). O inventário dos média pauta-se por quatro características fundamentais: o *exagero*, a *distorção*, o *prognóstico* e a *simbolização* (Cohen, 2002).

A *distorção* está ligada ao estilo de apresentação das notícias acerca dos incidentes, ao modo de construir o desvio através de títulos sensacionalistas (Guerra,

2002). No campo da distorção sensacionalista dos beneficiários do RSI verificamos o recurso à generalização e ao uso sistemático de termos desvalorizantes, tais como “malandros”, “preguiçosos” e “inúteis”. Stanley Cohen (2002) ainda destaca um outro veículo de distorção que se baseia nos rumores. A dinâmica de publicação da imprensa noticiosa é operada pela repetição exaustiva de histórias falsas, com o intuito de divulgar histórias não confirmadas (Cohen, 2002: 33).

O *exagero* exhibe-se pela amplificação dos elementos noticiosos, em que o maior tipo de distorção reside no exagero excessivo dos eventos, dos números associados e da violência em torno das notícias. O exagero das reportagens noticiosas emerge como “uma característica não apenas das notícias acerca do crime como um todo, mas dos inventários dos média em eventos como protestos políticos, distúrbios radicais, etc.” (Cohen, 2002: 31).

Como elemento do inventário, o *prognóstico* desempenha o papel de desdobrar representações sociais, na medida em que, implicitamente, o sucedido nas notícias irá acontecer novamente sendo que “os prognósticos efetuados na fase do inventário tornam a forma das afirmações de figuras locais, tais como os homens de negócio, as autoridades autárquicas e o porta-voz da polícia acerca do que deve ser feito da ‘próxima vez’ ou as precauções imediatas que devem ser tomadas” (Cohen, 2002: 31). Os prognósticos em torno do pedido e uso fraudulento do RSI são denunciados, grande parte das vezes, por porta-vozes partidários, no decorrer das campanhas eleitorais.

O último elemento do inventário é o *poder simbólico*, o qual exerce-se através de uma articulação entre palavras e imagens, particularmente propícia à criação de estereótipos (Cohen, 2002: 40). As imagens tornam-se palavras e as palavras tornam-se imagens e cada um repercute sentidos e sensações. Como veremos através da incidência de palavras (Gráfico 1 e Gráfico 2), o RSI tornou-se símbolo de um indivíduo delinquente ou desviante. As palavras ficam despejadas do seu contexto neutral de significado, passando a assumir uma aceção amplamente negativa “por intermédio de *simbolização*, como acontece com os outros tipos de exagero e distorção, as imagens podem tornar-se mais enganosas do que a própria realidade” (Cohen, 2002: 43).

Guerra (2002) considera que o fator mais interessante a analisar é o modo como as imagens são cristalizadas em opiniões e atitudes que correspondem a um sistema de crenças que se estruturam dentro de um quadro de opinião pública e são, conseqüentemente, interiorizadas cognitivamente de forma a organizarem um quadro discursivo dos atores sociais (Guerra, 2002). As principais temáticas do sistema de

valores e de crenças podem ser sistematizadas em três categorias: a *orientação*; as *imagens*; as *causas*. A temática da *orientação* remete para o ponto emocional e intelectual em que o desvio é percecionado, encarando e avaliando os comportamentos grupais com uma profecia de autodestruição. Por outro lado, a temática das *imagens* acerca dos beneficiários do RSI e dos seus comportamentos cinge-se à fonte imagética que é canalizada para atribuições ilegítimas, cujo objetivo é sustentar uma visão ideológica, dando uma renovada legitimidade para aplicar políticas assistencialistas. Com esta constituição, entram no imaginário coletivo os compósitos do estigma composto por um conjunto de atributos como a irresponsabilidade, a imaturidade e a falta de respeito pelas autoridades institucionais. A terceira e última categoria temática centra-se na atribuição de *causas* para o comportamento desviante. Esta lógica prende-se com a perceção de que o desvio é uma patologia, que se tenta explicar através da noção da doença social para a qual uma cura é necessária. E para justificar as referências ao comportamento desviante surgem discursos que deixam entender que muitas oportunidades de emprego não são aproveitadas pelos beneficiários do RSI.

A maioria dos conteúdos expressos na imprensa escrita faz caminho no imaginário do público, desencadeando processos de controlo social. Os modelos sociais dominantes que explicam o desvio formam a base política do controlo social, que, como sistema, terá que dar as respostas para o “pânico moral” instalado e acomodado. Na reação ao pânico, as respostas sociais são sistematizadas em três processos: *sensibilização*, *cultura* do controlo social e *exploração* (Cohen, 2002). O processo de *sensibilização* promove a transformação de um problema ambíguo num foco de ameaça generalizado, tornando-o mais perceptível, fazendo com que “qualquer item de notícia que entra na consciência do individuo tem o efeito de aumentar a sua atenção face a cláusulas que sejam da mesma natureza que o individuo possa ter ignorado ou passado” (Cohen, 2002: 77). No que respeita ao RSI, as representações em seu torno ligam os beneficiários a espaços marginalizados da sociedade – os bairros sociais – e a focos intensos de pobreza.

Decorrendo da *sensibilização*, instaura-se uma *cultura de controlo social* que se caracteriza por elementos comuns como a *difusão*, a *escalada* e a *inovação*. Como elemento mais visível da cultura de controlo social, a difusão sugere que o problema estende-se para além dos espaços em que o comportamento desviante ocorreu, contaminando outros campos sociais. A escalada baseia-se no mecanismo cognitivo que aumenta a intensidade das representações do desvio, para proporções megalómanas (ver

Gráfico 1 e 2). Por último, a inovação centra-se no acionamento de uma pluralidade de respostas face ao desvio do sujeito, implicando uma mobilização de técnicas e metodologias para o seu combate (Guerra, 2002). Os agentes do controlo social – instituições governamentais, jornais, porta-vozes políticos – desempenham um papel fulcral na etiquetagem, tanto na reação mais imediata face ao desvio, como numa relação posterior, cristalizando um sistema de crenças e de generalizações alicerçado em mitos, estigmas e estereótipos que produzem novos mecanismos de policiamento social.

Os média são elementos estruturantes na construção de representações sociais, capazes de fabricar um falso objeto. Os indivíduos ou grupos sociais mais vulneráveis na estrutura social, como os beneficiários do RSI, serão mais vulneráveis à fabricação e aplicação de representações sobre a sua própria vida, pois estas mesmas pessoas situam-se numa posição de dominação social, simbólica e política. Esta expressão da violência simbólica “é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que sofrem e também, muitas vezes, dos que a exercem na medida em que uns e outros estão inconscientes do facto de a exercerem ou de a sofrerem” (Champagne, 1998: 222). Assim, pretendemos deixar claro que neste quadro de análise é a relação entre as interpretações individualistas/naturalistas sobre a pobreza e o desvio que iremos incidir, para refletirmos sobre as tensões entre a política social dirigida à pobreza e a necessidade de distinguir os pobres que merecem ser mais ajudados que os outros.

5. Dar sentido(s) à investigação: o *corpus de análise*

Ao analisarmos a imprensa escrita, focamo-nos em três diários nacionais – Jornal de Notícias, Correio da Manhã e Público – entre os anos 2007 e 2011, inclusive. O critério para a seleção dos jornais foi a sua tiragem a nível nacional, ou seja, terem uma cobertura nacional variada, totalizando uma tiragem total de 278 mil exemplares por dia, sendo que cada um abrange áreas geográficas diferenciadas, tem estratégias jornalísticas diferentes e capta vários segmentos de mercado com públicos-alvo distintos. Para analisarmos as representações em torno do RSI e dos seus beneficiários, efetuamos uma exaustiva recolha de notícias e de artigos de opinião de dois jornais classificados como “jornais de referência” – Público e Jornal de Notícias – e um jornal popular que é o Correio da Manhã (Mesquita e Rebelo, 1994: 15). Através desta recolha sistemática de informação obtivemos um *corpus* de análise constituído por 918 notícias, distribuídas de forma díspar pelo Jornal de Notícias (398 artigos), pelo jornal Público

(353 artigos) e pelo jornal *Correio da Manhã* (167 artigos), como indicado no Quadro 1 (Sá Ferreira, 2012).

Quadro 1
Corpus de análise

Jornal	Nº de notícias	%
Público	353	39
Correio da Manhã	167	18
Jornal de Notícias	398	43
Total	918	100

No tratamento do *corpus*, não só testemunhamos uma disparidade entre as notícias dos jornais, como referente aos anos analisados. Assim, foram publicados um total de 63 artigos noticiosos referentes ao RSI em 2007, 130 artigos em 2008, 222 artigos em 2009, 285 artigos em 2010 e, por último, 218 em 2011.

Quadro 2
Distribuição das notícias por ano de publicação

Ano de publicação	Nº total de artigos
2007	63
2008	130
2009	222
2010	285
2011	218
Total	918

Com base no que está estipulado por Sierra Bravo (1995) e partindo de um universo de 918, constituímos uma amostra de 280 notícias, considerando uma margem de confiança de 95,5% e uma margem de erro, aproximadamente, de 5% (Arkin e Colton, *in* Bravo, 1995).

Quadro 3
Procedimento e definição amostral

Anos	Peso Amostral (%)	Peso Amostral em Notícias	Nº Amostral
2007	7	63	20
2008	14	130	39
2009	24	222	67
2010	31	285	87
2011	24	218	67
Total	100	918	280

Entretanto, e tendo em vista um afinamento analítico do *corpus* de análise, procedemos a uma amostragem estratificada por cotas, tendo em linha de conta o ano de publicação da notícia e o órgão de comunicação onde esta emerge. Ao cruzarmos o peso noticioso em torno do RSI dos anos 2007 e 2011 com o número de notícias por jornal, chegamos a um peso amostral em percentagem (ver Quadro 3) (Sá Ferreira, 2012), que nos permite ter em conta uma amostra global tanto dos artigos por ano, como dos artigos por jornal (ver Quadro 4) (Sá Ferreira, 2012).

Quadro 4
Definição amostral por cotas

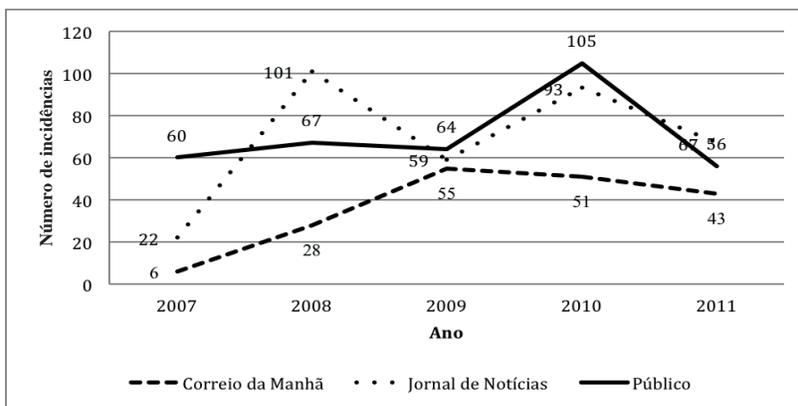
Jornal/Ano	2007	2008	2009	2010	2011	Total por jornal
Público	8	15	26	34	26	109
Correio da Manhã	4	7	12	16	12	51
Jornal de Notícias	8	17	29	37	29	120
Total	20	39	67	87	67	280

6. O *Blitzkreig* das palavras: tendências, representações e interlocutores

A linguagem como discurso é ação; está inserida numa dinâmica de formação de relações, de práticas inscritas e interiorizadas na vida social que são constituídas por relações de poder (Foucault, 1973).

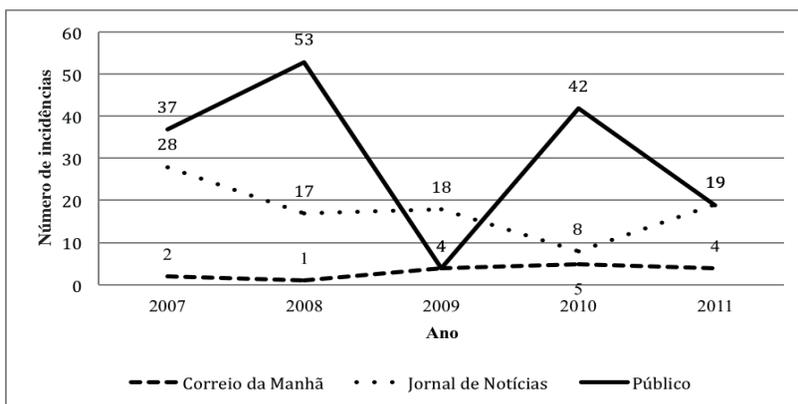
Durante os anos em análise, a palavra “RSI” tem uma presença assinalável, surgindo 877 vezes, distribuída de forma heterogénea entre os anos e os jornais (ver Gráfico 1), demonstrando que: “de tempos a tempos a sociedade parece estar sujeita a períodos de pânico moral. Uma condição, um episódio, uma pessoa ou um grupo de pessoas surge para se tornar ameaça para valores e interesses sociais; a sua natureza é apresentada de forma estilizada e estereotipada pelos média, as barreiras morais são geridas pelos editores, prelados, políticos e outras pessoas corretas [ou seja, pessoas ‘de bem’]” (Cohen, 2002: 9). Sabemos que o surgimento da palavra em si e a frequência da sua utilização não são, em si, suficientes para afirmar a existência de um pânico moral. Contudo, ao longo dos anos em estudo verificamos que a sua frequência tem um caráter ascendente, chegando ao seu pico em 2009 (Gráfico 1) (Sá Ferreira, 2012), ano em que o RSI é sistematicamente conotado num quadro referencial negativo de “delinquência”, “drogas”, “bairros sociais”, “fraude”, entre outros, enquanto a sua ligação ao conceito de pobreza é reduzida drasticamente (Gráfico 2) (Sá Ferreira, 2012).

Gráfico 1
Incidências da palavra RSI na imprensa



Em 2007 existe uma variedade de registos que inauguram uma caminhada mediática para a estigmatização da medida e dos seus beneficiários, iniciando o prelúdio da etiquetagem. Apesar da incidência do RSI na imprensa escrita ser residual, quando ela surge está inserida em contexto de “fraude”, associada a uma linguagem economicista em que se destacam os encargos financeiros que o Estado tem com o RSI (Sá Ferreira, 2012). A própria caracterização dos beneficiários do RSI oscila entre cenários de “alcoolismo”, “doença mental”, e “toxicod dependência”, e surge, pela primeira vez, o conceito de “oportunismo” por parte dos beneficiários que se apropriam do RSI, apesar de não estar prevista a atribuição vitalícia do mesmo. Em 2007, a argumentação que conduz à estigmatização do RSI começa a estruturar-se.

Gráfico 2
Número de incidências da palavra “pobreza”



Ao revermos o ano de 2008, as referências ao RSI totalizam 196 e as de pobreza somam 71, demonstrando a forte correlação entre o RSI e a pobreza (Gráfico 2) (Sá Ferreira, 2012). Não obstante esta forte correlação, na construção da narrativa discursiva verificamos uma rutura qualitativa com o conceito de pobreza, quando a imprensa escrita *quebra o silêncio* denunciando que existem beneficiários do RSI que vivem em “casas muito apetrechadas”² e que “há famílias que se gabam”.³ Assim, a referência à pobreza é substituída pela perceção de uma abundância material, acompanhada por uma pobreza de espírito, um laxismo, uma propensão para o vício e a subsidiodependência, criando um clima propício para a propagação do ódio social. Na caracterização dos beneficiários, existe uma continuidade com o ano de 2007, ao serem associados “ciganos”, “sem-abrigos”, “toxicodependentes” e “armas”. Acresce que as referências ao aumento do número de beneficiários e da “taxa de irregularidade”⁴ acabam por transformar todo este universo numa ameaça generalizada. É neste ano que se destacam os empresários morais, Paulo Portas e Pedro Mota Soares, que optam por centrar o seu discurso na “ética do trabalho”, avançando com propostas legislativas baseadas no princípio da reciprocidade, introduzindo uma maior fiscalização para combater a “fraude”. É em 2008 que se começam a desenhar os primeiros contornos discursivos para a transferência do *welfare* para *workfare*, em que este último ganha força. Importa referir que estes discursos não correspondem a tentativas para verificar acontecimentos em que, por acaso, foram cometidos alguns erros. Nas sociedades modernas, resultam, antes, de “elementos de fantasia, má seleção e criação deliberada de notícias” (Cohen, 2002: 44). No ano de 2009, verificamos um disparar das referências ao RSI, totalizando um número de 187 incidências, enquanto a pobreza equivale a 26 alusões, verificando-se, pois, um crescente distanciamento do RSI em relação à pobreza.

Esta ascensão do RSI na imprensa escrita deve-se, em grande parte, à campanha legislativa para a Assembleia da República de 2009, em que o CDS-PP integra o RSI como um dos temas de campanha⁵. O número de interlocutores ascende aos 31. Com o RSI no centro do debate eleitoral, as representações como “subsídio de preguiça” e

² Correio da Manhã, “90% dos moradores da Quinta da Fonte recebe subsídios”, 16 de julho de 2008.

³ Correio da Manhã, “335 mil recebem rendimento”, 25 de julho de 2008.

⁴ *Idem*.

⁵ Público, “Demissão do principal assessor de Cavaco Silva mudou guião de campanha”, 23 de setembro de 2009.

“incentivo público à preguiça”⁶ cristalizam-se no discurso destinado à produção de opinião pública. Simultaneamente, a centralidade da “fraude” em torno do RSI ascende a novos níveis, com o bombardeamento noticioso acerca de “Fraudes de 118 milhões no RSI” e de “prejuízo com burlas”⁷, que assume os traços de um verdadeiro massacre simbólico e estigmatizante. A temática da “fraude” conjuga-se com a caracterização dos beneficiários como “ladrões violentos” que “conciliam os enormes rendimentos do crime com uma vida recheada de subsídios à custa do Estado”⁸, mergulhados em cenários de alcoolismo e prostituição. Endurecendo a sua posição de *empresário moral*, Paulo Portas acentua esta associação ao referir-se aos “abusos no Rendimento Social de Inserção e (à) criminalidade”⁹. Reforçando a temática moral da “ética do trabalho”, números são avançados a respeito dos gastos que o RSI envolve, os quais ascendem aos “400 milhões”, os quais legitimam os avisos de Pedro Mota Soares acerca de um “descontrolo na atribuição”¹⁰ do RSI. Com o bombardeamento simbólico do RSI como um subsídio para instigar o desvio, as propostas de *workfare* e de *ativação* estruturam-se com legitimidade.

No ano seguinte, em 2010, registamos 249 incidências do RSI nos três jornais, e 55 incidências de pobreza, dando continuidade ao distanciamento do RSI em relação ao problema da pobreza, e identificamos 30 interlocutores. Sem negar esta continuidade, observa-se, contudo, alguma mudança na caracterização dos beneficiários: deixam de ser classificados por referência à toxicod dependência e à prostituição, passando a prevalecer o tema da dependência, com o risco de “alimentar ociosos, vagabundos, chefes de *gang*” e de pagar “à escória da sociedade”¹¹. A violência da etiquetagem intensifica-se, quando o Correio da Manhã, em tom de denúncia, diz que “presos têm rendimento mínimo”¹² e que o “Estado dá rendimento mínimo a reclusos”¹³. A este processo junta-se a caracterização dos beneficiários como parasitas, que “vive(m) à custa do sistema”¹⁴, em que alguns têm “bens de luxo incompatíveis com os

⁶ Correio de Manhã, “Subsídio da preguiça”, 8 de outubro de 2009.

⁷ Correio da Manhã, “Fraudes de 118 milhões no RSI”, 9 de outubro de 2009.

⁸ Correio da Manhã, “Ladrões violentos pagos pelo Estado”, 27 de agosto de 2009.

⁹ Público, “CDS quer reforma profunda no Rendimento de Inserção, um ‘financiamento à preguiça’”, 10 de agosto de 2009.

¹⁰ Correio da Manhã, “Há descontrolo no rendimento de inserção”, 23 de novembro de 2009.

¹¹ Correio da Manhã, “O crime compensa”, 7 de junho de 2010.

¹² Correio da Manhã, “Presos têm Rendimento Mínimo”, 18 de junho de 2010.

¹³ Correio da Manhã, “Estado dá rendimento mínimo aos reclusos”, 18 de junho de 2010.

¹⁴ Correio da Manhã, “Mais 28 mil têm rendimento mínimo”, 3 de janeiro de 2010.

rendimentos”.¹⁵ Em 2010 reforça-se a etiquetagem dos beneficiários do RSI como habitantes dos bairros sociais, com todos os problemas que lhes estão associados, e a todos os seus focos problemáticos, quando numa notícia do Correio da Manhã se destaca que “90% dos moradores da Quinta da Fonte recebe subsídio”¹⁶, associando a medida diretamente ao tráfico de drogas e defendendo que esta “se transforma numa indústria do abuso”¹⁷. No trilho dos cenários de “abuso” e da “criminalidade”, surge a ética do trabalho e a transferência do *welfare* para o *workfare*, uma vez que se propõe que os beneficiários façam algum “trabalho socialmente necessário”, considerando, por exemplo, que “deviam limpar matas”¹⁸. A confirmação da substituição de uma rede social por uma rede penal, transformando o Estado-Providência em *Estado Penitenciário*, dá-se com a confirmação do “recrutamento de 50 inspetores”¹⁹, por parte da Segurança Social, para fiscalizarem o RSI.

Em 2011 são identificadas 56 incidências que apresentam 24 interlocutores. Em 2011 o RSI continua estritamente associado ao desvio (ao crime): relata-se que um beneficiário “usa seringa com HIV para assaltar”²⁰. Esta ligação é confirmada quando numa notícia se refere que “a PSP deteve um casal que, a receber do Estado o Rendimento Social de Inserção, chefiava uma rede de tráfico”²¹. Adicionalmente, o tema da fraude perpetua-se em 2011: é anunciado que foram atribuídos “532 milhões em subsídios ilegais” e que “87% dos que recebem dinheiro em 2009 sem direito a ele não o devolveram”²².

A conjugação dos cenários de fraude, assaltos, toxicod dependência e abusos canalizados pela imprensa escrita, nomeadamente pelo Correio da Manhã, estrutura a conceção de que a medida “corrompeu-se” e torna as pessoas “passivas”. A difusão deste senso comum serve para justificar as medidas que objetivamente traduzem a retração do Estado-Providência, designadamente por via da delegação de competências para implementar a medida às Instituições Particulares de Solidariedade Social, apesar das declarações do Ministro da Segurança Social que garante que tal “não significa mais

¹⁵ Correio da Manhã, “PSP desfaz fábrica de armas e pólvora”, 3 de setembro de 2010.

¹⁶ Correio da Manhã, “90% dos moradores da Quinta da Fonte recebe subsídios”, 16 de julho de 2008.

¹⁷ Jornal de Notícias, “Portas reforça discurso contra abusos no RSI”, 4 de fevereiro de 2010.

¹⁸ Correio da Manhã, “Beneficiários do RSI deviam limpar matas”, 14 de agosto de 2010.

¹⁹ Jornal de Notícias, “Segurança Social reforça equipas de fiscalização”, 13 de fevereiro de 2010.

²⁰ Correio da Manhã, “Chefiam tráfico e vivem à custa do Estado”, 12 de julho de 2011.

²¹ *Idem*.

²² Correio da Manhã, “327 mil portugueses vivem do subsídio”, 25 de setembro de 2011.

Estado, significa, sim, mais instituições de solidariedade social”²³. A disciplinação da medida avança, quando é afirmado que o “RSI deve ser cortado a quem recusar trabalho”²⁴ e que é preciso “mais justiça social na atribuição de apoios”²⁵. Ao longo dos 5 anos analisados, o RSI tem sido estigmatizado e descredibilizado, tanto no que concerne à medida como aos beneficiários.

Ao longo dos anos, verificamos uma construção mediática estigmatizante em torno do RSI, discurso este que contribui para a naturalização das grandes transformações que conduzem ao endurecimento do Estado Social, patente na redefinição de uma medida de inserção social em medida de controlo social. A criação de climas de desconfiança e de medo torna-se instrumental para “a prossecução dos interesses dos que procuram uma intensificação do controlo social e de uma legitimação da desigual distribuição do poder e do bem-estar” (Innerarity, 2006: 176; Ferreira, 2011: 56). O medo é a base de legitimação de cenários catastróficos, legitimando as alterações legislativas em torno de RSI, que bem traduzem a transformação do Estado Social em Estado Brutal (Ferreira, 2011: 56; Wacquant, 2003). Esta reação visa impor disciplina no setor mais carenciado da estrutura de classe que, com o acentuar da crise, se encontra cada vez mais polarizada. Esta viragem punitiva e fiscalizadora é uma resposta à insegurança social e não à insegurança criminal, induzida pela fragmentação das relações laborais, a precarização da vida e o desmantelamento do Estado Social.

7. Tolerância Zero: punir os pobres

As representações em torno do RSI – e dos seus beneficiários – têm sido fabricadas com contornos negativos, apresentando-os em cenários de miséria e delinquência, circunscritos a atividades marginais em que se sublinham os “abusos” e as “fraudes”. A construção das representações em torno do RSI pelos *empresários morais* – que têm um papel determinante na imposição de normas com coordenadas ideológicas – é amplificada, fazendo da opinião de poucos o senso comum de muitos, o que dá razão a Bourdieu quando refere que “a dominação não é o efeito simples e direto da ação exercida por um conjunto de agentes (‘a classe dominante’) investidos de poder de coação, mas o efeito indireto de um conjunto complexo de ações que se engendram nas

²³ Correio da Manhã, “Governo dá 37 cêntimos por cada dia”, 6 de agosto de 2011.

²⁴ Jornal de Notícias, “RSI deve ser cortado a quem recusa ofertas de trabalho”, 18 de outubro de 2011.

²⁵ Público, “Segurança Social soma 500 milhões em apoios indevidos”, 7 de dezembro de 2011.

imposições cruzadas que cada um dos dominantes, assim dominado pela estrutura do campo através do qual a dominação se exerce, sofre da parte de todos os outros” (Bourdieu, 1997: 34).

Estas representações, tal como o discurso no qual estas se estruturam, estão armadilhadas pelo senso comum. Na sociedade atual propagou-se a noção meritocrata, segundo a qual aqueles que possuem riqueza a merecem porque trabalharam para tal, relegando assim a pobreza à condição individual, cuja saída depende da vontade exclusiva do sujeito. Nesta percepção incidem algumas pré-noções e generalizações que caracterizam os beneficiários do RSI como preguiçosos e portadores de uma “dependência patológica” que resulta em desamparo moral, ameaçando todos os valores, a começar pela ética do trabalho. Com a intensificação e a proliferação de discursos da “dependência patológica” dos beneficiários, constituindo um estereótipo, a reação imediata por parte do poder político é de cortar nos serviços sociais. Nesse contexto, ganha acuidade a hipótese de Bourdieu, de acordo com a qual “os símbolos são os instrumentos por excelência da ‘integração social’: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (...), eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração ‘lógica’ é a condição da integração moral” (Bourdieu, 1989: 10).

Esta estratégia de incriminação da pobreza e de brutalização dos pobres tem por objetivo impedir a criação de um sentimento de solidariedade e o desenvolvimento de um sentimento de injustiça que seja capaz de reagir ao sistema (Bauman, 2000). O senso comum é o menor denominador daquilo em que um grupo social ou a maioria da sociedade, coletivamente, acreditam, rompendo com a estruturação de classes e com as suas solidariedades intracategoriais que são o outro lado do conflito e da luta contra a desigualdade. O senso comum concilia a consciência com a injustiça e banaliza as desigualdades sociais, afastando a possibilidade de transformação (Santos, 1989: 37). Além de possuir a capacidade de vulgarizar injustiças, o senso comum reconfigura a relação de classes ao traduzir o que seria, expectavelmente, uma luta interclassista, numa luta intraclassista, endogeneizando o conflito e colocando os pobres contra os ainda mais pobres.

A imprensa atua como amplificador e instigador de “pânicos morais” (Cohen, 2002). Ao longo dos anos analisados, as representações do RSI têm oscilado e ganharam dimensões heterogêneas, estando associadas a diferentes conceitos chave em diferentes anos. Em 2007 a incidência do RSI na imprensa é relativamente baixa e a sua

associação com a pobreza é visível, indicando que tanto a imprensa como os leitores associam esta prestação social ao alívio de situações; esta associação estende-se a 2008 apesar do aumento no número de incidências do RSI na imprensa. Contudo, em 2009 dá-se uma reviravolta: o RSI começa a ser associado – e subsequentemente etiquetado – a situações de fraude, de assaltos e de injustiça.

O deslocar do processo de etiquetagem da pobreza para cenários de “dependência patológica” e de “desamparo moral” é instigado pelos *empresários morais*, provenientes da direita político-partidária, causando uma rutura qualitativa nas representações dominantes. Em 2009 o RSI deixa de ser associado à pobreza, ao verificarmos uma quebra no número de incidências do conceito “pobreza”, transferindo o RSI para o campo da “malandrice”. Esta alteração quantitativa e qualitativa da associação do RSI deve-se à campanha legislativa para a Assembleia da República, que decorreu em 2009, onde o RSI se torna um foco noticioso sujeito ao escrutínio político. Com o surgimento dos primeiros sinais do impacto da crise financeira em 2009 e em 2010, dão-se os primeiros passos para a domesticação do RSI que, assente nas representações negativas dos beneficiários, estrutura a legitimação da passagem das políticas de *welfare* para *workfare*. Em 2011, com a intervenção da *Troika* em Portugal, a intensificação da crise da dívida soberana, aliada à percepção de que o RSI é uma política social que financia “ladrões” e “preguiçosos”, a crise atua como catalisador de grandes transformações no Estado-Providência.

A proliferação de pânicos morais é capaz, pela sua dimensão e pela sua virulência, de legitimar a inflexão das políticas sociais e a retração da intervenção estatal, redefinindo a fisionomia do Estado Social e das sociedades (Wacquant, 2000). A associação do RSI a cenários e a comportamentos caracterizados pelo desvio, bem como o enfoque na ética do trabalho como elemento estruturante da vida social criam o contexto favorável à descredibilização e à descapitalização não só desta medida particular, mas das políticas sociais em geral.

Desta maneira, fica facilitada uma transição qualitativa da rede de segurança do Estado-Providência para a montagem de uma rede disciplinar do Estado-Penitenciário, em que os serviços sociais se transformam em instrumentos de vigilância, controlo e disciplina das “classes perigosas”, uma vez que estas provocam sentimentos de insegurança que legitimam o reforço do Estado Penal. Apesar da fabricação das representações sociais parecer algo irrelevante, é o elemento justificativo para os cortes na ação social, encarada como “excessivamente generosa” para pessoas que fogem à

ética do trabalho e “não querem trabalhar”. A escalada deste tipo de etiquetagem intensifica o processo de desfiliação, empurrando os beneficiários do RSI, já altamente estigmatizados, para as margens da sociedade, instigando a profecia de desvio e de destruição da moralidade dominante, numa auto profecia que, em certos casos, se confirma.

As ideias não vivem sem organização e a disputa pela hegemonia é uma disputa pela direção política das ideias²⁶. A estratégia para efetuar uma profunda reestruturação e realinhamento do Estado-Providência consiste em descredibilizar o RSI tanto ao nível da sua implementação – ao demonstrar que os beneficiários do RSI, os “maus pobres”, não merecem o apoio do Estado –, como ao nível económico, ao apresentar a medida como um gasto excessivo. A estratégia consiste em descredibilizar e punir, e o discurso em torno do RSI torna-se fulcral e determinante, abrindo caminho para um declínio do estado social e para a ascensão do estado brutal. A gestão do medo e da *tolerância zero* em torno do RSI torna-se uma questão da maior importância porque é uma questão de poder e legitimação, que ganha uma crescente expressão no espaço político para transformar o Estado-Providência em *Estado Penitenciário*.

Referências bibliográficas

- BATISTA, Isabel; CABRITA, Jorge (2009), *Portugal Regimes de Rendimento Mínimo. Um Estudo das Políticas Nacionais*, Lisboa, CESIS.
- BAUMAN, Zygmunt (1998), *Globalization: The Human Consequences*, New York, Columbia University Press.
- (2000), *Em busca da política*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- BOURDIEU, Pierre (1989), *O Poder simbólico*, Lisboa, Difel.
- (1993), *La Misère du monde*, Paris, Seuil.
- (1997), *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*, Oeiras, Celta Editora.
- (1999), *Contre-feux*, Paris, Raisons d’agir.
- BRAVO, R. Sierra (1995), *Técnicas de investigación social. Teoría y ejercicios*, Madrid, Ed. Paraninfo.
- CHAMPAGNE, Patrick (1991), “La construction médiatique des ‘malaises sociaux’”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 90, pp. 64-75.

²⁶ Gramsci vai buscar o conceito de hegemonia a Lenine que a definia como direção política.

- (1998), “A rutura com as pré-construções espontâneas ou eruditas”, in Patrick Champagne (ed.), *Iniciação à Prática Sociológica*, Petrópolis, Editorial Vozes, pp. 171-227.
- COHEN, Stanley (2002), *Folk devils and moral panics: the creation of the Mods and Rockers*, London, Routledge.
- ELIAS, Norbert (1994), *A sociedade dos indivíduos*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- ESPING-ANDERSEN, Gøsta (1990), *The Three Worlds Of Welfare Capitalism*, Cambridge, Polity Press.
- FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I., pp. 9-66.
- FERNANDES, Mónica et al. (2012), “Novos pobres e o impacto económico, social e simbólico do RSI”, in *VII Congresso Português de Sociologia. Sociedade, Crises e Reconfigurações*, Porto, Associação Portuguesa de Sociologia, 19-22 junho 2012.
- FERREIRA, António Casimiro (2011), *Sociedade da Austeridade*, Lisboa, Vida Económica.
- FOUCAULT, Michel (1973), “*L'Ordre du discours, Leçon inaugurale au Collège de France*”, prononcée le 2 décembre 1970, Paris.
- GRAMSCI, António (1995), *Os intelectuais e a organização da cultura*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- GOODIN, Robert E. (1998), “Social Welfare as a Collective Social Responsibility”, in Robert E. Goodin e David Schmitz (orgs.), *Social Welfare and Individual Responsibility*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 99-195.
- GUERRA, Isabel Maria Pimentel de Carvalho (1997), *Reflexões e estratégias em torno do Rendimento Mínimo*, Lisboa, ISCTE.
- GUERRA, Paula (2002), “Cenários portuenses de insegurança. Contributos do interaccionismo simbólico para uma análise da construção mediática do desvio”, *História, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, III Série, vol. 3, pp. 125-159.
- HABERMAS, Jurgen (1976), *Legitimation Crisis*, London, Heinemann.
- INNERARITY, Daniel (2006), *El Nuevo Espacio Público*, Madrid, Espasa Calpe.
- LOURENÇO, Maria dos Prazeres (2005), *Pobreza e exclusão social e políticas sociais em Portugal. Uma análise de políticas sociais na relação com a pobreza*, Lisboa, Direção Geral da Segurança Social.
- MESQUITA, Mário; REBELO, José (1994), *O 25 de abril nos media internacionais*, Porto, Edições Afrontamento.
- PINTO, José Madureira (1985), “Questões de metodologia sociológica III”, *Cadernos de Ciências Sociais*, 3, pp. 133-156.

- RODRIGUES, Eduardo Vítor (2010a), “O Estado e as Políticas Sociais em Portugal”,
Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. XX, pp. 191-230.
- (2010b), *Escassos Caminhos: os Processos de Imobilização Social dos Beneficiários do Rendimento Social de Inserção*, Porto, Afrontamento.
- SÁ FERREIRA, Ricardo (2012), *RSI, tolerância zero: a construção mediática do estigma*, Tese de Mestrado em Sociologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1989), *Introdução a uma ciência pós-moderna*, Porto, Edições Graal.
- SOMERS, Margaret R. (2008), *Genealogies of Citizenship: Markets, Statelessness and the Right to Have Rights*, Cambridge, Cambridge University Press.
- STANDING, G. (1999), *Global Labour Flexibility: Seeking distributive justice*, London, MacMillan Press.
- WACQUANT, Loïc (2000), *As prisões da miséria*, Oeiras, Celta Editora.
- (2003), *Punir os pobres – a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*, Rio de Janeiro, Editora Revan.

Imprensa

Correio da Manhã de 2008 a 2011

Jornal de Notícias de 2010 a 2011

Público de 2009 a 2011

Ricardo Sá Ferreira. Sociólogo e Mestre em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Departamento de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto, Portugal. *E-mail*: ricardo.sa.ferreira@gmail.com.

Artigo recebido a 8 de março de 2013. Publicação aprovada a 23 de junho de 2014.

Os menores estrangeiros isolados ou não acompanhados em França e Portugal: a “batata quente”

Vítor Rosa

Universidade Lusófona de Lisboa

Resumo

Este artigo pretende refletir sobre o fenómeno migratório dos menores isolados, não acompanhados ou “separados” estrangeiros. Tal como os adultos, eles são afetados pelos conflitos territoriais existentes, pelas catástrofes naturais, pela exploração, pelo tráfico e pela pobreza, pelas perseguições em função da sua etnia, sexo ou religião, etc. O nosso estudo de caso incide sobre a França e Portugal. A realização de entrevistas a vários interlocutores ajudaram a complementar a informação recolhida no terreno, através da observação direta e participante, integrando a organização *France Terre d'Asile*, em Paris. A pesquisa em Portugal seguiu apenas uma base documental.

Palavras-chave: menores estrangeiros isolados ou não acompanhados; migração; asilo.

Abstract

Isolates or unaccompanied foreign minors in France and Portugal: a “hot potato”

This article aims to reflect on the phenomenon of migration of isolated, unaccompanied or “separate” foreign minors. As adults, they are affected by the existing territorial conflicts, natural catastrophes, exploitation, trafficking and poverty, by persecution on account of their ethnicity, gender or religion, etc. Our case study focuses on France and Portugal. The interviews to several interlocutors helped complement the information gathered on the ground, through direct and participant observation, integrating the organization *France Terre d'Asile*, in Paris. The research in Portugal followed just a documentary basis.

Keywords: isolated foreign minors accompanied or not; migration; asylum.

Résumé

Les mineurs étrangers isolés ou non accompagnés en France et au Portugal: une "patate chaude"

Cet article vise à réfléchir sur le phénomène de la migration des mineurs étrangers isolés, "séparés" ou non accompagnés. Comme les adultes, ils sont affectés par les conflits territoriaux existants, les catastrophes naturelles, l'exploitation, le trafic et la pauvreté, par la persécution à cause de leur appartenance ethnique, le sexe ou la religion, etc. Notre étude de cas est sur la France et le Portugal. Les entretiens à plusieurs interlocuteurs ont permis de compléter les informations recueillies sur le terrain, par l'observation directe et participant, en intégrant l'organisation France Terre d'Asile, à Paris. La recherche au Portugal a suivi juste une base documentaire.

Mots-clés: mineurs étrangers isolés ou non accompagnés; migrations; asile.

Resumen

Los menores extranjeros aislados o no acompañados en Francia y Portugal: la "patata caliente"

Este artículo pretende reflexionar sobre el fenómeno migratorio de los menores extranjeros aislados, no acompañados o extranjeros "separados". Al igual que los adultos, se ven afectados por los conflictos territoriales existentes, por los desastres naturales, la explotación, la trata y la pobreza, por las persecuciones a causa de su etnia, sexo o religión, etc. Nuestro estudio se centra en Francia y Portugal. La realización de entrevistas a varios interlocutores ayudó a complementar la información recogida sobre el terreno, a través de la observación directa y participante, integrando la organización *France Terre d'Asile*, en París. La investigación en Portugal siguió sólo una base documental.

Palabras clave: menores extranjeros aislados o no acompañados; migración; asilo.

Introdução

Os fluxos migratórios estão em constante transformação. As razões que levam as pessoas a deslocar-se são de vária ordem. Mas, hoje em dia, sobretudo em alguns países europeus, assiste-se à chegada de novos protagonistas, ou seja, de menores desacompanhados.

Halvorsen (2002) estimava que cerca de 20 mil menores isolados ou não acompanhados, oriundos da África e da Ásia, requereram asilo em países da Europa. Pierre Henry, diretor-geral da *France Terre d'Asile* (FTDA), nas primeiras jornadas dedicadas aos menores isolados, em dezembro de 2011, na cidade de Lille (França), avançava que o número de menores na União Europeia (UE) estava avaliado entre 50

mil e 100 mil. A ausência de estatísticas fiáveis constitui, no seu entender, uma negação à dignidade destes jovens.

A clandestinidade a que muitos menores estão sujeitos, a circulação pelas diversas regiões e países e a ausência de articulação entre as entidades regionais, nacionais e europeias poderão explicar este obstáculo de quantificação do fenómeno.

Se não é fácil para os adultos que emigram, sobretudo os que se encontram desempregados, compreende-se as dificuldades de um menor com idade inferior a 18 anos que não domina, na maior parte das vezes, a língua do país de acolhimento e a cultura.

O Conselho Português para os Refugiados (2007: 13) refere que “as crianças estão, muitas vezes, severamente traumatizadas devido à árdua experiência da viagem e defrontam-se com um sem número de desafios decorrentes da sua situação: menor desacompanhado requerente de asilo. Para além das dificuldades inerentes à chegada a um país estranho, com costumes, tradições e uma língua muitas vezes diferente da sua, os menores deparam-se com sistemas extremamente burocráticos que dificultam a sua integração na sociedade”.

Quatro testemunhos (Diome, 2003; Gatti, 2008; Mohammadi, 2009; Geda, 2011) retratam esses desafios e perigos de uma forma emocional. Denunciam o sistema de passadores, verdadeira economia fundada no contrabando de seres humanos, tratados como “gado” (Mohammadi, 2009: 88), e as enormes dificuldades de integração. Todavia, também existem casos de sucesso, ou seja, de integração nas sociedades de acolhimento.

Na nossa experiência de terreno, durante mais de dois anos, pudemos testemunhar as dificuldades dos menores. A difícil integração a que estão sujeitos leva, por vezes, alguns jovens a tentarem o suicídio ou a entrarem em depressão. Outros, quando chegam à idade de maioridade (18 anos), são colocados fora do sistema de apoio pelas instituições públicas ou associativas, de forma brusca, e têm de recorrer a ajudas de compatriotas ou, não tendo alternativa, passam a dormir na rua. Outros ainda são obrigados a regressarem aos países de origem ou a tentar a sua sorte noutro país da UE.

A questão dos menores isolados estrangeiros é um sujeito de atualidade que concerne à Europa, mas também a outros países para além das nossas fronteiras¹. A

¹ O estudo comparativo nos 27 países da UE (2012), coordenado pela FTDA, comprova isso mesmo.

situação de Sangatte (França)², última porta antes de Inglaterra, refletiu os problemas da globalização (Waters, 1999), a necessidade de proteção de várias pessoas, os esforços de harmonização das políticas nacionais e a dimensão internacional deste problema.

Este trabalho procura analisar o fenómeno em dois países europeus: França e Portugal. Adotámos uma metodologia qualitativa: recolha de informações, de entrevistas a técnicos e agentes que trabalham com este público-alvo e a nossa experiência pessoal e de terreno, através da observação-participante.

1. Objetivos, metodologia e técnicas

O presente estudo pretende contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre o fenómeno migratório dos menores isolados estrangeiros em França e em Portugal.

Em França, a pesquisa começou em março de 2012, com a nossa integração, através de um contrato de trabalho, na organização não-governamental FTDA, em Paris, no departamento de acompanhamento de menores estrangeiros isolados, *Maison du Jeune Réfugié*. No caso português, a fonte da informação foi a pesquisa documental.

Em termos metodológicos, optámos pelo estudo de caso, pois trata-se de uma abordagem metodológica de investigação adequada quando se procura compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos fatores (Quivy e Campenhoudt, 1998). Para a concretização do trabalho, recorreremos às tradicionais técnicas das Ciências Sociais (Quivy e Campenhoudt, 1998; Ketele e Roegiers, 2009). Procurámos fazer uma revisão bibliográfica sobre as migrações e mais concretamente sobre os menores estrangeiros isolados, bem como uma análise de diversos documentos escritos e publicados (estudos, artigos científicos, artigos de jornais, etc.) disponíveis. Em complemento de informação, recorreremos aos contactos efetuados com os profissionais de várias entidades públicas, privadas e associativas, que trabalham direta ou indiretamente sobre o tema e o público-alvo (sociólogos, psicólogos, assistentes sociais, educadores, juristas dirigentes, animadores socioculturais). Recorreremos também à observação participante (expressão da autoria de Malinowski, 1922), técnica que se baseia na recolha de elementos de

² Entre outubro de 2009 e dezembro de 2002, passaram pelo campo de Sangatte, segundo a Cruz Vermelha Francesa, mais de 67 mil pessoas de diferentes nacionalidades (Afegãos, Iraquianos, Sudaneses...), tendo como objetivo alcançar a Grã-Bretanha. Concebido para acolher 200 pessoas, o imenso hangar contava 1.600 antes de ser desmantelado (Smaïm, 2002, 2007).

informação, a partir da observação feita por um investigador que se encontra intencionalmente no grupo a observar ou que dele faz, efetivamente, parte. Esta observação direta e participante foi complementada com dez entrevistas, assumindo um protocolo de confidencialidade.

No decurso do trabalho de campo cultivámos um relacionamento mais frequente e mais intenso com interlocutores preferenciais (Costa, 1986) ou testemunhas privilegiadas (Quivy e Campenhoudt, 1998), no sentido de obtermos informações sobre aspetos que não se encontraram na documentação disponível. Temos consciência de que as meras descrições dos informantes podem induzir em erro, porque, com frequência, os indivíduos são arrastados por ideais ou pela noção que têm dos factos sociais e poderão dar uma visão deturpada da vida real e objetiva. A presença do investigador no terreno introduz neste uma série de novas relações sociais. Através das técnicas de pesquisa, procurámos manter a distância em relação ao objeto de análise, evitando a imposição dos próprios valores do investigador. Quando a barreira linguística se impôs, recorremos a intérpretes credenciados, cujos honorários foram suportados pela FTDA.

Ao longo da investigação, houve “investimento”³ (Bourdieu, 1989). A nossa experiência situou-se entre dois polos: envolvimento⁴ e distanciamento (Elias, 1997), por curtos e longos períodos de tempo.

Em França, acompanhámos 80 menores isolados de várias nacionalidades e visitámos diversos centros de acolhimento dos menores e centros de atividades, de forma a termos contacto com os serviços prestados, conversámos longamente com os menores, acompanhámo-los, quando necessário, ao médico, às embaixadas e aos consulados, procurámos estágios e formação profissional, promovemos candidaturas para os integrar nos estabelecimentos de ensino, demos aulas de francês, etc. Para além dos constrangimentos no acesso à informação, fomos vítimas de agressão, humilhados,

³ A noção de “investimento” pertence, sobretudo, ao léxico conceptual de Bourdieu (1989). O autor define-o como um instrumento de rutura com uma visão encantada das condutas humanas. O indivíduo age segundo uma lógica de rotina construída socialmente.

⁴ Três autores clássicos referem explicitamente a noção de “envolvimento” nos seus trabalhos: Elias (1997), Goffman (1973) e Becker (1982). Para Elias (1997), o envolvimento tem a ver com a intensidade sobre a qual o indivíduo é afetado pelo ambiente com o qual é confrontado, quer se trate de um ser vivo, objeto ou fenómeno natural ou social. Goffman (1973) interessa-se pelas relações de “interação social”, mas a sua noção de “envolvimento” é relativamente próxima da definida por Elias, na medida em que se trata de manter uma certa atenção intelectual e afetiva e uma certa mobilização dos recursos psicológicos. Os sinais de envolvimento devem ser produzidos pelo sujeito e observados por outros. Becker (1982), por seu turno, refere que o envolvimento encaminha para processos, através dos quais diversos tipos de interesse são progressivamente investidos, levando a determinadas linhas de conduta, com os quais os indivíduos não parecem ter uma relação direta.

etc.⁵ De facto, trabalhar com os menores isolados nem sempre é fácil. São por vezes momentos de grande tensão e de conflito, em que os nervos estão à flor da pele. Se, por um lado, muitos são os menores que pretendem ficar no território e obter a regularização, por outro, são muitos os que sofrem de problemas ligados ao alcoolismo, drogas, delinquência, etc. A pressão existe e por vezes uma palavra mal compreendida pode degenerar em atos de violência contra os outros ou, não raras vezes, sobre si próprios (escarificações no corpo, tentativas de suicídio, etc.). Os menores sofrem de uma enorme pressão dos passadores para pagar as dívidas da viagem ou para enviar dinheiro para a família. A FTDA teve que fechar uma estrutura de acolhimento de 70 jovens, pois semanalmente vários atos de violência eram registados (entre os jovens e contra os educadores e animadores), levando à intervenção da polícia. Durante seis meses, mais de 15 funcionários colocaram baixas médicas ou despediram-se.

2. Os menores estrangeiros isolados ou não acompanhados em França

No fim dos anos 1990, as associações de magistrados e os serviços sociais franceses de ajuda a menores alarmam-se sobre a chegada “em número” (as estimativas variavam entre 3 mil e 5 mil) de menores isolados ou não acompanhados ao território pelas vias terrestres, aéreas e portuárias, provenientes de todos os continentes, por razões nem sempre identificadas.

O debate sobre a responsabilidade política e financeira dos menores não tarda a estar presente. Se no início é quase de forma anedótica, mais tarde será uma “questão da sociedade”, posta pelos protagonistas de acolhimento dos menores isolados, pelos atores políticos e pelos representantes dos Conselhos Gerais e do Estado francês.

A lei sobre a autoridade parental de março de 2002, no seu artigo 17, prevê a designação de um administrador *ad hoc* para representar os menores isolados mantidos nas zonas de espera e assisti-los em todos os procedimentos administrativos e jurisdicionais relativos aos seus pedidos de asilo, mas como nos sublinha Dominique Versini, Presidente da *European Network of Ombudspersons for Children* (ENOC), o administrador não encontra o menor que, muitas vezes, já foi repatriado. Para lutar contra a prostituição dos menores, esta lei introduz sanções aos clientes dos menores que se entregam à prostituição, independentemente da sua idade.

⁵ A violência nalguns estabelecimentos de acolhimento é de tal ordem, que os educadores, assistentes sociais, animadores, etc. trabalham com agentes de segurança.

No ano seguinte, em novembro de 2003, é criada a lei relativa à imigração e à estadia de estrangeiros em França para os menores isolados estrangeiros acolhidos pela *L'Aide Sociale à l'Enfance* (ASE). No entanto, eles não poderão pedir a nacionalidade francesa antes dos 18 anos e ter sido acolhidos pelo menos três meses por este organismo do Estado. A circular de aplicação de 20 de janeiro de 2004 precisa que esta modificação deve permitir limitar a imigração clandestina dos menores isolados.

Menores isolados estrangeiros, menores isolados que pedem asilo, crianças refugiadas, menores estrangeiros não acompanhados, crianças separadas, menores estrangeiros em trânsito, jovens errantes, etc., as denominações abundam. Para além da questão da terminologia, estes termos não são anódinos e reenviam para representações e posicionamentos diferentes dos atores institucionais e associativos. Traduzem-se pelos modos de abordagem e de práticas diferentes segundo as instituições, os serviços e os atores sociais.

Em termos de terminologia, os menores estrangeiros não acompanhados ou isolados são definidos como aqueles que saíram de um país terceiro com idade inferior a 18 anos, que entram no território dos Estados-membros sem o acompanhamento de um adulto que seja responsável por eles, pela lei ou pelo costume, e que não são efetivamente responsáveis por uma determinada pessoa.

O Conselho da Europa para os Refugiados e Exilados fala de crianças refugiadas nos casos em que: i) houve pedido do estatuto de refugiado ou toda a forma de protecção internacional (pedido de asilo); ii) é considerado como refugiado, de acordo com o direito internacional ou nacional aplicável, que esta criança seja isolada, acompanhada dos seus pais ou de outra pessoa; iii) a criança foi levada a fugir do seu país, passando uma fronteira internacional.

Elaborado pela rede europeia *Save the Children* e o Alto Comissariado para os Refugiados das Nações Unidas, o *Guia das Boas Práticas de 2004* utiliza a noção de “crianças separadas”. Segundo o texto, o termo “separado” é preferível porque define melhor o problema com o qual estas crianças são confrontadas. Com efeito, estas crianças encontram-se privadas de assistência e da protecção dos seus pais ou do seu tutor legal e sofrem social e psicologicamente por esta separação. Se alguns parecem estar acompanhados quando chegam à Europa, os adultos que os acompanham não são forçosamente aptos ou capazes de assumir a responsabilidade.

O Comité dos Ministros do Conselho da Europa, nas suas recomendações de 12 de julho de 2007, retém o termo de “menores migrantes não acompanhados” e precisa

que a recomendação visa os menores migrantes não acompanhados que se encontram fora do seu país de origem, qualquer que seja o seu estatuto, independentemente da causa da sua migração, tenham ou não efetuado o pedido de asilo.

A expressão “menores migrantes não acompanhados” inclui as crianças separadas. E inclui igualmente os menores que são deixados sós depois de terem entrado no território de um Estado-membro. Os menores não acompanhados são crianças com menos de 18 anos, que foram separadas dos seus pais ou de outros membros próximos da sua família e que não estão sob a alçada de um adulto investido dessa responsabilidade pela lei ou pelo costume.

Etiemble (2002), num estudo encomendado pela Direção da População e de Migração (França), define uma tipologia destes menores estrangeiros isolados, segundo os seus motivos de partida dos países de origem:

- Os “exilados”: menores que vêm de todas as regiões devastadas pela guerra, pelos conflitos étnicos ou religiosos e pelas tradições opressivas ligadas a atividades políticas dos seus próximos.
- Os “mandatados”: menores incitados e apoiados a partir pelos seus pais ou por próximos, a fim de trabalhar, de enviar posteriormente dinheiro ou de prosseguir os estudos. O mandatado, depois de ter as condições, pode fazer vir o resto da família. Os mandatados inserem-se numa lógica de sobrevivência económica e numa lógica de ascensão social.
- Os “explorados”: menores que deixam o seu domicílio fiscal ou o orfanato no qual vivem devido a conflitos com a família/instituição ou porque são vítimas de maus-tratos. São explorados de diferentes formas: prostituição, trabalho clandestino, mendicidade ou delinquência. A sua partida é submetida a este objetivo de exploração, organizada pelas redes do tipo mafioso, mas também por indivíduos que fazem o seu “negócio” de forma individual, procurando a oportunidade para utilizar determinado adolescente para seu proveito, pagando o seu bilhete de viagem e acompanhando-o ao seu local de destino.
- Os “errantes”: menores que já estavam numa situação de delinquência no seu país de origem, meses ou anos antes da sua partida para a Europa. Viviam da mendicidade, de pequenos trabalhos, de delinquência, eventualmente de prostituição, e decidem tentar a sua sorte num país rico.

São as crianças de rua e o seu modo de vida inscreve-se numa forma de mobilidade provisória.

- Os “agrupáveis”: jovens enviados para se juntarem a outro membro, mais ou menos afastado, da sua família instalada na Europa e que, pelo facto de as condições de acolhimento não serem as melhores, se encontram isolados e em perigo.

A autora refere que as fronteiras entre estas categorias são muito porosas. Não se trata de etiquetar determinado menor isolado, mas sim considerar o seu percurso à luz destas diferentes categorias (Etiemble, 2008). Os contextos económico, político, familiar e cultural misturam-se. De facto, estes perfis não são exclusivos de uns ou de outros nos seus itinerários migratórios. Um exilado pode ser ao mesmo tempo explorado quando a pessoa organiza a sua viagem com destino a um país europeu com vista à prostituição. Um mandatado para sustentar o bem-estar da sua família pode conhecer a mesma sorte. Um exilado pode ter conhecido a errância no seu país de origem.

Quaisquer que sejam as razões da sua partida, os menores estão sujeitos aos caminhos idênticos dos adultos. Eles encontram os mesmos passadores (a quem pagam avultadas quantias) e viajam nas mesmas condições duras que os adultos, apesar da sua vulnerabilidade. Eles são submetidos aos mesmos constrangimentos em matéria de imigração e de asilo.

Quando se fala em imigração e em asilo, refere-se frequentemente em redes e em fileiras para qualificar um “mercado migratório” inquietante, socialmente patogénico, criminalizante para os migrantes que são percebidos como vítimas, mas também como culpados do seu desejo de migração.

Estas representações estão igualmente presentes quando é uma questão de menores isolados. Elas manifestam-se na reticência a reconhecer o seu isolamento, a sua menoridade e o perigo da sua situação. Os profissionais procuram descobrir a mentira da verdade, a manipulação da sinceridade: dinheiro e sinais exteriores possuídos pelos jovens, etc.

Os jovens que pedem uma proteção e que não a merecem são vistos como aproveitadores do sistema e de se fazerem passar por aquilo que não são, mentindo sobre a sua idade ou identidade. Os que não pedem proteção e os que fogem dos locais onde são acolhidos são igualmente suspeitos de estarem no país por más razões.

Hernandez (2005) prefere que diferenciemos os menores de acordo com as funções das causas de migração e da sua situação do país de origem, que levaria a criar duas categorias clássicas: os menores migrantes por razões económicas (no sentido amplo do termo) e os menores migrantes por causa de um conflito armado ou de uma catástrofe natural. Por outro lado, considerando a situação do menor no seu país de acolhimento (ou na sua viagem migratória), pode ser elaborada outra categoria: i) os menores protegidos (sob assistência ou controlo dos serviços públicos nacionais ou de ONG); ii) os menores explorados (em consequência ativa ou passiva de atividades ilegais ou ilícitas); e, finalmente, iii) os menores errantes (sobrevivem na rua ou a partir da realização de pequenos trabalhos ou de atividades mais ou menos legais). Mas, segundo o autor, só um estudo de terreno rigoroso permitiria estabelecer a definição ou os limites de cada categoria.

Da observação no terreno, a Cruz Vermelha Francesa acrescenta uma outra categoria que não está prevista no estudo de Etienne (2002), que são os “viajantes normais”: podem ser crianças que entram em França ou aqui residem habitualmente depois de férias passadas no estrangeiro. Trata-se de menores que planearam uma viagem a França ou fora da Europa, de curta estadia: os turistas, as crianças que vieram fazer um estágio, uma formação linguística de curta duração, um retiro religioso, etc., dando o exemplo de menores provenientes da Guatemala e do Brasil (Croix-Rouge Française, 2001: 9).

A questão que se coloca é se são menores verdadeiramente isolados. Certos menores foram acompanhados até ao território francês, nomeadamente quando o avião foi o seu único meio de transporte. Os passadores, contra remuneração, fornecem os seus serviços: conhecem os meios de passar as fronteiras e os controlos policiais sem dificuldades, possuem documentos de identidade e de viagem. Esta prestação pode ir até ao acompanhamento, no território francês, às portas de uma associação, de uma circunscrição social, mas também a um *atelier* clandestino. A organização da viagem transforma-se numa exploração da estadia.

Certos passadores são pagos imediatamente, antes mesmo da viagem, outros são reembolsados depois pelo trabalho do menor na Europa. Os menores não estão sozinhos, mas o ambiente à sua volta não é de forma alguma protetor. O testemunho de Mohammadi (2009: 76) é elucidativo:

“Eles consideram-nos como seus escravos. E, de facto, é isso que nós somos porque no fundo os sucessivos passadores compram-nos e vendem-nos. Apercebo-me que o ser humano, colocado nestas situações, adota rapidamente um comportamento de carneiro.”

Da nossa experiência no terreno, existem vários casos. Existem menores completamente isolados e existem menores que têm família no território e tentam aproveitar o sistema social francês. Outros não são menores. São jovens adultos, que passam pela malha do sistema. No entanto, apesar de serem jovens adultos, não deixam de ser vulneráveis.

Como é que os menores são sinalizados? Alguns encontram-se na rua, num ambiente desconhecido. Muitas vezes são recolhidos por uma pessoa, um compatriota ou não, que rapidamente passa a “bola”, mais ou menos brutalmente, a uma associação, a uma brigada de menores ou a um serviço social. Os menores são alojados em casas de desconhecidos a quem concedem a sua confiança porque lhe propõem um teto ou porque são compatriotas, colocam-se em perigo ou vivem em condições precárias. Algumas crianças e jovens deambulam pelas ruas vários dias antes de serem vistos por associações, por agentes de segurança ou por cidadãos. Outros estão em França vários meses antes de conhecerem os serviços sociais por sua iniciativa ou de maneira fortuita. Alguns apresentam-se diretamente às estruturas, outros, ao contrário, procuram evitá-las.

Depois da entrada no território, a proteção dos menores estrangeiros não é imediata nem espontânea. A falta de documentos de identidade ou a indeterminação da idade são alguns dos constrangimentos do acolhimento de urgência e a articulação entre as diferentes instâncias – polícia, justiça, instituições especializadas – não é sistemática e nem sempre é coerente. Diferentes configurações se apresentam consoante as cidades e os departamentos.

Esquemáticamente encontramos três procedimentos de admissão de proteção à infância. Segundo o artigo L.223-2-2 do Código de Ação e da Família, a ASE tem a possibilidade de acolher provisoriamente e com carácter de urgência menores sem a autorização dos pais durante cinco dias, mas tem como obrigação avisar o Procurador, para que este estabeleça a autoridade judiciária: tribunal de menores. Nem todos os departamentos aplicam esta proteção administrativa quando se trata de menores isolados. Preferem esperar por um despacho do juiz do tribunal, que é a *Ordonnance de Placement Provisoire* (OPP) (prorrogável ou não). Nem todos os departamentos

aplicam esta proteção administrativa quando se trata de menores isolados. Existem convenções entre os serviços de ajuda a menores e os tribunais que, de maneira mais ou menos sistemática, mandam proceder ao exame médico para o estabelecimento da idade dos menores, quando esta é desconhecida ou no caso de ausência de documentos de identidade (método de Greulich e Pyle e teste de Risser)⁶. No caso de espera deste exame – que leva alguns dias, semanas e, por vezes, meses –, os menores são colocados em alojamentos de urgência, em hotéis, ou, segundo os contextos locais, deixados na rua.

Como já referimos anteriormente, existem poucos números sobre a realidade dos menores estrangeiros isolados ou não acompanhados. No relatório de Debré (2010), estima-se que existam entre 4 mil a 8 mil menores estrangeiros isolados ou não acompanhados no território, com fortes disparidades entre as várias cidades, departamentos e regiões. Com um efetivo de mil menores em setembro de 2011, a Seine-Saint-Denis chegava à segunda posição depois de Paris, com 1.637, e antes da Ille-et-Vilaine, com 294, o terceiro departamento. A título de comparação, o departamento 93 (Seine Saint-Denis), acolhe o dobro dos menores isolados estrangeiros que Hauts-de-Seine, o departamento mais rico da França.

Em julho de 2011, Claude Bartolone, na qualidade de Presidente do Conselho General do Departamento de Seine Saint-Denis, disse que a partir de 1 de setembro os serviços não acolhiam mais menores, argumentando com a elevada carga financeira que representavam, o que levou a um braço de ferro político. Durante várias semanas, as Ordens de Colocação Provisória, ordenadas pelo Tribunal de Menores, não foram executadas e os menores eram acolhidos pelos dispositivos dependentes da ASE, o que obrigou à procura de novos locais de acolhimento. Os funcionários da Protecção Judiciária da Juventude (PJJ) procuravam encontrar locais alternativos. Incapazes de dar uma resposta, declaravam não aceitar mais menores não delinquentes confiados às estruturas da PJJ.

Um acordo acabaria por ser encontrado sob a égide do então ministro da Justiça. O tribunal de Bobigny ficaria encarregue de enviar um em cada dez menores para uma

⁶ O método de Greulich e Pyle foi desenvolvido no início do século XX para uma população adolescente norte-americana. Segundo a Academia Nacional de Medicina Francesa, este método, de radiografia ao pulso esquerdo, permite avaliar, com uma boa aproximação, a idade de um adolescente com menos de 16 anos. Não permite a distinção exata entre os 16 e os 18 anos de idade. O teste de Risser é uma radiografia à bacia óssea (quadril). Este método é contestado por vários especialistas. Em Inglaterra, por exemplo, são os trabalhadores sociais que determinam a idade do menor através da observação comportamental, de entrevistas, da história de vida e da viagem e o recurso a testemunhos, familiares, médicos, etc.

colocação em Seine-Saint-Denis e os outros nove seriam repartidos pelos departamentos mais ou menos limítrofes de Paris. Sem a existência de números oficiais centralizados, as melhores fontes são o relatório de Etiemble (2002) e o estudo comparativo nos 27 países da UE, coordenado pela FTDA (2012). No caso do estudo de Etiemble (2002), utilizam-se principalmente os dados de menores colocados à disposição dos serviços departamentais da ASE, entre os anos 1999 e 2001 (precisando que apenas 47 departamentos tinham transmitido os números). Segundo o estudo, a totalidade de menores isolados estrangeiros sobre proteção da ASE era de 609 em 1999, 985 em 2000 e 1.974 em 2001. As nacionalidades mais representadas eram a romena (20,7% do total para os 3 anos) e a marroquina (17%). Relativamente ao género, o sexo masculino é predominante (78% em média, entre 1999 e 2001). Quanto à idade, apenas 25% eram menores de 15 anos, no mesmo período de referência. Na argumentação da CPR (2007: 18), é referido que “Normalmente, a viagem para a Europa é mais problemática para as raparigas do que para os rapazes, pois estas são as principais vítimas do tráfico para a exploração sexual. Por outro lado, as mulheres, no país de origem, particularmente as jovens, têm um papel essencial no apoio à família”.

O testemunho de Wali Mohammadi (2009: 8) é importante quanto ao género:

“Raras são as mulheres e a maioria viajam com os seus familiares. No decurso dos meus três meses e meio de périplo, nunca vi uma jovem ou uma mulher a viajar sozinha, no meio dos emigrantes.”

Em 2005, um relatório da Inspeção Geral dos Assuntos Sociais veio completar os números de Etiemble (2002). Neste inquérito, que foi aplicado em 63 departamentos, são examinados dois tipos de dados: o número de admissões na ASE por um período de tempo (3.177 menores admitidos entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2003 e 2.330 para os primeiros nove meses de 2004 – até 30 de setembro; e o número de menores tomados a cargo num momento preciso (2.055 em 31 de dezembro de 2003 e 2.467 em 30 de setembro de 2004). Estes números indicam uma estimativa do número de menores que saem do sistema de proteção. Segundo as admissões (5.507 entre o início de 2003 e o fim de setembro de 2004), somente 45% (2.467 menores) continuaram com a proteção. Um outro dado interessante deste relatório é a fraca percentagem que representa os menores estrangeiros isolados relativamente ao total de menores colocados sob o sistema de proteção ASE. Em 31 de dezembro de 2003, sobre o conjunto de menores, somente 2,7% eram menores isolados estrangeiros, percentagem

que se eleva até ao máximo de 13% na ASE de Paris. Uma outra conclusão do estudo, muito diferente daquele que é apresentado em 2002, é a da evolução demográfica do fenómeno de menores estrangeiros isolados ou não acompanhados no conjunto do território francês. Se a cidade Luz continua a concentrar uma parte importante dos acolhimentos (22%), uma quinzena de Departamentos têm a cargo menos de cinquenta menores estrangeiros isolados ou não acompanhados.

Quadro 1
Número de menores ou jovens adultos estrangeiros isolados ou não acompanhados sob a responsabilidade dos Conselhos Gerais

Departamentos	2008	2009	2010	2011	2012
Paris (75)			1035	1700	
Seine Saint-Denis (93)				943	
Pas-de-Calais (62)				355	
Ile-et-Vilaine (35)			205 a)	350	
Isère (38)					261
Rhône (69)			149 b)	219	
Nord (59)		250			
Somme (80)			168		
Bouches-du-Rhône (13)			108		

Legenda: a) em 31/07/2010; b) em 31/12/2009.

Fonte: FTDA (2012).

Relativamente aos pedidos de asilo entre 2003 e 2011, o *Office Français de Protection des Réfugiés et Apatrides* (OFPRA), tomou, em 2011, 590 decisões, dos 595 pedidos formulados pelos menores estrangeiros isolados ou não acompanhados. Em 2010, dos 610 pedidos, foram tomadas 488 decisões. Em 2008, em França, foram registados 410 pedidos de asilo, quando a Áustria registava 711, a Alemanha 727, a Noruega 1.374 e o Reino Unido⁷ 4.285. No caso francês, comparando 2004 e 2008, houve uma queda de 40%.

⁷ Ao contrário de França, no Reino Unido o pedido de asilo é obrigatório.

Quadro 2
Número de pedidos de asilo dos menores estrangeiros isolados ou não acompanhados

Anos	Número	%
2003	949	15,8
2004	1221	20,4
2005	735	12,3
2006	571	9,5
2007	459	7,7
2008	410	6,8
2009	447	7,5
2010	610	10,2
2011	595	9,9
Total	5997	100,0

Fonte: FTDA (2012).

O debate sobre a necessidade de proteger os menores estrangeiros isolados ou não acompanhados em França surge, num primeiro momento, no facto da sua retenção na zona de espera e sobre o problema que colocam à sua ausência de capacidade jurídica para poder contestar as eventuais decisões administrativas de recusa de entrada no território. Efetivamente, qualquer pessoa estrangeira, maior ou menor, intercetada no momento da sua entrada no território pela Polícia das Fronteiras, pode ser mantida durante quatro dias na zona de espera, essa “zona cinzenta”, “em que não se sabe muito bem o que se passa”, segundo informações de um advogado da FTDA. Para além deste prazo, a espera pode ser prolongada (a título excepcional) por mais 8 dias, por decisão de um juiz. Se depois do prazo de 20 dias a pessoa estrangeira não for enviada para o seu país de proveniência ou um país terceiro, ela deve ser autorizada a entrar no território francês, documentada com um visto de 8 dias. Depois desse prazo a pessoa estrangeira é “convidada” a deixar o território.

Até uma data recente os menores eram, por norma, autorizados a entrar no território francês devido precisamente à sua incapacidade jurídica e à sua impossibilidade de apelar às decisões administrativas ou judiciais concernentes. Portanto, uma modificação introduzida pela Lei sobre a Autoridade Parental de 4 de março de 2002 acrescentou um parágrafo à norma, obrigando o Procurador da República, logo que se constate a presença de um menor sem representante legal na zona de espera, a designar um administrador *ad hoc* para assistir o menor durante a sua

retenção e assegurar a sua representação em todos os procedimentos administrativos e jurisdicionais.

Um relatório de julho de 2005 da *Association Nationale d'Assistance aux Frontières pour les Etrangers* (ANAFE) denunciava que, apesar da presença de administradores *ad hoc* destinados a “legalizar” os menores nas zonas de espera, os reenvios sucedem-se. Os números da Polícia de Fronteiras confirmam esta tendência. Das 259 colocações de menores na zona de espera para o período de janeiro a abril de 2005, 55% foram recambiados. A FTDA também apresenta vários dados a este respeito. No aeroporto de Roissy, em 2010, 411 menores foram colocados em zona de espera (14% com menos de 13 anos e 86% com mais de 13 anos). Em 2009, foram colocados 637 menores isolados em zona de espera, dos quais 54 foram admitidos por terem pedido o asilo (8,5%), 318 foram libertados pelos tribunais (49,9%), 125 foram libertados pela *Police aux Frontières* (PAF) (19,6%) e 136 foram embarcados (21,4%). Na França Metropolitana e Além-Mar, em 2009, 698 menores foram colocados em zona de espera, ou seja, uma diminuição de 32,7% relativamente a 2008, enquanto 534 foram admitidos no território (76,5%) e 160 foram embarcados (22,9%).

Num estudo realizado em 2009, a *Human Rights Watch* (HRW) denuncia que os menores, na zona de espera do aeroporto de Roissy-Charles de Gaulle, são muitas vezes confrontados com uma conduta intimidante e mesmo abusiva por parte dos polícias. Há casos em que a polícia obriga crianças de 6 anos a assinar papéis que elas não compreendem; são algemados e revistados nus. Alguns menores entrevistados pela HRW referem também que ficam fechados em gares todo o dia, limitando o acesso às casas de banho (HRW, 2009: 6). Adianta que:

“Quase todos os menores interrogados, declararam que os primeiros contactos com as autoridades francesas tinham sido marcadas por ameaças, humilhações e num clima coercivo, que tinham por objectivo destabilizar os menores e de os travar nos seus intentos, renunciando assim a fazer valer os seus direitos e de aceitarem, de livre vontade, serem reenviados para os seus destinos de origem.”

O relatório da Cruz Vermelha Francesa (*Croix-Rouge Française*, 2001: 18) também denuncia alguns destes factos.

Segundo o artigo 21.12 do Código Civil em vigor em França, o menor estrangeiro sob a responsabilidade dos serviços da ASE pode pedir a nacionalidade francesa por declaração antes de atingir a maioridade. Antes da última reforma da antiga norma de 1945, os únicos documentos a fornecer pelo menor isolado eram a prova de

identidade e a decisão judiciária de assistência educativa. Depois da Lei de 26 de novembro de 2003, designada “Sarkozy”, o menor estrangeiro que deseja pedir a nacionalidade francesa deve acreditar um período mínimo de três anos sobre a proteção da ASE.

Uma parte destes menores com mais de 15 anos sobre proteção (75% do total, segundo os números do estudo de Etiemble, 2002) tentaram regularizar-se pelo número 7 do antigo artigo 12 *bis* da norma de 1945. Esta norma prevê a outorgação da carta de estadia dos estrangeiros que, não podendo beneficiar do reagrupamento familiar, têm laços pessoais ou familiares em França. A realidade eficaz desta via de regularização foi muito fraca.

Mais recentemente, uma instrução do Ministério do Interior francês aligeirou as modalidades de admissão dos menores isolados, especialmente aqueles que foram colocados sobre a proteção da ASE antes de terem 16 anos. Graças à modificação do Código de Trabalho, foram criadas condições mais ligeiras para a entrega de uma autorização de trabalho aos jovens colocados sobre a assistência educativa, tendo 16 anos ou menos. Uma declaração de estadia deverá ser entregue aos menores ou jovens maiores que preencham estas condições. Por outro lado, aqueles que não podem beneficiar do artigo citado anteriormente (confiados à ASE com a idade de 17 anos) podem também obter uma declaração de estadia temporária sob certas exigências, nomeadamente seguir um percurso de inserção profissional em França e não ter qualquer perspectiva de retorno devido à ausência ou perda de laços com a família que ficou no país de origem.

3. Os menores estrangeiros não acompanhados em Portugal

A realidade dos menores estrangeiros isolados ou não acompanhados em Portugal não é muito conhecida. O estudo *A Situação dos Menores Desacompanhados em Portugal: características e recomendações*, publicado pelo Conselho Português para os Refugiados (CPR, 2007: 14), salienta que “não existem, porém, informações precisas sobre a extensão deste grupo”, posição reforçada pelo relatório *Receção, Retorno e Integração de Menores Desacompanhados em Portugal*, realizado pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Rede Europeia das Migrações, 2008.

A lei n.º 67/2003, de 23 de agosto, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2001/55/CE, do Conselho, de 20 de julho, no seu Artigo 2.º, define como

“Menores desacompanhados os cidadãos de países terceiros à União Europeia ou apátridas, com idade inferior a 18 anos, que entrem em território nacional não acompanhados por um adulto que, nos termos da lei, por eles se responsabilize e enquanto não forem efetivamente tomados a cargo por essa pessoa, ou menores abandonados após a entrada no território nacional”.

O quadro legal nacional de referência nesta matéria é constituído pela Lei n.º 23/2007, de 4 de julho (Lei dos Estrangeiros), pela Lei n.º 27/2008, de 30 de junho (Lei do Asilo) e pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, que tem por objeto a promoção dos direitos e a proteção das crianças e jovens em perigo.

Em termos de números, e segundo o relatório do SEF (2008: 3), “A afluência de menores desacompanhados a Portugal é bastante reduzida. Tal realidade reflete-se e, naturalmente, condiciona o desenvolvimento de alguns aspetos da abordagem desta temática, em especial no que se prende com a vertente estatística”. Acrescenta ainda que “A dimensão do fenómeno em Portugal inibe a divulgação das estatísticas relacionadas com esta população, uma vez que a sua publicação seria suscetível de pôr em risco a confidencialidade dos dados pessoais dos menores em causa. Desta forma, a divulgação destes dados é restrita, respeitando a legislação nacional referente à protecção de dados pessoais, particularmente a Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro”.

A situação identificada de menores desacompanhados é a que resulta de casos de recusa da entrada, nos termos previstos pela legislação nacional que enquadra o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros de território nacional. A decisão de recusa de entrada tem como pressuposto a avaliação da existência de risco no retorno ao país de origem, conforme consagrado no Código Europeu dos Direitos Fundamentais e na legislação nacional sobre o asilo (Lei n.º 27/2008, de 30 de junho).

Neste contexto destacam-se as recusas de entrada a menores nacionais do Brasil. “Em termos globais, verifica-se que a pressão migratória de menores desacompanhados para Portugal é predominantemente originária do Brasil” (SEF, 2008: 4). A existência de uma comunidade brasileira sedimentada e de dimensão significativa (em 2007, os brasileiros eram a comunidade estrangeira mais representativa em Portugal – 66.354 residentes brasileiros), as relações históricas e culturais e a existência de uma língua comum poderão estar na origem da escolha de Portugal como destino a procurar.

As situações de menores desacompanhados que entram no país reportam-se, em boa parte, a casos de requerentes de asilo. Dos pedidos entrados nos últimos três anos, a

maioria são rapazes, provenientes de países do continente africano, nomeadamente de países da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfím, Gambia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo) e com idades compreendidas entre os 16 e os 18 anos.

Neste período, os pedidos de asilo de menores desacompanhados em Portugal nunca ultrapassou os 7 por ano. No estudo do CPR (2007), tendo por base sete anos de análise (de 2000 a 2007), foram registados 34 casos de menores desacompanhados requerentes de asilo, correspondendo a 4,25 casos por ano, em média. Nos anos 2003, 2004 e 2006 não existem pedidos de asilo efetuados por menores.

Relativamente aos menores isolados ou não acompanhados admitidos em Portugal, estes são, na sua maioria, provenientes de países da África Ocidental, sobretudo de países que integram a Comunidade Económica dos Estados Africanos Ocidentais. A necessidade de proteção, decorrente da fuga a situações de perseguição no país de origem, podendo ou não culminar num pedido de asilo, são as principais motivações.

Formalmente, o processo de pedido de asilo de menor desacompanhado é semelhante ao de pedido de asilo comum. A grande diferença no que concerne a esta população específica é relativa às medidas de acolhimento e integração destes requerentes de asilo. Em contrapartida, o número escasso de processos em Portugal permite um acompanhamento muito próximo destes menores, facilitando a gestão eficiente e a observância dos direitos previstos na lei.

No que se refere às recusas de entrada de menores desacompanhados em postos de fronteira portugueses entre 2002 e 2008, verifica-se que os anos em que se registaram mais ocorrências foram os de 2002 (208 recusas) e de 2003 (79 recusas). Em 2004, foi recusada a entrada a 50 menores desacompanhados e, em 2005, a 40 menores, em idênticas circunstâncias. A partir de 2006, os dados permitem conhecer a origem dos menores desacompanhados alvo de recusa de entrada. A análise do Quadro 3 deixa bem claro que a nacionalidade da larga maioria dos menores desacompanhados era brasileira.

Quadro 3
Recusas de entradas a menores desacompanhados por nacionalidade

Ano	País de nacionalidade	Total
2008	Angola	4
	Brasil	54
	Outros	6
	Total	64
2007	Brasil	62
	Outros	8
	Total	70
2006	Bolívia	6
	Brasil	27
	Venezuela	3
	Outros	4
	Total	40

Fonte: SEF (2008).

Quadro 4
Recusas de entradas a menores não acompanhados desde 2002

Anos	Recusas de Entradas	%
2002	208	37,7
2003	79	14,3
2004	50	9,1
2005	40	7,3
2006	40	7,3
2007	70	12,7
2008	64	11,6
Total	551	100,0

Fonte: SEF (2008).

Tal como em França (aeroporto de Roissy-Charles de Gaulle, Paris), o posto de fronteira do aeroporto da Portela - Lisboa (PF001) é aquele onde os menores estrangeiros isolados ou não acompanhados chegam com maior frequência. O número de menores que requerem asilo na fronteira portuguesa é escasso, inconstante e diverso em termos de nacionalidades. Estamos, assim, perante um fenómeno diferente do que se observa em alguns Estados-membros.

Segundo um relatório publicado pelo Alto Comissariado para os Refugiados, em 2004 (*Trends in unaccompanied and separated children seeking asylum in industrialized countries, 2001-2003*), 12.800 menores estrangeiros desacompanhados ou separados apresentaram pedidos de asilo em 28 países, em 2003. Os países mais afetados foram o Reino Unido (2.800), a Áustria (2.050), a Suíça (1.330), os Países Baixos (1.220), a Alemanha (980) e a Noruega (920). Estes seis países sozinhos representavam 73% dos pedidos de asilo apresentados por menores estrangeiros desacompanhados.

Em termos de dados agregados relativos aos anos de 2006, 2007 e 2008, verifica-se que, neste triénio, apenas 16 menores desacompanhados requereram asilo em Portugal, sendo que o número de pedidos nunca foi superior a 7 por ano. A maioria destes pedidos diz respeito a menores desacompanhados do sexo masculino e com idades entre os 16 e os 18 anos, provenientes do Continente Africano, nomeadamente de países da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental. Nenhum menor desacompanhado proveniente de um Estado Membro da UE requereu asilo em Portugal. Tal como em França, é importante efetuar a avaliação da idade cronológica da pessoa.

Segundo a CPR (2007: 20), “Em Portugal, os testes utilizados pelo Instituto Nacional de Medicina Legal, entidade independente externa que, entre outras funções, estima a idade dos menores requerentes de asilo, são, normalmente, os Raios X à placa dentária, designadamente, o Método de Haavikkos (ao sexo masculino, avalia o estágio de formação dos dentes 18, 28, 38 e 48), o Método de Kullman (ao sexo masculino que avalia o estágio de formação da raiz dos dentes 38 e 48), o Método de Harris & Nortjèn (sem discriminação por sexo que avalia o estágio de formação da raiz do dente 38 e 48) e, por último, o Método de Demirjian (ao sexo masculino, a técnica mais potente que testa os dentes 41-47)”.

Sobre as condições de receção e medidas de integração dos menores isolados, o relatório do SEF (2008) sublinha que vários são os atores institucionais envolvidos no acompanhamento de processos relativos a menores desacompanhados. Vejamos quais:

- O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), sobretudo no que concerne aos procedimentos de admissão em território nacional e à receção, admissão e instrução dos pedidos de asilo;
- O Conselho Português para os Refugiados (CPR), organização não-governamental que desempenha um papel fundamental na área do asilo e

refugiados e, no caso particular dos menores desacompanhados, no seguimento dos pedidos de asilo, na representação legal dos seus interesses, no acolhimento e garantia de aplicação da lei, bem como no acesso aos direitos aí previstos;

- Os Tribunais de Família e Menores, que promovem os direitos de protecção das crianças e jovens em perigo, o que enquadra os menores desacompanhados por se encontrarem numa situação de abandono ou entregues a si próprios;
- As Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJRs), compostas por equipas multidisciplinares que, numa base concelhia, promovem os direitos da criança e do jovem e acautelam situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

Para além destas, existe um conjunto alargado de entidades de diversa natureza que concorrem na missão de acolher e proteger menores desacompanhados ou em situação de risco. Estas entidades cooperam no sentido de garantir o melhor interesse das crianças, tanto dos menores requerentes de asilo quanto dos menores estrangeiros desacompanhados em território português.

O CPR é o único espaço, em Portugal, destinado ao alojamento de requerentes de asilo. Neste centro existe um quarto especificamente destinado a menores desacompanhados requerentes de asilo. De acordo com a legislação nacional, os menores desacompanhados, com idade igual ou superior a 16 anos, podem ser colocados em centros de acolhimento de adultos requerentes de asilo.

Quando admitidos para instrução do pedido de asilo, o SEF emite uma autorização de residência provisória ao menor requerente, válida pelo período de quatro meses, contados da data de decisão de admissão do pedido, e renovável por iguais períodos até decisão final do processo. Finda a instrução, o SEF elabora uma proposta fundamentada de concessão ou recusa de asilo.

Os menores desacompanhados requerentes poderão beneficiar do estatuto de refugiado ou de protecção subsidiária, sendo, neste caso, concedida uma Autorização de Residência por razões humanitárias, válida pelo período de dois anos, renovável salvo se razões imperativas de segurança nacional ou ordem pública o impedirem.

Conclusão

Se em França o número de menores estrangeiros isolados ou não acompanhados é “assustador” ou “dramático”, para utilizarmos a expressão do Presidente do Conselho Geral do Norte, Bernard Derosier, levando a que os serviços não consigam dar resposta cabal, em Portugal o número de afliências de menores é reduzido (e, de entre esses, pouquíssimos os que pedem asilo), sendo possível um tratamento praticamente personalizado de cada processo. Estas circunstâncias facilitam um acompanhamento de proximidade e garantem a execução dos apoios legalmente previstos.

A CPR (2007: 29) recomenda até que “Dada a vulnerabilidade destas crianças é necessário que um apoio efetivo seja providenciado assim que cheguem ao aeroporto, evitando a sua ‘retenção’. Com efeito, uma criança que esteja numa zona internacional de um aeroporto tem que ser admitida de imediato em território nacional”.

Fácil de enunciar, para quem tem entre 4 e 7 casos por ano, difícil de concretizar, como vimos pela experiência francesa, que acolhe mais de 7 mil casos. Essa dificuldade é devida, por um lado, aos avultados gastos financeiros. Em 2009, o orçamento alocado para as políticas da infância e da família foi elevado a 400 milhões de euros. O apoio a um menor por dia pode custar cerca de 200 euros. O orçamento da agência *Frontex* passou de 18 a 83 milhões de euros em três anos. A crise económica e financeira, em França e na Europa, traduz-se numa recessão terrível. E, nestes períodos, os responsáveis dos Estados privilegiam o encerramento da liberdade e da generosidade.

Por outro lado, temos a ausência de estruturas adequadas de alojamento, que não conseguem acolher todos os pedidos. A ASE, por exemplo, dispõe do poder de dar abrigo para situações de urgência. Quando um menor isolado estrangeiro corre perigo imediato (falta de alojamento ou comida), esta entidade pode admitir imediatamente, mas a título temporário durante 72 horas, ou seja, 3 dias. Para além deste prazo, os serviços têm que pedir a autoridade judicial (Procurador da República ou Juiz do Tribunal de Menores).

São vários os técnicos, educadores e assistentes sociais da ASE, em Paris, que têm a seu cargo, em média, 35 menores para “gerir”, ou seja, que é preciso acompanhar em termos de alojamento (provisório ou perene), saúde, educação, integração na sociedade francesa, etc. Os serviços públicos e associativos estão a “rebentar pelas costuras” de trabalho. Um técnico da FTDA, em entrevista, sublinhava que “fazemos o que podemos, com os meios que nos são dados, sendo que esta situação não poderá

continuar por muito mais tempo”. Mas a verdade é que ela se mantém e vai-se agravando, pois todos os dias chegam menores ao território francês.

Myriam El Khomri, adjunta do Presidente da Câmara Municipal de Paris e encarregada da Proteção da Infância, referia, nas primeiras jornadas europeias sobre menores isolados estrangeiros, em dezembro de 2009, que:

“Com efeito, entre os anos 2008 e 2009, nós tínhamos registado um aumento de 60% de chegadas de menores na grande Paris. No total, faltava em Paris 900 locais de alojamento para os adolescentes (franceses e estrangeiros). É, por isso, difícil tornar operacional os serviços e o sector associativo, tal como a ASE, está sobrelotado.”

Ou seja, uma “batata quente”. Os técnicos, que lidam diariamente com esta realidade, julgam que os menores são enviados de estrutura em estrutura, entre um enorme e complexo vai e vem entre o tribunal e os serviços de administração pública, a distribuição de refeições, *kits* de higiene, senhas de refeição, bilhetes de transporte, idas ao médico, etc., ou seja, um sentimento de impotência e um dispêndio enorme de energia para escassos resultados no final.

Os menores desacompanhados só podem ser repatriados para o seu país de origem ou para um país terceiro que esteja disponível para o seu acolhimento se, à chegada, lhes forem assegurados o acolhimento e a assistência adequados. Na prática, as autoridades, quer francesas, quer portuguesas competentes nesta matéria, só fazem retornar um menor não acompanhado se existir a garantia de assistência, à chegada, de um adulto responsável, nomeadamente um dos progenitores. Os menores nacionais de países terceiros não podem ser alvo de um processo de afastamento coercivo do país. Porém, não está excluída a possibilidade de recurso ao regresso voluntário.

De mencionar ainda, no âmbito do quadro legal do asilo, a proibição de expulsar ou repelir para territórios onde a liberdade do requerente de asilo fique em risco, que por qualquer das causas possam constituir fundamento para a concessão de asilo ou de qualquer forma violem a proibição de expulsar e de repelir (princípio de *non-refoulement*), em conformidade com as obrigações internacionais. Igualmente ninguém será devolvido, afastado, extraditado ou expulso para um país onde seja submetido a torturas ou a tratamentos cruéis ou degradantes.

O interesse superior do menor deve ser tido em conta, mas, muitas vezes, ele não é respeitado. Em França, vários exemplos podem ser dados a este nível. Como os serviços de proteção dos menores estão sobrecarregados, passam-se meses sem serem

recebidos em entrevista. Por vezes, são enviados para vários estabelecimentos sem fazer qualquer visita de pré-admissão e sem ter em conta as suas vontades de fazerem determinada formação.

Existe também uma enorme falta de lugares em centros educativos, sobretudo em Paris, onde a crise de alojamento se faz sentir há muitos anos, e a seleção dos candidatos impera (formalmente e informalmente). Quando os menores estão próximos da maioridade (18 anos), muitos estabelecimentos educativos ou profissionais não os aceitam. Se não têm documentos em ordem (cartão de identidade, passaporte) e se se prevê demora na obtenção dos mesmos, não são aceites. Existe igualmente uma triagem ao nível da seleção dos menores, com base numa presunção de comportamento. Se são provenientes de determinados países, como o Bangladesh, por exemplo, são aceites, pois parte-se do princípio de que são cordiais, respeitadores das regras e, por isso, não irão criar problemas ao nível da segurança e indisciplina. Se são africanos, muitos estabelecimentos não os aceitam, pois parte-se do princípio que são agressivos, que ofendem os educadores e, por vezes, destroem os espaços e o material quando os conflitos físicos surgem. As dificuldades são também ao nível da obtenção dos documentos de identidade, pois os funcionamentos das embaixadas e consulados são muito díspares.

Tratando-se de menores isolados, não acompanhados ou “separados” estrangeiros parece-nos que deveriam existir várias prioridades. Entre outras, salientamos: um maior respeito do direito à informação (nomeadamente sobre o direito de asilo) e das declarações dos menores; uma promoção de esforços de uma protecção imediata; uma avaliação da idade que respeite a criança, de acordo com as recomendações do Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR); uma igualdade de direitos; e um acesso à escolaridade e à formação profissional, por exemplo, elementos fundamentais para a construção do seu projeto de vida.

Referências bibliográficas

- BECKER, Carl Bradley (1982), “Philosophical perspectives on the martial arts in America”,
Journal of the Philosophy of Sport, 9, pp. 19-29.
- BOURDIEU, Pierre (1989), *O poder simbólico*, Lisboa, Difel.

- CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS REFUGIADOS (2007), *A Situação dos Menores Desacompanhados em Portugal: características e recomendações*, Lisboa, Conselho Português para os Refugiados.
- COSTA, António Firmino (1986), “A pesquisa de terreno em sociologia”, in Augusto Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 141-142.
- CROIX-ROUGE FRANÇAISE (2001), “Regards sur le parcours des mineurs isolés étrangers maintenus en zone d’attente à l’aéroport de Roissy CDG en 2010 à travers la mission d’administrateur ad hoc de la Croix-Rouge française”, *Regards sur le parcours des mineurs isolés étrangers*, n° 9, Direction de l’Action Sociale (DAS), [Consult. a 30.07.2013]. Disponível em: <www.croix-rouge.fr>.
- DEBRE, Isabelle (2010), *Les mineurs isolés étrangers en France*, Sénat, [Consult. a 18.08.2014]. Disponível em: <http://infomie.net/IMG/pdf/rapport_mineur_20100510.pdf>.
- DIOME, Fatou (2003), *Le ventre de l’atlantique*, Paris, Anne Carrière.
- ELIAS, Norbert (1997), *Envolvimento e distanciamento: estudos sobre sociologia do conhecimento*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- ETIEMBLE, Angéline (2002), *Les mineurs isolés étrangers en France. Evaluation quantitative de la population accueillie à l’Aide Sociale à l’Enfance. Les termes de l’accueil et de la prise en charge*, Quest’us/DPM, octobre, [Consult. a 23.05.2012]. Disponível em: <www.Odris.fr>.
- (2008), “Parcours migratoires des mineurs isolés étrangers, catégorisation et traitement social de leur situation en France”, *E-migrinter*, 2, pp. 180-185.
- FTDA (2012), *Le droit d’asile des mineurs isolés étrangers dans l’Union Européenne : une étude comparative dans 27 pays de l’UE*, Paris, FTDA.
- GATTI, Fabrizio (2008), *Bilal sur la route des clandestins*, Paris, Liana Levi Piccolo.
- GEDA, Fabio (2001), *Dans la mer il y a des crocodiles*, Paris, Liana Levi Piccolo.
- GOFFMAN, Erving (1973), *La mise en scène de la vie quotidienne: la présentation de soi*, Paris, Editions de Minuit.
- HALVORSEN, Kate (2002), “Separated children seeking asylum-seeking young people”, *Forced Migration Review “Dilemmas of Development-induced displacement”*, 12, pp. 31-33.
- HERNANDEZ, Daniel Senovilla (2005), “Le traitement des mineurs étrangers isolés en France et en Espagne. Brève référence aux modèles allemand et italien”, *2^{ème} rencontré Jeunes & Sociétés en Europe*, Marseille, octobre 2005.

- HUMAN RIGHTS WATCH (2009), *Perdus en zone d'attente Protection insuffisante des mineurs étrangers isolés à l'aéroport de Roissy Charles de Gaulle*, Octobre, [Consult. a 29.07.2011]. Disponível em: <<http://www.hrw.org>>.
- INSPECTION GÉNÉRALE DES AFFAIRES SOCIALES (2005), "Mission d'analyse et de proposition sur les conditions d'accueil des mineurs étrangers isolés en France", *Rapport 2005010*, pp. 5-16.
- KETELE, Jean-Marie; ROEGIERS, Xavier (2009), *Méthodologie du recueil d'informations*, Bruxelles, De Boeck.
- MALINOWSKI, Bronislaw (1922), *Argonauts of the Western Pacific*, London, Geo Routledge.
- MOHAMMADI, Wali (2009), *De Kaboul à Calais: l'incroyable périple d'un jeune Afghani*, Paris, Robert Laffont.
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van (1998), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 2.^a ed., Lisboa, Edição Gradiva.
- SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS (2008), *Receção, Retorno e Integração de Menores Desacompanhados em Portugal*, Lisboa, Rede Europeia das Migrações.
- SMAIM, Laacher, (2002), *Après Sangatte... nouvelles immigrations, nouveaux enjeux*, Paris, La Dispute/Snédit.
- (2007), *Le peuple des clandestins*, Paris, Calmann-Lévy.
- UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES (2004), *Trends in unaccompanied and separated children seeking asylum in industrialized countries, 2001-2003*, July, Geneva, [Consult. a 29.07.2011]. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/search?page=search&docid=40f646444&query=unhcr%20statistics>>.
- WATERS, Malcolm (1999), *Globalização*, Lisboa, Celta Editora.

Legislação

- Código Civil Francês* (2012), Paris, Dalloz.
- Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo.
- Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.
- Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, estabelece as condições e procedimentos de concessão de asilo ou protecção subsidiária.
- Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2001/55/CE, do Conselho, de 20 de julho.
- Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, Lei de Protecção dos Dados Pessoais.
- Lei n.º 2003-1119 de 26 de novembro 2003, relativo à imigração, à permanência dos estrangeiros em França e à nacionalidade.

Vítor Rosa. Docente na Faculdade de Educação Física e Desporto e Investigador no Centro de Pesquisa e Estudos Sociais (CPES) da Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração da Universidade Lusófona de Lisboa (Lisboa, Portugal) e Sociólogo na *France Terre d'Asile* (Paris, França). Endereço de correspondência: Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração, Universidade Lusófona de Lisboa, Campo Grande 376, 1749-024 Lisboa, Portugal. *E-mail:* vitor.rosa@ulusofona.pt.

Artigo recebido a 3 de agosto de 2013. Publicação aprovada a 30 de setembro de 2014.

Recensão crítica da obra

De l'artification. Enquêtes sur le passage à l'art

Natália Azevedo

Universidade do Porto

De l'artification. Enquêtes sur le passage à l'art é o volume 20 da coleção “Cas de figure”, organizado pelas sociólogas Nathalie Heinich e Roberta Shapiro, e centra-se na análise do conceito de *artification* e na discussão das suas virtualidades e tensões quando aplicado ao estudo do *mundo da(s) arte(s)*. Enquadra-se numa coleção que procura desenhar uma relação possível entre as ciências sociais, no caso a sociologia, e o espaço público, quer quanto aos modos de diagnóstico da realidade social contemporânea, quer quanto à síntese refletida sobre os instrumentos operatórios de leitura e intervenção nos espaços sociais. Como se refere na sua apresentação, *La science sociale sort de son laboratoire pour reconquérir sa place dans l'espace public*¹.

O volume de 336 páginas que aqui se apresenta, sob um formato quase de bolso, integra o contributo teórico-empírico de diferentes autores e sob olhares direcionados para objetos peculiares do *mundo da(s) arte(s)*. Para além dos sempre necessários índices de autores e remissivo, que dimensionam a vertente pedagógica da própria publicação, o volume tematiza um conjunto significativo de objetos, atores e contextos artísticos. Propõe-nos uma circulação entre a dança *hip-hop* e a fotografia, o circo e a magia, a arte *naïf* e a arte bruta, a banda desenhada e o património, o cinema e o teatro, a moda e a “arte sacra”, o *grafitti* e o artesanato, entre alguns outros. Fã-lo como forma de dar respostas à questão: *o que é a arte?*, ou de modo mais adequado às preocupações dos autores, *quando e como é que algo se torna arte?*. Numa primeira aproximação ao

¹ Apresentação de La Collection “Cas de figure”, disponível em <http://editions.chess.fr/collections/cas-de-figure/>, consultado pela última vez a 28 de julho de 2014.

conceito, *artification* (neologismo que numa tradução literal significa *artificação*) é o processo pelo qual práticas sociais e culturais do quotidiano se transformam em arte(s); é o processo de *fabricação* do objeto artístico. Tais interrogações têm um lugar central na contemporaneidade das políticas culturais de iniciativa pública (locais, regionais e centrais) das democracias europeias, na relação direta com vetores tensos e dinâmicos como cultura/artes/democratização cultural ou sociedade/poder político/economia da cultura e das artes.

A organização formal do livro obedece a um modelo transversal, onde deambulam olhares da antropologia da arte, da história cultural e da sociologia pragmática. Expõem-se casos empíricos de passagem de não artes a artes, ressaltando-se os contextos de emergência e as condições que as sustentam enquanto artes - onze estudos originais (*Enquêtes*); e ensaiam-se exercícios de generalização de propostas de leitura da produção/criação artística no contexto francês e europeu - cinco sugestões de síntese (*États de lieux*). O livro traduz um esforço de consolidação das possibilidades de objeto e de prática metodológica da sociologia da arte que, na sua trajetória histórica, oscilou entre a heteronomia e a autonomia da obra de arte como efeito direto das disciplinas que estiveram na sua origem (a estética, a história da arte e a sociologia). Hoje, no cruzamento dos vértices da criação, receção, mediação e (definição) da obra de arte, a sociologia da arte tende a situar-se como uma sociologia das artes, na pluralidade teórico-metodológica dos seus pontos de partida e de chegada.

O livro faz uma clarificação operacional do conceito de *artification* no contexto das sociedades marcadas pela globalização cultural e artística. Os autores entendem-no como um processo de transformação da não-arte em arte que *entraîne un déplacement durable de la frontière entre arte et non-art, et non pas d'abord une élévation sur l'échelle hiérarchique interne aux différents domaines artistiques* (2012: 20). Situam-se fora da perspetiva de *classificação* e de *legitimação* dos fenómenos artísticos, assumem a deslocação e relativização das fronteiras entre categorias artísticas e tornam visíveis novas formas de arte. Por outro lado, e face ao contexto contemporâneo da extensão e visibilidade quotidianas das atividades artísticas (com o alargamento do número de artistas, dos públicos e dos mercados das artes e da cultura), esta evidência empírica desenha um duplo processo: o alargamento das chamadas “artes estabelecidas” e o consubstanciar de “novas formas de arte”, quer nos espaços convencionais de criação/receção, quer no espaço público e na sobreposição entre diversos lugares da criação/mediação/receção artísticas.

De *l'artification* perspetiva as ações dos sujeitos, os sentidos que dão às suas ações e os efeitos que têm sobre as suas práticas. De cariz etnográfico, e numa relação estreita com a materialidade das ações quotidianas (sob suporte analítico de uma sociologia pragmática), a dimensão processual da análise cruza uma antropologia da arte com uma inscrição microsociológica dos atributos formais e semânticos dos objetos artísticos, sem obliterar a presença necessária de uma sociologia de cariz institucional (as instituições da cultura e das artes do mundo ocidental). Concentra-se a atenção sobre as ações (e não apenas sobre os discursos das ações) observadas (e não apenas narradas ou reconstituídas) em situações reais do mundo cultural e artístico.

Nesse sentido, os autores propõem um afastamento (apenas temporário, do nosso ponto de vista) quanto às propostas meso-sociais, assentes em análises dos factos externos ao ato criativo: abordam os conteúdos e o valor da obra de arte, os quadros institucionais e organizacionais da produção, receção e distribuição das obras de arte segundo pressupostos externos, lógicas de campo e convenções instituídas. Isto é, a arte como produto das estruturas e atores institucionais, que criam as barreiras culturais e as hierarquias artísticas. Ao domínio do *paradigma da classificação e da legitimação* e, como tal, do interesse pela operação semântica do *campo artístico*, sugere-se a *descrição sistemática e necessária das situações e dos atores criadores*, prévia a esse esforço institucional da classificação hierarquizada dos modos de arte.

Por via da *artification*, é possível compreender a génese dos objetos artísticos e as condições da sua existência, com base numa teoria da ação dos sujeitos. Ao paradigma da *avaliação*, que faz parte do mundo da arte, contrapõe-se o paradigma da *identificação* do mundo artístico na sua origem e existência processual. Assume-se a diferença entre *qualificação (identificação)* e *legitimação (avaliação)* dos objetos artísticos, ainda que entre ambas haja uma relação causal circular. Num primeiro momento, os objetos são designados com base em processos concorrentes de descrição porque diferentes atores o fazem; num segundo momento, são alvo de avaliações positivas ou negativas, legitimadas ou não legitimadas, no quadro do *mundo da(s) arte(s)*. Não se define *a priori* aquilo que é uma obra de arte ou um artista, mas induzem-se as suas propriedades efetivas. Para o efeito, os autores constroem indicadores – *marcadores observacionais* – que vão desde a análise dos domínios/setores artísticos e dos atores sociais (criadores, mediadores, mercados, públicos), passando pelos resultados (duráveis e em curso) e pelos efeitos da *artification* (como, por exemplo, legitimação e autonomização das práticas, esteticização e

autenticação das obras, entre outros), até às abordagens terminológica, jurídica, cognitiva, institucional ou estética, para citar apenas alguns, do processo em si.

A arte é o resultado de processos sociais, datados e situados, e não um *corpus* de objetos definidos uma única vez e por todos os que representam instituições e disciplinas consagradas. É uma proposta *in progress*, contraditória e tensa. A pluralidade dos sentidos dados àquilo que se entende como artes constitui, nesse esforço disciplinar, a virtualidade por excelência de uma sociologia das artes que se afirma enquanto tal. Este “Cas de figure” é um contributo a cruzar com os demais já existentes.

Referências bibliográficas

HEINICH, Nathalie; SHAPIRO, Roberta (eds.) (2012), *De l'artification. Enquêtes sur le passage à l'art*, Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales.

Natália Azevedo. Socióloga, Professora Auxiliar do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Investigadora Integrada do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto, Portugal. *E-mail:* nazevedo@letras.up.pt.

Recensão recebida a 5 de agosto de 2014. Publicação aprovada a 11 de agosto de 2014.

ESTATUTO EDITORIAL

SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

ESTATUTO EDITORIAL

A *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, da responsabilidade do Departamento de Sociologia, iniciou a sua edição em 1991, na sequência da criação da Licenciatura em Sociologia, em 1985, e do Instituto de Sociologia, três anos depois.

Na qualidade de revista científica, tem como objetivo principal a divulgação de trabalhos de natureza sociológica que primam pela qualidade e pela relevância, em termos teóricos e empíricos. É, igualmente, um espaço que inclui os contributos provenientes de outras áreas disciplinares das ciências sociais. Prossegue uma linha editorial alicerçada na diversidade teórica e metodológica, no confronto vivo e enriquecedor de perspetivas, no sentido de contribuir para o avanço e para a sedimentação em particular do conhecimento sociológico.

A Revista aceita trabalhos de diversa natureza – artigos, recensões, notas de investigação e ensaios bibliográficos – e em várias línguas como o português, francês, inglês e espanhol, o que visa alcançar um amplo campo de difusão e de internacionalização. Os trabalhos são avaliados por especialistas em regime de duplo anonimato. Publica-se semestralmente e com um número temático todos os anos.

SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES

N.º XXVII, JANEIRO-JUNHO 2014

EDITORIAL

ARTIGOS

A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990

Ricardo Antunes

Trabalho e processos de marginalização social no século XXI: aproximações teóricas e dados estatísticos

Agostinho Rodrigues Silvestre e Luís Fernandes

Diplomados do ensino superior e posicionamentos avaliativos

Lúisa Pinheiro

Participação associativa dos investigadores científicos em Portugal

Luís Junqueira, Ana Delicado, Raquel Rego e Cristina Palma Conceição

A economia social como setor empregador nos distritos de Viseu e da Guarda

Maria Teresa de Sousa e Ilona Kovács

Autonomia, autoridade e confiança em tempo de novas TIC: atitudes e práticas diferenciadas entre os alunos do secundário

Nuno Ferreira

Deambulações exploratórias no Centro Histórico de Guimarães – pontos de chegada sociológicos num estudo multidisciplinar

Natália Azevedo e Raquel Cadilhe Pereira

N.º XXVIII, JULHO-DEZEMBRO 2014

EDITORIAL

ARTIGOS

Política e Administração: em que medida a atividade política conta para o exercício de um cargo administrativo

João Bilhim

Para uma história operária do capital: classe, valor e conflito social

Ricardo Noronha

Da *Geração à Rasca* ao *Que se Lixe a Troika*. Portugal no novo ciclo internacional de protesto

José Soeiro

Rituais Familiares: Práticas e Representações Sociais na Construção da Família Contemporânea

Rosalina Costa

Padrões de mudança de casa e eventos de vida: uma análise das carreiras habitacionais

Magda Nico

A fotografia como retrato da sociedade

Ana Rita Bastos

Narrativas das relações entre o Estado e as organizações do terceiro setor: algumas pistas de análise

Paula Guerra e Mónica Santos

A Socialização Antecipatória para a Profissão Docente: estudo com Estudantes de Educação Física

Patrícia Gomes, Paula Queirós e Paula Batista

Fundos de conhecimento e egoredes: traduzindo uma abordagem teórico-metodológica

Filipa Ribeiro

TEXTOS

Contributos para a definição de uma visão estratégica na construção de um percurso profissional de sucesso

Rui Santos

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO

– INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES –

1. A *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (RS)* aceita textos de diversa natureza: artigos; recensões; notas de investigação; ensaios bibliográficos.
2. A **RS** publica por ano um número temático. Poderão ser apresentadas propostas nesse sentido, que serão sujeitas a avaliação.
3. Os textos apresentados terão de ser originais, assumindo os autores que não foram publicados, qualquer que tenha sido a sua forma de apresentação. Excepcionalmente o Conselho de Redação da **RS** poderá aceitar trabalhos já publicados, desde que considerados relevantes cientificamente.
4. Os autores devem indicar a natureza do seu texto (artigos, recensões, notas de investigação ou ensaios bibliográficos).
5. Os textos poderão ser apresentados em português, francês, espanhol e inglês.
6. Os textos serão sujeitos a um processo de avaliação com vista à sua possível publicação. A direção da **RS** efetuará uma avaliação inicial que tomará em conta a pertinência do texto face à linha editorial, a qualidade e o cumprimento integral das normas formais de apresentação estipuladas no presente documento. Posteriormente, os textos serão submetidos à avaliação de *referees*, na qualidade de especialistas, em regime de duplo anonimato.
7. Se necessário, aos autores poderá ser solicitada a revisão dos textos de acordo com as avaliações realizadas. A decisão final da publicação será da responsabilidade do Conselho de Redação. Aos autores será comunicada a decisão final sobre a publicação do seu texto.
8. Devem ser apresentadas duas versões dos textos devidamente corrigidas: uma que corresponde ao que o autor propõe que seja publicado; outra anónima e em que estão suprimidas todas as referências que possibilitem a identificação do autor, sendo esta a versão submetida a avaliação.
9. Os textos devem incluir as respetivas autorias, indicando os seguintes aspetos: nome do autor; filiação institucional (departamento, faculdade e universidade/instituto a que pertence,

bem como a cidade e o país onde se localiza a instituição); correio eletrônico; contacto telefónico; endereço de correspondência (preferencialmente endereço institucional; no caso dos artigos em coautoria, deve existir apenas um autor de correspondência).

10. Os textos devem ser redigidos em páginas A4 com margem normal, a espaço e meio, tipo de letra *Times New Roman* e corpo de letra 12, em formato *Word for Windows* ou compatível. As notas de rodapé e os quadros devem apresentar corpo de letra 10 e espaçamento de 1,15.

11. O limite máximo de dimensão dos artigos é de 50.000 caracteres, incluindo resumos, palavras-chave, espaços, notas de rodapé, referências bibliográficas, quadros, gráficos, figuras e fotografias. As resenhas não devem ultrapassar os 8.000 caracteres, incluindo espaços; as notas de investigação e ensaios bibliográficos, os 20.000 caracteres, incluindo espaços.

12. O título completo do texto deve ser apresentado em português, francês, espanhol e inglês. O artigo deve ser acompanhado por um resumo de 600 caracteres (máximo), redigido em cada uma destas línguas, bem como por 3 palavras-chave.

13. Os quadros, gráficos, figuras e fotografias devem ser em número reduzido, identificados com numeração contínua e acompanhados dos respetivos títulos e fontes e apresentados a preto e branco. Estes elementos devem vir no texto e de modo separado, com o título e fontes respetivos, em formato JPEG. As imagens não podem ter uma largura superior à do corpo do texto. O Conselho de Redação reserva-se o direito de não aceitar elementos não textuais cuja realização implique excessivas dificuldades gráficas ou um aumento dos custos financeiros.

14. Os textos terão de indicar claramente as fontes e referências, de natureza diversa, respeitante aos elementos não originais. Se existirem direitos de propriedade intelectual, os autores terão de solicitar as correspondentes autorizações. A **RS** não se responsabiliza pelo incumprimento dos direitos de propriedade intelectual.

15. As referências bibliográficas e citações serão incluídas no corpo do texto, de acordo com a seguinte apresentação: Lima, 2005; Lima (2005); Lima (2005: 35); Lima *et al.* (2004).

16. Nas notas de rodapé devem utilizar-se apenas números. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do texto.

17. Nos artigos, sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, com numeração árabe.

18. As citações devem ser apresentadas em português, nos casos em que o texto original esteja nesta língua, e entre aspas. Os vocábulos noutras línguas, que não a portuguesa, devem ser formatados em itálico.

19. Apenas as referências citadas ou mencionadas ao longo do texto deverão ser incluídas na bibliografia final. As referências bibliográficas devem obedecer às seguintes orientações:

a) **Livro com um autor:** LUHMANN, Niklas (1990), *Essays on self-reference*, New York, Columbia University Press.

b) **Livro com mais de um autor:** BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (2004), *A construção social da realidade: um livro sobre sociologia do conhecimento*, Lisboa, Dinalivro.

c) **Livro com mais de quatro autores:** RUHRBERG *et al.* (2010), *Arte do Século XX*, London, Taschen.

d) **Capítulo em livro:** GOFFMAN, Erving (1999), “A ordem da interação”, in Yves Winkin (org.), *Os momentos e seus homens*, Lisboa, Relógio d’ Água, pp. 99-107.

e) **Artigo em publicação periódica:** FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66.

f) **Artigo em publicação periódica online:** FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3031.pdf>>

g) **Publicações online:** PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2011), *Programa do XIX Governo Constitucional português*, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf>.

h) **Comunicações em eventos científicos:** QUINTÃO, Carlota (2004), “Terceiro Sector – elementos para referenciação teórica e conceptual”, in *V Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Braga, Associação Portuguesa de Sociologia, 12-15 Maio 2004.

i) **Teses:** CARVALHO, Paula (2006), *Percursos da construção em Lisboa. Do Cine-Teatro Monumental ao Edifício Monumental: Estudo de caso*, Tese de Licenciatura em

Sociologia, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

j) **Legislação:** Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*.

20. As referências bibliográficas devem ser colocadas no fim do texto e ordenadas alfabeticamente pelo apelido do autor. Caso exista mais do que uma referência com a mesma autoria, estas devem ser ordenadas da mais antiga para a mais recente.

21. Os textos devem obedecer ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2009. Não obstante, as citações de textos anteriores ao acordo devem respeitar a ortografia original.

22. Os autores cedem à **RS** o direito exclusivo de publicação dos seus textos, sob qualquer meio, incluindo a sua reprodução e venda em suporte papel ou digital, bem como a sua disponibilização em regime de livre acesso em bases de dados. Os textos inseridos na **RS** não poderão ser utilizados em outras publicações, salvo autorização expressa do Conselho de Redação.

23. Os originais devem ser enviados por correio eletrónico para revistasociologia@letras.up.pt ou revsociologiaflup@gmail.com